



Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina

Edição N° 1103

Terça-feira - 23 de Outubro de 2012

Florianópolis/SC

Sumário

Municípios

Antônio Carlos	1
Biguaçu	2
Braço do Trombudo	3
Caçador	8
Campos Novos	24
Capinzal	28
Concórdia	28
Cordilheira Alta	30
Coronel Martins	30
Corupá	33
Curitibanos	34
Ermo	35
Forquilha	36
Fraiburgo	37
Garuva	48
Gaspar	48
Guaramirim	49
Herval d'Oeste	49
Ibiam	51
Imbituba	51
Irineópolis	54
Itaiópolis	54
Itapoá	55
Joaçaba	56
Lages	61
Lindóia do Sul	62
Massaranduba	65
Meleiro	66
Morro da Fumaça	67
Navegantes	67
Nova Trento	67
Novo Horizonte	76
Palhoça	81
Pinheiro Preto	82
Porto Belo	83
Porto União	83
Rio do Sul	96
Salto Veloso	99
São Bento do Sul	100
São Lourenço do Oeste	111
São Pedro de Alcântara	112
Schroeder	112
Timbó	116
Tunápolis	116
Videira	119
Vitor Meireles	122

Associações

AMUREL	123
--------------	-----

Consórcios

AGIR	124
CIMVI	124
CIS/AMUREL	125

Antônio Carlos

PREFEITURA

Extrato de Dispensa de Licitação N°. 010/2012

EXTRATO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO

Nº. Dispensa: 010/2012; Nº. Processo: 126/2012; Objeto: Conserto e reparo emergencial do Micro-Ônibus MJH-8732, da frota de veículos da Secretaria de Educação e Cultura do Município de Antonio Carlos - SC; Fundamento Legal: Artigo 24, inciso IV, da Lei 8.666/93; Fábio Egert: Ordenador de Despesas. Ratificação em 22/10/2012; Mauro César da Silveira: Presidente da Comissão de Licitação; Valor Total: R\$ 6.370,00 (seis mil e trezentos e setenta reais); Contratada: Marcelo Latoaria e Pintura de Veículos Ltda ME.

Antônio Carlos, 22 de Outubro de 2012.

GERALDO PAULI
Prefeito Municipal

Extrato de Suspensão de Edital de Licitação N° 085/2012

EXTRATO DE SUSPENSÃO DE EDITAL DE LICITAÇÃO

Referência: Pregão Presencial nº 085/2012 - Processo nº 125/2012; Objeto: aquisição de 01 (um) veículo, tipo automóvel, novo, 0 km (zero quilômetro) para a unidade do Corpo de Bombeiros do Município de Antonio Carlos. O Município de Antonio Carlos, Estado de Santa Catarina, por meio do Pregoeiro e sua Equipe de Apoio, instituída pela Portaria nº 430/2012, de 10 de Setembro de 2012, de conformidade com o Processo Administrativo nº 125/2012, no uso de suas atribuições legais, comunica aos interessados que foi suspenso por tempo indeterminado o Edital do Pregão Presencial nº 085/2012, Destinado à Aquisição de um veículo para o Corpo de Bombeiros, por motivo do objeto não previsto no orçamento fiscal vigente. Nada mais.

CIGA - Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal

João Romão - Presidente • Gilsoni Lunardi Albino - Diretor Executivo

Emerson Souto - Gerente de Tecnologias da Informação • Danilo Murilo Chagas da Silva e Wendel F. R. da Silva - Diagramadores

Rua Santos Saraiva, nº 1546, Estreito - CEP 88070-101 - Florianópolis / Santa Catarina - Fone/Fax (48) 3221 8800

diagramador@diariomunicipal.sc.gov.br

www.diariomunicipal.sc.gov.br

Antônio Carlos, 22 de Outubro de 2012.
RUDINEI GOEDERT
Pregoeiro

Extrato de Termo Aditivo da Ata 126/2012

EXTRATO DE TERMO ADITIVO

Primeiro Termo Aditivo da Ata de Registro de Preço Nº: 126/2012; Origem: Licitação nº. 089/2012 - Pregão Presencial nº. 060/2012; Contratante: Prefeitura Municipal de Antônio Carlos/SC; Contratada: Nelinho Indústria e Comércio de Tubos e Artefatos de Cimento Ltda ME; Aditivar a quantidade da presente ata, que consiste na aquisição parcelada de tubos de concreto para realização d bueiros nas estradas vicinais para uso da Secretaria de Obras e Serviços Públicos do município de Antônio Carlos; Valor do Aditivo: R\$ 1.310,00 (um mil e trezentos e dez reais); Valor da Ata Aditivado: R\$ 6.620,00 (seis mil e seiscentos e vinte reais).

Antônio Carlos, 19 de Outubro de 2012.
GERALDO PAULI
Prefeito Municipal

Autorizo a empresa "DIARIO OFICIAL DOS MUNICIPIOS". DOM a publicar o Extrato de Termo Aditivo.

Antônio Carlos, 19 de Outubro de 2012
Atenciosamente:
RUDINEI GOEDERT
Coordenador Administração e Finanças

Extrato de Contrato Nº 173/2012

EXTRATO DE CONTRATO

Contrato nº. 173/2012; Origem: Processo Licitatório nº. 119/2012 - Carta Convite: 008/2012; Contratante: Prefeitura Municipal de Antônio Carlos; Contratada: InteliBR Sistemas Ltda; Objeto: A presente licitação tem por objeto contratação de empresa especializada para fornecimento de sistema computadorizado para registro, gerenciamento e controle de informações educacionais relacionados aos alunos, unidades escolares e profissionais que atuam na educação e transporte escolar do Município de Antônio Carlos; Valor: R\$ 5.640,00 (Cinco mil e seiscentos e quarenta reais) Prazo: 12 (doze) meses.

Antônio Carlos, 11 de Outubro de 2012.
GERALDO PAULI
Prefeito Municipal

Autorizo a empresa "DIARIO OFICIAL DOS MUNICIPIOS". DOM a publicar o Extrato de Contrato nº 173/2012.

Antônio Carlos, 11 de Outubro de 2012.
Atenciosamente:
RUDINEI GOEDERT
Coordenador de Administração e Finanças

Extrato de Contrato Nº 174/2012

EXTRATO DE CONTRATO

Contrato nº. 174/2012; Origem: Processo Licitatório nº. 113/2012 - Tomada de preços: 016/2012; Contratante: Prefeitura Municipal de Antônio Carlos; Contratada: Pauli Engenharia, Construtora e Incorporadora Ltda; Objeto: A presente licitação tem por objeto a contratação de empresa especializada em serviços de engenharia civil para a construção de uma Quadra de Esporte Descoberta

- com área total de 828,00 m², a ser construída na Rua Daniel Petry, Centro, Antônio Carlos/SC, com o fornecimento de material e serviços de mão de obra, Valor: R\$ 135.935,08 (cento e trinta e cinco mil, novecentos e trinta e cinco reais e oito centavos). Prazo: 90 (Noventa) dias.

Antônio Carlos, 18 de Outubro de 2012.
GERALDO PAULI
Prefeito Municipal

Autorizo a empresa "DIARIO OFICIAL DOS MUNICIPIOS". DOM a publicar o Extrato de Contrato nº 174/2012.

Antônio Carlos, 18 de Outubro de 2012.
Atenciosamente:
RUDINEI GOEDERT
Coordenador de Administração e Finanças

Biguaçu

PREFEITURA

Portaria Nº 2557 de 18 de Outubro de 2012

PORTARIA nº 2557 de 18 de outubro de 2012

Exonera o(a) Servidor(a) Carlos Eduardo Marinho, ocupante do cargo comissionado de Procurador Geral do Município, na Secretaria Municipal de Governo, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BIGUAÇU, no uso das atribuições, que lhe são conferidas pelo artigo 98 inciso I da Lei Orgânica do Município de 06 de setembro de 2010.

RESOLVE:

Art. 1º Exonerar o(a) servidor(a) Carlos Eduardo Marinho, detentor(a) do cargo de provimento comissionado de Procurador Geral do Município, nível CC-1, na Secretaria Municipal de Governo, inscrito(a) na matrícula funcional nº 11525, a partir de 18/10/2012.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Biguaçu, 18 de outubro de 2012.
JOSÉ CASTELO DESCHAMPS
Prefeito Municipal

Braço do Trombudo

PREFEITURA

Convite 2/2012

PROCESSO ADMINISTRATIVO 48/2012
EDITAL DE LIC. CONVITE 2/2012

O Município de Braço do Trombudo SC, torna público para conhecimento dos interessados que as 14:30 horas do dia 05.11.2012, estará selecionando a melhor proposta para Contratação de empresa para prestação de serviços, objetivando a realização de concurso público e processo seletivo para período de férias (janeiro e fevereiro) e processo seletivo ano letivo de 2013. Maiores informações e o Edital Completo serão fornecidos pelo departamento de licitações da Prefeitura Municipal pelo fone 47 3547-0179 pelo e-mail: licitacao@bracodotrombudo.sc.gov.br ou pelo site www.bracodotrombudo.sc.gov.br.

Braço do Trombudo, em 22 de outubro de 2012.
VILBERTO MULLER SCHOVINDER
Prefeito Municipal

Ata de Registro de Preço 1/2012**ESTADO DE SANTA CATARINA**

Página: 1/1

PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 1/2012****Número do Registro de Preços: 1/2012 Data do Registro: 23/01/2012 Válido até: 23/01/2013****Objeto da Compra:** Serviços de transporte escolar para alunos com necessidades especiais.

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
1	Serviços de transporte de alunos com necessidades especiais, tipo do veículo Van (mínimo de 15 passageiros) ótimo estado de conservação comprovado por laudo de inspeção de segurança veicular expedido por órgão competente. (8117)	KM	G.G. TURISMO LTDA ME (8766)		0	2,3000	1

(PARTICIPANTES POR PROCESSO - LEGENDA)**REGISTRO DE PREÇOS Nº 1/2012****PROCESSO Nº 2/2012**

(8766) - G.G. TURISMO LTDA ME

BRACO DO TROMBUDO , 23 de Janeiro de 2012.

Ata de Registro de Preço 7/2012**ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO**

Página: 1/3

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 7/2012**Número do Registro de Preços: 7/2012 Data do Registro: 23/04/2012 Válido até: 23/04/2013****Objeto da Compra:** Aquisição de pneus para a frota das diversas Secretaria Municipais do município de Braço do Trombudo.

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
1	PNEU 175/70R 13 82T (5726)	UND	TURBO PEÇAS E ACESSÓRIOS LTDA (8446)	ROSAVA BC 1	0	114,0000	1
			GERARDO BASTOS PNEUS E PEÇAS LTDA (8419)	Pirelli / P 400	0	123,0000	2
			LAGB ACESSÓRIOS E PEÇAS LTDA (8417)	Zetum 758	0	125,2200	3
2	Pneu 195/55 R 15 85 H (6672)	UND	TURBO PEÇAS E ACESSÓRIOS LTDA (8446)	WANLI S1200	0	200,0000	1
			GERARDO BASTOS PNEUS E PEÇAS LTDA (8419)	Pirelli / P 7	0	251,0000	2
3	Pneu 185/60 R 14 82 H (6682)	UND	TURBO PEÇAS E ACESSÓRIOS LTDA (8446)	SUNNY SN880	0	145,0000	1
			GERARDO BASTOS PNEUS E PEÇAS LTDA (8419)	Pirelli / P 6	0	179,0000	2
			JK PNEUS LTDA (7955)	Firestone/FH71	0	203,7000	3
4	Pneu 185 R 14 C 102 profundidade de sulco mínima de 9,5 mm (6683)	UND	TURBO PEÇAS E ACESSÓRIOS LTDA (8446)	TRIANGLE TR	0	200,0000	1
			LAGB ACESSÓRIOS E PEÇAS LTDA (8417)	Kumho 857	0	221,6400	2
			GERARDO BASTOS PNEUS E PEÇAS LTDA (8419)	Pirelli / Chrono	0	227,0000	3
5	Pneu 18.4x30 com 12 lonas convencional, com câmara. (6965)	UND	COPAL COMÉRCIO DE PNEUS E ACESSÓRIOS LTDA (8439)	KING SPEED/	0	2.180,0000	1
			JK PNEUS LTDA (7955)	Firestone/SAT	0	2.190,0000	2
			GERARDO BASTOS PNEUS E PEÇAS LTDA (8419)	Pirelli / TM 95	0	2.316,0000	3
6	Pneu liso convencional 900x20, 14 lonas, profundidade de sulco mínimo de 12,3mm, com câmara e protetor (6968)	UND	TURBO PEÇAS E ACESSÓRIOS LTDA (8446)	BORISTAR PT	0	570,0000	1
			GERARDO BASTOS PNEUS E PEÇAS LTDA (8419)	Pirelli / LD 35	0	576,0000	2
7	Pneus borrachudo 900x20, 14 lonas com profundidade mínima de sulco de 19.6mm convencional, com câmara e protetor (6969)	UND	GERARDO BASTOS PNEUS E PEÇAS LTDA (8419)	Pirelli / RT 59	0	678,0000	1
			JK PNEUS LTDA (7955)	Firestone/T615	0	724,5600	2
			MODELO PNEUS LTDA. (8069)	RT59 PI,Vulca	0	843,0000	3
8	Pneu 1000x20 radial misto, liso, 16 lonas, profundidade mínima de sulco de 15.4mm, com câmara e protetor. (6970)	UND	JK PNEUS LTDA (7955)	Firestone/T815	0	1.037,0000	1
			GERARDO BASTOS PNEUS E PEÇAS LTDA (8419)	Pirelli / FG 85	0	1.040,0000	2
			MODELO PNEUS LTDA. (8069)	T819 Fi,Vulcar	0	1.257,0000	3
9	Pneu 1000x20 radial, borrachudo, 16 lonas, profundidade mínima de sulco de 20.0mm câmara e protetor (6971)	UND	JK PNEUS LTDA (7955)	Firestone/T546	0	914,0600	1
			GERARDO BASTOS PNEUS E PEÇAS LTDA (8419)	Pirelli / TR 85	0	1.122,0000	2
			MODELO PNEUS LTDA. (8069)	T546 Fi,Vulcar	0	1.162,0000	3
10	Pneu 17.5x25 com 16 lonas convencional, com câmara e protetor (6972)	UND	TURBO PEÇAS E ACESSÓRIOS LTDA (8446)	FOREVER G2	0	2.100,0000	1
			COPAL COMÉRCIO DE PNEUS E ACESSÓRIOS LTDA (8439)	FOREVER	0	2.400,0000	2
			JK PNEUS LTDA (7955)	Firestone/SGG	0	2.798,4600	3
11	Pneu 1400x24 com 16 lonas convencional, com câmara e protetor (6973)	UND	COPAL COMÉRCIO DE PNEUS E ACESSÓRIOS LTDA (8439)	CHÃO YANG/	0	1.580,0000	1

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO

Página: 2/3

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 7/2012

Número do Registro de Preços: 7/2012

Data do Registro: 23/04/2012

Válido até: 23/04/2013

Objeto da Compra: Aquisição de pneus para a frota das diversas Secretarias Municipais do município de Braço do Trombudo.

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
			TURBO PEÇAS E ACESSÓRIOS LTDA (8446)	FUNSA GRL2	0	1.588,0000	2
			GERARDO BASTOS PNEUS E PEÇAS LTDA (8419)	Pirelli / PN 14	0	1.868,0000	3
12	Pneu 1300x24 com 12 lonas convencional, com câmara e protetor (6974)	UND	TURBO PEÇAS E ACESSÓRIOS LTDA (8446)	FUNSA G2-HF	0	1.290,0000	1
			COPAL COMÉRCIO DE PNEUS E ACESSÓRIOS LTDA (8439)	WEST LAKE/ 2	0	1.292,0000	2
			GERARDO BASTOS PNEUS E PEÇAS LTDA (8419)	Pirelli / PN 12	0	1.466,0000	3
13	Pneu 11L 16TL F3 com 12 lonas convencional, com câmara (6975)	UND	COPAL COMÉRCIO DE PNEUS E ACESSÓRIOS LTDA (8439)	JETTYRE/TOR1	0	650,0000	1
14	Pneu 18.4x34 com 12 lonas convencional, com câmara (6976)	UND	COPAL COMÉRCIO DE PNEUS E ACESSÓRIOS LTDA (8439)	PETLAS/MAGI	0	2.300,0000	1
			GERARDO BASTOS PNEUS E PEÇAS LTDA (8419)	Pirelli / TM 95	0	2.508,0000	2
			JK PNEUS LTDA (7955)	Firestone/SAT	0	2.976,2800	3
15	Pneu 750x18 F2 com 8 lonas trator dianteiro com três frisos, com câmara (6977)	UND	GERARDO BASTOS PNEUS E PEÇAS LTDA (8419)	Pirelli / TD 500	0	360,0000	1
			JK PNEUS LTDA (7955)	Firestone/GGF	0	362,0000	2
			MODELO PNEUS LTDA. (8069)	GGrip 8l Fi, To	0	482,0000	3
16	Pneu 225/70 R 15 radial liso (9024)	UND	TURBO PEÇAS E ACESSÓRIOS LTDA (8446)	SUNNY SN22	0	310,0000	1
			GERARDO BASTOS PNEUS E PEÇAS LTDA (8419)	Pirelli / Chrono	0	333,0000	2
17	Pneu 275 R 80 22.5 borrachudo (9025)	UND	JK PNEUS LTDA (7955)	Firestone/FD6	0	1.074,0000	1
			GERARDO BASTOS PNEUS E PEÇAS LTDA (8419)	Pirelli / TR 85	0	1.076,0000	2
18	Pneu 275 R 80 22.5 liso (9026)	UND	TURBO PEÇAS E ACESSÓRIOS LTDA (8446)	REGAL TRAN:	0	874,0000	1
			GERARDO BASTOS PNEUS E PEÇAS LTDA (8419)	Pirelli / Fórmul:	0	875,0000	2
19	Pneu 16.9 x 24 (9027)	UND	COPAL COMÉRCIO DE PNEUS E ACESSÓRIOS LTDA (8439)	ADVANCE	0	1.850,0000	1
			MODELO PNEUS LTDA. (8069)	10l R4 Goodye	0	3.271,0000	2
20	Pneu 12.5/80 R 18 (9028)	UND	GERARDO BASTOS PNEUS E PEÇAS LTDA (8419)	Pirelli / PN 12	0	806,0000	1
			TURBO PEÇAS E ACESSÓRIOS LTDA (8446)	ADVANGE R4	0	809,0000	2
			COPAL COMÉRCIO DE PNEUS E ACESSÓRIOS LTDA (8439)	ADVANCE	0	813,0000	3
21	Pneu 175/70 R 14 88 T (9029)	UND	GERARDO BASTOS PNEUS E PEÇAS LTDA (8419)	Pirelli / Chrono	0	192,0000	1

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO

Página: 3/3

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 7/2012**Número do Registro de Preços: 7/2012 Data do Registro: 23/04/2012 Válido até: 23/04/2013****Objeto da Compra:** Aquisição de pneus para a frota das diversas Secretarias Municipais do município de Braço do Trombudo.

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
			JK PNEUS LTDA (7955)	Firestone/F58C	0	194,0000	2

(PARTICIPANTES POR PROCESSO - LEGENDA)**REGISTRO DE PREÇOS Nº 7/2012****PROCESSO Nº 19/2012**

(7955) - JK PNEUS LTDA

(8069) - MODELO PNEUS LTDA.

(8417) - LAGB ACESSÓRIOS E PEÇAS LTDA

(8419) - GERARDO BASTOS PNEUS E PEÇAS LTDA

(8439) - COPAL COMÉRCIO DE PNEUS E ACESSÓRIOS LTDA

(8446) - TURBO PEÇAS E ACESSÓRIOS LTDA

BRACO DO TROMBUDO , 23 de Abril de 2012.

Caçador

PREFEITURA

Lei Complementar Nº 251

LEI COMPLEMENTAR Nº 251, de 19 de outubro de 2012.
Revoga a Lei Complementar nº 212, de 13 de abril de 2011, que autoriza doar, com encargos, imóvel de propriedade do Município de Caçador, à empresa Plaspoli Indústria e Comércio de Plásticos Ltda., e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, faço saber a todos os habitantes do Município, que a Câmara Municipal aprovou eu sanciono a seguinte

LEI:

Art. 1º Fica revogada a Lei Complementar nº 212, de 13 de abril de 2011, que autoriza doar, com encargos, imóvel de propriedade do Município de Caçador, à empresa Plaspoli Indústria e Comércio de Plásticos Ltda., e dá outras providências.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador, em 19 de outubro de 2012.

IMAR ROCHA

Prefeito Municipal de Caçador.

Lei Nº 2.948

L E I Nº 2.948, de 19 de outubro de 2012.
Denomina via pública - RUA ELOE HENRIQUE FORMIGHIERI.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, faço saber a todos os habitantes do Município, que a Câmara Municipal aprovou eu sanciono a seguinte

LEI:

Art. 1º Fica denominada de RUA ELOE HENRIQUE FORMIGHIERI, a atual Rua "4" localizada no Loteamento do Contestado, no Bairro Nossa Senhora Salete.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador, em 19 de outubro de 2012.

IMAR ROCHA

Prefeito Municipal de Caçador.

Lei Nº 2.949

L E I Nº 2.949, de 19 de outubro de 2012.
Denomina via pública - RUA EDGAR DA SILVA PACHECO.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, faço saber a todos os habitantes do Município, que a Câmara Municipal aprovou eu sanciono a seguinte

LEI:

Art. 1º Fica denominada de RUA EDGAR DA SILVA PACHECO, a atual Rua "5" localizada no Loteamento do Contestado, no Bairro Nossa Senhora Salete.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador, em 19 de outubro de 2012.

IMAR ROCHA

Prefeito Municipal de Caçador.

Portaria Nº 22.089

PORTARIA Nº 22.089, de 10 de outubro de 2012.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, com competência delegada pelo PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, através do Decreto nº 5.238, de 23 de maio de 2012, nos termos da Lei Orgânica do Município de Caçador, mais o previsto na Lei Complementar nº 163, de 24/02/2010, que dispõe sobre a contratação em caráter temporário, e dá outras providências

RESOLVE:

CONTRATAR, por tempo determinado, os(as) cidadãos(ãs), a seguir relacionados, para atuarem junto às Unidades de Ensino da Secretaria de Educação, de acordo com Processo Seletivo - Edital 004/2011, homologado pelo Decreto nº 5.109, de 20/12/2011, especificando: nome, cargo, referência, carga horária, escola de atuação, motivo e período da contratação conforme segue:

Nome	Cargo	Ref	CH	Local de Atuação	Razão	Período
Adriana Marta Dick	Aux. Biblioteca	1.4/A	20	EMEB Morada do Sol	Vaga excedente	04/09/12 a 21/12/12
Luciane Faganello	Prof. 1º ao 5º ano	1.3/A	20	EMEB Hilda G Sousa	v.v. Bernadete R. dos Santos - licença prêmio	26/09/12 a 23/10/12

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Secretário da Administração, em 10 de outubro de 2012.

CARLOS VILMAR RIBEIRO

Secretário da Administração.

ALDONIR ANCIUTTI

Secretário da Educação.

Portaria Nº 22.090

PORTARIA Nº 22.090, de 10 de outubro de 2012.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, com competência delegada pelo PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, através do Decreto nº 5.238, de 23 de maio de 2012, nos termos da Lei Orgânica do Município de Caçador, mais o previsto na Lei Complementar nº 163, de 24/02/2010, que dispõe sobre a contratação em caráter temporário, e dá outras providências

RESOLVE:

CONTRATAR, por tempo determinado, as cidadãs, a seguir relacionadas, para atuarem junto às Unidades de Ensino da Secretaria de Educação, de acordo com Processo Seletivo - Edital 006/2012, homologado pelo Decreto nº 5.263, de 25/06/12, especificando: nome, cargo, referência, carga horária, escola de atuação, motivo e período da contratação conforme segue:

Nome	Cargo	Ref	CH	Local de Atuação	Razão	Período
Fernanda Conceição dos Santos	Meren-deira	1.5/A	44	EMEB Rodolfo Nickel	Vaga transitória	01/10/12 a 21/12/12
Monique Spit Rodrigues da Silva	Servente Educação	1.5/A	44	EMEB Esperança	Vaga excedente	02/10/12 a 21/12/12

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Secretário da Administração, em 10 de outubro de 2012.

CARLOS VILMAR RIBEIRO
Secretário da Administração.

ALDONIR ANCIUTTI
Secretário da Educação.

Portaria Nº 22.091

PORTARIA Nº 22.091, de 10 de outubro de 2012.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, com competência delegada pelo PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, através do Decreto nº 5.238, de 23 de maio de 2012, nos termos da Lei Orgânica do Município de Caçador, mais o previsto na Lei Complementar nº 163, de 24/02/2010, que dispõe sobre a contratação em caráter temporário, e dá outras providências

RESOLVE:

CONTRATAR, por tempo determinado, a cidadã, a seguir relacionada, para atuar junto às Unidades de Ensino da Secretaria de Educação, especificando: nome, cargo, referência, carga horária, escola de atuação, motivo e período da contratação conforme segue:

Nome	Cargo	Ref	CH	Local de Atuação	Razão	Período
Patrícia Palhano Volinkevich Kokan	Prof. 1º ao 5º ano	1.3/A	40	EMEB Hilda G. Sousa	v.v. Jucelei Dallagnol - licença médica	26/09/12 a 25/10/12
Adriano de Jesus Gaissler	Prof. Matemática	1.3/A	26	EMEB Ulysses Guimarães	v.v. Aline Balbinotto - licença médica	11/10/12 a 06/11/12

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Secretário da Administração, em 10 de outubro de 2012.

CARLOS VILMAR RIBEIRO
Secretário da Administração.

ALDONIR ANCIUTTI
Secretário da Educação.

Ata de Análise das Propostas TP 12-2012 Prefeitura

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAÇADOR
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

ATA DE ANÁLISE DAS PROPOSTAS TP 12-2012

Após análise das propostas de preços a Comissão constatou que somente as empresas ESE e Lajetec apresentaram a composição dos encargos sociais conforme alínea "c" do item 4.3 do Edital, as empresas Saks e Femaks não apresentaram o referido documento sendo desclassificadas. Os valores cotados ficaram dentro ou abaixo dos valores máximoS estabelecidos no Edital, desta forma, a empresa Lajetec foi considerada vencedora com o valor global de R\$ 452.751,20. A Comissão encaminha o presente processo para homologação da autoridade competente após decorrido o prazo recursal de 05 (cinco) dias úteis para apresentação de eventuais recursos.

Aviso Licitação PR 34-2012 Saúde

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

AVISO DE LICITAÇÃO

Solicitar este Edital pelo e-mail: licitacoes.saude@cacador.sc.gov.br

EDITAL: Pregão Presencial nº 34/2012 - FMS

TIPO: Menor Preço Por Item

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE LANCHES, PÃO, LEITE E FRUTAS

ENTREGA DOS ENVELOPES: 14:00 Horas do Dia 07/11/2012.

ABERTURA DOS ENVELOPES: 14:05 Horas do Dia 07/11/2012.

Maiores Informações e o Edital Completo poderão ser obtidos na Coord. de Licitações e Contratos do Fundo Municipal de Saúde, Site Rua Brasília, 1.111, e-mail: licitacoes.saude@cacador.sc.gov.br, das 13:00 às 19:00 horas ou pelo site www.cacador.sc.gov.br

Caçador, 19 de outubro de 2012.

DINAMAR APARECIDA GOMES

Secretária Municipal de Saúde

Data Abertura Propostas TP 02-2012 Saúde

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAÇADOR

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE

DATA ABERTURA PROPOSTAS TP 02-2012 - FMS

Fica estabelecida nova sessão para abertura dos envelopes contendo as propostas de preços das empresas habilitadas às 14:00 horas do dia 30 (trinta) de outubro de 2012, na Coord. de Licitações e Contratos do Fundo Municipal de Saúde, Site Rua Brasília, 1.111.

Ata 135 Prefeitura

PREFEITURA - Ata Registro de Preços nº 135/2012 - PROCESSO LICITATORIO Nº 125/2012 PREGÃO PRESENCIAL Nº 75/2012 - AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO PARA REALIZAÇÃO DE REFORMAS EM EDIFICAÇÕES PERTENCENTES A MUNICIPALIDADE DESTINADAS AO 52º JASC. Fornecedor: CASACASTHE MATERIAS DE CONSTRUÇÃO LTDA-ME CNPJ nº 02.698.562/0001-86-Caçador/SC. Prazo: 02 meses.

ITEM	QUANT	UNID	DESCRIÇÃO	R\$ Unid
04	20	Unid	Lâmpada Compacta Fluorescente 25W, base E27, com selo PROCEL/INMETRO	9,75
05	03	Unid	Chuveiro elétrico com potência média de 2400W, tensão de 220V, com conexão hidráulica do tipo rosca com 1/2" e cano prolongador	18,84

06	04	Unid	Fechadura para uso em ambientes de tráfego médio ou intenso, conforme norma ABNT NBR 14913. Distância de broca de 55mm, em diversos acabamentos, com chapa testa falsa e contra chapa em aço ou latão, trinco reversível e lingueta em zamac, com mola reforçada ou simples	21,50
07	04	Unid	Assento para vaso - Assento sanitário em poliéster, resinada e em modelo universal (padrão), cor branca; com polimento de baixa abrasividade que permita o acabamento de superfície; com resina virgem com flexibilizante que garanta mais durabilidade e resistência mecânica ao impacto; com espessura robusta para evitar empenamento e evidenciar a estética e com ferragem que proporcione alta resistência, não oxidante, além de permitir alto padrão de acabamento.	11,84
11	04	Unid	Tinta acrílica semi brilho de primeira qualidade - cor Verde colonial - galão com 18 litros	215,34
13	02	Unid	Tinta acrílica semi brilho de primeira qualidade - cor Cinza - galão com 3,6 litros	46,09
15	03	Unid	Tinta acrílica semi brilho de primeira qualidade - cor Branca - galão com 3,6 litros	46,10
18	04	Unid	Tinta esmalte Sintético primeira qualidade - cor Branca - galão com 3,6 litros	50,28
19	04	Unid	Massa para madeira - lata 3,6 litros	34,63
20	04	Unid	Massa acrílica - lata 3,6 litros	19,86
21	03	Unid	Massa acrílica - lata 18 litros	56,73
23	450	Unid	Cimento CP-IV - sacos de 50 Kg	21,45
29	10	Kg	Prego 17 X 27cm - cabeça simples	5,60
30	10	Kg	Prego 17 X 27cm - cabeça dupla	7,70
34	25	Unid	Rolo para pintura - lâ - largura 23cm - altura da manta 22mm - 8"	13,29
35	20	Unid	Solvente 5 litros	34,17
36	10	Unid	Lixa 100 - rolo 50m X 150mm	125,50
37	10	Unid	Lixa 200 - rolo 45m X 150mm	126,50
38	450	Unid	Aço CA-50 - 6,3mm - barra 12 m	10,99
39	370	Unid	Aço CA-50 - 8,0mm - barra 12 m	17,99

40	280	Unid	Aço CA-50 - 10mm - barra 12 m	26,90
42	02	Unid	Desmoldante - galão 18Kg	124,00
44	03	Unid	Ralo para esgoto - d=50mm	8,88
45	03	Unid	Registro de gaveta - 25mm	25,66
49	02	Unid	Caixa de inspeção 30 X 30 X 40cm - concreto pré moldado	19,80
50	60	M	Tubos soldável para esgoto d=50mm	5,45
51	60	M	Tubo soldável para água fria d=25mm	1,73
53	100	M³	Pedrisco	46,80
57	01	Unid	Fio ##2,5mm (rolo 100m)	75,00
59	20	Unid	Soquete para lâmpada base E 27	2,34
60	70	Unid	Mourão concreto - 0,10 X 0,10 X 3,00m	32,00
61	939	M²	Alambrado tela galvanizada, malha 8 cm, fio 12mm	9,77
62	165	M	Tubo de aço galvanizado - d=2" - e=1/4"	39,42
63	06	Unid	Dobradiça aço inox 3 1/2" X 3	2,99
64	06	Unid	Selador para tinta acrílica - 18 litros	53,78
65	06	Unid	Selador para tinta esmalte sintético - 3,6 litros	36,94
VALOR GLOBAL				58.625,35

Ata 136 Prefeitura

PREFEITURA - Ata Registro de Preços nº 136/2012 - PROCESSO LICITATORIO Nº 125/2012 PREGÃO PRESENCIAL Nº 75/2012 - AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO PARA REALIZAÇÃO DE REFORMAS EM EDIFICAÇÕES PERTENCENTES A MUNICIPALIDADE DESTINADAS AO 52º JASC. Fornecedor: UNIDAS INDÚSTRIA E COMÉRCIO /CNPJ nº 83.055.020/0001-97-Caçador/SC. Prazo: 02 meses.

ITEM	QUANT	UNID	DESCRIÇÃO	R\$ Unid
01	650	M³	Areia média peneirada - Areia média lavada, com inertes de dimensões entre 0,25 mm e 1,00 mm, livre de componentes orgânicos e impurezas	64,90
02	45	M³	Areia média com inertes de dimensões entre 0,25 mm e 1,00 mm, livre de componentes orgânicos e impurezas	64,80
03	57	M³	Areia Grossa com inertes de dimensões entre 0,25 mm e 1,00 mm, livre de componentes orgânicos e impurezas	64,90
09	04	Unidade	Saboneteira - Dispenser (saboneteira) produzida em material plástico ABS, de alta resistência, com válvula de controle, amplo visor frontal, lacre para evitar vazamentos. Dimensões 130 mm comprimento, 130 mm largura, 280 mm altura.	23,97



10	04	Unidade	Suporte para papel - Dispenser para papel higiênico em rolo, produzido em material plástico de alto impacto, super resistente, facilidade de visualização do nível do produto, abertura do dispenser por meio de chave exclusiva, dimensões 330 mm de comprimento, 125 mm de largura, 330 mm altura.	30,10
16	04	Unidade	Tinta esmalte Sintético primeira qualidade - cor Cinza - galão com 18 litros	107,91
25	110	M³	Brita nº1 com inertes de dimensões entre 4,80 a 12,50 mm, proveniente de rocha coesa, com baixa porosidade e sem plano de fraqueza.	47,30
26	140	M³	Brita nº2 com inertes de dimensões entre 12,50 a 25,00 mm, proveniente de rocha coesa, com baixa porosidade e sem plano de fraqueza.	47,30
31	20	Unidade	Trincha com cerdas - comprimento 42mm largura 2"	2,68
32	20	Unidade	Trincha com cerdas - comprimento 42mm largura 3"	3,56
33	25	Unidade	Rolo para pintura - lâ - largura 23cm - altura da manta 22mm - 3"	8,10
41	450	Unidade	Aço CA-60 - 5,0mm - barra 12 m	6,44
46	03	Unidade	Registro de pressão - 25mm	26,45
47	12	Unidade	Curva 90° soldável para esgoto - 50mm	1,52
48	12	Unidade	Curva 90° soldável para água fria - 25mm	0,51
52	03	Unidade	Cola para tubo PVC - embalagem 850g	30,00
54	90	M³	Pó de pedra	47,26
56	01	Unidade	Fio ##6mm (rolo 100m)	181,00
58	01	Unidade	Fio ##1mm (rolo 100m)	48,00
VALOR GLOBAL				69.174,63

Ata 137 Prefeitura

PREFEITURA - Ata Registro de Preços nº 137/2012 - PROCESSO LICITATORIO Nº 127/2012 PREGÃO PRESENCIAL Nº 76/2012 - REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE MATERIAL ESPORTIVO - PRATOS, ALVOS E FITA DUPLA FACE - PARA UTILIZAÇÃO NO 52º JASC, com entrega estimada para o período de 02 (dois) meses. Fornecedor: WIR EQUIPAMENTOS LTDA/ CNPJ sob o nº 11.410.549/0001-70, com sede na cidade de Timbó/ SC.

ITEM	QUANT	UNIDADE	DESCRIÇÃO	R\$ UNID
04	3.000	Unidade	Alvos precisão calibre 32 manual	0,95
05	3.000	Unidade	Alvos tiro rápido calibre 32 manual	0,95
06	5.000	Unidade	Obreas	0,01
07	5.000	Unidade	Alvos carabina 22 eletrônico	0,115

08	10.000	Unidade	Alvos pistola livre calibre 22 eletrônico	1,70
09	3.000	Unidade	Alvos pistola ar calibre 4,5mm eletrônico	0,138
10	1.000	Unidade	Alvos carabina ar calibre 4,5mm eletrônico	0,145
11	2.600	Unidade	Alvos carabina seta manual	0,10
12	40	Unidade	Porta alvos carabina ar	1,70
13	450	Unidade	Tiras carabina ar	0,20
VALOR GLOBAL				24.302,00

Ata 138 Prefeitura

PREFEITURA - Ata Registro de Preços nº 138/2012 - PROCESSO LICITATORIO Nº 127/2012 PREGÃO PRESENCIAL Nº 76/2012 - REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE MATERIAL ESPORTIVO - PRATOS, ALVOS E FITA DUPLA FACE - PARA UTILIZAÇÃO NO 52º JASC, com entrega estimada para o período de 02 (dois) meses. Fornecedor: SKINA 1820 INDÚSTRIA E COMÉRCIO LTDA ME/ CNPJ sob o nº 00.850.624/0001-06, com sede na cidade de Blumenau/SC.

ITEM	QUANT	UNIDADE	DESCRIÇÃO	R\$ Unid
01	50	Rolo	Fita Dupla Face 10 cm de largura X 20 mt	16,90
02	50	Rolo	Fita Dupla Face 5 cm de largura x 20 mt	11,90
VALOR GLOBAL				1.440,00

Editais de Notificação

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nºs 1487 a 1494



ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página

1 / 2

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE
 INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 053 1487/2012**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
BPJ5212	55480767C	5169/1	14/09/2012	165
CHN1258	55480878C	5010/0	19/09/2012	162 * I
DDS2362	55475990C	6700/2	23/08/2012	230 * XVI
IAH3038	55480788C	5169/1	16/09/2012	165
JTB2718	55476334C	5010/0	19/09/2012	162 * I
JTB2718	55476335C	5169/1	19/09/2012	165
LYG1693	55477424C	6599/2	18/09/2012	230 * V
LYG1693	55477425C	6912/0	18/09/2012	232
LYG1693	55477428C	5010/0	18/09/2012	162 * I
LYG1693	55477429C	6556/3	18/09/2012	230 * I
LYO9674	55694459D	5010/0	11/09/2012	162 * I
LYP4086	55476331C	6599/2	16/09/2012	230 * V
LYQ0516	55692012D	6599/2	05/09/2012	230 * V
LYQ0516	55693227D	5010/0	05/09/2012	162 * I
LYT0455	55692024D	6599/2	19/09/2012	230 * V
MAA1502	55477820C	5010/0	23/08/2012	162 * I
MAA1502	55477821C	6599/2	23/08/2012	230 * V
MAA1502	55692764D	6920/0	29/08/2012	233
MBZ1411	55693217D	5010/0	27/08/2012	162 * I
MCR6894	55480873C	5037/1	19/09/2012	162 * III
MCR6894	55480874C	6599/2	19/09/2012	230 * V
MFO0784	55476337C	6912/0	19/09/2012	232

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
-------	------------------	---------------------------------------	------------------	---------------

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

CACADOR/SC, 17 DE OUTUBRO DE 2012

LUIZ ANTONIO PIAZZON

DELEGADO REGIONAL - 10 DRP



ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página

1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE
INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 053 1488/2012**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
AFD1887	54148509D	6122/0	29/08/2012	214 * I
CXA1416	55475770C	5525/0	21/08/2012	181 * XV
LYW6795	55692974D	6050/2	06/09/2012	208
LYZ6603	55480784C	5452/1	15/09/2012	181 * VIII
LYZ6603	55480785C	5525/0	15/09/2012	181 * XV
LZF0107	54148464D	5541/2	28/08/2012	181 * XVII
MEM4211	55692977D	7048/1	15/09/2012	244 * II
MIB0700	54147939D	5185/1	14/09/2012	167

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

CACADOR/SC, 17 DE OUTUBRO DE 2012

EZEQUIEL MÁRCIO COLAÇO

AUTORIDADE MUNIC DE TRANSITO



ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página

1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO
COMETIMENTO DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 053 1489/2012**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1ª E 2ª INSTÂNCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEQUINTE DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
BGJ7520	55480234C	5010/0	06/06/2012	R\$ 574,61	162 * I
BNR3456	55480225C	5010/0	06/06/2012	R\$ 574,61	162 * I
LYY5904	55476812C	5010/0	04/06/2012	R\$ 574,61	162 * I
MCN3011	55477292C	6599/2	06/06/2012	R\$ 191,53	230 * V

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

CACADOR/SC, 17 DE OUTUBRO DE 2012

LUIZ ANTONIO PIAZZON

DELEGADO REGIONAL - 10 DRP



ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página

1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO
COMETIMENTO DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 053 1490/2012**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1ª E 2ª INSTÂNCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEQUINTE DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
MJS7701	54147422D	5541/5	24/05/2012	R\$ 53,20	181 * XVII
MJW1802	54147957D	5541/2	04/06/2012	R\$ 53,20	181 * XVII

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

CACADOR/SC, 17 DE OUTUBRO DE 2012

EZEQUIEL MÁRCIO COLAÇO

AUTORIDADE MUNIC DE TRANSITO



ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página 1 / 2

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE
 INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 053 1491/2012**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
ADP5383	55692787D	6920/0	13/09/2012	233
AKK6814	54148132D	5274/2	24/09/2012	175
CMP6997	55481831C	5010/0	24/08/2012	162 * I
CSD5814	55951637B	5010/0	21/09/2012	162 * I
CSJ4357	55692985D	5045/0	23/09/2012	162 * V
CSJ4357	55692986D	6610/2	23/09/2012	230 * VII
GQX6712	55477433C	5045/0	26/09/2012	162 * V
GQX6712	55477434C	6912/0	26/09/2012	232
GXQ2350	54148556D	6769/3	02/10/2012	230 * XXII
IJW3218	55692117D	6610/2	28/09/2012	230 * VII
LWX3009	55482559C	5169/1	31/08/2012	165
LWX3009	55693218D	5010/0	31/08/2012	162 * I
LXH3746	55480789C	5010/0	21/09/2012	162 * I
LXM7586	55481044C	5010/0	05/09/2012	162 * I
LXU4719	55477849C	5169/1	21/09/2012	165
LYG1693	55477427C	5118/0	18/09/2012	164 c/c 162 * I
LYH2747	55692968D	6726/1	03/09/2012	230 * XVIII
LYO9674	55692795D	6920/0	18/09/2012	233
LZR8545	55481042C	6599/2	03/09/2012	230 * V
LZR8545	55481043C	6912/0	03/09/2012	232
LZT9717	55480183C	5169/1	23/09/2012	165
LZT9717	55951645B	5045/0	23/09/2012	162 * V
LZT9717	55951646B	5142/0	23/09/2012	164 c/c 162 * V
LZX1589	55692774D	6920/0	08/09/2012	233
MAJ9841	54148138D	6599/2	28/09/2012	230 * V
MBD7256	55693105D	6610/2	23/09/2012	230 * VII

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
MBQ8112	55481039C	6599/2	02/09/2012	230 * V
MBQ8112	55481040C	5010/0	02/09/2012	162 * I
MBU7428	55477848C	6610/2	20/09/2012	230 * VII
MBU7428	55692980D	5010/0	20/09/2012	162 * I
MBY7567	55692782D	6920/0	12/09/2012	233
MCN8984	55693360D	6599/2	06/09/2012	230 * V
MCT3712	55480467C	6599/2	21/09/2012	230 * V
MCT3712	55480468C	6912/0	21/09/2012	232
MCV4571	55477100C	6610/2	06/09/2012	230 * VII
MDN6105	55692079D	6599/2	24/09/2012	230 * V
MDN6105	55692080D	6912/0	24/09/2012	232
MDV7764	55692775D	6920/0	08/09/2012	233
MEM1172	55693104D	6610/2	22/09/2012	230 * VII
MFP8870	55480791C	6912/0	21/09/2012	232
MFW5798	54147944D	5010/0	21/09/2012	162 * I
MFW5798	54147945D	5118/0	21/09/2012	164 c/c 162 * I
MFY8685	55692979D	6599/2	20/09/2012	230 * V
MGR7282	55692903D	6599/2	29/08/2012	230 * V
MHC8693	54146981D	6599/2	02/10/2012	230 * V
MHJ1694	55692028D	6599/2	19/09/2012	230 * V
MHJ1694	55692029D	5045/0	19/09/2012	162 * V
MHL3556	55477847C	6599/2	20/09/2012	230 * V
MIO2559	55105850C	5169/1	25/08/2012	165
MIV4643	54148136D	5274/1	26/09/2012	175
MJW5762	55692982D	5010/0	21/09/2012	162 * I
MJY5109	55692553D	5118/0	23/09/2012	164 c/c 162 * I
MJY5109	55693362D	5010/0	23/09/2012	162 * I

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

CACADOR/SC, 17 DE OUTUBRO DE 2012

LUIZ ANTONIO PIAZZON

DELEGADO REGIONAL - 10 DRP



ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página

1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE
INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 053 1492/2012**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
DEL2894	54148503D	5541/2	22/08/2012	181 * XVII
GPA7538	54147745D	5568/0	27/09/2012	181 * XIX
LXU4719	55477850C	5525/0	21/09/2012	181 * XV
LXX7213	54148473D	5541/2	03/09/2012	181 * XVII
LYN8084	55477833C	5525/0	31/08/2012	181 * XV
LYO4235	55478947C	6050/2	22/09/2012	208
MBV5726	54147746D	5460/0	28/09/2012	181 * IX
MCZ0862	55694467D	6050/1	27/09/2012	208
MFD0520	55475772C	6050/1	25/08/2012	208
MFN5814	54148469D	5541/2	30/08/2012	181 * XVII
MHV8527	54148520D	5835/0	06/09/2012	195
MJK1191	54148463D	5541/2	28/08/2012	181 * XVII
MJU6541	54148461D	5541/2	28/08/2012	181 * XVII
MMH0333	55477843C	5525/0	14/09/2012	181 * XV
MOX2687	54148324D	5541/2	27/08/2012	181 * XVII

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTA EDITAL.

CACADOR/SC, 17 DE OUTUBRO DE 2012

EZEQUIEL MÁRCIO COLAÇO

AUTORIDADE MUNIC DE TRANSITO



ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página

1 / 2

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO
COMETIMENTO DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 053 1493/2012**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1ª E 2ª INSTÂNCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEQUINTE DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
ACQ5092	55475984C	6599/2	03/06/2012	R\$ 191,53	230 * V
AEG2603	55482368C	6920/0	28/06/2012	R\$ 127,69	233
AHP0272	54147515D	5274/1	10/07/2012	R\$ 191,53	175
AJO1710	55482161C	6920/0	31/05/2012	R\$ 127,69	233
AML4545	55107192C	6599/2	06/07/2012	R\$ 191,53	230 * V
AML4545	55107193C	5010/0	06/07/2012	R\$ 574,61	162 * I
BRO3088	55482372C	6920/0	04/07/2012	R\$ 127,69	233
CNZ9510	55482355C	6920/0	26/06/2012	R\$ 127,69	233
LXE3876	54147473D	6599/2	15/07/2012	R\$ 191,53	230 * V
LXK2953	55477144C	6599/2	12/07/2012	R\$ 191,53	230 * V
LYQ1943	55476316C	6599/2	14/06/2012	R\$ 191,53	230 * V
LZD0597	54148103D	5010/0	07/07/2012	R\$ 574,61	162 * I
LZD0597	54148104D	5118/0	07/07/2012	R\$ 574,61	164 c/c 162 *
LZD0597	54148105D	6408/0	07/07/2012	R\$ 85,12	221
LZJ5847	55480241C	5169/1	01/07/2012	R\$ 957,69	165
LZY4345	55477286C	5169/1	24/05/2012	R\$ 957,69	165
LZY4345	55480839C	5045/0	24/05/2012	R\$ 191,53	162 * V
MAR0664	55107196C	5169/1	12/07/2012	R\$ 957,69	165
MAS0563	54146973D	6599/2	07/07/2012	R\$ 191,53	230 * V
MCE9803	55477300C	6599/2	12/06/2012	R\$ 191,53	230 * V
MDR4899	55478128C	5010/0	02/07/2012	R\$ 574,61	162 * I
MDR4899	55478129C	5061/0	02/07/2012	R\$ 574,61	163 c/c 162 *
MEB7974	55482376C	6920/0	05/07/2012	R\$ 127,69	233
MEI7797	55481028C	6599/2	18/07/2012	R\$ 191,53	230 * V
MEI7797	55481029C	5045/0	18/07/2012	R\$ 191,53	162 * V
MFB4721	55476814C	6599/2	06/06/2012	R\$ 191,53	230 * V
MFM7575	55477872C	6920/0	30/07/2012	R\$ 127,69	233

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
MFV2368	55482162C	6920/0	01/06/2012	R\$ 127,69	233
MJF1067	55476822C	5010/0	15/06/2012	R\$ 574,61	162 * I
MJF1067	55476823C	6637/2	15/06/2012	R\$ 127,69	230 * IX

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

CACADOR/SC, 17 DE OUTUBRO DE 2012

LUIZ ANTONIO PIAZZON

DELEGADO REGIONAL - 10 DRP



ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página

1 / 2

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO
COMETIMENTO DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 053 1494/2012**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1ª E 2ª INSTÂNCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEQUINTE DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
ACQ5092	55475985C	5428/2	03/06/2012	R\$ 191,53	181 * V
AHP0272	54147516D	5835/0	10/07/2012	R\$ 127,69	195
AHP0272	54147517D	5215/2	10/07/2012	R\$ 191,53	170
ANJ1415	54147594D	5541/2	03/07/2012	R\$ 53,20	181 * XVII
DBZ3907	54147994D	5509/0	13/07/2012	R\$ 85,12	181 * XIII
DOC4591	54147615D	5541/2	30/05/2012	R\$ 53,20	181 * XVII
LZQ6787	55477145C	5428/4	12/07/2012	R\$ 191,53	181 * V
MAB4755	55480849C	7366/2	12/06/2012	R\$ 85,12	252 * VI
MAX7604	54147565D	5541/2	01/06/2012	R\$ 53,20	181 * XVII
MDO8297	54148070D	6394/1	02/07/2012	R\$ 191,53	220 * XIV
MEX5775	54148078D	7234/0	13/07/2012	R\$ 85,12	250 * I * a
MGS1967	54148075D	6394/1	11/07/2012	R\$ 191,53	220 * XIV
MHM3989	55476934C	5380/0	30/05/2012	R\$ 85,12	181 * I
MJF1067	55476821C	5207/0	15/06/2012	R\$ 53,20	169
MJF6929	54146946D	5185/1	12/08/2012	R\$ 127,69	167
MJF6929	54146947D	5835/0	12/08/2012	R\$ 127,69	195
MJF6929	54146948D	5215/1	12/08/2012	R\$ 191,53	170
MJF8814	54148072D	7366/2	04/07/2012	R\$ 85,12	252 * VI

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
-------	------------------	---------------------------------------	------------------	-------------------	---------------

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

CACADOR/SC, 17 DE OUTUBRO DE 2012

EZEQUIEL MÁRCIO COLAÇO

AUTORIDADE MUNIC DE TRANSITO

Campos Novos

PREFEITURA

Lei Nº 3.792 de 18/10/2012

LEI Nº 3.792 DE 18/10/2012

ANULA E SUPLEMENTA DOTAÇÕES DO ORÇAMENTO DO SAMAE/ SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO.

Vilibaldo Erich Schmid, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições previstas no Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica,

FAZ SABER A TODOS OS HABITANTES DESTE MUNICÍPIO QUE A CÂMARA MUNICIPAL APROVOU, E ELE SANCIONA A PRESENTE LEI:

Art. 1º. Ficam anuladas parcialmente as seguintes rubricas do orçamento do SAMAE - Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto:

17.512.0036.1.035 - Reequipamento do Departamento Administrativo do SAMAE

4.4.90.00.00.00.00.00.0244 - Aplicações Diretas R\$ 10.000,00

17.512.0036.1.036 - Reequipamento do Sistema de Captação, Tratamento e Redes de Distribuição de Água

4.4.90.00.00.00.00.00.0245 - Aplicações Diretas R\$ 28.000,00

17.512.0036.1.037 - Reequipamento do Sistema de Esgoto e Tratamento de Resíduos

4.4.90.00.00.00.00.00.0244 - Aplicações Diretas R\$ 15.000,00

17.512.0036.1.039 - Obras, Reformas e Ampliações do Departamento Administrativo do SAMAE

4.4.90.00.00.00.00.00.0244 - Aplicações Diretas R\$ 120.000,00

17.512.0036.1.040 - Obras, Reformas e Ampliação do Sistema de Esgoto e Tratamento de Resíduos

4.4.90.00.00.00.00.00.0244 - Aplicações Diretas R\$ 320.000,00

Art. 2º. Com o produto das anulações previstas no artigo 1º, ficam suplementadas:

17.512.0036.2.058 - Manutenção do Sistema de Operação e Manutenções do Sistema de Água

3.1.90.00.00.00.00.00.0244 - Aplicações Diretas R\$ 85.000,00

17.512.0036.2.059 - Manutenção do Sistema de Operação e Manutenções do Sistema de Água

3.1.90.00.00.00.00.00.0244 - Aplicações Diretas R\$ 308.000,00

17.512.0036.2.060 - Manutenção do Sistema de Operação e Manutenções do Sistema de Água

3.1.90.00.00.00.00.00.0244 - Aplicações Diretas R\$ 72.000,00

3.1.90.00.00.00.00.00.0245 - Aplicações Diretas R\$ 28.000,00

Art. 3º. Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas disposições contrárias.

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Lei em,

18 de outubro de 2012.

VILIBALDO ERICH SCHMID

Prefeito Municipal

Lei Nº 3.793 de 18/10/2012

LEI Nº 3.793/12 DE 18/10/2012

ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO GERAL DO MUNICÍPIO.

Vilibaldo Erich Schmid, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições previstas no Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica,

FAZ SABER A TODOS OS HABITANTES DESTE MUNICÍPIO QUE A CÂMARA MUNICIPAL APROVOU, E ELE SANCIONA A PRESENTE LEI:

Art. 1º - Fica aberto um crédito adicional suplementar no orçamento geral do município, no valor de R\$ 410.264,62 (quatrocentos de dez mil, duzentos e sessenta e quatro reais e sessenta e dois centavos) no projeto e na atividade baixo discriminado:

ÓRGÃO: 08 - SECRETARIA DE TRANSPORTES OBRAS E URBANISMO

UNIDADE: 24 - SUBSECRETARIA SERV. URBANOS E PRODUÇÃO DE MATERIAL

PROJETO/ATIVIDADE: 1.010 -Pavimentação e Asfaltamento de Ruas

Elementos de despesa: 57-4.4.90.00.00.00.00.00.0.1.0000.0 - Aplicações Diretas R\$ 410.264,62

Art. 2º - Para a cobertura do crédito previsto no Art. 1º, serão utilizados recursos provenientes da anulação parcial da seguinte dotação orçamentária:

ÓRGÃO: 03 - SECRETARIA DA FAZENDA E ADMINISTRAÇÃO

UNIDADE: 08 - DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS

PROJETO/ATIVIDADE: 0.002 -Amortização da Dívida Fundada Interna - Prefeitura

Elementos de despesa: 67-4.6.90.00.00.00.00.00.0.1.0000.0 - Aplicações Diretas R\$ 350.000,00

PROJETO/ATIVIDADE: 0.004 -Manutenção dos Serviços da Dívida Fundada Interna - Prefeitura

Elementos de despesa: 66-3.2.90.00.00.00.00.00.0.1.0000.0 - Aplicações Diretas R\$ 30.000,00

PROJETO/ATIVIDADE: 1.068 -Reequipamento da Secretaria de Administração e Finanças

Elementos de despesa: 73-4.4.90.00.00.00.00.00.0.1.0000.0 - Aplicações Diretas R\$ 30.264,62

Art. 3º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Lei em,

18 de outubro de 2012.

VILIBALDO ERICH SCHMID

Prefeito Municipal

Decreto Nº 6.608/12 de 16/10/2012

DECRETO Nº 6.608 DE 18/10/2012

REGULAMENTA LEI Nº 3.792/2012

Vilibaldo Erich Schmid, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica,

DECRETA:

Art. 1º. Ficam anuladas parcialmente no Orçamento do Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto - SAMAE, no valor de R\$

493.000,00 (quatrocentos e noventa e três mil reais), nas rubricas constantes no Art. 1º da Lei nº 3.792/2012.

Art. 2º. Para suplementação, produto das anulações previstas no Art. 1º, ficam suplementadas as dotações orçamentárias constantes do Art. 2º da referida LEI.

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura de Campos Novos, registrado e publicado o presente Decreto em

18 de outubro de 2012.

VILIBALDO ERICH SCHMID

Prefeito Municipal

Decreto Nº 6.609 de 18/10/2012

DECRETO Nº 6.609/12 DE 18/10/2012

REGULAMENTA LEI Nº 3.793/2012

Vilibaldo Erich Schmid, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica,

DECRETA:

Art. 1º. Fica aberto um Crédito Adicional Suplementar no Orçamento Geral do Município, no valor de R\$ 410.264,62 (quatrocentos e dez mil, duzentos e sessenta e quatro reais e sessenta e dois centavos) na rubrica constante no Art. 1º da Lei nº 3.793/2012.

Art. 2º. Para a cobertura do crédito adicional suplementar previsto no Art. 1º, fica anulada parcialmente a dotação orçamentária constante do Art. 2º da referida LEI.

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura de Campos Novos, registrado e publicado o presente Decreto,

em 11 de outubro de 2012.

VILIBALDO ERICH SCHMID

Prefeito Municipal

Decreto Nº 6607/12 de 16/10/2012

DECRETO Nº 6607/12 DE 16/10/2012

DECRETA VACÂNCIA DE CARGO QUE MENCIONA

Vilibaldo Erich Schmid, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica, e considerando a Portaria nº 1237/12 de 10/09/2012,

DECRETA:

Art. 1º - Fica declarado vago o cargo de Agente de Serviços Operacionais, integrante do Anexo IV do quadro de pessoal - Lei nº 1.981/93 - Plano de Cargos e Salários dos Servidores Públicos do Município, em decorrência da aposentadoria por tempo de serviço do titular, JOÃO OLAVO BITTENCOURT, retroagindo seus efeitos a 03 de Setembro de 2012.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura de Campos Novos, registrado e publicado o presente Decreto em,

16 de Outubro de 2012.

VILIBALDO ERICH SCHMID

Prefeito Municipal

Ata Registro de Preço Nº 13/12 Pregão 38/12 Avante Transportes

Ata de Registro de Preços nº 13/2012

Pregão Presencial nº 38/2012

Pelo presente instrumento, o Município de Campos Novos, com sede na Rua Expedicionário João Batista de Almeida, 323, através do Prefeito Municipal, Sr. Vilibaldo Erich Schmid, considerando o julgamento da licitação na modalidade de Pregão para Registro de Preços nº 13/2012, bem como a classificação das propostas e a respectiva homologação, RESOLVE registrar os preços das empresas, nas quantidades estimadas para consumo no prazo de 01 ano, de acordo com a classificação por elas alcançadas, por item, atendendo às condições previstas no Instrumento Convocatório e às constantes desta Ata de Registro de Preços, sujeitando-se as partes às normas constantes da Lei nº 8.666/93, de 21 de junho de 1993, e suas alterações posteriores, a Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002 e Decreto Municipal nº 0149 de 24 de novembro de 2006 e sendo observadas as bases e os fornecimentos indicados nesta Ata.

1. Do Objeto

1.1. A presente ata tem por objeto registro de preços registro de preços de quilometro rodado para futura prestação de serviço de transporte municipal e intermunicipal de pessoas, em atendimento as necessidades das Secretarias, Fundos, Fundações e Autarquias do município de Campos Novos, conforme os preços e fornecedores registrados no Anexo I da Ata de Registro de Preços.

Parágrafo Único - Este instrumento não obriga a Prefeitura Municipal de Campos Novos a firmar contratações nas quantidades estimadas, podendo ocorrer licitações específicas para aquisição do(s) objetos(s), obedecida a legislação pertinente, sendo assegurada ao detentor do registro a preferência de fornecimento, em igualdade de condições.

2. Da Vigência Da Ata De Registro De Preços

2.1. A presente ata terá validade de 12 (doze) meses, contados a partir da assinatura

3. Das entregas

3.1. O serviço deverá ser executado conforme a necessidade da área solicitante, sendo a empresa vencedora comunicada com 10 dias de antecedência através do envio da Autorização de Fornecimento.

3.2. A Secretaria, Fundo, Fundação ou Autarquia requisitante informará com 10 dias de antecedência a data, horário e local para saída, informações estas que estarão constantes na Autorização de fornecimento.

3.3. Quando tratar-se de transporte de menores (alunos ou atletas) a área requisitante informará a relação de todos os passageiros e o nome, CPF e RG da pessoa (maior de idade) que ficará RESPONSÁVEL.

4. Do Pagamento

4.1. O pagamento será efetuado em até 30 dias após emissão de Nota Fiscal (NF), através de depósito bancário ou diretamente ao representante da empresa.

4.2. Os pagamentos ficarão condicionados a apresentação das seguintes Certidões Negativas de Débitos: Trabalhista, INSS, FGTS, Federal, Estadual e Municipal.

4.3. Nenhum pagamento será efetuado ao FORNECEDOR enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira que lhe for imposta, em virtude de penalidade ou inadimplência, sem que isso gere direito ao pleito do reajustamento de preços ou correção monetária.

5. Das obrigações do Fornecedor

5.1. Será de responsabilidade do FORNECEDOR:

- a) fornecer os materiais, objeto desta Ata, de acordo com as especificações exigidas no Edital;
- b) fornecer o objeto desta Ata, na forma, nos locais, nos prazos e nos preços estipulados na sua proposta;
- c) manter, durante toda execução da Ata, em compatibilidade com as obrigações por ela assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

6. Das Obrigações da Prefeitura de Campos Novos

6.1. A Prefeitura de Campos Novos obriga-se a:

- a) Indicar os locais e horários em que deverão ser executados os serviços;
- b) Notificar a empresa fornecedora do(s) objeto (s) deste Registro de Preços, acerca de qualquer irregularidade encontrada na execução dos serviços;
- c) Efetuar os pagamentos devidos nas condições estabelecidas nesta Ata;

d) Promover ampla pesquisa de preços, de forma a comprovar que os preços registrados permanecem compatíveis com os praticados no mercado.

É competente o foro da Comarca de Campos Novos para dirimir quaisquer dúvidas, porventura, oriundas da presente Ata de Registro de Preços.

E por estarem justas e compromissadas, as partes assinam a presente Ata de Registro de Preços, em vias de igual teor e forma.

Campos Novos (SC), 10 de outubro de 2012.

Ata de registro de Preços nº 13/2012

Anexo I

Este documento é parte integrante da Ata de Registro de Preços nº 13/2012, celebrada entre a Prefeitura Municipal de Campos Novos e as empresas cujos preços estão a seguir registrados por item, em face à realização do Pregão nº 38/2012.

Fornecedor: AVANTE TRANSPORTES LTDA

CNPJ: 11.943.414/0001-70

Rua Coronel Pedro Carlos - Centro

Campos Novos - SC

Item	Especificação	Preço Unitário	Quilometragem estimada
01	Transporte Municipal de passageiros com veículo utilitário com no mínimo 15 lugares	R\$ 1,95	5.000 Km
04	Transporte Intermunicipal passageiros com veículo utilitário com no mínimo 15 lugares	R\$ 1,95	5.000 Km

VILIBALDO ERICH SCHMID

Prefeito Municipal

AVANTE TRANSPORTES LTDA

CNPJ: 11.943.414/0001-70

Ata Registro de Preço Nº 13/12 Pregão 38/12 Fraycampos

Ata de Registro de Preços nº 13/2012

Pregão Presencial nº 38/2012

Pelo presente instrumento, o Município de Campos Novos, com sede na Rua Expedicionário João Batista de Almeida, 323, através do Prefeito Municipal, Sr. Vilibaldo Erich Schmid, considerando o

julgamento da licitação na modalidade de Pregão para Registro de Preços nº 13/2012, bem como a classificação das propostas e a respectiva homologação, RESOLVE registrar os preços das empresas, nas quantidades estimadas para consumo no prazo de 01 ano, de acordo com a classificação por elas alcançadas, por item, atendendo às condições previstas no Instrumento Convocatório e às constantes desta Ata de Registro de Preços, sujeitando-se as partes às normas constantes da Lei nº 8.666/93, de 21 de junho de 1993, e suas alterações posteriores, a Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002 e Decreto Municipal nº 0149 de 24 de novembro de 2006 e sendo observadas as bases e os fornecimentos indicados nesta Ata.

1. Do Objeto

1.1. A presente ata tem por objeto registro de preços registro de preços de quilometro rodado para futura prestação de serviço de transporte municipal e intermunicipal de pessoas, em atendimento as necessidades das Secretarias, Fundos, Fundações e Autarquias do município de Campos Novos, conforme os preços e fornecedores registrados no Anexo I da Ata de Registro de Preços.

Parágrafo Único - Este instrumento não obriga a Prefeitura Municipal de Campos Novos a firmar contratações nas quantidades estimadas, podendo ocorrer licitações específicas para aquisição do(s) objetos(s), obedecida a legislação pertinente, sendo assegurada ao detentor do registro a preferência de fornecimento, em igualdade de condições.

2. Da Vigência Da Ata De Registro De Preços

2.1. A presente ata terá validade de 12 (doze) meses, contados a partir da assinatura

3. Das entregas

3.1. O serviço deverá ser executado conforme a necessidade da área solicitante, sendo a empresa vencedora comunicada com 10 dias de antecedência através do envio da Autorização de Fornecimento.

3.2. A Secretaria, Fundo, Fundação ou Autarquia requisitante informará com 10 dias de antecedência a data, horário e local para saída, informações estas que estarão constantes na Autorização de fornecimento.

3.3. Quando tratar-se de transporte de menores (alunos ou atletas) a área requisitante informará a relação de todos os passageiros e o nome, CPF e RG da pessoa (maior de idade) que ficará RESPONSÁVEL.

4. Do Pagamento

4.1. O pagamento será efetuado em até 30 dias após emissão de Nota Fiscal (NF), através de depósito bancário ou diretamente ao representante da empresa.

4.2 Os pagamentos ficarão condicionados a apresentação das seguintes Certidões Negativas de Débitos: Trabalhista, INSS, FGTS, Federal, Estadual e Municipal.

4.3. Nenhum pagamento será efetuado ao FORNECEDOR enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira que lhe for imposta, em virtude de penalidade ou inadimplência, sem que isso gere direito ao pleito do reajustamento de preços ou correção monetária.

5. Das obrigações do Fornecedor

5.1. Será de responsabilidade do FORNECEDOR:

- a) fornecer os materiais, objeto desta Ata, de acordo com as especificações exigidas no Edital;
- b) fornecer o objeto desta Ata, na forma, nos locais, nos prazos e nos preços estipulados na sua proposta;
- c) manter, durante toda execução da Ata, em compatibilidade com as obrigações por ela assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

6. Das Obrigações da Prefeitura de Campos Novos

6.1. A Prefeitura de Campos Novos obriga-se a:

- a) Indicar os locais e horários em que deverão ser executados os serviços;
- b) Notificar a empresa fornecedora do(s) objeto (s) deste Registro de Preços, acerca de qualquer irregularidade encontrada na execução dos serviços;
- c) Efetuar os pagamentos devidos nas condições estabelecidas nesta Ata;
- d) Promover ampla pesquisa de preços, de forma a comprovar que os preços registrados permanecem compatíveis com os praticados no mercado.

É competente o foro da Comarca de Campos Novos para dirimir quaisquer dúvidas, porventura, oriundas da presente Ata de Registro de Preços.

E por estarem justas e compromissadas, as partes assinam a presente Ata de Registro de Preços, em vias de igual teor e forma.

Campos Novos (SC), 10 de outubro de 2012.

Ata de registro de Preços nº 13/2012

Anexo I

Este documento é parte integrante da Ata de Registro de Preços nº 13/2012, celebrada entre a Prefeitura Municipal de Campos Novos e as empresas cujos preços estão a seguir registrados por item, em face à realização do Pregão nº 38/2012.

Fornecedor: FRAYCAMPOS TRANSPORTES LTDA

CNPJ: 02.449.132/0001-20

Rua Coronel Lucidoro nº 664 - Centro

Campos Novos - SC

Item	Especificação	Preço Unitário	Quilometragem estimada
02	Transporte de passageiros dentro do município com ônibus convencional com no mínimo 40 lugares	R\$ 2,75	5.000 km
05	Transporte de pessoas intermunicipal, com ônibus convencional com no mínimo 40 lugares	R\$ 2,99	5.000 km

VILIBALDO ERICH SCHMID

Prefeito Municipal

FRAYCAMPOS TRANSPORTES LTDA

CNPJ: 02.449.132/0001-20

Ata Registro de Preço Nº 13/12 Pregão 38/12 Marcelo Pertille Me

Ata de Registro de Preços nº 13/2012

Pregão Presencial nº 38/2012

Pelo presente instrumento, o Município de Campos Novos, com sede na Rua Expedicionário João Batista de Almeida, 323, através do Prefeito Municipal, Sr. Vilivaldo Erich Schmid, considerando o julgamento da licitação na modalidade de Pregão para Registro de Preços nº 13/2012, bem como a classificação das propostas e a respectiva homologação, RESOLVE registrar os preços das empresas, nas quantidades estimadas para consumo no prazo de 01 ano, de acordo com a classificação por elas alcançadas, por item, atendendo às condições previstas no Instrumento Convocatório e

às constantes desta Ata de Registro de Preços, sujeitando-se as partes às normas constantes da Lei nº 8.666/93, de 21 de junho de 1993, e suas alterações posteriores, a Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002 e Decreto Municipal nº 0149 de 24 de novembro de 2006 e sendo observadas as bases e os fornecimentos indicados nesta Ata.

1. Do Objeto

1.1. A presente ata tem por objeto registro de preços registro de preços de quilometro rodado para futura prestação de serviço de transporte municipal e intermunicipal de pessoas, em atendimento as necessidades das Secretarias, Fundos, Fundações e Autarquias do município de Campos Novos, conforme os preços e fornecedores registrados no Anexo I da Ata de Registro de Preços.

Parágrafo Único - Este instrumento não obriga a Prefeitura Municipal de Campos Novos a firmar contratações nas quantidades estimadas, podendo ocorrer licitações específicas para aquisição do(s) objetos(s), obedecida a legislação pertinente, sendo assegurada ao detentor do registro a preferência de fornecimento, em igualdade de condições.

2. Da Vigência Da Ata De Registro De Preços

2.1. A presente ata terá validade de 12 (doze) meses, contados a partir da assinatura

3. Das entregas

3.1. O serviço deverá ser executado conforme a necessidade da área solicitante, sendo a empresa vencedora comunicada com 10 dias de antecedência através do envio da Autorização de Fornecimento.

3.2. A Secretaria, Fundo, Fundação ou Autarquia requisitante informará com 10 dias de antecedência a data, horário e local para saída, informações estas que estarão constantes na Autorização de fornecimento.

3.3. Quando tratar-se de transporte de menores (alunos ou atletas) a área requisitante informará a relação de todos os passageiros e o nome, CPF e RG da pessoa (maior de idade) que ficará RESPONSÁVEL.

4. Do Pagamento

4.1. O pagamento será efetuado em até 30 dias após emissão de Nota Fiscal (NF), através de depósito bancário ou diretamente ao representante da empresa.

4.2 Os pagamentos ficarão condicionados a apresentação das seguintes Certidões Negativas de Débitos: Trabalhista, INSS, FGTS, Federal, Estadual e Municipal.

4.3. Nenhum pagamento será efetuado ao FORNECEDOR enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira que lhe for imposta, em virtude de penalidade ou inadimplência, sem que isso gere direito ao pleito do reajustamento de preços ou correção monetária.

5. Das obrigações do Fornecedor

5.1. Será de responsabilidade do FORNECEDOR:

- a) fornecer os materiais, objeto desta Ata, de acordo com as especificações exigidas no Edital;
- b) fornecer o objeto desta Ata, na forma, nos locais, nos prazos e nos preços estipulados na sua proposta;
- c) manter, durante toda execução da Ata, em compatibilidade com as obrigações por ela assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

6. Das Obrigações da Prefeitura de Campos Novos

6.1. A Prefeitura de Campos Novos obriga-se a:

- a) Indicar os locais e horários em que deverão ser executados os serviços;

b) Notificar a empresa fornecedora do(s) objeto (s) deste Registro de Preços, acerca de qualquer irregularidade encontrada na execução dos serviços;

c) Efetuar os pagamentos devidos nas condições estabelecidas nesta Ata;

d) Promover ampla pesquisa de preços, de forma a comprovar que os preços registrados permanecem compatíveis com os praticados no mercado.

É competente o foro da Comarca de Campos Novos para dirimir quaisquer dúvidas, porventura, oriundas da presente Ata de Registro de Preços.

E por estarem justas e compromissadas, as partes assinam a presente Ata de Registro de Preços, em vias de igual teor e forma.

Campos Novos (SC), 10 de outubro de 2012.

Ata de registro de Preços nº 13/2012

Anexo I

Este documento é parte integrante da Ata de Registro de Preços nº 13/2012, celebrada entre a Prefeitura Municipal de Campos Novos e as empresas cujos preços estão a seguir registrados por item, em face à realização do Pregão nº 38/2012.

Fornecedor: MARCELO PERTILLE ME

CNPJ: 07.735.231/00001-92

Rua Rodovia BR 470 KM 294

Campos Novos - SC

Item	Especificação	Preço Unitário	Quilometragem estimada
03	Transporte de passageiros dentro do município com micro-ônibus com no mínimo 20 lugares	R\$ 3,00	5.000 km
06	Transporte de pessoas intermunicipal, com micro-ônibus com no mínimo 20 lugares	R\$ 2,49	5.000 km

VILIBALDO ERICH SCHMID

Prefeito Municipal

MARCELO PERTILLE ME

CNPJ: 07.735.231/00001-92

Capinzal

PREFEITURA

Resolução Nº 002/2012

RESOLUÇÃO Nº 002, DE 19 DE OUTUBRO DE 2012

Abre crédito adicional suplementar, no valor de R\$ 61.500,00 (sessenta e um mil e quinhentos reais), na forma que especifica.

O PRESIDENTE DO CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL ABRIGO CASA LAR (CIALAR), no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo art. 17 do estatuto social e demais legislação pertinente, e;

Considerando a necessidade de ajustes nas dotações orçamentárias constantes do Orçamento vigente, indispensáveis ao bom desenvolvimento das ações relativas às atividades do CIALAR;

RESOLVE:

Art. 1º Fica aberto no orçamento do Consórcio Intermunicipal Abrigo Casa Lar - CIALAR de Capinzal, um crédito adicional suplementar, no valor de R\$ 61.500,00 (sessenta e um mil e quinhentos reais), para reforço da dotação orçamentária, a seguir especificada:

0101.08.243.0001.2001	OPERAÇÃO E MANUTENÇÃO DO CIALAR	FTE	DR	R\$	0,00
31901100-001	Vencimentos e vantagens fixas pessoal civil	00	00	R\$	37.500,00
31901300-002	Obrigações patronais	00	00	R\$	16.000,00
33903900-005	Outros serviços de terceiros – pessoa jurídica	00	00	R\$	8.000,00
	Total			R\$	61.500,00

Art. 2º Para dar cobertura ao crédito aberto no art. 1º desta Resolução é indicada como fonte de recursos, na forma do disposto no inciso III, do § 1º, do art. 43, da Lei Federal nº 4.320, de 1964, a anulação parcial do saldo das dotações orçamentárias vinculadas ao orçamento vigente do Consórcio Intermunicipal Abrigo Casa Lar - CIALAR, no valor de R\$ 61.500,00 (sessenta e um mil e quinhentos reais), na forma do quadro a seguir.

0101.08.243.0001.2001	OPERAÇÃO E MANUTENÇÃO DO CIALAR	FTE	DR	R\$	0,00
33901400-010	Diárias – civil	00	00	R\$	1.960,00
33903000-003	Material de consumo	00	00	R\$	2.062,96
33903600-004	Outros serviços de terceiros – pessoa física	00	00	R\$	4.999,92
33904700-007	Obrigações tributárias e contributivas	00	00	R\$	2.500,00
44905200-006	Equipamentos e material permanente	00	00	R\$	9.977,12
0101.08.243.0001.1001	AMPLIAÇÃO E ADEQUAÇÃO DO CIALAR	FTE	DR	R\$	0,00
44905100-008	Obras e instalações	00	00	R\$	20.000,00
44905200-009	Equipamentos e material permanente	00	00	R\$	20.000,00
	Total			R\$	61.500,00

Art. 3º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Capinzal, 19 de outubro de 2012.

LEONIR BOARETTO

Presidente do CIALAR

Concórdia

PREFEITURA

Aviso de Licitação Modalidade Pregão Eletrônico SRP Nº 6/2012 - FMAS

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA - SC

FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

AVISO DE LICITAÇÃO MODALIDADE

PREGÃO ELETRÔNICO SRP Nº. 6/2012 - FMAS

Objeto: Aquisição de filmes e livros novos, visando o atendimento às crianças e adolescentes institucionalizadas no Abrigo Lar Anjo Gabriel, com recursos oriundos do repasse fundo a fundo Abrigo/FEAS, conforme especificações constantes no(s) anexo(s) "A" e "B" do edital.

Forma de Pregão: Eletrônico

Tipo: Menor Preço por item

Recebimento das propostas: até as 08h15min do dia 08/11/2012.

Abertura: dia 08/11/2012, às 08h30min.

Informações complementares: o Edital em inteiro teor estará à disposição dos interessados na home page www.concordia.sc.gov.br, link "Licitações". Quaisquer informações poderão ser obtidas na Diretoria de Compras da Prefeitura Municipal de Concórdia, situada à Rua Leonel Mosele, nº 62, 1º andar, Centro, de 2ª a 6ª feira, das 08:00 às 11:30 e das 13:30 às 17:00, ou pelo fone (49) 3441-2162.

Concórdia, SC, 22 de outubro de 2012.

CRISTIANE FERNANDA WERLANG

Gestora do Fundo Municipal de Assistência Social

Aviso de Licitação Modalidade Pregão Eletrônico SRP Nº 7/2012 - FMAS

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA - SC

FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

AVISO DE LICITAÇÃO MODALIDADE

PREGÃO ELETRÔNICO SRP Nº. 7/2012 - FMAS

Objeto: Aquisição de utensílios domésticos e materiais para festividades, visando o atendimento às crianças e adolescentes institucionalizadas no Abrigo Lar Anjo Gabriel, com recursos oriundos do repasse fundo a fundo Abrigo / FEAS, conforme especificações constantes nos anexos "A" e "B" do edital.

Forma de Pregão: Eletrônico

Tipo: Menor Preço por item

Recebimento das propostas: até as 08h15min do dia 12/11/2012.

Abertura: dia 12/11/2012, às 08h30min.

Informações complementares: o Edital em inteiro teor estará à disposição dos interessados na home page www.concordia.sc.gov.br, link "Licitações". Quaisquer informações poderão ser obtidas na Diretoria de Compras da Prefeitura Municipal de Concórdia, situada à Rua Leonel Mosele, nº 62, 1º andar, Centro, de 2ª a 6ª feira, das 08:00 às 11:30 e das 13:30 às 17:00, ou pelo fone (49) 3441-2162.

Concórdia, SC, 22 de outubro de 2012.

CRISTIANE FERNANDA WERLANG

Gestora do Fundo Municipal de Assistência Social

Edital de Pregão Presencial Nº 15/2012 - FMS

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CONCÓRDIA - SC

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 15/2012 - FMS

Objeto: Aquisição de equipamentos médicos, odontológicos e laboratorial, para equipar as atividades do Fundo Municipal de Saúde.

Forma de Pregão: Presencial.

Tipo: Menor Preço.

Recebimento das propostas: até às 16:00 do dia 06/11/2012.

Abertura: dia 07/11/2012, às 08:30.

Informações complementares: o Edital em inteiro teor estará à disposição dos interessados na home page www.concordia.sc.gov.br, link "Licitações". Quaisquer informações poderão ser obtidas na Diretoria de Compras da Prefeitura Municipal de Concórdia, situada à Rua Leonel Mosele, nº 62, 1º andar, Centro, de 2ª a 6ª feira, das 08:00 às 11:30 e das 13:30 às 17:00, ou pelo fone (0**49) 3444-0627.

Concórdia, SC, 22 de Outubro de 2012.

GENAIR LOURDES BOGONI

Gestora do Fundo Municipal de Saúde.

Edital de Tomada de Preços Nº 63/2012 - PMC

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA - SC

EDITAL DE TOMADA DE PREÇOS Nº 63/2012 - PMC

Objeto: Contratação de empresa, em regime de empreitada global (material, mão de obra e equipamentos), para fornecimento e instalação de abrigos de passageiros, neste Município, de acordo com o Memorial Descritivo e Projeto Básico constante no Anexo "D" do Edital.

Recebimento das propostas: até as 16h00min do dia 12/11/2012.

Abertura: dia 13/11/2012, às 08h30min

Informações complementares: o Edital em inteiro teor estará à disposição dos interessados na home page www.concordia.sc.gov.br, link "Licitações". Quaisquer informações poderão ser obtidas na Diretoria de Compras da Prefeitura Municipal de Concórdia, situada à Rua Leonel Mosele, nº 62, 1º andar, Centro, de 2ª a 6ª feira, das 08h00min às 11h30min e das 13h30min às 17h00min, ou pelo telefone (49) 3441-2107.

Concórdia, SC, 22 de outubro de 2012.

BEATRIZ FÁTIMA C. DA SILVA ROSA

Secretária Municipal de Administração

Edital de Tomada de Preços Nº 64/2012 - PMC

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA - SC

EDITAL DE TOMADA DE PREÇOS Nº 64/2012 - PMC

Objeto: Contratação de empresa do ramo de instalação e manutenção de redes elétricas para execução de obras, em regime de empreitada por preços máximos unitários (material e mão de obra), de instalação e manutenção de redes elétricas deste Município, de acordo com o Projeto Básico constante no Anexo "D" deste Edital.

Recebimento das propostas: até as 16h00min do dia 12/11/2012.

Abertura: dia 13/11/2012, às 14h00min

Informações complementares: o Edital em inteiro teor estará à disposição dos interessados na home page www.concordia.sc.gov.br, link "Licitações". Quaisquer informações poderão ser obtidas na Diretoria de Compras da Prefeitura Municipal de Concórdia, situada à Rua Leonel Mosele, nº 62, 1º andar, Centro, de 2ª a 6ª feira, das 08h00min às 11h30min e das 13h30min às 17h00min, ou pelo telefone (49) 3441-2164.

Concórdia, SC, 22 de outubro de 2012.

BEATRIZ FÁTIMA C. DA SILVA ROSA

Secretária Municipal de Administração

Extratos Contratos Nº 73/2012 a 75/2012 - FMS

Contrato Nº: 73/2012

Contratante: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CONCORDIA

Contratada: DIENIFER LETICIA RAMOS ANERES

Licitação: Inexigibilidade de Licitação 31/2012

Dotação: 13.001.000.0010.0303.0050.2103.333903999000000.01650000

Objeto: Internamento em clínica especializada.

Vigência: Início: 01/10/2012 Término: 01/10/2013

Valor R\$ 60.336,00(SESENTA MIL E TREZENTOS E TRINTA E SEIS REAIS)

Contrato Nº: 74/2012

Contratante: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CONCORDIA

Contratada: PAULO ANTONIO BALBINOT & CIA LTDA

Licitação: Tomada de Preço para Obras e Serviços de Engenharia 1/2012

Dotação: 13.001.000.0010.0304.0051.2104.344905193000000.0

3660000

Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA DO RAMO DE ENGENHARIA E OU CONSTRUÇÃO CIVIL, PARA EXECUÇÃO DE OBRA.
 Vigência: Início: 11/10/2012 Término: 11/01/2013
 Valor R\$ 39.161,82(TRINTA E NOVE MIL E CENTO E SESENTA E HUM REAIS E OITENTA E DOIS CENTAVOS)

Contrato Nº: 75/2012
 Contratante: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CONCORDIA
 Contratada: INOVADORA SISTEMAS DE GESTÃO LTDA
 Licitação: Dispensa de Licitação 10/2012
 Dotação: 13.001.000.0010.0122.0048.2101.333903911000000.01020000

Objeto: Contratação de empresa especializada em informática para prestação de serviços de conversão de dados, implantação, treinamento e fornecimento mediante locação/licenciamento, atualização, manutenção, acompanhamento e suporte técnico de sistemas.

Vigência: Início: 16/10/2012 Término: 16/04/2013
 Valor R\$ 7.095,18(SETE MIL E NOVENTA E CINCO REAIS E DEZOITO CENTAVOS)

Extrato de Ratificação de Inexigibilidade de Licitação Nº 1/2012 - Fmc

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA - SC
 FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE CULTURA - FMC
 EXTRATO DE RATIFICAÇÃO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 1/2012-FMC

A Superintendente da Fundação Municipal de Cultura - FMC, torna público que ratificou o ato do Senhor José Alberto Mazocco, Chefe de Departamento, que declarou Inexigível a licitação, nos termos do Inciso III, do artigo 25 da Lei Federal nº 8.666/1993 e posteriores alterações, para contratação de empresa para apresentação de espetáculo artístico de dança, em favor da COMPANHIA DE DANÇAS MILLENNIUM, no valor total de R\$ 6.100,00 (seis mil e cem reais).

Concórdia, SC, 22 de outubro de 2012.
 SANDRA MARA ROMAN
 Superintendente da FMC

Edital de Notificação

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA
 EDITAL DE NOTIFICAÇÃO

Em cumprimento ao disposto na Lei nº 9.452, de 20 de março de 1997, notificamos os partidos políticos, os sindicatos de trabalhadores e as entidades empresariais com sede neste Município, a liberação de recursos proveniente do SALÁRIO EDUCAÇÃO, no valor de R\$ 178.263,41 (cento e setenta e oito mil duzentos e sessenta e três reais e quarenta e um centavos).

Concórdia SC, 22 de outubro de 2012.
 JOAQUIM PEDRO DE B. BICCA NETO SEGUNDO
 Secretário Municipal de Finanças

Cordilheira Alta

PREFEITURA

Extrato de Licitação - Pregão Presencial

Estado de Santa Catarina
 Município de Cordilheira Alta
 Aviso de Licitação

O Município de Cordilheira Alta, SC, através do seu Prefeito Municipal, torna público a todos os interessados, que estará realizando licitação na modalidade de Pregão Presencial para Compras e Serviços, de acordo com a Lei 10.520/02, Lei 8.666/93, Decreto Municipal 17/2007 e normas estabelecidas no Edital.

Processo Licitatório n. 62/2012
 Edital: Pregão Presencial n. 48/2012
 Tipo: Menor preço por lote.

Objeto: Aquisição de peças e contratação de serviço de mão de obra especializado para reforma emergencial da Retroescavadeira Randon RK 406, ano 2009.

Entrega dos Envelopes: até às 08:45 horas do dia 05/11/2012

Abertura dos Envelopes: 09:00 horas do dia 05/11/2012

O Edital poderá ser obtido presencialmente no endereço: Rua Celso Tozzo, n. 27, centro, nos dias úteis, durante o horário de expediente, ou pelo site www.pmcordi.sc.gov.br no link "licitações"; Esclarecimentos poderão ser obtidos pelo telefone (49) 3358.9100.

Cordilheira Alta, SC, 22 de outubro de 2012.
 RIBAMAR ALEXANDRE ASSONALIO
 Prefeito Municipal

Coronel Martins

PREFEITURA

Decreto Nº. 145, de 18 de Outubro de 2012.

DECRETO Nº. 145, DE 18 DE OUTUBRO DE 2012.
 EXONERAR SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Coronel Martins, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo inciso VI, do artigo 94, da Lei Orgânica Municipal de 28/10/1994, resolve;

EXONERAR:

Art. 1º A Servidora Pública Municipal ocupante de seu Cargo Comissionado enquadrada na Estrutura Administrativa desta Prefeitura, pelo Regime Jurídico Estatutário, a partir de 18 de outubro de 2012.

NOME	CARGO
Fátima Aparecida Tomazeli Basso	Coordenador Geral de Ensino Fundamental

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação

Gabinete do Prefeito Municipal de Coronel Martins SC, em 18 de outubro de 2012.

DARCI CABRAL DE MEDEIROS
 Prefeito Municipal



Este decreto foi registrado e publicado em data supra.

LUCAS CUCHI
Chefe de Gabinete

Decreto Nº. 146, de 22 de Outubro de 2012.

DECRETO Nº. 146, DE 22 DE OUTUBRO DE 2012.

PRORROGA CONTRATO DE FUNCIONÁRIO POR TEMPO DETERMINADO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Coronel Martins, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Complementar nº. 008, de 11/07/2003, e Lei Orgânica do Município de 28/10/1994,

Considerando O Edital de Teste Seletivo nº. 002, de 04/05/2011, que Dispõe sobre o Processo Seletivo de admissão de servidores em caráter temporário, resolve:

PRORROGAR:

Art. 1º O contrato do servidor publico municipal abaixo relacionado para continuar exercendo o devido cargo conforme discriminação e carga horária abaixo descritos, junto a Secretaria Municipal de Transporte,Obras e Serviços Públicos, ate 01 setembro de 2013,percebendo vencimento inicial do Anexo III da Lei Complementar nº.018,de 30/12/2005 e suas alterações

NOME	CARGO	CARGA HORÁRIA
Denilso da Silva	Auxiliar de Serviços Gerais	40:00 horas semanais

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Coronel Martins- SC, em 22 de outubro de 2012.

DARCI CABRAL DE MEDEIROS
Prefeito Municipal

Este Decreto foi registrado e publicado em data supra.

LUCAS CUCHI
Chefe de Gabinete

Decreto Nº147, de 22 de Outubro de 2012.

DECRETO Nº147, DE 22 DE OUTUBRO DE 2012.

CONCEDE ADICIONAL DE INSALUBRIDADE AO SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Coronel Martins, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pelo art. 94, VI, da Lei Orgânica Municipal, e pelo artigo 58 da Lei Complementar 005/2003 de 14 de Abril de 2003, resolve;

CONCEDER:

Art. 1º Adicional de Insalubridade ao Servidor Público Municipal, Sr Marcos Antonio Souza da Silva ocupante do Cargo de Auxiliar de serviços gerais, num percentual de 20% (vinte por cento) sobre o piso mínimo do vencimento Municipal, a partir de 18 de outubro de 2012, em virtude da prestação de seus serviços junto a Rampa de lavagem na Secretaria Transporte e Obras.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Coronel Martins SC, em 22 de outubro de 2012.

DARCI CABRAL DE MEDEIROS
Prefeito Municipal

Este decreto foi registrado e publicado em data supra.

LUCAS CUCHI
Chefe de Gabinete

Portaria Nº. 110 de 22 de Outubro de 2012.

PORTARIA Nº. 110 DE 22 DE OUTUBRO DE 2012.

CONCEDE FÉRIAS À SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal , de Coronel Martins, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 65 da Lei Complementar nº. 005, de 14/04/2003, e pela Lei Orgânica do Município, de 28/10/1994 consolidada em 12/12/2005;

Considerando o princípio administrativo da eficiência, da moralidade pública, da legalidade e do interesse público, resolve;

CONCEDER:

Art. 1º Férias a Servidora abaixo relacionada, no período e referência que especifica:

01 - Para gozo de 22 (vinte e dois) dias no período de 19/11/2012 á 10/12/2012,em virtude da concessão de Auxilio Doença conforme Benefício número 5491804947 referente a portaria de retorno de 09 de janeiro de 2012.

Nome	Cargo	Referência
Elenice dos Santos	Servente Geral	13/07/2012 à 12/07/2011

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Coronel Martins - SC, em 22 de outubro de 2012.

DARCI CABRAL DE MEDEIROS
Prefeito Municipal

Esta Portaria foi registrada e publicada em data supra.

LUCAS CUCHI
Chefe de Gabinete

Portaria Nº. 111, de 22 de Outubro de 2012

PORTARIA Nº. 111, DE 22 DE OUTUBRO DE 2012.

CONCEDE LICENÇA PRÊMIO POR ASSIDUIDADE À SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

O Prefeito Municipal de Coronel Martins, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 86 da Lei Complementar nº. 005, de 14/04/2003, e pela Lei Orgânica do Município.

Considerando o princípio administrativo da moralidade pública, e da legalidade, resolve;

CONCEDER:

Art. 1º Licença Prêmio por Assiduidade a Servidora abaixo relacionada, no período e referências que especifica.

01- Pelo período de 30 (trinta) dias, com gozo a partir do dia 11/12/2012 à 09/01/2013.

Nome	Cargo	Referências
Elenice dos Santos	Servente Geral	2009 á 2012

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Coronel Martins - SC, em 22 de outubro de 2012.

DARCI CABRAL DE MEDEIROS

Prefeito Municipal

Esta Portaria foi registrada e publicada em data supra.

LUCAS CUCHI

Chefe de Gabinete

Portaria Nº. 112 de 22 de Outubro de 2012

PORTARIA Nº. 112 DE 22 DE OUTUBRO DE 2012.

CONCEDE FÉRIAS À SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal, de Coronel Martins, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 65 da Lei Complementar nº. 005, de 14/04/2003, e pela Lei Orgânica do Município, de 28/10/1994 consolidada em 12/12/2005;

Considerando o princípio administrativo da eficiência, da moralidade pública, da legalidade e do interesse público, resolve;

CONCEDER:

Art. 1º Férias a Servidora abaixo relacionada, no período e referência que especifica:

01 - Para gozo de 30 (trinta) dias no período de 15/11/2012 à 14/12/2012

Nome	Cargo	Referência
Eloide T. Guisolphi	Diret. Políticas para Mulheres	01/10/2011 á 31/09/2012

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Coronel Martins - SC, em 22 de outubro de 2012.

DARCI CABRAL DE MEDEIROS

Prefeito Municipal

Esta Portaria foi registrada e publicada em data supra.

LUCAS CUCHI

Chefe de Gabinete

Portaria Nº. 113 de 22 de Outubro de 2012.

PORTARIA Nº. 113 DE 22 DE OUTUBRO DE 2012.

CONCEDE FÉRIAS À SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal, de Coronel Martins, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 65 da Lei Complementar nº. 005, de 14/04/2003, e pela Lei Orgânica do Município, de 28/10/1994 consolidada em 12/12/2005;

Considerando o princípio administrativo da eficiência, da moralidade pública, da legalidade e do interesse público, resolve;

CONCEDER:

Art. 1º Férias a Servidora abaixo relacionada, no período e referência que especifica:

01 - Para gozo de 30 (trinta) dias no período de 15/11/2012 à 14/12/2012

Nome	Cargo	Referência
Ivete Gaviolli	Assistente Social	10/01/2011 á 09/01/2012

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Coronel Martins - SC, em 22 de outubro de 2012.

DARCI CABRAL DE MEDEIROS

Prefeito Municipal

Esta Portaria foi registrada e publicada em data supra.

LUCAS CUCHI

Chefe de Gabinete

Portaria Nº. 114 de 22 de Outubro de 2012.

PORTARIA Nº. 114 DE 22 DE OUTUBRO DE 2012.

CONCEDE FÉRIAS À SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal, de Coronel Martins, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 65 da Lei Complementar nº. 005, de 14/04/2003, e pela Lei Orgânica do Município, de 28/10/1994 consolidada em 12/12/2005;

Considerando o princípio administrativo da eficiência, da moralidade pública, da legalidade e do interesse público, resolve;

CONCEDER:

Art. 1º Férias a Servidora abaixo relacionada, no período e referência que especifica:

01 - Para gozo de 15 (quinze) dias no período de 19/11/2012 à 03/12/2012.

Nome	Cargo	Referência
Ana Pomieciski Guimaraes	Secre. Mun. de Educação	10/01/2011 á 09/01/2012

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Coronel Martins - SC, em 22 de outubro de 2012.

DARCI CABRAL DE MEDEIROS

Prefeito Municipal

Esta Portaria foi registrada e publicada em data supra.

LUCAS CUCHI

Chefe de Gabinete

Portaria Nº. 116, de 22 de Outubro de 2012

PORTARIA Nº. 116, DE 22 DE OUTUBRO DE 2012.

CONCEDE LICENÇA PRÊMIO POR ASSIDUIDADE A SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

O Prefeito Municipal de Coronel Martins, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 86 da Lei Complementar. Nº 005/2003 de 14/04/2003, e pela Lei Orgânica do Município.

Considerando o princípio administrativo da moralidade pública, e da legalidade, resolve;

CONCEDER:

Art. 1º Licença Prêmio por Assiduidade ao Servidor abaixo relacionado, no período e referência que especifica.

01- Pelo período de 30 (trinta) dias, com gozo a partir do dia 10 de Dezembro a 08 de Janeiro de 2013.

Nome	Cargo	Referência
Joel de J. dos Santos	Motorista	04/2007 á 2010

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Coronel Martins - SC, em 22 de outubro de 2012.

DARCI CABRAL DE MEDEIROS
Prefeito Municipal

Esta Portaria foi registrada e publicada em data supra.

LUCAS CUCHI
Chefe de Gabinete

Portaria Nº. 117, de 22 de Outubro de 2012.

PORTARIA Nº. 117, DE 22 DE OUTUBRO DE 2012.

DESIGNA SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

O Prefeito Municipal de Coronel Martins, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município;

Considerando o princípio administrativo da eficiência, da moralidade pública, da legalidade e do interesse público, resolve:

DESIGNAR:

Art. 1º O Servidor Público Municipal, Senhor Marcos Antonio Souza da Silva, ocupante do Cargo de Auxiliar de Serviços Gerais, para exercer suas funções junto a Rampa de Lavagem de Veículos da Administração Municipal, a partir do dia 18 de outubro de 2012.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Coronel Martins - SC, em 22 de outubro 2012

DARCI CABRAL DE MEDEIROS
Prefeito Municipal

Este decreto foi registrado e publicado em data supra.

LUCAS CUCHI
Chefe de Gabinete

Anexo TC-07/94 - Dados e Texto do Terceiro Termo Aditivo Nº. 040/2012 de Contrato 116/2012

ANEXO TC-07/94 - DADOS E TEXTO DO TERCEIRO TERMO ADITIVO Nº. 040/2012 DE CONTRATO 116/2012

MÊS/ANO: AGOSTO/2012. NÚMERO CONTRATO: 116/2012

INÍCIO DA VIGÊNCIA: 20/08/2012

DESCRIÇÃO: O objeto do presente Termo Aditivo consiste na alteração das Cláusulas Segunda e Sétima do Contrato nº. 109, de 05 de outubro de 2009.

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

O objeto do presente Termo Aditivo consiste na alteração das Cláusula Sétima do Contrato nº. 116, de 20 de agosto de 2012.

CLÁUSULA SEGUNDA - DAS ALTERAÇÕES CONTRATUAIS

A Cláusula Sétima do Contrato 116/2012 passará a vigorar com a seguinte redação

"CLÁUSULA SETIMA - DOS PRAZOS

1. O presente contrato terá vigência ate 19 de novembro de

2012."

CLÁUSULA TERCEIRA: Ficam ratificadas as demais Cláusulas do referido Contrato.

RESPONSÁVEL JURÍDICO: Dr. Michael Hartmann OAB/SC n. 14.693

TIPO DE PESSOA (1/2): 1 CPF/CNPJ: 036.378.449-74

CONTRATADO: KELLY FABIANA ORSI OLENKICKI

VENCIMENTO DO CONTRATO: 19/11/2012

CÓDIGO MOEDA CONTRATADA: R\$.

Corupá

PREFEITURA

Decreto Nº. 485/12 - Autoriza a Abertura de Créditos Adicionais Suplementares e Dá Outras Providências.

DECRETO Nº. 485/12

AUTORIZA A ABERTURA DE CRÉDITOS ADICIONAIS SUPLEMENTARES E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

LUIZ CARLOS TAMANINI, Prefeito Municipal de Corupá, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições, e de conformidade com a Lei Municipal Nº. 2.050/2011 de 08 de dezembro de 2011,

D E C R E T A:

Art. 1º - Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal, autorizado a abrir por Decreto, Créditos Adicionais Suplementares até o limite do valor de R\$ 5.000,00 (cinco mil reais), que obedecerá a seguinte classificação:

Código	DR	Classificação	Valor R\$
09.000		Secretaria Municipal de Assistência Social, Trabalho e Habitação	
09.002		Fundo para a Infância e Adolescência	
008.243.0064.2012		Assistência e Proteção a Criança e Adolescente	
3.3.90.00.00.00.00	0.1.00.00	Aplicações Diretas	5.000,00
TOTAL			5.000,00

Art. 2º - Para atender as necessidades financeiras contidas no artigo anterior, serão utilizados recursos oriundos da anulação das seguintes dotações orçamentárias consignadas no Orçamento do Município a saber:

Código	DR	Classificação	Valor R\$
09.000		Secretaria Municipal de Assistência Social, Trabalho e Habitação	
09.001		Manutenção da Assistência Social	
008.244.0064.2011		Manutenção do Depart. De Assistência Social	
3.3.50.00.00.00.00	0.1.00.00	Aplicações Diretas	5.000,00
TOTAL			5.000,00

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Corupá/SC, 03 de setembro de 2012.

LUIZ CARLOS TAMANINI
Prefeito Municipal



SANDRO ROGÉRIO GLATZ
Secretário Municipal de Administração E Fazenda

Publicada e Registrada na Forma da Lei nº 1.891 de 10 de Março.

Decreto Nº. 494/12 - Autoriza a Abertura de Créditos Adicionais Suplementares e Dá Outras Providências.

DECRETO Nº. 494/12

AUTORIZA A ABERTURA DE CRÉDITOS ADICIONAIS SUPLEMENTARES E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

CARLOS DIETER WERNER, Prefeito Municipal em Exercício de Corupá, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições, e de conformidade com a Lei Municipal Nº. 2.050/2011 de 08 de dezembro de 2011,

D E C R E T A:

Art. 1º - Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal, autorizado a abrir por Decreto, Créditos Adicionais Suplementares até o limite do valor de R\$ 40.000,00 (quarenta mil reais), que obedecerá a seguinte classificação:

Código	DR	Classificação	Valor R\$
07.000		Secretaria Municipal de Infraestrutura	
07.001		Divisão de Serviços Públicos	
015.452.0039.2014		Manutenção da Secretaria de Infraestrutura	
3.1.90.00.00.00.00	0.1.00.00	Aplicações Diretas	40.000,00
TOTAL			40.000,00

Art. 2º - Para atender as necessidades financeiras contidas no artigo anterior, serão utilizados recursos oriundos da anulação das seguintes dotações orçamentárias consignadas no Orçamento do Município a saber:

Código	DR	Classificação	Valor R\$
07.000		Secretaria Municipal de Infraestrutura	
07.001		Divisão de Serviços Públicos	
015.452.0039.2014		Manutenção da Secretaria de Infraestrutura	
4.4.90.00.00.00.00	0.1.00.00	Aplicações Diretas	40.000,00
TOTAL			40.000,00

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Corupá/SC, 24 de setembro de 2012.

CARLOS DIETER WERNER
Prefeito Municipal em Exercício

SANDRO ROGÉRIO GLATZ
Secretário Municipal de Administração e Fazenda

Publicada e Registrada na Forma da Lei nº 1891, de 10 de Março de 2009.

Notificação de Receita 09/2012

NOTIFICAÇÃO DE RECEITA 09/2012

LUIZ CARLOS TAMANINI, Prefeito Municipal de Corupá, Estado de Santa Catarina, no uso e exercício de suas funções e de conformidade com o que preceitua a Lei Orgânica Municipal em seu inciso VII do artigo 66, e atendendo à determinação contida na Lei Federal nº 9.452 de 20 de março de 1997, NOTIFICA, a Câmara Municipal, aos Partidos Políticos, o Sindicato de Trabalhadores e

Produtores e Entidades Empresariais com sede no Município, que recebeu no mês de setembro de 2012, recursos Federais e Estaduais relativos aos seguintes convênios e destinados aos seguintes programas:

Recursos Federais:

Objeto	Valor
PNAE - Programa Nacional de Alimentação Escolar	R\$ 15.540,00
PAB - Fixo - Piso da Atenção Básica	R\$ 26.844,83
PACS - Programa de Agentes Comunitários de Saúde	R\$ 26.130,00
PSF - Programa Saúde da Família	R\$ 28.520,00
PSB - Programa Saúde Bucal	R\$ 2.230,00
SE - Salário Educação	R\$ 38.145,40
PBF - Programa Bolsa Família	R\$ 4.500,00
IGD-SUAS - Índice de Gestão Descentralizada do Sistema Único de Assistência Social	R\$ 500,00
PNTE - Programa Nacional do Transporte Escolar	R\$ 6.736,53
PFVPS - Piso Fixo de Vigilância e Promoção da Saúde	R\$ 3.357,08
PFB - Programa de Farmácia Básica	R\$ 5.686,50
PMAQ - Programa Nacional de Melhoria do Acesso e da Qualidade	R\$ 7.800,00
MAC - Assistência Ambulatorial de Médio/Alto Custo/Complexidade	R\$ 1.942,26

Recursos Estaduais:

Objeto	Valor
Co-financiamento - Atenção Básica	R\$ 5.500,00
Assistência Farmacêutica Básica	R\$ 5.194,50
TE - Transporte Escolar	R\$ 44.574,66

Corupá, 15 de outubro de 2012.

DILVANE KÜHL KLABUNDE
Gerente Fazendário

LUIZ ALBERTO WIESE
Controlador Interno

SANDRO ROGÉRIO GLATZ
Secretário de Administração e Fazenda

LUIZ CARLOS TAMANINI
Prefeito Municipal

Curitibanos

PREFEITURA

Edital de Concorrência Nº 201/2012

EDITAL DE CONCORRÊNCIA Nº 201/2012.

O Município de Curitibanos, Estado de Santa Catarina, pessoa jurídica de direito público interno, com sede na Av. Cel. Vidal Ramos, 860, neste ato representado por seu titular Sr. Wanderley Teodoro Agostini, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições, faz saber que se acha aberta licitação na modalidade de concorrência do tipo MAIOR OFERTA POR ITEM, regida pela Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, e alterações introduzidas pelas Leis nº 8.883 de 8 de junho de 1994, e suas modificações, assim como pelas Leis Federais nº 8.987, de 13 de fevereiro de 1995 e nº 9.074, de 07 de julho de 1995, pelas disposições contidas no presente Edital e legislação aplicável, para escolha de concessionário para uso espaço público, cujo objeto é a Concessão de espaço público compreendido de Lanchonete/restaurante com área de 297,80m2 na Rodoviária Municipal, localizada na Av. Lions, conforme descrição detalhada no anexo I e nas demais condições previstas neste edital e em seus anexos.

A Comissão Permanente de Licitação, receberá os envelopes documentação de habilitação e envelopes propostas de preços dos

interessados, devidamente protocolados no Protocolo Central da Prefeitura Municipal até as 14:30 horas do dia 27 de novembro de 2012, na sede da Prefeitura Municipal de Curitiba, sito a Rua Cel. Vidal Ramos, 860.

Os envelopes contendo a documentação de habilitação e propostas de preços dos interessados, serão abertos respectivamente pela Comissão Permanente de Licitação, a partir das 15:00 horas do dia 27 de novembro de 2012.

O inteiro teor deste ato convocatório e de seus anexos encontram-se à disposição dos interessados que o solicitarem no Setor de Licitações e Contratos da Prefeitura de Curitiba, no horário de expediente e na página da Prefeitura www.curitiba.sc.gov.br.

Curitiba, 19 de outubro de 2012.

WANDERLEY TEODORO AGOSTINI
Prefeito Municipal

ADAILTON ALVES
Pregoeiro

Edital de Pregão Presencial Nº 200/2012

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 200/2012

O Município de Curitiba, por intermédio de seu Pregoeiro e sua Equipe de Apoio torna público que se encontra aberta licitação na modalidade de PREGÃO PRESENCIAL, com julgamento Pelo Menor Preço por Item, regida pela Lei Federal 10.520/02, pela Lei 8.666/93, entre outros dispositivos legais aplicados a espécie, com o fim específico de escolher a proposta mais vantajosa a esta administração, AQUISIÇÃO DE LAMPADAS VAPOR DE SÓDIO 250WATS DE FABRICAÇÃO NACIONAL PARA USAR NA ILUMINAÇÃO PÚBLICA. Os interessados em participar do certame deverão entregar o envelope contendo a Proposta de Preços e o envelope contendo a Documentação de Habilitação até as 14:30 horas do dia 05/11/2012, no Protocolo Central da Prefeitura Municipal, sito a rua Cel. Vidal Ramos, 860.

A partir das 15:00 horas do dia 05/11/2012, será realizada sessão pública para a classificação das propostas e em seguida a fase de lances das propostas classificadas, no setor de Licitações e Contratos, sito a Rua: Cel Vidal Ramos, 860.

O inteiro teor deste ato convocatório e de seus anexos encontram-se à disposição dos interessados que o solicitarem no Setor de Licitações e Contratos da Prefeitura de Curitiba, no horário de expediente e na página da Prefeitura www.curitiba.sc.gov.br.

Curitiba, 19 de outubro de 2012.

WANDERLEY TEODORO AGOSTINI
Prefeito Municipal

ADAILTON ALVES
Pregoeiro

Ermo

PREFEITURA

Portaria Nº 122, de 22 de Outubro de 2012.

PORTARIA Nº 122, de 22 de outubro de 2012.
Revoga Parcialmente Portaria que especifica.

MARCOS LEONE OLIVEIRA, Prefeito Municipal de Ermo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e tendo em vista o disposto no Art. 62, inciso VIII da Lei Orgânica Municipal, combinado com o Art. 41 inciso I e Art. 42 inciso II alínea b, da Lei nº 038, de 04 de Novembro de 1997;

RESOLVE:

Art. 1º Revogar parcialmente a Portaria Nº. 091, de 06 de julho de 2012.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Ermo - SC, em 22 de outubro de 2012.
MARCOS LEONE OLIVEIRA
Prefeito Municipal

Registre-se e Publique-se.

CÁSSIO ANDREI FONTANA SIMÃO

Secretário de Administração e Finanças Interino

Portaria Nº 125, de 22 de Outubro de 2012.

PORTARIA Nº 125, de 22 de outubro de 2012.
Admite Servidor em Caráter Temporário - ACT.

MARCOS LEONE OLIVEIRA, Prefeito Municipal de Ermo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e tendo em vista o disposto no Art. 62, inciso VIII da Lei Orgânica Municipal, combinado com o Art. 2º, III da Lei nº 120/2001, de 03 de outubro de 2001;

Considerando que a servidora Adriana Inácio, que desenvolve suas atividades como Auxiliar de Serviços Gerais gozará férias no período de 22/10/2012 a 20/11/2012 e a urgente necessidade na continuidade dos serviços que desenvolve e não havendo servidor disponível para substituí-la;

RESOLVE:

Art. 1º Admitir VILMA LAURINDO JOÃO, em Caráter Temporário (ACT), para ocupar o cargo de Auxiliar de Serviços Gerais II, no período de 22/10/2012 a 20/11/2012, em substituição a Servidora Adriana Inácio.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Ermo -SC, em 22 de outubro de 2012.
MARCOS LEONE OLIVEIRA
Prefeito Municipal

Registre-se e Publique-se.

CÁSSIO ANDREI FONTANA SIMÃO

Secretário de Administração e Finanças Interino

Portaria Nº. 123, de 22 de Outubro de 2012.

PORTARIA Nº. 123, de 22 de outubro de 2012.
Dispõe sobre a Exoneração de Servidor Ocupante de Cargo em Comissão, que especifica.

MARCOS LEONE OLIVEIRA, Prefeito Municipal de Ermo, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhes confere o Art. 62, inciso VIII da Lei Orgânica Municipal, combinado com o Art. 1º, § 1º, da Lei Nº 003, de 03 de janeiro de 1997;

RESOLVE:

Art. 1º Exonerar LÉLIS HELENA LEONARDO, do cargo em comissão de CHEFE DE GABINETE, Nível DASU-3, nomeada pela Portaria nº 061, de 01 de julho de 2008.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Ermo - SC, em 22 de outubro de 2012.
MARCOS LEONE OLIVEIRA
Prefeito Municipal

Registre-se e Publique-se.

CÁSSIO ANDREI FONTANA SIMÃO

Secretário de Administração e Finanças Interino

Forquilha

PREFEITURA

Decreto Nº. 115, de 16 de Outubro de 2012.

DECRETO Nº. 115, DE 16 DE OUTUBRO DE 2012.

DISPÕE SOBRE A CONSTITUIÇÃO DO COMITÊ DE INVESTIMENTOS, DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DO MUNICÍPIO DE FORQUILHINHA/SC - FORQUILHINHAPREV E, DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO MUNICIPAL DE FORQUILHINHA, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com a Lei Orgânica Municipal, de 15 de novembro de 1990, e tendo em vista as disposições da Resolução CMN nº 3.922, de 25 de novembro de 2010 e o disposto no art. 3º-A, da Portaria MPS nº 519, de 24 de agosto de 2011 (com redação dada pela Portaria MPS nº 170, de 25 de abril de 2012),

DECRETA:

Art. 1º Fica constituído, nos termos deste decreto, o Comitê de Investimentos que é órgão de assessoramento do Conselho de Administração, na formulação e no acompanhamento da Política e Diretrizes Gerais de Investimentos do Fundo de Previdência dos Servidores Públicos do Município de Forquilha/SC - FORQUILHINHAPREV.

Art. 2º O Comitê de Investimentos será composto por 3 (três) membros, sendo:

I - 2 (dois) membros originários do Conselho de Administração eleitos dentre seus pares;

II - e o Gestor-Financeiro e de Investimentos.

Parágrafo único. O mandato dos membros do Comitê de Investimentos encerrará com o término do mandato dos Conselheiros e Diretores que o integram.

Art. 3º O Comitê de Investimentos reunir-se-á, ordinariamente, uma vez por bimestre, e extraordinariamente, quando convocado por um de seus membros ou, a pedido do Conselho de Administração.

Parágrafo único. As decisões referente a destinação da aplicação dos recursos previdenciários deverão ser registradas em atas e arquivadas junto as demais decisões emitidas pelo Conselho Administrativo.

Art. 4º O Comitê de Investimentos tem por objetivo examinar e debater as questões estratégicas e conjunturais quanto aos investimentos do Regime Próprio de Previdência Social do Município de Forquilha/SC, para equalizar os níveis de informação; uniformizar as interpretações e os procedimentos operacionais; assegurar e preservar o crescimento patrimonial do RPPS, objetivando honrar seus compromissos previdenciários e assistenciais, bem como propor, através de documento formal, a Política de Investimentos do Fundo de Previdência dos Servidores Públicos do Município de Forquilha/SC - FORQUILHINHAPREV, para apreciação, deliberação e aprovação pelo Conselho Administrativo.

Parágrafo único. O Comitê de Investimento será presidido pelo Gestor-Financeiro que deverá ter sido aprovado no exame de certificação organizado por entidade autônoma de reconhecida capacidade técnica e difusão no mercado brasileiro de capitais.

Art. 5º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Forquilha/SC, 16 de outubro de 2012.

VANDERLEI ALEXANDRE

Prefeito Municipal

Publicado no mural e registrado em 16 de outubro de 2012.

ELISANDRA COLOMBO DONATO

Chefe do Departamento de Governo

Extrato de Contrato PMF Nº 199/2012

EXTRATO DE CONTRATO PMF Nº. 199/2012.

CONTRATANTE - MUNICÍPIO DE FORQUILHINHA

CONTRATADO - COOP. DE PROD. AGRIC. FAMILIAR DE FORQUILHINHA

DO OBJETO - Aquisição de gêneros alimentícios diretamente da agricultura familiar, com verbas do Programa Nacional de Alimentação Escolar - PNAE, em consonância com o estabelecido na Lei nº. 11.947/2009, Artigo 14, § 1º e de acordo com o edital de Chamamento Público para Aquisição de Produtos da Agricultura Familiar.

VALOR - R\$ 9.325,30 (nove mil trezentos e vinte e cinco reais e trinta centavos).

VIGÊNCIA - 31/12/2012

DOTAÇÃO - 0501.2012.3390 (51) e (52)

FUNDAMENTO LEGAL - Lei 8.666/93, Dispensa de Licitação nº. 117/PMF/2012

DATA DA ASSINATURA - 17 de outubro de 2012.

VANDERLEI ALEXANDRE

Prefeito Municipal

Extrato do Termo Aditivo FMS Nº 07/2012

EXTRATO DO TERMO ADITIVO FMS Nº 07/2012

PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO FMS Nº 14/2012

CONTRATANTE - MUNICÍPIO DE FORQUILHINHA

CONTRADADA - ALTERMED MATERIAL MÉDICO HOSPITALAR LTDA

DO OBJETO - Aquisição de Medicamentos, para uso nas unidades da rede municipal de saúde do município de FORQUILHINHA/SC

DO PRAZO - O presente termo tem por objeto a prorrogação do prazo do contrato 14/FMS/2012 de 31/08/2012 para 30/10/2012.

DO FUNDAMENTO LEGAL - Art. 65 da Lei nº 8.666/93.

DATA DA ASSINATURA - 22/08/2012.

VANDERLEI ALEXANDRE

Prefeito Municipal

Extrato do Termo Aditivo FMS Nº 08/2012

EXTRATO DO TERMO ADITIVO FMS Nº 08/2012

PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO FMS Nº 20/2012

CONTRATANTE - MUNICÍPIO DE FORQUILHINHA

CONTRADADA - DIMERIOS MATERIAIS CIRÚRGICOS LTDA

DO OBJETO - Aquisição de Medicamentos, para uso nas unidades da rede municipal de saúde do município de FORQUILHINHA/SC

DO PRAZO - O presente termo tem por objeto a prorrogação do prazo do contrato 20/FMS/2012 de 31/08/2012 para 30/10/2012.

DO FUNDAMENTO LEGAL - Art. 65 da Lei nº 8.666/93.

DATA DA ASSINATURA - 22/08/2012.

VANDERLEI ALEXANDRE

Prefeito Municipal

Extrato do Termo Aditivo PMF Nº 75/2012

EXTRATO DO TERMO ADITIVO PMF Nº 75/2012

SÉTIMO TERMO ADITIVO AO CONTRATO PMF Nº. 057/2011

CONTRATANTE - MUNICÍPIO DE FORQUILHINHA

CONTRADADO - TECNICON CONSTRUÇÃO CIVIL LTDA ME

DO OBJETO - Contratação de empresa para a execução de serviços de terraplanagem, pavimentação, obras de arte corrente e sinalização da Avenida professor Eurico Back (Estaca 100 até 112 14,58m) e rotatória junto à Rodovia Gabriel Arns numa extensão de 114,58 metros, compreendendo material, mão-de-obra, equipamentos e ferramentas normais e especiais necessárias, conforme Programa GPD - Contrato Nº. 0324811-56/2010, obedecendo integralmente às especificações e determinações previstas no memorial descritivo e proposta que, independentemente de transcrição, são partes integrantes deste termo contratual.

DO VALOR - O presente termo tem por objeto a supressão de R\$ 5.078,40 (cinco mil setenta e oito reais e quarenta centavos) do contrato 057/PMF/2011 de acordo com a solicitação da Gerência de Obras relativas a serviços não executados conforme necessidade da obra.

DO FUNDAMENTO LEGAL - Art. 65 da Lei nº 8.666/93.

DATA DA ASSINATURA - 15 de outubro de 2012.

VANDERLEI ALEXANDRE

Prefeito Municipal

Edital de Chamamento Público Nº. 23/FMS/2012

MUNICÍPIO DE FORQUILHINHA

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO Nº. 23/FMS/2012

O MUNICÍPIO DE FORQUILHINHA/SC, através do FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE, neste ato representado pelo seu Prefeito, Sr. VANDERLEI ALEXANDRE, torna público, que estará procedendo o chamamento para credenciamento e habilitação de interessados sediados nesta municipalidade com objetivo de prestar de serviços de assistência à saúde, por meio de consultas de especialidades. Tal assistência deverá atender a população do município de Forquilha/SC.

Os interessados deverão credenciar-se junto a Comissão de Licitação da Prefeitura de Forquilha/SC, sito a Avenida 25 de Julho, 3.400, Centro, Forquilha/SC, a partir de 23/10/2012 a 30/11/2012.

Editais completos e demais esclarecimentos poderão ser obtidos de segunda a sexta-feira no Departamento de Compras do Município de Forquilha/SC, na Avenida 25 de julho, 3.400, no horário das 07:00 as 13:00 horas, ou pelos telefones (48) 3463 8121 ou fone/fax 3463 8123.

Forquilha/SC, 22 de outubro de 2012.

ADEMIR BRANDIELI PEDRO

Presidente da Comissão de Licitação

Nota de Revogação Nº. 04/FMS/2012

NOTA DE REVOGAÇÃO Nº. 04/FMS/2012

CREDENCIAMENTO Nº. 15/ FMS/2012

OBJETO: Credenciamento de prestadores de serviços de assistência à saúde, por meio de consultas de especialidades, englobados na Tabela unificada do SUS, para o exercício corrente.

MOTIVO: A Comissão Permanente de Licitação reuniu-se e verificou a participação deserta das empresas neste processo até a presente data. Assim, decide esta comissão, juntamente com o Procurador Geral Ander Luiz Warmling, por revogar tal credenciamento a fim de lançar outro processo com condições diferenciadas

na intenção de lograr êxito na contratação de empresa prestadora destes serviços que são de grande importância para o atendimento a população por meio da Secretaria de Saúde do Município de Forquilha/SC.

Forquilha/SC, 22 de outubro de 2012.

VANDERLEI ALEXANDRE

Prefeito Municipal

Fraiburgo**PREFEITURA****Decreto Nº 0283/2012**

DECRETO Nº 0283, DE 22 DE OUTUBRO DE 2012.

DISPÕE SOBRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, Estado de Santa Catarina no uso de suas atribuições legais; em conformidade com a Lei Nº 2158, de 17 de Outubro de 2012;

DECRETA:

Art.1º. Fica aberto no orçamento do Município de Fraiburgo para o exercício de 2012 crédito adicional suplementar no valor de R\$ 302.029,18 (trezentos e dois mil, vinte e nove reais e dezoito centavos.), nas seguintes dotações orçamentárias:

06.00 – Secretaria de Finanças		
06.02 – Encargos Gerais do Município		
28.843.0000.0.100 – Amortização da Dívida Interna Fundada		
4.6.90.00.00 – Aplicações Diretas – Recurso 0.1.0200 (41)	R\$	120.000,00
28.846.0000.0.300 – Contribuição ao POASEP		
3.3.90.00.00 – Aplicações Diretas – Recurso 0.1.0200 (44)	R\$	47.029,18
08.00 – Secretaria de Saúde		
08.01 – Fundo Municipal de Saúde		
10.301.0017.2.038 – Manutenção do Fundo Municipal de saúde		
3.3.90.00.00 – Aplicações Diretas – Recurso 0.1.0400 (29)	R\$	15.000,00
14.00 – Autarquia Municipal		
14.01 – Autarquia Municipal de Saneamento de Fraiburgo - SANEFRAI		
17.512.0032.2.068 – Manutenção do Saneamento Básico		
3.3.90.00.00 – Aplicações Diretas – Recurso 0.1.0900 (9)	R\$	120.000,00
Total	R\$	302.029,18

Art. 2º. Os recursos necessários para atendimento ao disposto no artigo 1º deste Decreto, correrá à conta da anulação das seguintes dotações:

06.00 – Secretaria de Finanças		
06.02 – Encargos Gerais do Município		
28.846.0000.0.200 – Pagamento de Precatórios		
3.3.90.00.00 – Aplicações Diretas – Recurso 0.1.0200 (43)	R\$	40.000,00
07.00 – Secretaria de Educação, Cultura e Esportes		
07.02 – Cultura		



13.392.0014.2.029 – Manutenção das Atividades Culturais		
4.4.90.00.00 – Aplicações Diretas – Recurso 0.1.0200 (113)	R\$	20.000,00
11.00 – Secretaria de Ação Social		
11.01 – Fundo Municipal de Assistência Social		
08.244.0025.2.057 – Manutenção do Fundo Municipal de Assistência Social		
4.4.90.00.00 – Aplicações Diretas – Recurso 0.1.0200 (184)	R\$	37.950,00
12.00 – Secretaria de Desenvolvimento Econômico		
12.01 – Secretaria de Desenvolvimento Econômico		
22.661.0026.1.043 – Estruturação dos Distritos Industriais		
4.4.90.00.00 – Aplicações Diretas – Recurso 0.1.0200 (194)	R\$	13.850,00
22.661.0026.2.060 – Programa de Incentivo ao Desenvolvimento Industrial		
3.3.90.00.00 – Aplicações Diretas – Recurso 0.1.0200 (197)	R\$	17.795,51
4.4.90.00.00 – Aplicações Diretas – Recurso 0.1.0200 (198)	R\$	19.000,00
23.695.0028.2.062 – Incentivos a Eventos, Feiras e Exposições Turísticas		
3.3.90.00.00 – Aplicações Diretas – Recurso 0.1.0200 (201)	R\$	18.433,67
08.00 – Secretaria de Saúde		
08.01 – Fundo Municipal de Saúde		
10.304.0018.2.040 – Manutenção da Vigilância Sanitária		
3.3.90.00.00 – Aplicações Diretas – Recurso 0.1.0400 (53)	R\$	15.000,00
14.00 – Autarquia Municipal		
14.01 – Autarquia de Saneamento de Fraiburgo – SANEFRAI		
17.511.0031.1.046 – Sistema de Abastecimento de Água no Meio Rural		
4.4.90.00.00 – Aplicações Diretas – Recurso 0.1.0900 (01)	R\$	20.000,00
17.512.0032.1.047 – Obras de Saneamento Básico		
4.4.90.00.00 – Aplicações Diretas – Recurso 0.1.0900 (03)	R\$	100.000,00
Total	R\$	302.029,18

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete Do Prefeito.
Fraiburgo, 22 De Outubro De 2012.
NELMAR PINZ
Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA
Secretário de Administração e Planejamento

Decreto Nº 0286/2012

DECRETO Nº 0286, DE 22 DE OUTUBRO DE 2012.
DECLARA PONTO FACULTATIVO NO MUNICÍPIO DE FRAIBURGO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, Estado de Santa Catarina no uso de suas atribuições legais;

DECRETA:

Art. 1º. Fica declarado ponto facultativo em todo o território municipal, no dia 16 de novembro de 2012 (sexta-feira), em razão do feriado nacional da Proclamação da República do dia 15 de novembro de 2012 (quinta-feira).

Parágrafo único. Ficam excetuados do previsto no caput deste artigo, os serviços essenciais.

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito
FRAIBURGO, SC., 22 de Outubro 2012.

NELMAR PINZ
Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA
Secretário de Administração e Planejamento

Decreto Nº 0284/2012

DECRETO Nº 0284, DE 22 DE OUTUBRO DE 2012.

HOMOLOGA A CLASSIFICAÇÃO FINAL DO EDITAL DE SELEÇÃO PARA CONTRATAÇÃO EM CARÁTER TEMPORÁRIO - ACT Nº. 0032, DE 25 DE SETEMBRO DE 2012.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, Estado de Santa Catarina no uso de suas atribuições legais;

DECRETA:

Art. 1º. Fica homologada a classificação final do processo de seleção para contratação em caráter temporário nº. 0032, de 25 de setembro de 2012, conforme listas anexas.

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito
Fraiburgo, SC, 22 de Outubro de 2012.
NELMAR PINZ
Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA
Secretário de Administração e Planejamento



Estado de Santa Catarina
Prefeitura Municipal de Fraiburgo

EDITAL DE SELEÇÃO PARA ADMISSÃO EM CARÁTER TEMPORÁRIO - ACT
Nº 0032 DE 25 DE SETEMBRO DE 2012

Classificação dos Candidatos Inscritos por Ordem de Código dos Quadros de Inscrições, Vinculados com a Área de Atuação e Disciplina
Ordem Decrescente da Soma Total dos Pontos Obtidos e Desempate

Cargo: **Agente Operacional** Quadro: **I - QUADRO GERAL DE INSCRIÇÃO**
Código: **1** Área de Atuação: **Geral**
Disciplina: **Agente Operacional**

Critérios de Desempate

1º 2º 3º 4º 5º

Ordem Classific.	Número Inscrição	Nome do Candidato	Soma de Pontos
1	2	ADAIK DE MATIAS	1
2	1	DIONATHAN MEIRELES	0

Cursos Área Esp.	Tempo Serviço	Núm. Filhos	Portador Defic.	Data Nascimento
0	0	1	NÃO	17/4/1973
0	0	0	NÃO	8/9/1989

Decreto Nº 0287/2012

DECRETO Nº 0287, DE 22 DE OUTUBRO DE 2012.
DISPÕE SOBRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, Estado de Santa Catarina no uso de suas atribuições legais; em conformidade com a Lei Nº 2134, de 15 de Fevereiro de 2012;

DECRETA:

Art.1º. Fica aberto no orçamento da Prefeitura Municipal de Fraiburgo para o exercício de 2012 crédito adicional suplementar no valor de R\$ 10.000,00 (dez mil reais), nas seguintes dotações:

09.00 – Secretaria de Agropecuária e Meio Ambiente		
09.01 – Secretaria de Agropecuária e Meio Ambiente		
26.782.0022.1.031 – Construção e Recuperação de Pontes, Pontilhões e Bueiros		
4.4.90.00.00 – Aplicações Diretas 0.3.0200 (303)	R\$	10.000,00
Total		
	R\$	10.000,00

Art. 2º. Os recursos necessários para atendimento ao disposto no artigo 1º deste Decreto, correrá à conta do Superávit Financeiro apurado no Balanço Consolidado do Município de Fraiburgo do exercício de 2011, por origem de recurso, em conformidade com o artigo 43, § 1º; inciso I da Lei 4.320/64 e Prejulgado TCE nº. 1794/06.

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO.

FRAIBURGO, 22 DE OUTUBRO DE 2012.

NELMAR PINZ

Prefeito Municipal

ANDRE LUIZ DE OLIVEIRA

Secretário de Administração e Planejamento

Portaria Nº 2063/2012

PORTARIA N.º 2.063, DE 17 DE OUTUBRO DE 2012.

Nomeia Servidor Municipal

NELMAR PINZ, Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com a Lei Complementar n.º 0110, de 03 de março de 2010;

RESOLVE:

Art. 1º Nomear VALDIR VERGILIO GANSALLA, brasileiro, solteiro, inscrito no CPF sob o nº 423.265.839-49, no cargo de provimento em comissão de DIRETOR GERAL DE DEPARTAMENTO, com carga horária de 40 horas semanais, a partir de 18 de outubro de 2012.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 17 de outubro de 2012.

NELMAR PINZ

Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA

Secretário de Administração e Planejamento

Portaria Nº 2119/2012

PORTARIA Nº 2.119, DE 22 DE OUTUBRO DE 2012.

Exonera servidor público municipal

NELMAR PINZ, Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas

atribuições legais;

RESOLVE:

Art. 1º - Exonerar, o servidor DARLAN RIZZOLLI, brasileiro, solteiro, inscrito no CPF sob o nº 049.111.089-83, nomeado no cargo de provimento em comissão de ASSESSOR DE SETOR, com carga horária de 40 horas semanais, em 19 de outubro de 2012.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 22 de outubro de 2012.

NELMAR PINZ

Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA

Secretário de Administração e Planejamento

Portaria Nº 2120/2012

PORTARIA Nº 2.120, DE 22 DE OUTUBRO DE 2012.

Exonera servidor público municipal

NELMAR PINZ, Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais;

RESOLVE:

Art. 1º - Exonerar, o servidor DIEGO RAFAEL NOVICKI, brasileiro, solteiro, inscrito no CPF sob o nº 009.673.539-20, nomeado no cargo de provimento em comissão de DIRETOR DE ESPORTES, com lotação na Fundação Municipal de Esportes e Lazer - FME, com carga horária de 40 horas semanais, em 19 de outubro de 2012.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 22 de outubro de 2012.

NELMAR PINZ

Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA

Secretário de Administração e Planejamento

Decreto Nº 0285/2012

DECRETO Nº 0285, DE 22 DE OUTUBRO DE 2012.

HOMOLOGA A CLASSIFICAÇÃO FINAL DO EDITAL DE SELEÇÃO PARA CONTRATAÇÃO EM CARÁTER TEMPORÁRIO - ACT Nº. 0030, DE 25 DE SETEMBRO DE 2012.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, Estado de Santa Catarina no uso de suas atribuições legais;

DECRETA:

Art. 1º. Fica homologada a classificação final do processo de seleção para contratação em caráter temporário nº. 0030 de 25 de setembro de 2012, conforme listas anexas.

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito

Fraiburgo, SC, 22 de Outubro de 2012.

NELMAR PINZ

Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA

Secretário de Administração e Planejamento



Estado de Santa Catarina
Prefeitura Municipal de Fraiburgo

EDITAL DE SELEÇÃO PARA ADMISSÃO EM CARÁTER TEMPORÁRIO - ACT
Nº 0030 DE 25 DE SETEMBRO DE 2012

Classificação dos Candidatos Inscritos por Ordem de Código dos Cargos
Ordem Decrescente da Soma Total dos Pontos Obtidos e Desempate

Cargo: **1 - Agente Comunitário de Saúde – Localidade Lau Mello**

Quadro: **I - QUADRO GERAL DE INSCRIÇÃO**

Código: **1** Área de Atuação: **Geral**

Disciplina: **Agente Comunitário de Saúde – Localidade L**

Ordem Classific.	Número Inscrição	Nome do Candidato
NÃO HOUVE INSCRIÇÕES PARA O CARGO 1 - AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE – LOCALIDADE LAU MELLO		



Estado de Santa Catarina
Prefeitura Municipal de Fraiburgo

EDITAL DE SELEÇÃO PARA ADMISSÃO EM CARÁTER TEMPORÁRIO - ACT
Nº 0030 DE 25 DE SETEMBRO DE 2012

Classificação dos Candidatos Inscritos por Ordem de Código dos Cargos
Ordem Decrescente da Soma Total dos Pontos Obtidos e Desempate

Cargo: **2 - Agente Comunitário de Saúde – Localidade Campina do Serro**

Quadro: **I - QUADRO GERAL DE INSCRIÇÃO**

Código: **2** Área de Atuação: **Geral**

Disciplina: **Agente Comunitário de Saúde – Localidade C**

Ordem Classific.	Número Inscrição	Nome do Candidato
NÃO HOUVE INSCRIÇÕES PARA O CARGO 2 - AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE – LOCALIDADE CAMPINA DO SERRO		



Estado de Santa Catarina
Prefeitura Municipal de Fraiburgo

EDITAL DE SELEÇÃO PARA ADMISSÃO EM CARÁTER TEMPORÁRIO - ACT
Nº 0030 DE 25 DE SETEMBRO DE 2012

Classificação dos Candidatos Inscritos por Ordem de Código dos Quadros de Inscrições, Vinculados com a Área de Atuação e Disciplina
Ordem Decrescente da Soma Total dos Pontos Obtidos e Desempate

Cargo: **Agente Comunitário de Saúde – Bairro Santa Monica**

Quadro: **I - QUADRO GERAL DE INSCRIÇÃO**

Código: **3** Área de Atuação: **Geral**

Disciplina: **Agente Comunitário de Saúde – Bairro Santa Monica**

Critérios de Desempate

Ordem Classific.	Número Inscrição	Nome do Candidato	Soma de Pontos	1º	2º	3º	4º	5º	6º
				Tempo Serviço	Cursos Área Esp.	Cursos Outras Áreas	Núm. Filhos	Portador Defic.	Data Nascimento
1	1	MARISTELA CRUZ MARQUEZ DE OLIVEIRA	7	0	0	0	0	NÃO	7/10/1987



Estado de Santa Catarina
Prefeitura Municipal de Fraiburgo

EDITAL DE SELEÇÃO PARA ADMISSÃO EM CARÁTER TEMPORÁRIO - ACT
Nº 0030 DE 25 DE SETEMBRO DE 2012

Classificação dos Candidatos Inscritos por Ordem de Código dos Cargos
Ordem Decrescente da Soma Total dos Pontos Obtidos e Desempate

Cargo: **4 - Agente Comunitário de Saúde – Localidade Butiá Verde – Setor**

Quadro: **I - QUADRO GERAL DE INSCRIÇÃO**

Código: **4** Área de Atuação: **Geral**

Disciplina: **Agente Comunitário de Saúde – Localidade B**

Ordem Classific.	Número Inscrição	Nome do Candidato
NÃO HOUVE INSCRIÇÕES PARA O CARGO 4 - AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE – LOCALIDADE BUTIÁ VERDE – SETOR I		



Estado de Santa Catarina
Prefeitura Municipal de Fraiburgo

EDITAL DE SELEÇÃO PARA ADMISSÃO EM CARÁTER TEMPORÁRIO - ACT
Nº 0030 DE 25 DE SETEMBRO DE 2012

Classificação dos Candidatos Inscritos por Ordem de Código dos Cargos
Ordem Decrescente da Soma Total dos Pontos Obtidos e Desempate

Cargo: **5 - Agente Comunitário de Saúde – Bairro Faxinal dos Carvalhos**

Quadro: **I - QUADRO GERAL DE INSCRIÇÃO**

Código: **5** Área de Atuação: **Geral**

Disciplina: **Agente Comunitário de Saúde – Bairro Faxin**

Ordem Classific.	Número Inscrição	Nome do Candidato
NÃO HOUVE INSCRIÇÕES PARA O CARGO 5 - AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE – BAIRRO FAXINAL DOS CARVALHOS		



Estado de Santa Catarina
Prefeitura Municipal de Fraiburgo

EDITAL DE SELEÇÃO PARA ADMISSÃO EM CARÁTER TEMPORÁRIO - ACT
Nº 0030 DE 25 DE SETEMBRO DE 2012

Classificação dos Candidatos Inscritos por Ordem de Código dos Cargos
Ordem Decrescente da Soma Total dos Pontos Obtidos e Desempate

Cargo: **6 - Agente Comunitário de Saúde – Bairro Dez de Novembro**

Quadro: **I - QUADRO GERAL DE INSCRIÇÃO**

Código: **6** Área de Atuação: **Geral**

Disciplina: **Agente Comunitário de Saúde – Bairro Dez d**

Ordem Classific.	Número Inscrição	Nome do Candidato
NÃO HOUVE INSCRIÇÕES PARA O CARGO 6 - AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE – BAIRRO DEZ DE NOVENBRO		

Portaria Nº 2121/2012

PORTARIA Nº 2.121, DE 22 DE OUTUBRO DE 2012.

Exonera servidor público municipal

NELMAR PINZ, Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais;

RESOLVE:

Art. 1º - Exonerar, o servidor EVERTON PADILHA, brasileiro, solteiro, inscrito no CPF sob o nº 046.681.609-03, nomeado no cargo de provimento em comissão de DIRETOR DE ESPORTES, com lotação na Fundação Municipal de Esportes e Lazer - FME, com carga horária de 40 horas semanais, em 19 de outubro de 2012.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 22 de outubro de 2012.

NELMAR PINZ

Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA

Secretário de Administração e Planejamento

Portaria Nº 2122/2012

PORTARIA Nº 2.122, DE 22 DE OUTUBRO DE 2012.

Exonera servidor público municipal

NELMAR PINZ, Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais;

RESOLVE:

Art. 1º - Exonerar, a servidora JÉSSICA FERNANDA VICENTE, brasileira, solteira, inscrita no CPF sob o nº 083.678.879-64, nomeada no cargo de provimento em comissão de COORDENADOR DE SETOR, com lotação na Fundação Municipal de Esportes e Lazer - FME, com carga horária de 40 horas semanais, em 19 de outubro de 2012.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 22 de outubro de 2012.

NELMAR PINZ

Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA

Secretário de Administração e Planejamento

Portaria Nº 2123/2012

PORTARIA Nº 2.123, DE 22 DE OUTUBRO DE 2012.

Exonera servidor público municipal

NELMAR PINZ, Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais;

RESOLVE:

Art. 1º - Exonerar, a pedido, o servidor JOSÉ OLÍMPIO MEASSI, brasileiro, casado, inscrito no CPF sob o nº 386.958.719-91, nomeado no cargo de provimento em comissão de ASSESSOR DE SETOR, com lotação na Autarquia Municipal de Saneamento de Fraiburgo - SANEFRAI, com carga horária de 40 horas semanais, em 22 de outubro de 2012.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 22 de outubro de 2012.

NELMAR PINZ

Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA

Secretário de Administração e Planejamento

Portaria Nº 2124/2012

PORTARIA N.º 2.124 DE 22 DE OUTUBRO DE 2012.

Retifica e Ratifica a Portaria nº. 2064/2012

NELMAR PINZ, Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais;

RESOLVE:

Art. 1º Retificar o art. 1º da portaria n.º 2064 de 17 de Outubro de 2012, do servidor DEJAIR MACHADO, alterando a lotação para a Autarquia Municipal de Saneamento de Fraiburgo - SANEFRAI.

Art. 2º Fica ratificado as demais disposições da Portaria nº. 2064 de 17 de outubro de 2012.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 22 de outubro de 2012.

NELMAR PINZ

Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA

Secretário de Administração e Planejamento

Portaria Nº 2125/2012

PORTARIA N.º 2.125, DE 22 DE OUTUBRO DE 2012.

Nomeia Servidor Público Municipal em cargo de Provimento Efetivo

NELMAR PINZ, Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais, de acordo com a Lei Complementar n. 110/2010, e nos termos da Lei Complementar n.º 109, de 03 de março de 2010; de acordo com o Edital de Concurso Público 001/2010, homologado pelo decreto 306/2010;

RESOLVE:

Art. 1º Nomear PATRÍCIA JACOSKI GASPARI, brasileira, solteira, inscrita no CPF sob o n.º 060.747.719-95, no cargo de provimento efetivo de ENFERMEIRO, com carga horária de 40 horas semanais e remuneração fixada em Lei, a partir de 23 de outubro de 2012.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 22 de outubro de 2012.

NELMAR PINZ

Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA

Secretário de Administração e Planejamento

Portaria Nº 2126/2012

PORTARIA N.º 2.126 DE 22 DE OUTUBRO DE 2012.

Retifica e Ratifica a Portaria nº. 2064/2012

NELMAR PINZ, Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais;

RESOLVE:

Art. 1º Retificar o art. 1º da portaria n.º 2099 de 18 de Outubro de 2012, da servidora LAURA JOCIANE DOS SANTOS, alterando a carga horária de 40 (quarenta) para 20 (vinte) horas semanais.

Art. 2º Fica ratificado as demais disposições da Portaria nº. 2099 de 18 de outubro de 2012.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 22 de outubro de 2012.

NELMAR PINZ

Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA

Secretário de Administração e Planejamento

Notificação de Recebimento de Recursos Federais**NOTIFICAÇÃO DE RECEBIMENTO DE RECURSOS FEDERAIS**

O Município de Fraiburgo-SC, nos termos da Lei Federal nº 9452 de 20/03/1997, notifica os partidos políticos, sindicatos de trabalhadores e entidades empresariais, a liberação do(s) seguinte(s) recursos do Governo Federal:

Data do Crédito	Origem	Aplicação	Valor (R\$)
19/10/2012	Ministério da Saúde	PACS	46.163,00
22/10/2012	Ministério da Saúde	PSF	46.345,00
22/10/2012	Ministério da Saúde	Saúde Bucal	7.805,00
22/10/2012	Ministério da Saúde	Farmácia Básica	15.499,33
22/10/2012	Ministério da Saúde	Rede Cegonha	323,68
22/10/2012	Ministério da Saúde	CAPS	28.300,00
22/10/2012	Ministério da Saúde	SAMU	12.500,00

Secretaria de Finanças

Garuva**PREFEITURA****Aviso de Licitação PMG Nº 032/2012**

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE GARUVA
SETOR DE LICITAÇÕES E COMPRAS
AVISO DE LICITAÇÃO

Modalidade : Tomada de Preço p/ Serviços PMG Nº 032/2012
Tipo de julgamento: Menor Preço por tonelada

Objeto: Contratação de Empresa especializada em serviços de Engenharia Sanitária, para a execução do transbordo, transporte e destinação final em Aterro Sanitário Licenciado, de resíduos sólidos compactáveis domiciliares e comerciais, produzidos no Município de Garuva, de acordo com o Memorial descritivo anexo.

Entrega e Abertura dos Envelopes: 07/11/2012 as 09:00 horas.

O Edital completo está disponível para consulta e retirada no site www.garuva.sc.gov.br.

GARUVA, 22 de outubro de 2012.

JOÃO ROMÃO

Prefeito Municipal

Gaspar**PREFEITURA****Decreto Nº 5.221, de 18 de Outubro de 2012.**

DECRETO Nº 5.221, DE 18 DE OUTUBRO DE 2012.

ANULA E SUPLEMENTA SALDOS DE DOTAÇÕES DO ORÇAMENTO VIGENTE NA SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS E NO FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL.

PEDRO CELSO ZUCHI, Prefeito Municipal de Gaspar, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe confere o art. 72 da Lei Orgânica do Município, conforme autorizado pelo artigo 6º, II, da Lei Municipal nº 3.381, de 02 de dezembro de 2011,

DECRETA:

Art. 1º Fica anulado, no valor indicado, o seguinte saldo de dotação do orçamento vigente na SECRETARIA MUNICIPAL DE TRANSPORTES E OBRAS:

Órgão: 8 SECRETARIA MUNICIPAL DE TRANSPORTES E OBRAS

Unidade: 14 DITRAN - DIRETORIA DE TRÂNSITO

Funcional Programática: 00026.00782.00015 Gestao do Ditrان

Atividade: 2.200078 Manutenção da Ditrان

Dotação: 138 3.3.1.9.0 Aplicações Diretas R\$ 10.000,00

Art. 2º Por conta da anulação do art. 1º, fica suplementado, no valor indicado, o seguinte saldo de dotação do orçamento vigente na SECRETARIA MUNICIPAL DE TRANSPORTES E OBRAS:

Órgão: 8 SECRETARIA MUNICIPAL DE TRANSPORTES E OBRAS

Unidade: 14 DITRAN - DIRETORIA DE TRÂNSITO

Funcional Programática: 00026.00782.00015 Gestao do Ditrان

Atividade: 2.200078 Manutenção da Ditrان

Dotação: 139 3.3.3.9.0 Aplicações Diretas R\$ 10.000,00

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gaspar, 18 de outubro de 2012.

PEDRO CELSO ZUCHI

Prefeito Municipal

Portaria Nº 2.896, de 19 de Outubro de 2012.

PORTARIA Nº 2.896, DE 19 DE OUTUBRO DE 2012.

PRORROGA LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE EM PESSOA DA FAMÍLIA, À SERVIDORA ROZE MERI BENACI GONÇALVES

PEDRO CELSO ZUCHI, Prefeito Municipal de Gaspar, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, que lhe confere o art. 72 da Lei Orgânica do Município e art. 93 da Lei nº 1.305/91,

RESOLVE:

Art. 1º Prorrogar por 60 (sessenta) dias, a Licença para Tratamento de Saúde em Pessoa da Família concedida à servidora Roze Meri Benaci Gonçalves por meio da Portaria nº 2.861/2012, ocupante

do cargo de provimento efetivo de Professora, lotada na Secretaria Municipal de Educação, compreendendo o período correspondente de 19/10/2012 a 17/12/2012.

Art. 2º Para a prorrogação mencionada no artigo 1º, deverá ser observado o que dispõe o art. 106, parágrafo único, inciso II da Lei 1.305/91.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gaspar, 19 de outubro de 2012.

PEDRO CELSO ZUCHI

Prefeito do Município de Gaspar

Aviso do Pregão Presencial Nº 153/2012

PREFEITURA MUNICIPAL DE GASPAR/SC

Aviso do Pregão Presencial nº 153/2012

OBJETO: Registro de preços para aquisição de medicamentos para dispensação gratuita na Farmácia Básica do município. A ENTREGA dos envelopes contendo os documentos de Habilitação e a Proposta Comercial deverá ocorrer até as 9h do dia 09/11/2012, no Depto. de Compras do Paço Municipal sito a Rua Coronel Aristiliano Ramos, nº 435, Centro, Gaspar/SC. A ABERTURA do certame será dia 09/11/2012 às 9h30min, no local anteriormente citado. Os interessados poderão obter a íntegra do Edital no Depto. de Compras do Paço Municipal ou através do site: www.gaspar.sc.gov.br

Gaspar (SC), 23 de outubro de 2012.

PEDRO CELSO ZUCHI

Prefeito

Guaramirim

PREFEITURA

Aviso de Licitação 106/2012

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARAMIRIM

SECRETARIA DE ADMINISTRACAO/SETOR DE COMPRAS

AVISO DE LICITAÇÃO

Edital: Concorrência p/ Obras e Serviços de Engenharia n.º 106/2012

Tipo: Menor Preço Global

Objeto: Contratação de empresa para a prestação de serviços de operação, manutenção, distribuição, melhorias e ampliação do sistema de abastecimento de água potável e serviços complementares de esgotamento sanitário do município de Guaramirim - SC.

Entrega dos Envelopes: 23/11/2012 às 09:00h

Abertura dos Envelopes: 23/11/2012 às 09:05h

O Edital e esclarecimentos poderão ser obtidos no seguinte endereço e horário: Rua 28 de Agosto, 2042, nos dias úteis de segunda à sexta feira, das 08:00h às 12:00h e das 13:00h às 16:00h, ou pelo fone (47) 3373-0247, ou ainda, através do site: www.guaramirim.sc.gov.br

GUARAMIRIM (SC), 22/10/2012.

NILSON BYLAARDT

Prefeito Municipal

Errata de Licitação 67/2012

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE GUARAMIRIM

EDITAL TOMADA DE PREÇO Nº 67/2012

SECRETARIA DE INFRA-ESTRUTURA

TIPO: MENOR PREÇO - POR ITEM

COMUNICADO DE PRORROGAÇÃO

A Prefeitura Municipal de Guaramirim, através de seu Prefeito Municipal Nilson Bylaardt, torna público para o conhecimento dos interessados na licitação Pregão Presencial acima, que está promovendo alterações na data prevista para acontecer a licitação. Sendo assim, e por força do § 4º do art. 21 da Lei Federal 8.666/93, esta Administração Pública comunica que altera a data para entrega e abertura dos envelopes, conforme segue: DATA, HORA e LOCAL: até às 09h 00 min do dia 08 de novembro de 2012, no setor de licitações da Prefeitura Municipal de Guaramirim.

O Edital versão II e esclarecimentos poderão ser obtidos no seguinte endereço e horário: Rua 28 de Agosto, 2042, nos dias úteis de segunda à sexta, das 07:00h às 13:00h, fone (47) 3373-0247, ou via internet no endereço www.guaramirim.sc.gov.br

GUARAMIRIM/SC, 22/10/2012

NILSON BYLAARDT

Prefeito Municipal

Herval d'Oeste

PREFEITURA

Portaria Nº 993/2012

PORTARIA Nº 993/2012

Nelson Guindani, Prefeito Municipal de Herval d' Oeste (SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 54 da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

CONCEDER ADICIONAL DE TITULAÇÃO ao Servidor FERNANDO HERRMANN (Matr. 3048), ocupante do Cargo de Provimento Efetivo de Médico, Nível - 14, Referência "A", 40 horas semanais, a contar de 20 de agosto de 2012, conforme o disposto no artigo 92, § 3º, inciso III, "a", da Lei Complementar Nº 281/2011 de 19 de Agosto de 2011.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Publique-se e cumpra-se.

Herval d'Oeste (SC), em 19 de Outubro de 2012.

NELSON GUINDANI

Prefeito Municipal

Portaria Nº 994/2012

PORTARIA Nº 994/2012

Nelson Guindani, Prefeito Municipal de Herval d'Oeste (SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 54, da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

CONCEDER 12 (doze) dias de Licença Prêmio, à servidora CARMEN

LEONOR DUARTE (Matr. 966), ocupante do Cargo de Provimento Efetivo de Auxiliar de Serviços de Saúde, Nível - 8, Referência "B", Anexo V da LC Nº. 280/2011, 40 horas semanais, nos termos do artigo 103, da Lei Complementar Nº. 281/2011, referente ao período aquisitivo de 19 de agosto de 2011 a 18 de agosto de 2012, para serem gozadas a partir de 19 de outubro de 2012 a 30 de outubro de 2012.

Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Publique-se e cumpra-se.

Herval d'Oeste (SC), em 19 de Outubro de 2012.
NELSON GUINDANI
Prefeito Municipal

Portaria Nº 995/2012
PORTARIA Nº 995/2012

Nelson Guindani, Prefeito Municipal de Herval d'Oeste (SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 54, da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

CONCEDER 12 (doze) dias de Licença Prêmio, à servidora MARGIANE APARECIDA MARTINS (Matr. 1090), ocupante do Cargo de Provimento Efetivo de Agente Administrativo, Nível - 9, Referência "B", Anexo V da LC Nº. 280/2011, 40 horas semanais, nos termos do artigo 103, da Lei Complementar Nº. 281/2011, referente ao período aquisitivo de 19 de agosto de 2011 a 18 de agosto de 2012, para serem gozadas a partir de 22 de outubro de 2012 a 02 de novembro de 2012.

Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Publique-se e cumpra-se.

Herval d'Oeste (SC), em 19 de Outubro de 2012.
NELSON GUINDANI
Prefeito Municipal

Portaria Nº 996/2012
PORTARIA Nº 996/2012

Nelson Guindani, Prefeito Municipal de Herval d'Oeste (SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 54, da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

CONCEDER Férias Regulamentares, ao Servidor WILLIAM SHI SENG YEH (Matr. 2680), ocupante do Cargo de Provimento Efetivo de Odontólogo, Nível - 13/1, Referência "A", 40 horas semanais, constante do Quadro de Pessoal do Poder Executivo Municipal, referente ao período aquisitivo compreendido de 13 de março de 2011 a 12 de março de 2012, para serem gozadas a partir de 22 de outubro de 2012 a 20 de novembro de 2012, de conformidade com o que preceitua o art. 94 da Lei Complementar Nº 281 de 19 de agosto de 2011.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Publique-se e cumpra-se.

Herval d'Oeste (SC), em 19 de Outubro de 2012.
NELSON GUINDANI
Prefeito Municipal

Portaria Nº 997/2012
PORTARIA Nº 997/2012

Nelson Guindani, Prefeito Municipal de Herval d'Oeste (SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 54, da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

CONCEDER Férias Regulamentares, ao Servidor IVAN SERGI BALESTRIN (Matr. 792), ocupante do Cargo de Provimento Efetivo de Operador de Máquinas II, Nível - 7, Referência "D", 40 horas semanais, constante do Quadro de Pessoal do Poder Executivo Municipal, referente ao período aquisitivo compreendido de 03 de abril de 2011 a 02 de abril de 2012, para serem gozadas a partir de 22 de outubro de 2012 a 20 de novembro de 2012, de conformidade com o que preceitua o art. 94 da Lei Complementar Nº 281 de 19 de agosto de 2011.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Publique-se e cumpra-se.

Herval d'Oeste (SC), em 19 de Outubro de 2012.
NELSON GUINDANI
Prefeito Municipal

Portaria Nº 998/2012
PORTARIA Nº 998/2012

Nelson Guindani, Prefeito Municipal de Herval d'Oeste (SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 54, da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

CONCEDER Férias Regulamentares, à Servidora ALINE DA SILVA (Matr. 2816), ocupante do Cargo de Agente Comunitário de Saúde, 40 horas semanais, Anexo I, Quadro de Pessoal do Programa de Saúde da Família, constante do Quadro de Pessoal do Poder Executivo Municipal, referente ao período aquisitivo compreendido de 01 de julho de 2011 a 30 de junho de 2012, para serem gozadas a partir de 22 de outubro de 2012 a 20 de novembro de 2012, de conformidade com o que preceitua o art. 94 da Lei Complementar Nº 281 de 19 de agosto de 2011.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Publique-se e cumpra-se.

Herval d'Oeste (SC), em 19 de Outubro de 2012.
NELSON GUINDANI
Prefeito Municipal

Portaria Nº 999/2012
PORTARIA Nº. 999/2012

Nelson Guindani, Prefeito Municipal de Herval d'Oeste (SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 54, da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

Contratar em Caráter Temporário, a Senhora Giselle Thaís Néres Corso (Matr. 3623), a partir de 22 de outubro de 2012, para exercer a função de Professor, Nível - 2 - Referência "A", 40 horas semanais, Educação Infantil, em Escola Municipal, aprovada e classificada em 82º lugar pelo Processo Seletivo 001/2011 - SMECE/SMAS/HO de 28 de dezembro de 2011, em substituição à Servidora

Beatriz A. Benincá Ciarnoschi, enquanto perdurar o atestado desta servidora que se encontra afastada em Tratamento de Saúde, de conformidade com o que preceitua a Lei Complementar Nº 291/2011. Sendo que seu contrato de trabalho será regido pelo Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Herval d'Oeste.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Publique-se e cumpra-se.

Herval d'Oeste (SC), em 19 de Outubro de 2012.

NELSON GUINDANI

Prefeito Municipal

Dispensa de Licitação Nº 023/2012

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE HERVAL D'OESTE

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 0113/2012

DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 023/2012

OBJETO

Contratação de empresa para prestação de serviços de coleta, transporte, tratamento e disposição final de resíduos sólidos domiciliares e comerciais no perímetro urbano do município de Herval d'Oeste até a conclusão da concorrência pública nº 003/2012.

CONTRATADO

Tucano Obras e Serviços Ltda.

VALOR CONTRATO

R\$ 119.992,96

FUNDAMENTAÇÃO LEGAL:

Artigo 24, inciso II da Lei Federal nº 8.666/93, de 21 de Junho de 1993, atualizada.

Herval d'Oeste, 22 de outubro de 2012.

NELSON GUINDANI

Prefeito Municipal

Ibiam

PREFEITURA

Decreto Nº 2419/2012

DECRETO Nº. 2419, DE 22 DE OUTUBRO DE 2012

"DISPÕE SOBRE A PRORROGAÇÃO DE PRAZO DO CRONOGRAMA PARA DESEMBOLSO FINANCEIRO REFERENTE AOS CREDORES E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

NELSON MÁRIO GRASSI, Prefeito Municipal de Ibiam, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais do seu cargo, especialmente aquelas contidas nos incisos VII, XVI e XXIV, do art. 88, da Lei Orgânica do Município, e tendo presentes razões de conveniência e oportunidades públicas,

CONSIDERANDO:

- A queda da arrecadação da receita sendo impossibilitado o cumprimento na íntegra do Decreto nº 2251/2012;

- A limitação de empenhos e despesas, cfe. decreto nº 2408/2012;

DECRETA

Art. 1º. Ficam prorrogados os pagamentos do cronograma de desembolso para compras e serviços da Prefeitura Municipal da data de 26/10/2012 para até o dia 10/11/2012.

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Centro Administrativo de Ibiam, 22 de Outubro de 2012.

NELSON MARIO GRASSI

Prefeito Municipal

Publicado e registrado o presente Decreto, nesta Secretaria, aos vinte e dois dias do mês de outubro de dois mil e doze.

ALCINDO PEROSA

Sec. da Adm. e da Fazenda

Imbituba

PREFEITURA

Lei Nº 4.113.2012

Lei nº 4.113, de 18 de outubro de 2012.

Autoriza o Poder Executivo Municipal a firmar Termo de Concessão de Direito Real de Uso de bem público, descrito abaixo, com a Empresa Brasil Telecom SA, CNPJ n.º 76.535.764/0322-66, e dá outras providências.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE IMBITUBA,

Faço saber que a Câmara Municipal de Imbituba aprovou e eu sanciono a seguinte LEI:

Art. 1º Fica concedida a utilização de bem público municipal à Empresa Brasil Telecom SA, representada pelo Sr. Jaime Becker, inscrito no CPF sob o nº 342.701.249-20, tendo como finalidade a expansão da rede telefônica para futura instalação de armário de Ultra-Banda-Larga (serviço Oi-VELOX), em calçadas e vias públicas, no Bairro de Nova Brasília, na Rua João Joaquim de Souza, esq. Rua Domingos Manoel Ramos.

§ 1º Compete à empresa a recomposição das calçadas, de acordo com as características previstas no projeto.

§ 2º Fica vedada a cessão a terceiros, a qualquer título, da área pública ora cedida.

§ 3º É vedada a destinação da área pública para finalidade diversa da estabelecida nesta Lei.

§ 4º Não poderá a cessionária usar o bem de que trata esta Lei para propaganda, notadamente de cunho político ou religioso.

§ 5º A cessionária deverá obter todas as licenças necessárias ao pleno desenvolvimento da atividade econômica, conforme exigir a legislação em vigor.

Art. 2º A presente concessão é outorgada por prazo de até 10(dez) anos, podendo ser prorrogável havendo interesse público.

Parágrafo único. A responsabilidade por danos a terceiros e ao patrimônio público é exclusiva da cessionária, devendo ser compensados de imediato.

Art. 3º O Poder Executivo poderá revogar a concessão objeto desta Lei, independentemente de qualquer ato ou notificação judicial ou extrajudicial, por desvio de finalidade ou descumprimento das condições ora estabelecidas ou, ainda, quando o interesse público o exigir.

§ 1º No caso de revogação da concessão, a cessionária deverá restituir o bem público imediatamente após a edição do respectivo ato revogatório, obrigando-se, enquanto o mesmo estiver sob sua guarda, a zelar pelo seu bom estado de conservação.

§ 2º A revogação desta concessão não importa em direito da cessionária a indenização de qualquer natureza, inclusive por benfeitorias introduzidas no bem.

Art. 4º A concessão de que trata esta Lei fica vinculada à assinatura do Termo de Concessão de Uso.

Art. 5º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Imbituba, 18 de outubro de 2012.

JOSÉ ROBERTO MARTINS

pPrefeito Municipal

Registre-se e Publique-se.

Registrada e publicada, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina - DOM/SC.

DANIEL VINÍCIO ARANTES NETO

Secretário Municipal de Administração e Gestão Pública

 

Portaria PMI Nº 139.2012

PORTARIA PMI/SEAGP N.º 139, de 09 de outubro de 2012.

Dispõe sobre prorrogação de prazo da Comissão de Sindicância e dá outras providências.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE IMBITUBA, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a legislação em vigor; e

Considerando a solicitação do Presidente, objeto do Processo Administrativo nº 10685/2012,

RESOLVE:

Art. 1º Fica prorrogado por igual período, o prazo estabelecido no Art. 3º da Portaria PMI/SEAGP nº 106, de 06 de agosto de 2012, para que a Comissão constituída apresente a Controladoria Geral, relatório dos trabalhos desenvolvidos e parecer conclusivo.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Imbituba, 09 de outubro de 2012.

JOSÉ ROBERTO MARTINS

pPrefeito Municipal

Registre-se e Publique-se.

Registrada e publicada, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina - DOM/SC.

DANIEL VINÍCIO ARANTES NETO

Secretário Municipal de Administração e Gestão Pública

 

Portaria PMI Nº 140.2012

PORTARIA PMI/SEAGP N.º 140, de 09 de outubro de 2012.

Dispõe sobre prorrogação de prazo da Comissão de Sindicância e dá outras providências.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE IMBITUBA, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a legislação em vigor; e

Considerando a solicitação do Presidente, objeto do Processo Administrativo nº 11150/2012,

RESOLVE:

Art. 1º Fica prorrogado por igual período, o prazo estabelecido no Art. 3º da Portaria PMI/SEAGP nº 116, de 17 de agosto de 2012, para que a Comissão constituída apresente a Controladoria Geral, relatório dos trabalhos desenvolvidos e parecer conclusivo.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Imbituba, 09 de outubro de 2012.

JOSÉ ROBERTO MARTINS

pPrefeito Municipal

Registre-se e Publique-se.

Registrada e publicada, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina - DOM/SC.

DANIEL VINÍCIO ARANTES NETO

Secretário Municipal de Administração e Gestão Pública

Portaria PMI Nº 141.2012

PORTARIA PMI/SEAGP N.º 141, 11 de outubro de 2012.

Dispõe sobre a instauração de sindicância, designação dos sindicantes e dá outras providências.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE IMBITUBA, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a legislação em vigor, em conformidade com a Lei Complementar nº 3.086, de 18 de abril de 2007, que institui o Regime Disciplinar dos Servidores Públicos do Município, das autarquias, inclusive as em regime especial, e das fundações públicas municipais, e

CONSIDERANDO, ainda, o teor do Processo Administrativo nº 11644/2012;

RESOLVE:

Art. 1º INSTAURAR, de acordo com o artigo 29, da Lei Complementar nº 3.086, de 18 de abril de 2007, Sindicância destinada a apurar supostas irregularidades de servidor envolvido com prestação de serviço de topografia.

Art. 2º DESIGNAR, nos termos da LC nº 3.086, de 18 de abril de 2007, os seguintes servidores para compor a Comissão de Sindicância:

I - Marivone Mendonza Damázio, matrícula nº 924, Assistente Social, lotado na Secretaria de Desenvolvimento Regional Sul, que a presidirá;

II - Nilo Pittigliani de Carvalho, matrícula nº 420, Professora III, lotado na Secretaria de Educação Cultura, e Esporte; e

III - Fabiana de Jesus, matrícula nº 158 e 157, Professora III, lotada na Secretaria de Desenvolvimento Social, Trabalho e Habitação.

Art. 3º O prazo para conclusão dos trabalhos é de 30 (trinta) dias, prorrogáveis na forma da LEI.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.

Imbituba, 11 de outubro de 2012.

JOSÉ ROBERTO MARTINS

pPrefeito Municipal

Registre-se e Publique-se.

Registrada e publicada, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina - DOM/SC.

DANIEL VINÍCIO ARANTES NETO

Secretário Municipal de Administração e Gestão Pública

Publicação de Extrato de Dispensa Nº 36/2012 (PMI)

PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA

PROCESSO Nº 119/2012

DISPENSA Nº 36/2012

Objeto: Fornecimento de materiais e execução de serviços de extensão de rede de iluminação pública de acordo com solicitação

dos consumidores da COSIP, nas Ruas Eufrázio Figueiredo e Rua Taubaté - Vila Nova - Imbituba/SC.
Empresa: Eletrons Materiais Elétricos Ltda.
Valor Total: R\$ 6.620,24.
Fundamento: Artigo 24, II da Lei 8.666/93, e suas alterações.

Imbituba, 23 de outubro de 2012.
JOSÉ ROBERTO MARTINS
pPrefeito Municipal

Editais SEAGP Nº 158/2012

EDITAL SEAGP Nº 158/2012
CONVOCA CANDIDATOS APROVADOS NO PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 02/2011.

O Secretário Municipal de Administração, no uso de suas atribuições legais e por determinação do Chefe do Poder Executivo, considerando a realização do Processo Seletivo Simplificado nº 02/2011, divulgado através do Edital nº 02/2011, de 28 de outubro de 2011, bem como, o resultado do mesmo divulgado através do EDITAL DE HOMOLOGAÇÃO DO PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 02/2011, 08 de Fevereiro de 2012, que homologou os resultados do referido processo.

RESOLVE:

Convocar, para aceite das vagas e contratações, os candidatos ao final relacionados (Anexo I deste Edital), aprovados no Processo Seletivo Simplificado nº 02/2011, para comparecer a Diretoria de Gestão de Pessoas da Secretaria Municipal de Administração e Gestão Pública - DGP/SEAGP, situado a Av. Dr. João Rimsa, nº 601, Centro, Imbituba, SC, no período de 18 de Outubro a 17 de Novembro de 2012, no horário das 14h às 17h, para assinatura do Edital de Convocação Individual e encaminhamento para a avaliação médica pré-admissional.

O não comparecimento do(s) candidato(s) ora convocado(s) no período, horário e local indicados no presente instrumento convocatório ou não apresentação de todos os originais e cópias dos documentos supracitados acarretará sua automática e definitiva eliminação do concurso, com a consequente perda da vaga em questão, independentemente dos argumentos que apresentar, perdendo, por conseguinte, todos os direitos oriundos de sua aprovação no referido Processo Seletivo Simplificado.

Ficam os candidatos, inclusive os portadores de deficiência, convocados para a avaliação médica pré-admissional a ser realizada pela Comissão Municipal de Médicos Peritos, para emissão de Atestado de Saúde Ocupacional, no prazo de até 30 (trinta) dias, após a assinatura do Edital de Convocação Individual.

O exame médico é eliminatório, sendo excluído do certame o candidato que não apresentar aptidão física e/ou mental para o exercício do emprego público.

O candidato, convocado por este Edital, caso não apresente ao DGP/SEAGP a documentação exigida neste Edital, no prazo estabelecido perderá automaticamente a vaga, convocando-se o candidato com classificação imediatamente posterior.

Imbituba, 18 de outubro de 2012.
DANIEL VINÍCIO ARANTES NETO
Secretário Municipal de Administração e Gestão Pública
 

EDITAL SEAGP Nº 158/2012

Servente Merendeira
ELIANE PACHECO MANOEL FERNANDES

Editais SEAGP Nº 159/2012

EDITAL SEAGP Nº 159/2012
CONVOCA CANDIDATOS APROVADOS NO PROCESSO SELETIVO PÚBLICO Nº 002/2009.

O Secretário Municipal de Administração, no uso de suas atribuições legais e por determinação do Chefe do Poder Executivo, considerando a realização do Processo Seletivo Público nº 002/2009, divulgado através do Edital nº 002/2009, de 16 de novembro de 2009, bem como, o resultado do mesmo divulgado através do EDITAL DE HOMOLOGAÇÃO DO PROCESSO SELETIVO PÚBLICO Nº 02/2009, de 10 de fevereiro de 2010, que homologou os resultados do referido Processo Seletivo Público.

RESOLVE:

Convocar, para aceite das vagas e contratações, os candidatos ao final relacionados (Anexo I deste Edital), aprovados no Processo Seletivo Público nº 002/2009, para comparecer ao Diretoria de Gestão de Pessoas da Secretaria Municipal de Administração e Gestão Pública - DGP/SEAGP, situado na Av. Dr. João Rimsa, nº 601, Centro, Imbituba, SC, no período de 18 de Outubro a 17 de Novembro de 2012, no horário das 14h às 17h, para assinatura do Edital de Convocação Individual e encaminhamento para a avaliação médica pré-admissional.

O não comparecimento do(s) candidato(s) ora convocado(s) no período, horário e local indicados no presente instrumento convocatório acarretará sua automática e definitiva eliminação do processo, com a consequente perda da vaga em questão, independentemente dos argumentos que apresentar, perdendo, por conseguinte, todos os direitos oriundos de sua aprovação no referido Processo Seletivo.

Fica definido o prazo de até 30 (trinta) dias a partir da assinatura do Edital de Convocação Individual, para apresentação dos documentos necessários ao processo pré-admissional.

Ficam os candidatos, inclusive os portadores de deficiência, convocados para a avaliação médica pré-admissional a ser realizada pela Comissão Municipal de Médicos Peritos, para emissão de Atestado de Saúde Ocupacional, no prazo de até 30 (trinta) dias após a assinatura do Edital de Convocação Individual.

O exame médico é eliminatório, sendo excluído do certame o candidato que não apresentar aptidão física e/ou mental para o exercício do emprego público.

O candidato, convocado por este Edital, caso não apresente ao DGP/SEAGP a documentação exigida no prazo estabelecido perderá automaticamente a vaga, convocando-se o candidato com classificação imediatamente posterior.

Imbituba, 18 de outubro de 2012.
DANIEL VINÍCIO ARANTES NETO
Secretário Municipal de Administração e Gestão Pública
 

EDITAL SEAGP Nº 159/2012
Anexo I
CANDIDATOS CONVOCADOS

Agente Comunitária de Saúde área 10
EDNA LUIZ PEREIRA

Edital SEAGP Nº 160/2012

EDITAL SEAGP Nº 160/2012

CONVOCA CANDIDATOS APROVADOS NO PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 04/2010.

O Secretário Municipal de Administração, no uso de suas atribuições legais e por determinação do Chefe do Poder Executivo, considerando a realização do Processo Seletivo Simplificado nº 04/2010, divulgado através do Edital nº 04/2010, de 12 de novembro de 2010, bem como, o resultado do mesmo divulgado através do EDITAL DE HOMOLOGAÇÃO DO PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 04/2010, de 07 de fevereiro de 2011, que homologou os resultados do referido processo seletivo.

RESOLVE:

Convocar, para aceite das vagas e contratações, os candidatos ao final relacionados (Anexo I deste Edital), aprovados no Processo Seletivo Simplificado nº 04/2010, para comparecer a Diretoria de Gestão de Pessoas da Secretaria Municipal de Administração e Gestão Pública - DGP/SEAGP, situado na Av. Dr. João Rimsa, nº 601, Centro, Imbituba, SC, no período de 19 de Outubro a 18 de Novembro 2012, no horário das 14h às 17h, para assinatura do Edital de Convocação Individual e encaminhamento para a avaliação médica pré-admissional.

O não comparecimento do(s) candidato(s) ora convocado(s) no período, horário e local indicados no presente instrumento convocatório acarretará sua automática e definitiva eliminação do processo, com a conseqüente perda da vaga em questão, independentemente dos argumentos que apresentar, perdendo, por conseguinte, todos os direitos oriundos de sua aprovação no referido Processo Seletivo.

Fica definido o prazo de até 30 (trinta) dias a partir da assinatura do Edital de Convocação Individual, para apresentação dos documentos necessários ao processo pré admissional.

Ficam os candidatos, inclusive os portadores de deficiência, convocados para a avaliação médica pré-admissional a ser realizada pela Comissão Municipal de Médicos Peritos, para emissão de Atestado de Saúde Ocupacional, no prazo de até 30 (trinta) dias após a assinatura do Edital de Convocação Individual.

O exame médico é eliminatório, sendo excluído do certame o candidato que não apresentar aptidão física e/ou mental para o exercício do emprego público.

O candidato, convocado por este Edital, caso não apresente ao DGP/SEAGP a documentação exigida no prazo estabelecido perderá automaticamente a vaga, convocando-se o candidato com classificação imediatamente posterior.

Imbituba, 19 de outubro de 2012.

DANIEL VINÍCIO ARANTES NETO

Secretário Municipal de Administração e Gestão Pública
 

EDITAL SEAGP Nº 160/2012

Anexo I

CANDIDATOS CONVOCADOS

Fisioterapeuta

ISABEL DE CASTRO SCHENKEL

Irineópolis**PREFEITURA****Extrato de Contrato 137/2012**

PREFEITURA MUNICIPAL DE IRINEOPOLIS

ESTADO DE SANTA CATARINA

CONTRATO Nº 137/2012

Contratante: Prefeitura Municipal de Irineópolis

Contratada: COMPANHIA BRASILEIRA DE SOLUÇÕES E SERVIÇOS

Objeto: Fornecimento de cartões magnéticos e/ou eletrônicos de alimentação, assim como as respectivas cargas de créditos mensais, para aquisição de gêneros alimentícios, em conformidade com a Legislação de Programa de Alimentação do Trabalhador-PAT.

Valor: R\$ 8.000,00 (Oito mil reais).

Vigência: 19.10.2012 a 18.10.2013

Base Legal - Lei nº 8.666/93 consolidada, art. 24, inciso II

WANDERLEI LEZAN

Prefeito Municipal

Itaiópolis**PREFEITURA****Extrato de Edital**

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE ITAIÓPOLIS/SC; Processo Licitatório nº 27/2012, Pregão Presencial nº 22/2012. Objeto: Registro de Preços para aquisição de Materiais de Construção para uso em reformas e manutenção da Secretaria Municipal da Saúde e nas Unidades Sanitárias e ESFs da SMS. Entrega dos Envelopes: Até às 09:15 horas do dia 07 de novembro de 2012; Abertura dos Envelopes: as 09:30 horas do dia 07 de novembro de 2012 na Prefeitura Municipal de Itaiópolis-SC; O Edital encontra-se no site www.italopolis.sc.gov.br. Esclarecimentos poderão ser obtidos no Fundo Municipal de Saúde, Av. Tancredo Neves, 234 de 2ª a 6ª das 08:00 às 12:00 e das 13:30 à 17:00 horas, fone 047 3652-1787.

JOSÉ CARLOS LINZMEIER

Secretário Municipal da Saúde.

Extrato Termo Aditivo

Nº ADITIVO: 1º Nº CONTRATO: 36/2012

CONTRATADA: Instituto o Barriga Verde

OBJETO: a duração deste Termo Aditivo será de 06 (seis) meses.

Itaiópolis, 26/09/2012.

HELIO CÉSAR WENDT

Prefeito Municipal.

Itapoá

PREFEITURA

Edital de Pregão Presencial Nº 31/2012

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 31/2012
PROCESSO Nº 85/2012

O Município de Itapoá/SC, no uso de suas atribuições legais TORNA PÚBLICO que, fará realizar licitação na modalidade PREGÃO PRESENCIAL, do tipo Menor Preço Global, que será redigida pela Lei Federal Nº 10.520, de 17 de julho de 2002, aplicando-se subsidiariamente, no que couber, a Lei Federal Nº 8.666 de 21 de junho de 1993, Lei Complementar nº 123/06 e Leis Municipais, consoante condições e especificações estabelecidas no presente Edital, e para conhecimento dos interessados, que até às 09h:00m estará recebendo o protocolo dos envelopes no órgão tributário, e que às 09h:30m, do dia 05 de novembro de 2012, na sala do Departamento de Licitações, a Pregoeira Oficial do Município Sra. Fernanda Cristina Rosa, estará fazendo a abertura dos envelopes devidamente protocolados, juntamente com credenciamento, indispensável para a participação no certame para a Contratação de empresa para confecção e impressão de carnês de IPTU (Imposto Predial e Territorial Urbano) e TLLF (Taxa de Licenciamento e Localização de Funcionamento) referentes ao exercício de 2013, conforme especificações do Anexo V do Edital. O Edital poderá ser retirado através do site www.itapoa.sc.gov.br no link "pregão", ou extrato no site www.diariomunicipal.sc.gov.br, ou até mesmo na Secretaria de Administração e Finanças - Licitações e Contratos das 08h:00m às 14h:00m.

Itapoá, 19 de outubro de 2012.

MÁRIO ELÓI TAVARES
Município de Itapoá/SC
Prefeito Municipal

Extrato do Contrato Nº 48/2012

PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPOÁ
EXTRATO DO CONTRATO Nº 48/2012

Concorrência publica 01/2010, Processo 114/2010. Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPOÁ. Contratado: ITAPOÁ SANEAMENTO LTDA. Objeto: concessão para prestação dos serviços públicos de abastecimento de água e de esgotamento sanitário do município de Itapoá - sc. Fundamento Legal: Lei 8.666/93 e alterações. Vigência: 13/10/2012 á 13/10/2042. Valor Total: R\$ R\$ 440.000.000,00, 04. Data de Assinatura 04/10/2012.

Itapoá, 22 de outubro de 2012.

MÁRIO ELÓI TAVARES
MUNICÍPIO DE ITAPOÁ/SC
Prefeito Municipal

Pregão Presencial Nº 30/2012-Registro de Preços Nº 20/2012-Processo Nº 80/2012

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 30/2012
REGISTRO DE PREÇOS Nº 20/2012
PROCESSO Nº 80/2012

O Município de Itapoá/SC, no uso de suas atribuições legais TORNA PÚBLICO que, fará realizar licitação na modalidade PREGÃO PRESENCIAL, do tipo Menor Preço por item, que será redigida pela Lei Federal Nº 10.520, de 17 de julho de 2002, Decreto Municipal Nº 877/2009, aplicando-se subsidiariamente, no que couber, a

Lei Federal Nº 8.666 de 21 de junho de 1993, Lei Complementar Nº 123/06 e Leis Municipais, consoante condições e especificações estabelecidas no presente Edital, e para conhecimento dos interessados, que até às 09h:00min estará recebendo o protocolo dos envelopes no órgão tributário, e que às 09h:30min, do dia 08/11/2012 na sala do Departamento de Licitações e Contratos, Rua Mariana Michels Borges (960) nº 201, a Pregoeira Oficial do Município Sra. Fernanda Cristina Rosa, estará fazendo a abertura dos envelopes devidamente protocolados, juntamente com credenciamento, indispensável para a participação no certame para a Aquisição de Fraldas Geriátricas, objetivando o atendimento de pessoas deste município que possuem a necessidade de uso, conforme critérios da portaria nº 2.047/2002 do ministério da Saúde e especificações contidas no anexo V do edital. O Edital poderá ser retirado através do site www.itapoa.sc.gov.br no link "pregão", ou extrato no site www.diariomunicipal.sc.gov.br, ou até mesmo na Secretaria de Administração e Finanças - Licitações e Contratos das 08h às 14h.

Itapoá, 22 de outubro de 2012.

MÁRIO ELOI TAVARES
MUNICÍPIO DE ITAPOÁ
Prefeito Municipal

SUSINEI RIBEIRO SCHULTZ
MUNICÍPIO DE ITAPOÁ
SECRETÁRIA DE SAÚDE  

Termo Aditivo N.º 47/2012 ao Contrato Administrativo N.º 79/2011. (1º Aditivo).

TERMO ADITIVO N.º 47/2012 AO CONTRATO ADMINISTRATIVO N.º 79/2011. (1º aditivo).

Pelo presente instrumento particular que, entre si, celebram, de um lado o MUNICÍPIO DE ITAPOÁ, inscrito no CNPJ/MF sob N.º 81.140.303/0001-01, com sede a Rua Perpétuo Socorro n.º 430, neste Município, aqui denominada CONTRATANTE, neste ato representado pela Secretária de Saúde, SUSINEI RIBEIRO SCHULTZ, inscrita no CI.RG. nº 3.410.151-9, e do CNPF/MF: 944.334.299-53 e pelo Prefeito Municipal, o Sr. MÁRIO ELÓI TAVARES, brasileiro, casado, portador do RG nº 803.609-8 SSP/SC e CNPF/MF nº 183.607.699-15, residente e domiciliado à Av. Brasil, nº 2526, neste Município de Itapoá/SC, e, de outro lado, a empresa SERRANA ENGENHARIA LTDA, com sede á Rua Ottokar Doerffel, nº 841, Bairro: Atiradores, na cidade de Joinville/SC, inscrita no CNPJ/MF sob o nº. 83.073.536/0001-64 e Inscrição Estadual: 253.637.244, representada neste ato por sócio, o Sr. ODAIR JOSÉ MANNRI-CH, portador do CNPF/MF nº 348.090.589-72 e do CI.RG nº 8/R. 592.121 SSP/SC, aqui denominada CONTRATADA, ajustam o presente termo aditivo á Contratação de empresa especializada do ramo de engenharia sanitária para realizar a Coleta, Transporte, Tratamento e Destinação Final dos resíduos provenientes dos serviços de saúde do município de Itapoá, conforme especificações constantes no Edital, e em conformidade com a autorização contida no processo licitatório na modalidade CONVITE N.º 20/2011 – PROCESSO Nº 80/2011, e com a Lei 8.666/93, alterada pela Lei 8.883/94 e Lei 9.648/98 e pelas especificações e condições contidas nas cláusulas que seguem:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO PRAZO

O presente termo prorroga a vigência do contrato administrativo n.º 79/2011 em 8 (oito) meses, contados a partir do dia 24/10/2012, podendo ser renovado ou revogado conforme disposições da Lei nº 8.666/93, e de acordo com os interesses da Administração Pública.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO PREÇO E REAJUSTE

Altera cláusula quinta "Do Preço", reajustando com base no índice do INPC-IBGE (Índice Nacional de Preços ao Consumidor) conforme cláusula contratual nº 9.7.1, em um percentual de 5,5765%, o qual corrigido perfaz o valor fixo do quilograma de R\$ 13,28 (treze reais e vinte e oito centavos), totalizando o valor total para o período de oito meses R\$ 66.400,00 (sessenta e seis mil e quatrocentos reais) conforme descrito:

DESCRIPTIVO	UN.	QTDE POR TEMPO- RADA	QTDE POR MÊS	R\$ POR KG.	R\$ POR MÊS	R\$ POR TEMPO- RADA
TRANSPORTE, TRATAMENTO E DESTINAÇÃO FINAL DOS RESÍDUOS SÓLIDOS DE SAÚDE E HOSPITALAR	BAIXA TEMPO-RADA (5 meses)		2.000	400		5.312,00
	ALTA TEMPORADA (3 meses)	KG	3.000	1.000	13,28	13.280,00
TOTAL GERAL			5.000		TOTAL R\$ POR ANO	66.400,00

CLÁUSULA TERCEIRA – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Ficam ratificadas as demais cláusulas do contrato de n.º 79/2011, desde que não contrariem o que ficou convencionado no presente Termo de Aditivo.

E, por estarem assim, justos e acordados, firmam o presente Termo de Aditivo ao Instrumento de Contrato Administrativo n.º 79/2011, em caráter de excepcionalidade, em 02 (duas) vias de igual teor, para que produzam seus jurídicos e legais efeitos, na presença de 02 (duas) testemunhas igualmente subscrita.

Itapoá/SC, 22 de outubro de 2012.

CONTRATANTE MUNICÍPIO DE ITAPOÁ MÁRIO ELÓI TAVARES PREFEITO MUNICIPAL	
CONTRATANTE SUSINEI RIBEIRO SCHULTZ SECRETÁRIA DE SAÚDE	CONTRATADA SERRANA ENGENHARIA LTDA ODAIR JOSÉ MANNRICH
Testemunhas: NOME: CNPJ/MF:	NOME: CNPJ/MF:

Joaçaba

PREFEITURA

Lei Nº 4.273 de 22 de Outubro de 2012.

LEI Nº 4.273 DE 22 DE OUTUBRO DE 2012.

DISPÕE SOBRE A AUTORIZAÇÃO PARA A ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito do Município de Joaçaba(SC),

Faço saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara de Vereadores aprova e eu sanciono a seguinte,
LEI:

Art. 1º Fica o Chefe do Poder Executivo do Município de Joaçaba, autorizado a abrir crédito adicional até a importância de R\$ 844.630,95 (oitocentos e quarenta e quatro mil, seiscentos e trinta reais e noventa e cinco centavos), destinados a suplementar as

dotações abaixo descritas, pertencentes ao Orçamento vigente da Prefeitura Municipal de Joaçaba:

ÓRGÃO 02: GABINETE DO PREFEITO

UNIDADE 01: Assessoria do Gabinete do Prefeito

Proj. Ativ.2.020 Manutenção do Gabinete do Prefeito

3.1.90.00.00.00.00.00.0.1.000.0- 1 Pessoal e Enc. Sociais-Aplicações Diretas R\$ 16.000,00

3.3.90.00.00.00.00.00.0.1.000.0- 3 Despesas Correntes-Aplicações Diretas R\$ 10.000,00

UNIDADE 02: Coordenadoria de Planejamento

Proj. Ativ.2.023 Manutenção da Coordenadoria de Planejamento

3.1.90.00.00.00.00.00.0.1.000.0- 6 Pessoal e Enc. Sociais-Aplicações Diretas R\$ 15.000,00

UNIDADE 04: Assessoria de Comunicação

Proj. Ativ.2.021 Manutenção da Assessoria de Comunicação

3.1.90.00.00.00.00.00.0.1.000.0-13 Pessoal e Enc. Sociais-Aplicações Diretas R\$ 5.000,00

UNIDADE 04: Assessoria de Eventos

Proj. Ativ.2.023 Manutenção da Assessoria de Eventos

3.3.50.00.00.00.00.00.0.1.000.0-23 Outras Despesas Correntes-Transf.Int.Priv. R\$ 202.000,00

UNIDADE 08: Administração Terminal Rodoviário e Cemitério Municipal

Proj. Ativ.2.025 Manutenção do Terminal Rodoviário

3.1.90.00.00.00.00.00.0.1.000.0-31 Pessoal e Enc. Sociais-Aplicações Diretas R\$ 5.000,00

UNIDADE 12: Coordenadoria de Controle Interno

Proj. Ativ.2.045 Manutenção da Coordenadoria de Controle Interno

3.1.90.00.00.00.00.00.0.1.000.0-44 Pessoal e Enc. Sociais-Aplicações Diretas R\$ 20.000,00

ÓRGÃO 04: SECRETARIA MUNICIPAL DE GESTÃO ADMINISTRATIVA

UNIDADE 01: Secretaria Municipal de Gestão Administrativa

Proj. Ativ.2.028 Manutenção da Secretaria de Gestão Administrativa

3.1.90.00.00.00.00.00.0.1.000.0-50 Pessoal e Enc. Sociais-Aplicações Diretas R\$ 40.000,00

ÓRGÃO 05: SECRETARIA MUNICIPAL DE GESTÃO FINANCEIRA

UNIDADE 01: Secretaria Municipal de Gestão Financeira

Proj. Ativ.0.000 Amortização, Juros e Encargos da Dívida Interna-Prefeitura

4.6.90.00.00.00.00.00.0.1.000.0-55 Amortização da Dívida -Aplicações Diretas R\$ 20.000,00

Proj. Ativ.2.029 Manutenção da Secretaria de Gestão Financeira

3.1.90.00.00.00.00.00.0.1.000.0-61 Pessoal e Enc. Sociais-Aplicações Diretas R\$ 100.000,00



DOM/SC

ASSINADO DIGITALMENTE

Proj. Ativ.2.030 Encargos Gerais do Município
3.1.90.00.00.00.00.00.0.1.000.0-64 Pessoal e Enc. Sociais-Aplica-
ções Diretas R\$ 66.000,00
3.3.90.00.00.00.00.00.0.1.000.0-66 Despesas Correntes-Aplica-
ções Diretas R\$ 10.000,00
Proj. Ativ.2.057 Contribuição Patronal ao PLASS- Diversos órgãos
3.1.91.00.00.00.00.00.0.1.000.0-64 Pessoal e Enc. Sociais-Aplica-
ções Diretas R\$ 5.000,00

ÓRGÃO 07: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

UNIDADE 01: Secretaria Municipal de Educação
Proj. Ativ.2.047 Manutenção das Atividades do Ensino fundamental
3.1.90.00.00.00.00.00.0.1.019.0-85 Pessoal e Enc. Sociais-Aplica-
ções Diretas R\$ 19.848,00
3.3.90.00.00.00.00.00.0.1.000.0-257 Despesas Correntes-Aplica-
ções Diretas R\$ 15.000,00
Proj. Ativ.2.048 Manutenção das Atividades do Ensino Infantil
3.1.90.00.00.00.00.00.0.1.019.0-92 Pessoal e Enc. Sociais-Aplica-
ções Diretas R\$ 8.703,60
3.3.90.00.00.00.00.00.0.1.000.0-258 Out. despesa Correntes
-Aplic.Direta R\$ 9.000,00
Proj. Ativ.2.050 Manutenção do transporte Escolar Ensino Médio
3.3.90.00.00.00.00.00.0.1.061.0-103 Despesas Correntes-Aplica-
ções Diretas R\$ 3.079,35
Proj. Ativ.2.053 Contribuição Patronal ao RPPS- Ensino Fundamen-
tal
3.1.91.00.00.00.00.00.0.1.001.0-106 Pessoal e Enc. Sociais-Aplic.
Diretas R\$ 100.000,00
Proj. Ativ.2.054 Contribuição Patronal ao PLASS- Ensino Funda-
mental
3.1.91.00.00.00.00.00.0.1.001.0-108 Pessoal e Enc. Sociais-Aplic.
Diretas R\$ 10.000,00
Proj. Ativ.2.055 Contribuição Patronal ao RPPS- Ensino Infantil
3.1.91.00.00.00.00.00.0.1.001.0-109 Pessoal e Enc. Sociais-Aplic.
Diretas R\$ 78.000,00
Proj. Ativ.2.056 Contribuição Patronal ao PLASS- Ensino Infantil
3.1.91.00.00.00.00.00.0.1.001.0-110 Pessoal e Enc. Sociais-Aplic.
Diretas R\$ 12.000,00

ÓRGÃO 09: SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA

UNIDADE 01: Secretaria Municipal de Infraestrutura
Proj. Ativ.2.035 Manutenção da Secretaria de Infraestrutura
3.1.90.00.00.00.00.00.0.1.000.0-140 Pessoal e Enc. Sociais-Aplic.
Diretas R\$ 20.000,00
Proj. Ativ.2.040 Manutenção da Frota Municipal
3.3.90.00.00.00.00.00.0.1.000.0-149 Despesas Correntes-Aplica-
ções Diretas R\$ 20.000,00

ÓRGÃO 11: PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO

UNIDADE 01: Procuradoria Geral do Município
Proj. Ativ.2.067 Manutenção da Procuradoria Geral do Município
3.1.90.00.00.00.00.00.0.1.000.0-169 Pessoal e Enc. Sociais-Aplic.
Diretas R\$ 30.000,00
UNIDADE 02: Diretoria do Procon
Proj. Ativ.2.059 Manutenção da Diretoria do Procon
3.1.90.00.00.00.00.00.0.1.000.0-175 Pessoal e Enc. Sociais-Aplic.
Diretas R\$ 5.000,00

Art. 2º O crédito autorizado no artigo anterior será coberto com recursos provenientes da anulação das dotações pertencente ao orçamento da Prefeitura Municipal de Joaçaba, na mesma importância de que trata o artigo 1º deste Decreto, conforme segue abaixo identificado:

ÓRGÃO 02: GABINETE DO PREFEITO

UNIDADE 03: Divisão de Turismo
Proj. Ativ.2.034 Manutenção da Divisão de Turismo
3.1.90.00.00.00.00.00.0.1.000.0- 9 Pessoal e Enc. Sociais-Aplica-
ções Diretas R\$ 5.000,00

ÓRGÃO 03: GABINETE DO VICE PREFEITO

UNIDADE 01: Gabinete do Vice-Prefeito
Proj. Ativ.2.027 Manutenção do Gabinete do Vice-Prefeito
4.4.90.00.00.00.00.00.0.1.000.0- 49 Investimentos-Aplicação Di-
reta R\$ 1.000,00

ÓRGÃO 05: SECRETARIA MUNICIPAL DE GESTÃO FINANCEIRA

UNIDADE 01: Secretaria Municipal de Gestão Financeira
Proj. Ativ.0.000 Amortização, Juros e Encargos da Dívida Interna-
Prefeitura
3.2.90.00.00.00.00.00.0.1.000.0-53 Juros e enc.da Dívida -Aplica-
ções Diretas R\$ 340.000,00
3.3.91.00.00.00.00.00.0.1.000.0-54 Outras Despesas Correntes
R\$ 30.816,00

ÓRGÃO 07: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

UNIDADE 01: Secretaria Municipal de Educação
Proj. Ativ.2.047 Manutenção das Atividades do Ensino fundamental
3.3.90.00.00.00.00.00.0.1.019.0-87 Despesas Correntes-Aplica-
ções Diretas R\$ 19.848,00
3.1.90.00.00.00.00.00.0.1.001.0-83 Pessoal e Enc. Sociais-Aplica-
ções Diretas R\$ 60.000,00
Proj. Ativ.2.048 Manutenção das Atividades do Ensino Infantil
3.3.90.00.00.00.00.00.0.1.019.0-95 Despesas Correntes-Aplica-
ções Diretas R\$ 8.703,60
3.1.90.00.00.00.00.00.0.1.001.0-90 Pessoal e Enc. Sociais-Aplica-
ções Diretas R\$ 80.000,00
Proj. Ativ.2.049 Manutenção do transporte Escolar Ensino Funda-
mental
3.3.90.00.00.00.00.00.0.1.001.0-98 Despesas Correntes-Aplica-
ções Diretas R\$ 60.000,00
3.3.90.00.00.00.00.00.0.1.061.0-100 Despesas Correntes-Aplica-
ções Diretas R\$ 3.079,35
Proj. Ativ.2.058 Manutenção da Biblioteca Pública Municipal
3.1.90.00.00.00.00.00.0.1.000.0-111 Pessoal e Enc. Sociais-Aplic.
Diretas R\$ 50.000,00
3.3.90.00.00.00.00.00.0.1.000.0-112 Despesas Correntes-Aplica-
ções Diretas R\$ 10.000,00

ÓRGÃO 09: SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA

UNIDADE 01: Secretaria Municipal de Infraestrutura
Proj. Ativ.1.046 Implantação de Rede Pluvial
4.4.90.00.00.00.00.00.0.1.000.0-132 Investimentos-Aplicação Di-
reta R\$ 600,00
Proj. Ativ.2.043 Manutenção de Prédios Públicos
3.3.90.00.00.00.00.00.0.1.000.0-150 Despesas Correntes-Aplica-
ções Diretas R\$ 10.000,00
UNIDADE 02: Intendência de Agricultura
Proj. Ativ.2.044 Manutenção da Intendência da Agricultura
3.1.90.00.00.00.00.00.0.1.000.0-158 Pessoal e Enc. Sociais-Aplic.
Diretas R\$ 52.000,00
UNIDADE 03: Intendência de Obras- Santa Helena
Proj. Ativ.2.042 Manutenção da Intendência de Obras- Santa He-
lena
3.1.90.00.00.00.00.00.0.1.000.0-161 Pessoal e Enc. Sociais-Aplic.
Diretas R\$ 5.000,00
UNIDADE 04: Intendência de Obras- Nova Petrópolis
Proj. Ativ.2.041 Manutenção da Intendência de Obras- Nova Pe-
trópolis
3.1.90.00.00.00.00.00.0.1.000.0-164 Pessoal e Enc. Sociais-Aplic.
Diretas R\$ 15.000,00

ÓRGÃO 10: CONSELHO TUTELAR

UNIDADE 01: Conselho Tutelar
Proj. Ativ.2.091 Manutenção das Atividades do Conselho Tutelar
3.3.90.00.00.00.00.00.0.1.000.0-167 Despesas Correntes-Aplica-
ções Diretas R\$ 14.000,00

ÓRGÃO 11: PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO

UNIDADE 01: Procuradoria Geral do Município

Proj. Ativ.2.079 Pagamento de Sentenças Judiciais
3.1.90.00.00.00.00.00.0.1.000.0-172 Pessoal e Enc. Sociais-Aplic. Diretas R\$ 18.017,04
3.3.90.00.00.00.00.00.0.1.000.0-173 Despesas Correntes-Aplica-
ções Diretas R\$ 34.302,57
4.4.90.00.00.00.00.00.0.1.000.0-174 Investimentos-Aplicações
Diretas R\$ 8.264,39

ÓRGÃO 20: SECRETARIA MUNIC.DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

UNIDADE 01: Secretaria Munic. De desenvolvimento Sustentável
Proj. Ativ.2.097 Manutenção Secretaria Munic. De desenv. Sus-
tentável

3.1.90.00.00.00.00.00.0.1.000.0-180 Pessoal e Enc. Sociais-Aplic. Diretas R\$ 5.000,00
3.3.90.00.00.00.00.00.0.1.000.0-182 Despesas Correntes-Aplica-
ções Diretas R\$ 7.000,00

ÓRGÃO 21: FUNDO MUNICIPAL DE HABITAÇÃO DE INTERESSE SOCIAL

UNIDADE 01: Fundo Municipal de Habitação de Interesse Social
Proj. Ativ.2.096 Manutenção do Fundo Municipal de Habitação de
Interesse Social

3.3.50.00.00.00.00.00.0.1.000.0-188 Despesas Correntes-Aplica-
ções Diretas R\$ 5.000,00
3.3.90.00.00.00.00.00.0.1.000.0-189 Despesas Correntes-Aplica-
ções Diretas R\$ 2.000,00

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Joaçaba, SC, em 22 de outubro de 2012.

RAFAEL LASKE

Prefeito

Lei Nº 4.274 de 22 de Outubro de 2012.

LEI Nº 4.274 DE 22 DE OUTUBRO DE 2012.

AUTORIZA O CHEFE DO PODER EXECUTIVO MUNICIPAL A ABRIR
CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR, E DÁ OUTRAS PROVIDÊN-
CIAS.

O Prefeito do Município de Joaçaba(SC),

Faço saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara
de Vereadores aprova e eu sanciono a seguinte,
LEI:

Art. 1º - Fica o chefe do Poder Executivo Municipal de Joaçaba, au-
torizado a abrir Crédito Adicional Suplementar na importância de
R\$ 451.000,00 (quatrocentos e cinquenta e um mil reais), desti-
nados a suplementar as dotações abaixo descritas, no Orçamento
Municipal vigente:

Órgão: 18 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
Unidade Orçamentária: 01 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
Proj./Atividade: 2.012 - BLVGS - MANUTENÇÃO DO PROGRAMA
DST/HIV/AIDS
Modalidade Aplicação: 3.1.90.00.00.00.00.00.0.1.066.0
Valor: R\$ 736,50

Órgão: 18 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
Unidade Orçamentária: 01 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
Proj./Atividade: 2.011 - BLVGS - MANUTENÇÃO DA VIGILÂNCIA
EPIDEMIOLÓGICA
Modalidade Aplicação: 3.1.90.00.00.00.00.00.0.1.002.0
Valor: R\$ 37.000,00

Órgão: 18 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
Unidade Orçamentária: 01 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
Proj./Atividade: 1.015 - AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS E

MATERIAL PERMANENTE - FMS

Modalidade Aplicação: 4.4.90.00.00.00.00.00.0.1.164.10
Valor: R\$ 19.000,00

Órgão: 18 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
Unidade Orçamentária: 01 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
Proj./Atividade: 2.014 - MANUTENÇÃO DO AMBULATÓRIO MÉDI-
CO DE ESPECIALIDADES - AME
Modalidade Aplicação: 3.1.90.00.00.00.00.00.0.1.002.0
Valor: R\$ 37.908,50

Órgão: 18 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
Unidade Orçamentária: 01 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
Proj./Atividade: 2.016 - BLMAC - MANUTENÇÃO DO SERVIÇO DE
ATENDIMENTO MÓVEL DE URGÊNCIA - SAMU
Modalidade Aplicação: 3.1.90.00.00.00.00.00.0.1.002.0
Valor: R\$ 1.000,00

Órgão: 18 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
Unidade Orçamentária: 01 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
Proj./Atividade: 2.017 - CONTRIBUIÇÃO PATRONAL AO RPPS -
FMS
Modalidade Aplicação: 3.1.91.00.00.00.00.00.0.1.002.0
Valor: R\$ 220.000,00

Órgão: 18 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
Unidade Orçamentária: 01 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
Proj./Atividade: 2.018 - CONTRIBUIÇÃO PATRONAL AO PLASS -
FMS
Modalidade Aplicação: 3.1.91.00.00.00.00.00.0.1.002.0
Valor: R\$ 8.500,00

Órgão: 18 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
Unidade Orçamentária: 01 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
Proj./Atividade: 2.009 - MANUTENÇÃO DO FUNDO MUNICIPAL DE
SAÚDE
Modalidade Aplicação: 3.3.90.00.00.00.00.00.0.1.002.0
Valor: R\$ 20.263,50

Órgão: 18 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
Unidade Orçamentária: 01 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
Proj./Atividade: 2.010 - BLATB - MANUTENCAO DA ESTRATÉGIA
SAÚDE DA FAMÍLIA - ESF
Modalidade Aplicação: 3.3.90.00.00.00.00.00.0.1.002.0
Valor: R\$ 106.591,50

Art. 2º Os recursos necessários para suplementar as dotações des-
tacadas no artigo 1º, são provenientes das anulações das dota-
ções abaixo especificadas:

Órgão: 18 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
Unidade Orçamentária: 01 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
Proj./Atividade: 2.012 - BLVGS - MANUTENÇÃO DO PROGRAMA
DST/HIV/AIDS
Modalidade Aplicação: 3.3.90.00.00.00.00.00.0.1.066.0
Valor: R\$ 736,50

Órgão: 18 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
Unidade Orçamentária: 01 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
Proj./Atividade: 1.012 - AQUISIÇÃO DE TERRENOS - FMS
Modalidade Aplicação: 4.4.90.00.00.00.00.00.0.1.002.0
Valor: R\$ 120.000,00

Órgão: 18 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
Unidade Orçamentária: 01 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
Proj./Atividade: 1.015 - AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS E MATE-
RIAL PERMANENTE -FMS
Modalidade Aplicação: 4.4.90.00.00.00.00.00.0.1.002.0
Valor: R\$ 55.000,00

Órgão: 18 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
Unidade Orçamentária: 01 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
Proj./Atividade: 2.010 - BLATB - MANUTENÇÃO DA ESTRATÉGIA SAÚDE DA FAMÍLIA - ESF
Modalidade Aplicação: 3.3.90.00.00.00.00.00.0.1.164.10
Valor: R\$ 19.000,00

Órgão: 18 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
Unidade Orçamentária: 01 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
Proj./Atividade: 1.011 - AQUISIÇÃO VEÍCULOS - FMS
Modalidade Aplicação: 4.4.90.00.00.00.00.00.0.1.002.0
Valor: R\$ 11.355,00

Órgão: 18 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
Unidade Orçamentária: 01 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
Proj./Atividade: 2.009 - MANUTENÇÃO DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
Modalidade Aplicação: 3.1.90.00.00.00.00.00.0.1.002.0
Valor: R\$ 65.000,00

Órgão: 18 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
Unidade Orçamentária: 01 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
Proj./Atividade: 2.010 - BLATB - MANUTENCAO DA ESTRATÉGIA SAÚDE DA FAMÍLIA - ESF
Modalidade Aplicação: 3.1.90.00.00.00.00.00.0.1.002.0
Valor: R\$ 129.908,50

Órgão: 18 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
Unidade Orçamentária: 01 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
Proj./Atividade: 2.013 - BLVGS - MANUTENÇÃO DA VIGILÂNCIA SANITÁRIA
Modalidade Aplicação: 3.1.90.00.00.00.00.00.0.1.002.0
Valor: R\$ 10.000,00

Órgão: 18 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
Unidade Orçamentária: 01 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
Proj./Atividade: 2.015 - BLMAC - MANUTENCAO DO CENTRO DE ATENÇÃO PSICOSSOCIAL - CAPS
Modalidade Aplicação: 3.1.90.00.00.00.00.00.0.1.002.0
Valor: R\$ 40.000,00

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Joaçaba, SC, em 22 de outubro de 2012.
RAFAEL LASKE
Prefeito

Decreto Nº 4.173 de 18 de Outubro de 2012.

DECRETO Nº 4.173 DE 18 DE OUTUBRO DE 2012.
"SUBSTITUI, MEMBRO PARA COMPOR CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO DO PLASS, QUE ESPECIFICA".

O Prefeito do Município de Joaçaba, no uso de atribuições que lhe são conferidas por Lei,

DECRETA:

Art. 1º Fica substituído o Senhor VENILTON ROGÉRIO TELES, pelo Senhor ELI MARTINS, na representação dos Secretários Municipais indicados pelo Chefe do Poder Executivo Municipal para compor o CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO do Plano de Saúde e Assistência Social dos Servidores Públicos do município de Joaçaba-SC - PLASS, de que tratam os Artigos 48 e 49 da Lei Complementar nº 090 de 16 de dezembro de 2004.

Art. 2º Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

JOAÇABA-SC, em 18 de outubro de 2012.
RAFAEL LASKE
Prefeito

Decreto Nº 4.174 de 18 de Outubro de 2012.

DECRETO Nº 4.174 DE 18 DE OUTUBRO DE 2012.
"NOMEIA COMITÊ DE INVESTIMENTOS NO ÂMBITO DO INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES PÚBLICOS DO MUNICÍPIO DE JOAÇABA - IMPRES, QUE ESPECIFICA".

O Prefeito do Município de Joaçaba, no uso de suas atribuições e com fulcro no art. 70, IV, da Lei Complementar n. 99/2005 e Decreto nº 4.168/12;

DECRETA:

Art. 1º Ficam nomeados os servidores abaixo para compor o Comitê de Investimentos no âmbito do Instituto de Previdência dos Servidores Públicos do Município de Joaçaba - IMPRES, órgão autônomo de caráter deliberativo e não remunerado, com a competência de analisar e aprovar políticas e estratégias de investimentos do IMPRES, observando os regulamentos e diretrizes pertinentes, em atendimento a Portaria MPS n.º170/2012, nos termos da Lei nº 99/2005:

Representantes da Diretoria Executiva:

Elisabet Maria Zanela Sartori;

Eliane Ceron Vier;

Representantes indicados pelo Conselho de Administração:

Claudete Maria Toscan da Silva;

Franciele Fattori;

Representante indicados pelo Conselho Fiscal:

Valter Frank

Art. 2º Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

JOAÇABA-SC, em 18 de outubro de 2012.

RAFAEL LASKE

Prefeito

Decreto Nº 4.175 de 18 de Outubro de 2012.

DECRETO Nº 4.175 DE 18 DE OUTUBRO DE 2012.
"PRORROGA MANDATO DOS CONSELHOS DE ADMINISTRAÇÃO E FISCAL DO IMPRES, QUE ESPECIFICA".

O Prefeito do Município de Joaçaba, no uso de suas atribuições e com fulcro no art. 70, 3º da Lei Complementar n. 99/2005;

DECRETA:

Art. 1º Fica prorrogado por um ano o mandato dos membros dos Conselhos de Administração e Fiscal do IMPRES nomeados pelo Decreto nº 3677/2010.

Art. 2º Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

JOAÇABA-SC, em 18 de outubro de 2012.

RAFAEL LASKE

Prefeito

Extrato PP 24/2012/FMS - PL 42/2012/FMS

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE - FMS

JOAÇABA (SC)

AVISO DE LICITAÇÃO

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 42/2012/FMS

PREGÃO PRESENCIAL Nº 24/2012/FMS

Objeto: Aquisição de medicamentos destinados à manutenção da Farmácia Básica, dos programas e dos serviços da Secretaria Municipal de Saúde, durante o exercício financeiro de 2012. Forma de Julgamento: Menor Preço por Item. Data da abertura: Dia 07/11/2012, a partir das 14 horas, na sala do Setor de Compras e

Licitações, no endereço abaixo citado. Credenciamento e entrega dos envelopes: até as 14 horas do dia 07/11/2012, no Setor de Compras e Licitações. Local para aquisição do Edital: Secretaria Municipal de Gestão Administrativa - Setor de Compras e Licitações, na Avenida XV de Novembro, 378, Centro, em dias úteis, de segunda à sexta-feira, no horário das 13 às 19 horas ou no site www.joacaba.sc.gov.br, a partir da publicação deste aviso. Quaisquer informações poderão ser solicitadas junto ao Setor de Compras e Licitações, no endereço citado acima, pelo telefone 049 3527-8805 / 3527-8828 ou pelo e-mail comprasjba@joacaba.sc.gov.br.

Joaçaba, 19 de outubro de 2012.
RAFAEL LASKE
Prefeito

JORGE RONALDO POHL
Gestor Fundo Municipal de Saúde

Contrato 312/2012/FMS - TA 1/2012
CONTRATO Nº 312/2012/FMS - TA 01

O MUNICÍPIO DE JOAÇABA, neste ato representado pelo Prefeito, Sr RAFAEL LASKE, por intermédio do FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE, com sede administrativa na Avenida XV de Novembro, 223, centro, Joaçaba, SC, inscrito no CNPJ/MF sob nº 10.594.533/0001-00, por seu Gestor, doravante denominado CONTRATANTE, e a Empresa ODONTOESTE LTDA, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 12.632.841/0001-09, estabelecida na RUA URUGUAI, 1180-E, Bairro SANTA MARIA, no Município de CHAPECÓ/SC, neste ato representada pelo Sr. GELSON TADEU MOHR, portador da Carteira de Identidade nº 334.1427 e CPF nº 029.064.769-00, residente e domiciliado na cidade de CHAPECÓ/SC, doravante denominada CONTRATADA, celebram entre si o presente TERMO ADITIVO ao contrato nº 312/2012/FMS, firmado em 11/06/2012, proveniente do Processo de Licitação nº 22/2012/FMS, instaurado através do Edital de Pregão Presencial nº 12/2012/FMS, homologado no dia 11/06/2012, cujo objeto é o fornecimento pela CONTRATADA de materiais e/ou equipamentos odontológicos, destinados à manutenção dos programas e serviços desenvolvidos pela Secretaria Municipal de Saúde, durante o exercício financeiro de 2012, onde se ADITA a CLÁUSULA QUARTA - DO PREÇO, FORMA DE PAGAMENTO, DO REAJUSTE E DA REVISÃO, nos seguintes termos:

CLÁUSULA PRIMEIRA

CLÁUSULA QUARTA - DO VALOR, FORMA DE PAGAMENTO, DO REAJUSTE E DA REVISÃO.

O valor total do contrato fica suprimido em R\$ 6.412,50 (seis mil quatrocentos e doze reais e cinquenta centavos), correspondentes a 100,00% do valor inicialmente contratado, em conformidade com o disposto no § 1º e no § 2º II, do art. 65 da Lei 8.666/93, relativo à supressão total do item 91 (autoclave).

CLÁUSULA SEGUNDA

As demais cláusulas do contrato original permanecem inalteradas.

Fica eleito o foro da cidade de Joaçaba (SC) para dirimir questões oriundas deste instrumento, renunciando as partes a qualquer outro que lhe possa ser mais favorável.

E, por estarem acordes, firmam o presente instrumento, juntamente com as testemunhas, em quatro vias de igual teor, para todos os efeitos de direito.

Joaçaba, 19 de outubro de 2012.

MUNICÍPIO DE JOAÇABA
RAFAEL LASKE
Prefeito

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
Gestor

ODONTOESTE LTDA
GELSON TADEU MOHR

Testemunhas:

1. _____ 2. _____

Contrato 338/2012/FMS - TA 1/2012
CONTRATO Nº 338/2012/FMS - TA 01

O MUNICÍPIO DE JOAÇABA, neste ato representado por seu Prefeito, Sr RAFAEL LASKE, por intermédio do FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE, com sede à Avenida XV de Novembro, 223, inscrito no CNPJ/MF nº 10.594.533/0001-00, por seu Gestor, doravante denominado CONTRATANTE, e a empresa METROMED COM. DE MATERIAL MÉDICO HOSPITALAR LTDA, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 83.157.032/0001-22, estabelecida na AV. BARÃO DO RIO BRANCO, 220, no Município de RIO DO SUL/SC, neste ato representada pelo Sr. JORGE HENRIQUE DA SILVA, portador da Carteira de Identidade nº 7R-1.421.312 e CPF nº 481.293.139-87, residente e domiciliado na RUA JOSÉ SALLA, 55, cidade de RIO DO SUL/SC, doravante denominada CONTRATADA, celebram entre si o presente TERMO ADITIVO ao contrato nº 338/2012/FMS, firmado em 14/08/2012, proveniente do Processo de Licitação nº 34/2012/FMS, instaurado através do Edital de Pregão Presencial nº 19/2012/FMS, homologado no dia 14/08/2012, cujo objeto é o fornecimento, pela CONTRATADA, de materiais e equipamentos de enfermagem, destinados à manutenção dos programas e serviços do Fundo Municipal de Saúde, até o mês de dezembro de 2012, onde se ADITA a CLÁUSULA QUARTA - DO VALOR, FORMA DE PAGAMENTO, DO REAJUSTE E DA REVISÃO, nos seguintes termos:

CLÁUSULA PRIMEIRA

CLÁUSULA QUARTA - DO VALOR, FORMA DE PAGAMENTO, DO REAJUSTE E DA REVISÃO.

O valor total do contrato fica suprimido em R\$ 8.393,69 (oito mil trezentos e noventa e três reais e sessenta e nove centavos), correspondentes a 19,65% do valor inicialmente contratado, em conformidade com o disposto no § 1º do art. 65 da Lei 8.666/93, relativo à supressão dos itens 18 (mesa auxiliar) e 22 (poltrona ginecológica).

CLÁUSULA SEGUNDA

As demais cláusulas do contrato original permanecem inalteradas.

Fica eleito o foro da cidade de Joaçaba (SC) para dirimir questões oriundas deste instrumento, renunciando as partes a qualquer outro que lhe possa ser mais favorável.

E, por estarem acordes, firmam o presente instrumento, juntamente com as testemunhas, em quatro vias de igual teor, para todos os efeitos de direito.

Joaçaba, 19 de outubro de 2012.
MUNICÍPIO DE JOAÇABA
RAFAEL LASKE
Prefeito

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
Gestor

MATROMED COM MAT MED HOSPITALAR LTDA
JORGE HENRIQUE DA SILVA

Testemunhas:

1. _____ 2. _____

Extrato Contrato 988/2012/PMJ

EXTRATO DO CONTRATO Nº 988/2012/PMJ
PROVENIENTE DO PL 50/2012/PMJ - CC 08/2012/PMJ

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE JOAÇABA
CONTRATADA: CARLOS ADRIANO DA SILVA

OBJETO: obteve por parte do Município de Joaçaba (SC), a PERMISSÃO 3 (três) do ponto 1 (um) correspondente ao item 1 do Anexo V do Edital de Concorrência nº 8/2012/PMJ, para a execução de serviço de transporte individual de passageiros, em veículos de aluguel providos de taxímetro, em conformidade com o disposto nas Leis Complementares Municipais nº 125/2006, nº 148/2007 e nº 170/2008 e de acordo com o estabelecido no referido Edital e seus Anexos.

VALOR TOTAL CONTRATADO: R\$ 500,00 (quinhentos reais) MEN-SAL

VIGÊNCIA: 10 ANOS

DATA DE ASSINATURA: 18/10/2012.

SIMAE

Portaria JHL 168/2012

PORTARIA SIMAE. JHL Nº - 168/2012 DE 19/10/2012

Elisabet Maria Zanela Sartori Diretora Presidente do SIMAE - Serviço Intermunicipal de Água e Esgoto de Joaçaba e Herval D'Oeste e Luzerna-SC, no uso de suas atribuições legais,
RESOLVE:

Art. 1º- Designar Hélio dos Santos, ocupante do cargo de Encanador enquadrado no P-4, N-2 Ref.D-4, para exercer a atividade de Condutor de Veículo utilizando o veículo Parati placa LYF-2528 no período de 22 de Outubro de 2012 à 03 de novembro de 2012, que será exercida cumulativamente com as atribuições de seu cargo, fazendo jus à um Adicional de 20% (vinte por cento) tendo por base de cálculo a Referência "A", do Nível 1, do Padrão 4, cujo adicional será pago juntamente com os vencimentos de seu cargo, de acordo com Art.36 da Lei Complementar 193 de 06/09/10.

Art. 2º- Esta Portaria entrará em vigor a partir de 22 de Outubro de 2012, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei nº 4.003 de 08 de Julho de 2010.

Publique-se e Registre-se,

Joaçaba-SC, 19 de Outubro de 2012.
ELISABET MARIA ZANELA SARTORI
Diretora Presidente

Pregão Presencial JHL 0050/2012

SERVIÇO INTERMUNICIPAL DE AGUA E ESGOTO
JOAÇABA, HERVAL D'OESTE E LUZERNA
LICITAÇÃO Nº 0073/2012

TÍTULO: Registro de Preços

MODALIDADE PREGÃO PRESENCIAL Nº 0050/2012

PROTOCOLO JHL 2776/2012

Encontra-se aberto no SIMAE de Joaçaba, Pregão Presencial 0050/2012 - Licitação 0073/2012, TIPO MENOR PREÇO POR ITEM, que trata de:

Objeto: REGISTRO DE PREÇO VISANDO A AQUISIÇÃO DE BRITA GRADUADA PARA O EXERCÍCIO DE 2013.

Da Entrega dos Envelopes: A entrega dos envelopes deverá ser até dia 07/11/2012 às 14:00 horas, na sede do SIMAE, à Rua Tiradentes, 123 em Joaçaba SC.

Da Abertura: A abertura será realizada no dia 07/11/2012 às 14:05 horas, na sede do SIMAE, à Rua Tiradentes, 123 em Joaçaba SC.

Edital: O Edital e anexos encontram-se à disposição dos interessados no endereço Rua Tiradentes, 123 em Joaçaba no horário das 8:00 as 11:00 e das 14:00 as 17:00 horas ou no site www.simae.sc.gov.br, no período de 23/10/2012 a 07/11/2012.

Quaisquer informações poderão ser obtidas no endereço acima ou pelo telefone (49) 3551-8217.

Joaçaba - SC, 23 de Outubro de 2012.

ELISABET MARIA ZANELA SARTORI

Diretora Presidente do SIMAE.

Ordem de Serviço JHL 0016/2012 - SIMAE

ORDEM DE EXECUÇÃO DE SERVIÇO N.º 0016/2012

Autorizo por meio desta, a empresa ANDRADE CONSTRUÇÕES LTDA a iniciar os serviços referentes à Implantação de adutora de Água Tratada denominada EAT 020 até RAP020, localizado na Rua Firmo Bernardi, Linha Duas Casas em Joaçaba-SC, de acordo com as especificações pertinentes ao Processo Licitatório JHL 0048/2012, Tomada de Preços JHL 0007/2012, Protocolo JHL 1608/2012, formalizada pelo Termo de Contrato N.º 0097/2012 de 14 de agosto de 2012.

O valor Global dos serviços e materiais contratados é de R\$ 256.312,37 (Duzentos e cinquenta e seis mil, trezentos e doze reais e trinta e sete centavos), com prazo de execução de 90 (noventa) dias, a partir do recebimento desta Ordem de Serviço.

Joaçaba (SC) 22 de outubro de 2012.

Contratante: SERVIÇO INTERMUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO

Nome e cargo: Elisabet Maria Zanela Sartori
Diretora Presidente

Contratado: ANDRADE CONSTRUÇÕES LTDA

Engº Responsável: Jucenei Silva de Andrade - Engenheiro Civil

CPF- 461.629.179-91

CREA-022041-6

RECEBI EM ____/____/____

Lages

PREFEITURA

Resultado CV 32-2012 PML

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE LAGES

ESTADO DE SANTA CATARINA

SETOR DE LICITAÇÃO

RESULTADO FINAL

ASSUNTO: CONVITE Nº 32/2012 - PML

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA



DOM/SC

ASSINADO DIGITALMENTE

www.diariomunicipal.sc.gov.br

PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE INSTALAÇÃO DO SISTEMA DE PREVENÇÃO DE INCÊNDIO E DO SISTEMA DE PROTEÇÃO CONTRA DESCARGAS ATMOSFÉRICAS (SPCDA), PARA O AEROPORTO CORREIA PINTO DE MACEDO, NO BAIRRO GUARUJÁ EM LAGES.

O Município de Lages, para os devidos fins e efeitos, torna público aos Interessados, o resultado do presente Processo Licitatório: VENCEDOR: ELETROPAMPA COMÉRCIO E SERVIÇOS ELÉTRICOS LTDA.
R\$ 54.668,92

Lages, 19 de outubro de 2012.
ANTÔNIO CESAR ALVES DE ARRUDA
Secretário de Administração

Resultado PP 06-2012 FMAS

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE LAGES
ESTADO DE SANTA CATARINA

Setor de Licitação
RESULTADO FINAL

ASSUNTO: PREGÃO PRESENCIAL Nº 06/2012 - FMAS
OBJETO: AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS E MÓVEIS PARA O CREAS

O Município de Lages, para os devidos fins e efeitos, torna público aos Interessados, o resultado do presente Processo Licitatório: VENCEDORES:
-PAULINÉIA LOTTHERMANN REIS ME
VALOR: R\$ 7.303,00
-SUPER AR LTDA. ME
R\$ 4.892,00

Lages, 19 de outubro de 2012.
ANTÔNIO CESAR ALVES DE ARRUDA
Secretário de Administração

Lindóia do Sul

PREFEITURA

Lei Ordinária Nº 1.111/2012, de 16 de Outubro de 2012

LEI ORDINÁRIA N.º 1.111/2012, DE 16 DE OUTUBRO DE 2012
REMANEJA RECURSOS DO EXERCÍCIO VIGENTE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

Faço saber que a Câmara Municipal de Lindóia do Sul aprovou e eu Adilson Carlos Bussolaro, Prefeito do Município de Lindóia do Sul, SC, no uso das atribuições legais conferidas pelo art. 91, V, da Lei Orgânica deste Município, sanciono a seguinte Lei Ordinária:

Art. 1º Fica o Poder Executivo Municipal, nos termos do art. 40 e seguintes da Lei Federal nº 4.320, de 17/03/64, autorizado a proceder a abertura, através de Crédito Adicional Suplementar da seguinte dotação orçamentária:

Órgão 10: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE LINDÓIA DO SUL
Unidade 01 - Fundo Municipal de Saúde Lindóia do Sul
Projeto/Atividade 2.028 - Manutenção das Atividades da Saúde Pública
3.3.90.00.00.00.00.00.000214- Aplicações Diretas R\$ 30.000,00
3.3.90.00.00.00.00.00.000300- Aplicações Diretas R\$ 40.000,00

Art. 2º Os recursos necessários para suplementação das dotações

constantes no art. 1º, ocorrerá por conta da anulação das seguintes dotações orçamentárias:

Órgão 10: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE LINDÓIA DO SUL
Unidade 01 - Fundo Municipal de Saúde Lindóia do Sul
Projeto/Atividade 1.009 - Investimentos Gerais - FMS
4.4.90.00.00.00.00.00.000300- Aplicações Diretas R\$ 40.000,00

Órgão 10: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE LINDÓIA DO SUL
Unidade 01 - Fundo Municipal de Saúde Lindóia do Sul
Projeto/Atividade 2.025 - Programa Saúde da Família - ESF
3.3.90.00.00.00.00.00.000214- Aplicações Diretas R\$ 2.000,00

Órgão 10: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE LINDÓIA DO SUL
Unidade 01 - Fundo Municipal de Saúde Lindóia do Sul
Projeto/Atividade 2.026 - Programa Agentes Comunitários de Saúde - PACS
3.1.90.00.00.00.00.00.000214- Aplicações Diretas R\$ 10.000,00
3.3.90.00.00.00.00.00.000214- Aplicações Diretas R\$ 5.000,00

Órgão 10: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE LINDÓIA DO SUL
Unidade 01 - Fundo Municipal de Saúde Lindóia do Sul
Projeto/Atividade 2.029 - Vigilância Epidemiológica
3.3.90.00.00.00.00.00.000214- Aplicações Diretas R\$ 3.000,00

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revoga as disposições em contrário.

Centro Administrativo Municipal de Lindóia do Sul/SC.
ADIERSON CARLOS BUSSOLARO
Prefeito Municipal

MARINÊS RIBEIRO PERONDI
Secretária Municipal de Administração

Registrado e publicado,
Em, 16 de Outubro de 2012

EDISON DOMINGOS GIRON
Auxiliar de Técnico

Lei Ordinária Nº 1.112/2012, de 16 de Outubro de 2012

LEI ORDINÁRIA N.º 1.112/2012, DE 16 DE OUTUBRO DE 2012
REMANEJA RECURSOS DO EXERCÍCIO VIGENTE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

Faço saber que a Câmara Municipal de Lindóia do Sul aprovou e eu Adilson Carlos Bussolaro, Prefeito do Município de Lindóia do Sul, SC, no uso das atribuições legais conferidas pelo art. 91, V, da Lei Orgânica deste Município, sanciono a seguinte Lei Ordinária:

Art. 1º Fica o Poder Executivo Municipal, nos termos do art. 40 e seguintes da Lei Federal nº 4.320, de 17/03/64, autorizado a proceder a abertura, através de Crédito Adicional Suplementar da seguinte dotação orçamentária:

Órgão 03: SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
Unidade 01 - Secretaria Municipal de Administração e Finanças
Projeto/Atividade 0.000 - Encargos Especiais
3.2.90.00.00.00.00.00.0104- Aplicações Diretas R\$ 3.000,00
4.6.90.00.00.00.00.00.0104- Aplicações Diretas R\$ 6.200,00

Órgão 03: SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
Unidade 01 - Secretaria Municipal de Administração e Finanças
Projeto/Atividade 2.003 - Manutenção da Secretaria de Administração e Finanças
3.3.20.00.00.00.00.00.0104- Transferências à União R\$ 30.000,00

3.3.90.00.00.00.00.00.0104- Aplicações Diretas R\$ 54.701,20

Órgão 04: SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E AÇÃO SOCIAL

Unidade 01 - Diretoria de Ação Social

Projeto/Atividade 2.024 - Assistência Comunitária - FMAS

3.3.90.00.00.00.00.00.0104- Aplicações Diretas R\$ 10.000,00

Órgão 04: SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA E TRANSPORTE

Unidade 01 - Diretoria de Urbanismo

Projeto/Atividade 2.006 - Diretoria de Infraestrutura - Urbanismo

3.3.90.00.00.00.00.00.0104- Aplicações Diretas R\$ 25.000,00

Órgão 04: SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA E TRANSPORTE

Unidade 02 - Diretoria de Infraestrutura e Transporte

Projeto/Atividade 2.007 - Diretoria de Infraestrutura

3.3.90.00.00.00.00.00.0104- Aplicações Diretas R\$ 40.000,00

Órgão 04: SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA E AMBIENTE

Unidade 02 - Fundo Municipal de Desenvolvimento Rural

Projeto/Atividade 2.032 - Promoção da Produção Animal- Funderural

3.3.90.00.00.00.00.00.0104- Aplicações Diretas R\$ 10.000,00

Órgão 04: SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA E AMBIENTE

Unidade 02 - Fundo Municipal de Desenvolvimento Rural

Projeto/Atividade 2.034 - Extensão Rural- Funderural

3.3.90.00.00.00.00.00.0104- Aplicações Diretas R\$ 12.400,00

Art. 2º Os recursos necessários para suplementação das dotações constantes no art. 1º, ocorrerá por conta da anulação das seguintes dotações orçamentárias:

Órgão 02: GABINETE DO PREFEITO E VICE

Unidade 01 - Gabinete do Prefeito e Vice

Projeto/Atividade 1.002 - Aquisição de Veículos e Equipamentos

4.4.90.00.00.00.00.00.0104- Aplicações Diretas R\$ 5.000,00

Órgão 03: SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS

Unidade 01 - Secretaria Municipal de Administração e Finanças

Projeto/Atividade 1.003 - Investimentos da Secretaria de Administração e Finanças

4.4.71.00.00.00.00.00.0104- Aplicações Diretas R\$ 8.123,20

Órgão 03: SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS

Unidade 01 - Secretaria Municipal de Administração e Finanças

Projeto/Atividade 2.003 - Manutenção da Secretaria de Administração e Finanças

3.3.50.00.00.00.00.00.0104- Transferências à Inst. Sem fins lucrativos R\$ 5.000,00

3.3.71.00.00.00.00.00.0104- Transferências a Consórcios Públicos R\$ 2.000,00

4.4.50.00.00.00.00.00.0104- Transferências à Inst. Sem fins lucrativos R\$ 3.400,00

Órgão 04: SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E AÇÃO SOCIAL

Unidade 01 - Diretoria de Ação Social

Projeto/Atividade 2.021 - Apoio Administrativo - FMAS

3.3.90.00.00.00.00.00.0104- Aplicações Diretas R\$ 4.000,00

Órgão 04: SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E AÇÃO SOCIAL

Unidade 01 - Diretoria de Ação Social

Projeto/Atividade 2.024 - Assistência Comunitária - FMAS

3.3.71.00.00.00.00.00.0104- Trans. A Consórcios Públicos R\$ 2.018,00

Órgão 04: SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E AÇÃO SOCIAL

Unidade 02 - Fundo Municipal de Assistência Social

Projeto/Atividade 2.023 - Assistência Criança/Adolescente - CRECHE - APAE FMAS

3.3.90.00.00.00.00.00.0104- Aplicações Diretas R\$ 5.000,00

Órgão 04: SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA E TRANSPORTE

Unidade 01 - Diretoria de Urbanismo

Projeto/Atividade 2.008 - Diretoria de Infraestrutura - Saneamento

4.4.90.00.00.00.00.00.0104- Aplicações Diretas R\$ 10.000,00

Órgão 04: SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA E TRANSPORTE

Unidade 02 - Diretoria de Infraestrutura e Transporte

Projeto/Atividade 2.005 - Manutenção da Diretoria de Infraestrutura

3.3.90.00.00.00.00.00.0104- Aplicações Diretas R\$ 30.000,00

Órgão 04: SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA E AMBIENTE

Unidade 01 - Diretoria de Agricultura e Meio Ambiente

Projeto/Atividade 2.004 - Ações de Incentivo a Indústria, Comércio e Turismo

4.4.90.00.00.00.00.00.0104- Aplicações Diretas R\$ 47.610,00

Órgão 04: SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA E AMBIENTE

Unidade 02 - Fundo Municipal de Desenvolvimento Rural

Projeto/Atividade 1.010 - Saneamento Básico Rural - Funderural

3.3.90.00.00.00.00.00.0104- Aplicações Diretas R\$ 5.150,00

4.4.50.00.00.00.00.00.0104- TRansf. a Inst. Privadas sem Fins Lucrativos R\$ 6.000,00

Órgão 04: SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA E AMBIENTE

Unidade 02 - Fundo Municipal de Desenvolvimento Rural

Projeto/Atividade 2.031 - Promoção da Produção Vegetal - Funderural

4.5.90.00.00.00.00.00.0104- Aplicações Diretas R\$ 8.000,00

Órgão 04: SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA E AMBIENTE

Unidade 02 - Fundo Municipal de Desenvolvimento Rural

Projeto/Atividade 2.033 - Abastecimento Rural - Funderural

3.3.50.00.00.00.00.00.0104- TRansf. a Inst. Privadas sem Fins Lucrativos R\$ 30.000,00

4.4.50.00.00.00.00.00.0104- TRansf. a Inst. Privadas sem Fins Lucrativos R\$ 15.000,00

Órgão 04: SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA E AMBIENTE

Unidade 02 - Fundo Municipal de Desenvolvimento Rural

Projeto/Atividade 2.035 - Educação e Qualidade Ambiental- Funderural

3.3.90.00.00.00.00.00.0104- Aplicações Diretas R\$ 5.000,00

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revoga as disposições em contrário.

Centro Administrativo Municipal de Lindóia do Sul/SC.

ADIERSON CARLOS BUSSOLARO

Prefeito Municipal

MARINÊS RIBEIRO PERONDI

Secretária Municipal de Administração

Registrado e publicado,

Em, 16 de Outubro de 2012

EDISON DOMINGOS GIRON

Auxiliar de Técnico

Decreto Nº 2.324, de 16 de Outubro de 2012
 DECRETO Nº 2.324/2012, DE 16 DE OUTUBRO DE 2012
 REMANEJA RECURSOS DO EXERCÍCIO VIGENTE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

ADIERSON CARLOS BUSSOLARO, Prefeito do Município de Lindóia do Sul, SC, no uso das atribuições legais conferidas pelo art. 91, V, da Lei Orgânica deste Município, conforme Lei Ordinária Nº 1.112/2012 de 16 de Outubro de 2012:

DECRETA

Art. 1º Fica o Poder Executivo Municipal, nos termos do art. 40 e seguintes da Lei Federal nº 4.320, de 17/03/64, autorizado a proceder a abertura, através de Crédito Adicional Suplementar da seguinte dotação orçamentária:

Órgão 03: SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
 Unidade 01 - Secretaria Municipal de Administração e Finanças
 Projeto/Atividade 0.000 - Encargos Especiais
 3.2.90.00.00.00.00.00.0104- Aplicações Diretas R\$ 3.000,00
 4.6.90.00.00.00.00.00.0104- Aplicações Diretas R\$ 6.200,00

Órgão 03: SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
 Unidade 01 - Secretaria Municipal de Administração e Finanças
 Projeto/Atividade 2.003 - Manutenção da Secretaria de Administração e Finanças
 3.3.20.00.00.00.00.00.0104- Transferências à União R\$ 30.000,00
 3.3.90.00.00.00.00.00.0104- Aplicações Diretas R\$ 54.701,20

Órgão 04: SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E AÇÃO SOCIAL
 Unidade 01 - Diretoria de Ação Social
 Projeto/Atividade 2.024 - Assistência Comunitária - FMAS
 3.3.90.00.00.00.00.00.0104- Aplicações Diretas R\$ 10.000,00

Órgão 04: SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA E TRANSPORTE
 Unidade 01 - Diretoria de Urbanismo
 Projeto/Atividade 2.006 - Diretoria de Infraestrutura - Urbanismo
 3.3.90.00.00.00.00.00.0104- Aplicações Diretas R\$ 25.000,00

Órgão 04: SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA E TRANSPORTE
 Unidade 02 - Diretoria de Infraestrutura e Transporte
 Projeto/Atividade 2.007 - Diretoria de Infraestrutura
 3.3.90.00.00.00.00.00.0104- Aplicações Diretas R\$ 40.000,00

Órgão 04: SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA E AMBIENTE
 Unidade 02 - Fundo Municipal de Desenvolvimento Rural
 Projeto/Atividade 2.032 - Promoção da Produção Animal- Funderural
 3.3.90.00.00.00.00.00.0104- Aplicações Diretas R\$ 10.000,00

Órgão 04: SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA E AMBIENTE
 Unidade 02 - Fundo Municipal de Desenvolvimento Rural
 Projeto/Atividade 2.034 - Extensão Rural- Funderural
 3.3.90.00.00.00.00.00.0104- Aplicações Diretas R\$ 12.400,00

Art. 2º Os recursos necessários para suplementação das dotações constantes no art. 1º, ocorrerá por conta da anulação das seguintes dotações orçamentárias:

Órgão 02: GABINETE DO PREFEITO E VICE
 Unidade 01 - Gabinete do Prefeito e Vice
 Projeto/Atividade 1.002 - Aquisição de Veículos e Equipamentos
 4.4.90.00.00.00.00.00.0104- Aplicações Diretas R\$ 5.000,00

Órgão 03: SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
 Unidade 01 - Secretaria Municipal de Administração e Finanças

Projeto/Atividade 1.003 - Investimentos da Secretaria de Administração e Finanças
 4.4.71.00.00.00.00.00.0104- Aplicações Diretas R\$ 8.123,20

Órgão 03: SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
 Unidade 01 - Secretaria Municipal de Administração e Finanças
 Projeto/Atividade 2.003 - Manutenção da Secretaria de Administração e Finanças
 3.3.50.00.00.00.00.00.0104- Transferências à Inst. Sem fins lucrativos R\$ 5.000,00
 3.3.71.00.00.00.00.00.0104- Transferências a Consórcios Públicos R\$ 2.000,00
 4.4.50.00.00.00.00.00.0104- Transferências à Inst. Sem fins lucrativos R\$ 3.400,00

Órgão 04: SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E AÇÃO SOCIAL
 Unidade 01 - Diretoria de Ação Social
 Projeto/Atividade 2.021 - Apoio Administrativo - FMAS
 3.3.90.00.00.00.00.00.0104- Aplicações Diretas R\$ 4.000,00

Órgão 04: SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E AÇÃO SOCIAL
 Unidade 01 - Diretoria de Ação Social
 Projeto/Atividade 2.024 - Assistência Comunitária - FMAS
 3.3.71.00.00.00.00.00.0104- Trans. A Consórcios Públicos R\$ 2.018,00

Órgão 04: SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E AÇÃO SOCIAL
 Unidade 02 - Fundo Municipal de Assistência Social
 Projeto/Atividade 2.023 - Assistência Criança/Adolescente - CRECHE - APAE FMAS
 3.3.90.00.00.00.00.00.0104- Aplicações Diretas R\$ 5.000,00

Órgão 04: SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA E TRANSPORTE
 Unidade 01 - Diretoria de Urbanismo
 Projeto/Atividade 2.008 - Diretoria de Infraestrutura - Saneamento
 4.4.90.00.00.00.00.00.0104- Aplicações Diretas R\$ 10.000,00

Órgão 04: SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA E TRANSPORTE
 Unidade 02 - Diretoria de Infraestrutura e Transporte
 Projeto/Atividade 2.005 - Manutenção da Diretoria de Infraestrutura
 3.3.90.00.00.00.00.00.0104- Aplicações Diretas R\$ 30.000,00

Órgão 04: SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA E AMBIENTE
 Unidade 01 - Diretoria de Agricultura e Meio Ambiente
 Projeto/Atividade 2.004 - Ações de Incentivo a Indústria, Comércio e Turismo
 4.4.90.00.00.00.00.00.0104- Aplicações Diretas R\$ 47.610,00

Órgão 04: SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA E AMBIENTE
 Unidade 02 - Fundo Municipal de Desenvolvimento Rural
 Projeto/Atividade 1.010 - Saneamento Básico Rural - Funderural
 3.3.90.00.00.00.00.00.0104- Aplicações Diretas R\$ 5.150,00
 4.4.50.00.00.00.00.00.0104- TRansf. a Inst. Privadas sem Fins Lucrativos R\$ 6.000,00

Órgão 04: SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA E AMBIENTE
 Unidade 02 - Fundo Municipal de Desenvolvimento Rural
 Projeto/Atividade 2.031 - Promoção da Produção Vegetal - Funderural
 4.5.90.00.00.00.00.00.0104- Aplicações Diretas R\$ 8.000,00

Órgão 04: SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA E AMBIENTE
 Unidade 02 - Fundo Municipal de Desenvolvimento Rural
 Projeto/Atividade 2.033 - Abastecimento Rural - Funderural

3.3.50.00.00.00.00.00.0104- TRansf. a Inst. Privadas sem Fins Lucrativos R\$ 30.000,00

4.4.50.00.00.00.00.00.0104- TRansf. a Inst. Privadas sem Fins Lucrativos R\$ 15.000,00

Órgão 04: SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA E AMBIENTE

Unidade 02 - Fundo Municipal de Desenvolvimento Rural
Projeto/Atividade 2.035 - Educação e Qualidade Ambiental- Funderural

3.3.90.00.00.00.00.00.0104- Aplicações Diretas R\$ 5.000,00

Centro Administrativo de Lindóia do Sul - SC.

ADIERSON CARLOS BUSSOLARO

Prefeito Municipal

Registra-se e Publica-se

Em, 16 de outubro de 2.012

EDISON DOMINGOS GIRON

Auxiliar de Técnico

Decreto Nº 2323/2012, de 16 de Outubro de 2012

DECRETO Nº 2.323/2012, DE 16 DE OUTUBRO DE 2012
REMANEJA RECURSOS DO EXERCÍCIO VIGENTE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

ADIERSON CARLOS BUSSOLARO, Prefeito do Município de Lindóia do Sul, SC, no uso das atribuições legais conferidas pelo art. 91, V, da Lei Orgânica deste Município, conforme Lei Ordinária Nº 1.111/2012 de 16 de Outubro de 2012:

DECRETA

Art. 1º Fica o Poder Executivo Municipal, nos termos do art. 40 e seguintes da Lei Federal nº 4.320, de 17/03/64, autorizado a proceder a abertura, através de Crédito Adicional Suplementar da seguinte dotação orçamentária:

Órgão 10: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE LINDÓIA DO SUL

Unidade 01 - Fundo Municipal de Saúde Lindóia do Sul
Projeto/Atividade 2.028 - Manutenção das Atividades da Saúde Pública

3.3.90.00.00.00.00.00.000300- Aplicações Diretas R\$ 40.000,00

Art. 2º Os recursos necessários para suplementação das dotações constantes no art. 1º, ocorrerá por conta da anulação das seguintes dotações orçamentárias:

Órgão 10: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE LINDÓIA DO SUL

Unidade 01 - Fundo Municipal de Saúde Lindóia do Sul
Projeto/Atividade 1.009 - Investimentos Gerais - FMS
4.4.90.00.00.00.00.00.000300- Aplicações Diretas R\$ 40.000,00

Centro Administrativo de Lindóia do Sul - SC.

ADIERSON CARLOS BUSSOLARO

Prefeito Municipal

Registra-se e Publica-se

Em, 16 de outubro de 2.012

EDISON DOMINGOS GIRON

Massaranduba

PREFEITURA

Decreto Nº. 2563 de 19 de Outubro de 2012

DECRETO Nº. 2563 DE 19 DE OUTUBRO DE 2012

Abre Crédito Adicional Suplementar

O Prefeito do Município de Massaranduba (SC), no uso de suas atribuições e de acordo com a Lei nº 1370 de 17 de Novembro de 2011, DECRETA:

Art.1º. Fica aberto o crédito adicional suplementar no valor de R\$ 15.000,00 (Quinze mil reais), conforme programa e verba abaixo discriminados:

0700 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

0701 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

0701.008.244.0080.2026 - Manutenção do CRAS

0701 - 33900000 - Aplicações Diretas

0701 - 15200 - Outras Transferências do Fundo da Assistência Social R\$ 15.000,00

Art. 2º. Os recursos para atender o crédito acima especificado, decorrerão do Excesso de Arrecadação verificado no exercício de 2012.

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal De Massaranduba, Em 19 De Outubro De 2012

MARIO FERNANDO REINKE

Prefeito Municipal

Publicado no expediente na data supra

MAURICIO PRAWUTZKI

Secretário de Adm. e Finanças

Decreto Nº. 2564 de 19 de Outubro de 2012

DECRETO Nº. 2564 DE 19 DE OUTUBRO DE 2012

Abre Créditos Adicionais Suplementares

O Prefeito do Município de Massaranduba (SC), no uso de suas atribuições e de acordo com a Lei nº 1370 de 17 de Novembro de 2011, DECRETA:

Art.1º. Ficam abertos os créditos adicionais suplementares no valor de R\$ 37.000,00 (Trinta e sete mil reais), conforme programas e verbas abaixo discriminados:

0400 - SECRETARIA DE ESTRADAS, OBRAS E SERVIÇOS URBANOS

0401 - GERÊNCIA DE OBRAS E SERVIÇOS URBANOS

0401.015.452.0151.2068 - Conservação de Vias Urbanas

0401 - 33900000 - Aplicações Diretas

0401 - 10000 - Recursos Ordinários R\$ 20.000,00

0500 - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA, ESPORTES E TURISMO

0501 - GERÊNCIA DE EDUCAÇÃO

0501.012.361.0120.2044 - Manutenção do Ensino Fundamental

0501 - 31900000 - Aplicações Diretas

0501 - 10100 - Receita de Impostos e Transf. Impostos/ Educação R\$ 17.000,00

Art. 2º. Os recursos para atender os créditos acima especificados, decorrerão do Excesso de Arrecadação verificado no exercício de

2012.

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal De Massaranduba, Em 19 De Outubro De 2012
MARIO FERNANDO REINKE
Prefeito Municipal

Publicado no expediente na data supra

MAURICIO PRAWUTZKI
Secretário de Adm. e Finanças

Meleiro

PREFEITURA

Portaria N.º 313/2012

PORTARIA n.º 313/2012
DISPÕE SOBRE O REINGRESSO DE PROFESSORA.

JONNEI ZANETTE, Prefeito Municipal de Meleiro, no uso de suas atribuições que lhe confere o artigo 51 da Lei Orgânica do Município, e em conformidade com os artigos 89 e seguintes da Lei n.º 809/2000, de 03 de abril de 2000, resolve:

REINGRESSAR

Artigo 1.º A servidora pública municipal LILIAN ISANA GONÇALVES ROCHA OENNING, por término de licença para atividade política ou classista, concedida pela Portaria n.º 213/2012, de 03 de julho de 2012.

Art. 2.º Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

Art. 3.º Revogam-se as disposições em contrário, em especial a Portaria n.º 213/2012, de 03 de julho de 2012.

Meleiro, 22 de Outubro de 2012.
JONNEI ZANETTE
Prefeito Municipal

Registrada e publicada nesta Secretaria na data supra.

JAIRO LUIZ CANELA
Secret. Adm. e Finanças

Portaria N.º 314/2012

PORTARIA n.º 314/2012
DISPÕE SOBRE O REINGRESSO DE AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS.

JONNEI ZANETTE, Prefeito Municipal de Meleiro, no uso de suas atribuições que lhe confere o artigo 51 da Lei Orgânica do Município, e em conformidade com os artigos 89 e seguintes da Lei n.º 809/2000, de 03 de abril de 2000, resolve:

REINGRESSAR

Artigo 1.º A servidora pública municipal MARLI DA SILVA MAFIOLETTI, por término de licença para atividade política ou classista, concedida pela Portaria n.º 214/2012, de 05 de julho de 2012.

Art. 2.º Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

Art. 3.º Revogam-se as disposições em contrário, em especial a

Portaria n.º 214/2012, de 05 de julho de 2012.

Meleiro, 22 de Outubro de 2012.
JONNEI ZANETTE
Prefeito Municipal

Registrada e publicada nesta Secretaria na data supra.

JAIRO LUIZ CANELA
Secret. Adm. e Finanças

Portaria N.º 315/2012

PORTARIA n.º 315/2012
TRATA DA EXONERAÇÃO DE PROFESSORA.

JONNEI ZANETTE, Prefeito Municipal de Meleiro, no uso de suas atribuições que lhe confere o artigo 51, da Lei Orgânica do Município, e em conformidade com a Lei n.º 910/2002, Lei 1409/2009 e suas alterações, Lei n.º 1547/2012, de 04 de abril de 2012, e Edital do Processo Seletivo, resolve:

EXONERAR

Art. 1.º A Senhorita MONIZE BONFANTE LAURINDO, ocupante do cargo de Professora ACT, nível de referência conforme tabela salarial do anexo I da Lei n.º 1547/2012 - 1 A - 80%, com carga horária total de 40 (quarenta) horas semanais, sendo 20 (vinte) horas na Escola E. B. Municipal Prefeito Luiz de Pelegrini e 20 (vinte) horas na Escola E. B. Municipal Jerônimo Paulino Neto, em substituição à servidora Lilian Isana G. Rocha Oenning, em virtude do retorno da mesma da Licença para exercer atividade política.

Art. 2.º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art 3.º Revogam-se as disposições em contrário.

Meleiro, 22 de Outubro de 2012.
JONNEI ZANETTE
Prefeito Municipal

Registrada e publicada nesta Secretaria na data supra.

JAIRO LUIZ CANELA
Secret. Adm. e Finanças

Portaria N.º 316/2012

PORTARIA n.º 316/2012
TRATA DA PRORROGAÇÃO DA CONTRATAÇÃO DE AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS POR TEMPO DETERMINADO.

JONNEI ZANETTE, Prefeito Municipal de Meleiro, no uso de suas atribuições que lhe confere o artigo 51, da Lei Orgânica do Município, e em conformidade com a Lei n.º 809/2000 e suas alterações, Lei Complementar n.º 034/2011, de 26 de dezembro de 2011 e Lei n.º 910/2002, de 13 de março de 2002, e Concurso Público 001/2010, resolve:

PRORROGAR

Art. 1.º A Portaria de n.º 215/2012, da Senhora TEREZINHA DAS GRAÇAS ZUCHINALI PASINI, ocupante do cargo de Auxiliar de Serviços Gerais, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, para exercer suas atividades junto à Secretaria de Saúde, em virtude da aposentadoria da servidora Maria de Fátima Piazza Alievi, a partir da presente data, por um período de até (seis) meses, podendo ser prorrogado por igual período.

Parágrafo Único: O contrato poderá ser rescindido a qualquer momento em decorrência do interesse público.

Art. 2.º As despesas decorrentes desta Portaria correrão por conta da dotação própria do orçamento vigente, no elemento de despesas com pessoal.

Art. 3.º Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

Art. 4.º Revogam-se as disposições em contrário.

Meleiro, 22 de Outubro de 2012.

JONNEI ZANETTE

Prefeito Municipal

Registrada e publicada nesta Secretaria na data supra.

JAIRO LUIZ CANELA

Secret. Adm. e Finanças

Morro da Fumaça

PREFEITURA

Decreto Nº 087/2012

DECRETO Nº 087/2012, em 22 de Outubro de 2012.

"Decreta luto oficial, em virtude do falecimento do ex-Prefeito de Morro da Fumaça, Valdemar Saccon, ocorrido nesta sexta, dia 19, e dá outras providências."

O senhor BALTAZAR PELLEGRIN, Prefeito Municipal de Morro da Fumaça, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 69, XII, da Lei Orgânica Municipal;

DECRETA:

Art. 1º Fica decretado luto oficial por 03 (três) dias no Município de Morro da Fumaça, em memória do ex-Prefeito de Morro da Fumaça Valdemar Saccon.

Art. 2º. Este Decreto se justifica tendo em vista os relevantes serviços prestados pelo ex-Prefeito ao Município, além de ter exercido outros importantes cargos públicos.

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal Prefeito Auzílio Frasson, em 22 de Outubro de 2012.

BALTAZAR PELLEGRIN

Prefeito Municipal

REGISTRE-SE E PUBLIQUE-SE:

BALTAZAR DE ROCHE

Secretário de Administração, Planejamento e Finanças

Registrado e publicado no mural de atos da Prefeitura Municipal na data supra.

Navegantes

PREFEITURA

Aviso de Licitação - Concorrência Pública Nº 164/2012 PMN

PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES

CONCORRÊNCIA Nº 164/2012PMN

Comunica na forma da Lei 8.666/93 e suas alterações, que se encontra aberto o processo licitatório para: OBJETO: CONCORRÊNCIA PÚBLICA VISANDO A CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA ORGANIZAÇÃO, PLANEJAMENTO E REALIZAÇÃO DE PROCESSO SELETIVO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES/SC. Data da entrega dos envelopes: até às 09:00 hs do dia 23/11/2012. Abertura envelopes: às 09:20 hs do dia 23/11/2012. O Edital na íntegra se encontra à disposição na Rua João Emílio nº. 100 em Navegantes/SC ou no site; www.navegantes.sc.gov.br.

Navegantes, 22 de outubro de 2012.

ROBERTO CARLOS DE SOUZA

Prefeito

Nova Trento

PREFEITURA

Lei Nº 2.471/2012

LEI Nº 2.471/2012, DE 17 DE OUTUBRO DE 2012.

DISPÕE SOBRE O PLANO DE AMORTIZAÇÃO DO PASSIVO PREVIDENCIÁRIO ATUARIAL DO IPREVENT, NA FORMA DE APOORTE FINANCEIRO.

O Prefeito Municipal de Nova Trento, Estado de Santa Catarina. Faço saber que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte LEI:

Art. 1º - Fica o Chefe do Poder Executivo do Município de Nova Trento, autorizado a realizar financiamento do Resultado Atuarial apurado na Avaliação Atuarial de 31/08/2011, na forma de aporte financeiro mensal ao Regime Próprio de Previdência Social, administrado pelo Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de Nova Trento - IPREVENT.

Art. 2º - O plano de amortização disposto nesta Lei visa garantir o Equilíbrio Financeiro e Atuarial do Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de Nova Trento - IPREVENT e as normas estabelecidas pelo Ministério da Previdência Social para os RPPS.

Art. 3º - Para os efeitos desta Lei considera-se:

I - Avaliação Atuarial: estudo técnico desenvolvido por atuário, baseado nas características biométricas, demográficas e econômicas da população analisada, com o objetivo principal de estabelecer, de forma suficiente e adequada, os recursos necessários para a garantia dos pagamentos dos benefícios previstos pelo plano previdenciário;

II - Atuário: profissional técnico com formação acadêmica em ciências atuariais e legalmente habilitado para o exercício da profissão;

III - Resultado Atuarial: obtido pela diferença entre o Ativo Real

Líquido, que representa os recursos garantidores do plano de benefícios, e a Provisão Matemática, que se refere ao montante atualmente necessário para fazer jus aos benefícios futuros cobertos pelo Plano;

IV - Provisão matemática: montante calculado atuarialmente, em determinada data, que expressa, em valor presente, o total dos recursos necessários ao pagamento dos compromissos do plano de benefícios ao longo do tempo, considerando também as contribuições futuras;

V - Equilíbrio Financeiro: garantia de equivalência entre as receitas auferidas e as obrigações do RPPS em cada exercício financeiro; e

VI - Equilíbrio Atuarial: garantia de equivalência, a valor presente, entre o fluxo das receitas estimadas e das obrigações projetadas, apuradas atuarialmente, a longo prazo.

Art. 4º - O valor total do Resultado Atuarial apurado em 31/08/2011 é de R\$ 3.297.114,25 (três milhões duzentos e noventa e sete mil cento e catorze reais e vinte e cinco centavos).

Art. 5º - O valor atualizado do aporte apurado para 31/08/2011 será parcelado em 420 (quatrocentos e vinte) meses consecutivos, pelo Sistema de Correção do Saldo Devedor (SCSD) - Parcelas Crescentes, com atualização monetária pela variação do INPC - Índice Nacional de Preços ao Consumidor do IBGE do mês anterior ao da prestação, nos moldes do anexo único desta LEI.

§1º - O valor de cada parcela mensal será calculada através das seguintes equações:

$$PM = SDA / NPF$$
$$SDA = (SDAA - PMP) \times (INPC / 100 \ 1) \times (Taxa \ de \ Juros / 100 \ 1)$$

Sendo,

PM = Parcela Mensal

SDA = Saldo Devedor Atualizado

NPF = Número de Parcelas Faltantes

SDAA - Saldo Devedor Anterior Atualizado

PMP = Parcela Mensal Paga

§ 2º - A taxa de juros utilizada no financiamento para apuração das parcelas devidas será de 6% ao ano ou a sua equivalente mensal.

§ 3º - A taxa de juros citada no parágrafo anterior e o índice definido no caput devem ser aplicados no período de diferimento entre a data da apuração do resultado atuarial em 31/08/2011 até o mês do pagamento da primeira parcela do aporte mensal, que ocorrerá em 31/01/2013.

§ 4º - A partir da definição do valor mensal da parcela, os aportes serão corrigidos mensalmente pelo INPC - Índice Nacional de Preços ao Consumidor do IBGE.

Art. 6º - As parcelas de amortização e encargos monetários serão apurados no último dia de cada mês, com vencimento até o dia 10 do mês subsequente ao de competência, sem encargos adicionais, iniciando a primeira parcela no dia 31/01/2013.

Art. 7º - No caso de atraso no pagamento da parcela mensal serão cobrados juros pro-rata dia, correspondente a 0,4867551% ao mês e a atualização pela variação do INPC, considerando o prazo decorrido desde a data de vencimento da parcela e a data do efetivo pagamento.

Art. 8º - Em caso de extinção do INPC, mudança de sua metodologia de cálculo ou inaplicabilidade em decorrência de reforma econômica, deverá ser fixado um indicador substitutivo, compatível com as necessidades atuariais do IPREVENT.

Art. 9º - Se os critérios do financiamento previsto nesta Lei resultarem em desequilíbrio financeiro-atuarial do plano de custeio do IPREVENT, estes deverão ser objeto de repactuação com base em Parecer Atuarial.

Art. 10 - Em decorrência da reavaliação atuarial, o saldo devedor referente ao plano de amortização parcelado, conforme o disposto no anexo único da presente Lei, poderá ser revisto a qualquer tempo, seguindo as orientações estabelecidas na Avaliação Atuarial e respectivo Parecer.

Art. 11 - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Nova Trento - SC, 17 de outubro de 2012.
ORIVAN JARBAS ORSI
Prefeito Municipal

Registrada em livro próprio e publicada no Diário Oficial dos Municípios-DOM.

MOISÉS CIPRIANI
Secretário Municipal de Administração e Finanças

Plano de Amortização Iprevent - Avaliação Atuarial 2012

PLANO DE AMORTIZAÇÃO IPREVENT - AVALIAÇÃO ATUARIAL 2012

Anexo Único - Lei nº 2.471, de 17/10/2012

Sistema de Correção do Saldo Devedor (SCSD) - Parcelas crescentes

Saldo Devedor Inicial	R\$ 3.297.114,25
Taxa de Juros ao ano	6,00%
Taxa de Juros ao Mês	0,49%
Prazo de Financiamento (meses)	420

Sistema de Correção do Saldo Devedor (SCSD)

Parcela	Data	INPC	Prestação Paga	Prestação Calculada	Juros Mês	Correção Mês	Saldo Devedor
1	1/1/2013			R\$ 7.850,27	R\$ 16.010,66	R\$ -	R\$ 3.305.274,64
2	1/2/2013			R\$ 7.888,48	R\$ 16.050,19	R\$ -	R\$ 3.313.436,35
3	1/3/2013			R\$ 7.926,88	R\$ 16.089,73	R\$ -	R\$ 3.321.599,20
4	1/4/2013			R\$ 7.965,47	R\$ 16.129,28	R\$ -	R\$ 3.329.763,01
5	1/5/2013			R\$ 8.004,24	R\$ 16.168,83	R\$ -	R\$ 3.337.927,61
6	1/6/2013			R\$ 8.043,20	R\$ 16.208,38	R\$ -	R\$ 3.346.092,79
7	1/7/2013			R\$ 8.082,35	R\$ 16.247,93	R\$ -	R\$ 3.354.258,37
8	1/8/2013			R\$ 8.121,69	R\$ 16.287,49	R\$ -	R\$ 3.362.424,17
9	1/9/2013			R\$ 8.161,22	R\$ 16.327,04	R\$ -	R\$ 3.370.589,99
10	1/10/2013			R\$ 8.200,95	R\$ 16.366,60	R\$ -	R\$ 3.378.755,64
11	1/11/2013			R\$ 8.240,87	R\$ 16.406,15	R\$ -	R\$ 3.386.920,92
12	1/12/2013			R\$ 8.280,98	R\$ 16.445,70	R\$ -	R\$ 3.395.085,64
13	1/1/2014			R\$ 8.321,29	R\$ 16.485,25	R\$ -	R\$ 3.403.249,60
14	1/2/2014			R\$ 8.361,79	R\$ 16.524,79	R\$ -	R\$ 3.411.412,60
15	1/3/2014			R\$ 8.402,49	R\$ 16.564,32	R\$ -	R\$ 3.419.574,43
16	1/4/2014			R\$ 8.443,39	R\$ 16.603,85	R\$ -	R\$ 3.427.734,89
17	1/5/2014			R\$ 8.484,49	R\$ 16.643,37	R\$ -	R\$ 3.435.893,77
18	1/6/2014			R\$ 8.525,79	R\$ 16.682,89	R\$ -	R\$ 3.444.050,87
19	1/7/2014			R\$ 8.567,29	R\$ 16.722,39	R\$ -	R\$ 3.452.205,96
20	1/8/2014			R\$ 8.608,99	R\$ 16.761,88	R\$ -	R\$ 3.460.358,85
21	1/9/2014			R\$ 8.650,90	R\$ 16.801,36	R\$ -	R\$ 3.468.509,32
22	1/10/2014			R\$ 8.693,01	R\$ 16.840,83	R\$ -	R\$ 3.476.657,15
23	1/11/2014			R\$ 8.735,32	R\$ 16.880,28	R\$ -	R\$ 3.484.802,11
24	1/12/2014			R\$ 8.777,84	R\$ 16.919,72	R\$ -	R\$ 3.492.944,00
25	1/1/2015			R\$ 8.820,57	R\$ 16.959,15	R\$ -	R\$ 3.501.082,58
26	1/2/2015			R\$ 8.863,50	R\$ 16.998,55	R\$ -	R\$ 3.509.217,63
27	1/3/2015			R\$ 8.906,64	R\$ 17.037,94	R\$ -	R\$ 3.517.348,93
28	1/4/2015			R\$ 8.950,00	R\$ 17.077,31	R\$ -	R\$ 3.525.476,24
29	1/5/2015			R\$ 8.993,56	R\$ 17.116,66	R\$ -	R\$ 3.533.599,33
30	1/6/2015			R\$ 9.037,34	R\$ 17.155,98	R\$ -	R\$ 3.541.717,98
31	1/7/2015			R\$ 9.081,33	R\$ 17.195,29	R\$ -	R\$ 3.549.831,94
32	1/8/2015			R\$ 9.125,53	R\$ 17.234,57	R\$ -	R\$ 3.557.940,97
33	1/9/2015			R\$ 9.169,95	R\$ 17.273,82	R\$ -	R\$ 3.566.044,85
34	1/10/2015			R\$ 9.214,59	R\$ 17.313,05	R\$ -	R\$ 3.574.143,31
35	1/11/2015			R\$ 9.259,44	R\$ 17.352,25	R\$ -	R\$ 3.582.236,12
36	1/12/2015			R\$ 9.304,51	R\$ 17.391,43	R\$ -	R\$ 3.590.323,04
37	1/1/2016			R\$ 9.349,80	R\$ 17.430,57	R\$ -	R\$ 3.598.403,81
38	1/2/2016			R\$ 9.395,31	R\$ 17.469,68	R\$ -	R\$ 3.606.478,18
39	1/3/2016			R\$ 9.441,04	R\$ 17.508,76	R\$ -	R\$ 3.614.545,90
40	1/4/2016			R\$ 9.487,00	R\$ 17.547,81	R\$ -	R\$ 3.622.606,71
41	1/5/2016			R\$ 9.533,18	R\$ 17.586,82	R\$ -	R\$ 3.630.660,35
42	1/6/2016			R\$ 9.579,58	R\$ 17.625,79	R\$ -	R\$ 3.638.706,56
43	1/7/2016			R\$ 9.626,21	R\$ 17.664,73	R\$ -	R\$ 3.646.745,09

44	1/8/2016			R\$	9.673,06	R\$	17.703,63	R\$	-	R\$	3.654.775,66
45	1/9/2016			R\$	9.720,15	R\$	17.742,49	R\$	-	R\$	3.662.798,00
46	1/10/2016			R\$	9.767,46	R\$	17.781,31	R\$	-	R\$	3.670.811,85
47	1/11/2016			R\$	9.815,00	R\$	17.820,09	R\$	-	R\$	3.678.816,93
48	1/12/2016			R\$	9.862,78	R\$	17.858,82	R\$	-	R\$	3.686.812,97
49	1/1/2017			R\$	9.910,79	R\$	17.897,51	R\$	-	R\$	3.694.799,69
50	1/2/2017			R\$	9.959,03	R\$	17.936,15	R\$	-	R\$	3.702.776,81
51	1/3/2017			R\$	10.007,50	R\$	17.974,74	R\$	-	R\$	3.710.744,05
52	1/4/2017			R\$	10.056,22	R\$	18.013,29	R\$	-	R\$	3.718.701,12
53	1/5/2017			R\$	10.105,17	R\$	18.051,78	R\$	-	R\$	3.726.647,73
54	1/6/2017			R\$	10.154,35	R\$	18.090,22	R\$	-	R\$	3.734.583,59
55	1/7/2017			R\$	10.203,78	R\$	18.128,61	R\$	-	R\$	3.742.508,42
56	1/8/2017			R\$	10.253,45	R\$	18.166,94	R\$	-	R\$	3.750.421,91
57	1/9/2017			R\$	10.303,36	R\$	18.205,22	R\$	-	R\$	3.758.323,77
58	1/10/2017			R\$	10.353,51	R\$	18.243,43	R\$	-	R\$	3.766.213,70
59	1/11/2017			R\$	10.403,91	R\$	18.281,59	R\$	-	R\$	3.774.091,39
60	1/12/2017			R\$	10.454,55	R\$	18.319,69	R\$	-	R\$	3.781.956,53
61	1/1/2018			R\$	10.505,43	R\$	18.357,73	R\$	-	R\$	3.789.808,83
62	1/2/2018			R\$	10.556,57	R\$	18.395,70	R\$	-	R\$	3.797.647,96
63	1/3/2018			R\$	10.607,96	R\$	18.433,61	R\$	-	R\$	3.805.473,61
64	1/4/2018			R\$	10.659,59	R\$	18.471,45	R\$	-	R\$	3.813.285,47
65	1/5/2018			R\$	10.711,48	R\$	18.509,22	R\$	-	R\$	3.821.083,22
66	1/6/2018			R\$	10.763,61	R\$	18.546,92	R\$	-	R\$	3.828.866,52
67	1/7/2018			R\$	10.816,01	R\$	18.584,55	R\$	-	R\$	3.836.635,07
68	1/8/2018			R\$	10.868,65	R\$	18.622,11	R\$	-	R\$	3.844.388,53
69	1/9/2018			R\$	10.921,56	R\$	18.659,59	R\$	-	R\$	3.852.126,56
70	1/10/2018			R\$	10.974,72	R\$	18.697,00	R\$	-	R\$	3.859.848,85
71	1/11/2018			R\$	11.028,14	R\$	18.734,33	R\$	-	R\$	3.867.555,04
72	1/12/2018			R\$	11.081,82	R\$	18.771,58	R\$	-	R\$	3.875.244,79
73	1/1/2019			R\$	11.135,76	R\$	18.808,75	R\$	-	R\$	3.882.917,78
74	1/2/2019			R\$	11.189,96	R\$	18.845,83	R\$	-	R\$	3.890.573,65
75	1/3/2019			R\$	11.244,43	R\$	18.882,83	R\$	-	R\$	3.898.212,04
76	1/4/2019			R\$	11.299,17	R\$	18.919,74	R\$	-	R\$	3.905.832,62
77	1/5/2019			R\$	11.354,16	R\$	18.956,57	R\$	-	R\$	3.913.435,03
78	1/6/2019			R\$	11.409,43	R\$	18.993,31	R\$	-	R\$	3.921.018,91
79	1/7/2019			R\$	11.464,97	R\$	19.029,95	R\$	-	R\$	3.928.583,89
80	1/8/2019			R\$	11.520,77	R\$	19.066,50	R\$	-	R\$	3.936.129,62
81	1/9/2019			R\$	11.576,85	R\$	19.102,96	R\$	-	R\$	3.943.655,73
82	1/10/2019			R\$	11.633,20	R\$	19.139,32	R\$	-	R\$	3.951.161,84
83	1/11/2019			R\$	11.689,83	R\$	19.175,58	R\$	-	R\$	3.958.647,59
84	1/12/2019			R\$	11.746,73	R\$	19.211,74	R\$	-	R\$	3.966.112,60
85	1/1/2020			R\$	11.803,91	R\$	19.247,80	R\$	-	R\$	3.973.556,49
86	1/2/2020			R\$	11.861,36	R\$	19.283,75	R\$	-	R\$	3.980.978,88
87	1/3/2020			R\$	11.919,10	R\$	19.319,60	R\$	-	R\$	3.988.379,38
88	1/4/2020			R\$	11.977,12	R\$	19.355,34	R\$	-	R\$	3.995.757,61
89	1/5/2020			R\$	12.035,41	R\$	19.390,97	R\$	-	R\$	4.003.113,16
90	1/6/2020			R\$	12.094,00	R\$	19.426,49	R\$	-	R\$	4.010.445,65
91	1/7/2020			R\$	12.152,87	R\$	19.461,89	R\$	-	R\$	4.017.754,68
92	1/8/2020			R\$	12.212,02	R\$	19.497,18	R\$	-	R\$	4.025.039,84
93	1/9/2020			R\$	12.271,46	R\$	19.532,35	R\$	-	R\$	4.032.300,73
94	1/10/2020			R\$	12.331,19	R\$	19.567,40	R\$	-	R\$	4.039.536,94
95	1/11/2020			R\$	12.391,22	R\$	19.602,34	R\$	-	R\$	4.046.748,06
96	1/12/2020			R\$	12.451,53	R\$	19.637,14	R\$	-	R\$	4.053.933,67
97	1/1/2021			R\$	12.512,14	R\$	19.671,82	R\$	-	R\$	4.061.093,35
98	1/2/2021			R\$	12.573,04	R\$	19.706,38	R\$	-	R\$	4.068.226,68
99	1/3/2021			R\$	12.634,24	R\$	19.740,80	R\$	-	R\$	4.075.333,24
100	1/4/2021			R\$	12.695,74	R\$	19.775,09	R\$	-	R\$	4.082.412,59
101	1/5/2021			R\$	12.757,54	R\$	19.809,25	R\$	-	R\$	4.089.464,30
102	1/6/2021			R\$	12.819,64	R\$	19.843,27	R\$	-	R\$	4.096.487,94

103	1/7/2021			R\$	12.882,04	R\$	19.877,16	R\$	-	R\$	4.103.483,06
104	1/8/2021			R\$	12.944,74	R\$	19.910,90	R\$	-	R\$	4.110.449,22
105	1/9/2021			R\$	13.007,75	R\$	19.944,50	R\$	-	R\$	4.117.385,97
106	1/10/2021			R\$	13.071,07	R\$	19.977,96	R\$	-	R\$	4.124.292,87
107	1/11/2021			R\$	13.134,69	R\$	20.011,27	R\$	-	R\$	4.131.169,45
108	1/12/2021			R\$	13.198,62	R\$	20.044,43	R\$	-	R\$	4.138.015,25
109	1/1/2022			R\$	13.262,87	R\$	20.077,44	R\$	-	R\$	4.144.829,83
110	1/2/2022			R\$	13.327,43	R\$	20.110,30	R\$	-	R\$	4.151.612,70
111	1/3/2022			R\$	13.392,30	R\$	20.143,00	R\$	-	R\$	4.158.363,39
112	1/4/2022			R\$	13.457,49	R\$	20.175,54	R\$	-	R\$	4.165.081,45
113	1/5/2022			R\$	13.522,99	R\$	20.207,92	R\$	-	R\$	4.171.766,38
114	1/6/2022			R\$	13.588,82	R\$	20.240,14	R\$	-	R\$	4.178.417,70
115	1/7/2022			R\$	13.654,96	R\$	20.272,19	R\$	-	R\$	4.185.034,93
116	1/8/2022			R\$	13.721,43	R\$	20.304,08	R\$	-	R\$	4.191.617,59
117	1/9/2022			R\$	13.788,22	R\$	20.335,80	R\$	-	R\$	4.198.165,17
118	1/10/2022			R\$	13.855,33	R\$	20.367,34	R\$	-	R\$	4.204.677,18
119	1/11/2022			R\$	13.922,77	R\$	20.398,71	R\$	-	R\$	4.211.153,11
120	1/12/2022			R\$	13.990,54	R\$	20.429,90	R\$	-	R\$	4.217.592,47
121	1/1/2023			R\$	14.058,64	R\$	20.460,91	R\$	-	R\$	4.223.994,74
122	1/2/2023			R\$	14.127,07	R\$	20.491,74	R\$	-	R\$	4.230.359,41
123	1/3/2023			R\$	14.195,84	R\$	20.522,39	R\$	-	R\$	4.236.685,97
124	1/4/2023			R\$	14.264,94	R\$	20.552,85	R\$	-	R\$	4.242.973,88
125	1/5/2023			R\$	14.334,37	R\$	20.583,12	R\$	-	R\$	4.249.222,62
126	1/6/2023			R\$	14.404,14	R\$	20.613,19	R\$	-	R\$	4.255.431,67
127	1/7/2023			R\$	14.474,26	R\$	20.643,07	R\$	-	R\$	4.261.600,49
128	1/8/2023			R\$	14.544,71	R\$	20.672,76	R\$	-	R\$	4.267.728,54
129	1/9/2023			R\$	14.615,51	R\$	20.702,24	R\$	-	R\$	4.273.815,27
130	1/10/2023			R\$	14.686,65	R\$	20.731,52	R\$	-	R\$	4.279.860,14
131	1/11/2023			R\$	14.758,14	R\$	20.760,60	R\$	-	R\$	4.285.862,61
132	1/12/2023			R\$	14.829,97	R\$	20.789,47	R\$	-	R\$	4.291.822,10
133	1/1/2024			R\$	14.902,16	R\$	20.818,12	R\$	-	R\$	4.297.738,06
134	1/2/2024			R\$	14.974,70	R\$	20.846,57	R\$	-	R\$	4.303.609,93
135	1/3/2024			R\$	15.047,59	R\$	20.874,79	R\$	-	R\$	4.309.437,14
136	1/4/2024			R\$	15.120,83	R\$	20.902,80	R\$	-	R\$	4.315.219,11
137	1/5/2024			R\$	15.194,43	R\$	20.930,59	R\$	-	R\$	4.320.955,26
138	1/6/2024			R\$	15.268,39	R\$	20.958,15	R\$	-	R\$	4.326.645,02
139	1/7/2024			R\$	15.342,71	R\$	20.985,48	R\$	-	R\$	4.332.287,79
140	1/8/2024			R\$	15.417,39	R\$	21.012,58	R\$	-	R\$	4.337.882,98
141	1/9/2024			R\$	15.492,44	R\$	21.039,45	R\$	-	R\$	4.343.429,99
142	1/10/2024			R\$	15.567,85	R\$	21.066,09	R\$	-	R\$	4.348.928,23
143	1/11/2024			R\$	15.643,63	R\$	21.092,48	R\$	-	R\$	4.354.377,09
144	1/12/2024			R\$	15.719,77	R\$	21.118,63	R\$	-	R\$	4.359.775,95
145	1/1/2025			R\$	15.796,29	R\$	21.144,54	R\$	-	R\$	4.365.124,20
146	1/2/2025			R\$	15.873,18	R\$	21.170,20	R\$	-	R\$	4.370.421,22
147	1/3/2025			R\$	15.950,44	R\$	21.195,61	R\$	-	R\$	4.375.666,38
148	1/4/2025			R\$	16.028,08	R\$	21.220,76	R\$	-	R\$	4.380.859,06
149	1/5/2025			R\$	16.106,10	R\$	21.245,66	R\$	-	R\$	4.385.998,62
150	1/6/2025			R\$	16.184,50	R\$	21.270,29	R\$	-	R\$	4.391.084,41
151	1/7/2025			R\$	16.263,28	R\$	21.294,66	R\$	-	R\$	4.396.115,80
152	1/8/2025			R\$	16.342,44	R\$	21.318,77	R\$	-	R\$	4.401.092,13
153	1/9/2025			R\$	16.421,99	R\$	21.342,60	R\$	-	R\$	4.406.012,75
154	1/10/2025			R\$	16.501,92	R\$	21.366,17	R\$	-	R\$	4.410.876,99
155	1/11/2025			R\$	16.582,24	R\$	21.389,45	R\$	-	R\$	4.415.684,20
156	1/12/2025			R\$	16.662,96	R\$	21.412,46	R\$	-	R\$	4.420.433,70
157	1/1/2026			R\$	16.744,07	R\$	21.435,18	R\$	-	R\$	4.425.124,82
158	1/2/2026			R\$	16.825,57	R\$	21.457,62	R\$	-	R\$	4.429.756,87
159	1/3/2026			R\$	16.907,47	R\$	21.479,77	R\$	-	R\$	4.434.329,16
160	1/4/2026			R\$	16.989,77	R\$	21.501,62	R\$	-	R\$	4.438.841,02
161	1/5/2026			R\$	17.072,47	R\$	21.523,18	R\$	-	R\$	4.443.291,74

162	1/6/2026			R\$	17.155,57	R\$	21.544,44	R\$	-	R\$	4.447.680,61
163	1/7/2026			R\$	17.239,07	R\$	21.565,40	R\$	-	R\$	4.452.006,94
164	1/8/2026			R\$	17.322,98	R\$	21.586,05	R\$	-	R\$	4.456.270,00
165	1/9/2026			R\$	17.407,30	R\$	21.606,39	R\$	-	R\$	4.460.469,09
166	1/10/2026			R\$	17.492,04	R\$	21.626,42	R\$	-	R\$	4.464.603,47
167	1/11/2026			R\$	17.577,18	R\$	21.646,13	R\$	-	R\$	4.468.672,41
168	1/12/2026			R\$	17.662,74	R\$	21.665,51	R\$	-	R\$	4.472.675,19
169	1/1/2027			R\$	17.748,71	R\$	21.684,58	R\$	-	R\$	4.476.611,06
170	1/2/2027			R\$	17.835,10	R\$	21.703,32	R\$	-	R\$	4.480.479,27
171	1/3/2027			R\$	17.921,92	R\$	21.721,72	R\$	-	R\$	4.484.279,08
172	1/4/2027			R\$	18.009,15	R\$	21.739,79	R\$	-	R\$	4.488.009,72
173	1/5/2027			R\$	18.096,81	R\$	21.757,53	R\$	-	R\$	4.491.670,43
174	1/6/2027			R\$	18.184,90	R\$	21.774,92	R\$	-	R\$	4.495.260,45
175	1/7/2027			R\$	18.273,42	R\$	21.791,96	R\$	-	R\$	4.498.779,00
176	1/8/2027			R\$	18.362,36	R\$	21.808,65	R\$	-	R\$	4.502.225,29
177	1/9/2027			R\$	18.451,74	R\$	21.824,99	R\$	-	R\$	4.505.598,54
178	1/10/2027			R\$	18.541,56	R\$	21.840,98	R\$	-	R\$	4.508.897,96
179	1/11/2027			R\$	18.631,81	R\$	21.856,60	R\$	-	R\$	4.512.122,74
180	1/12/2027			R\$	18.722,50	R\$	21.871,85	R\$	-	R\$	4.515.272,10
181	1/1/2028			R\$	18.813,63	R\$	21.886,74	R\$	-	R\$	4.518.345,20
182	1/2/2028			R\$	18.905,21	R\$	21.901,25	R\$	-	R\$	4.521.341,24
183	1/3/2028			R\$	18.997,23	R\$	21.915,39	R\$	-	R\$	4.524.259,40
184	1/4/2028			R\$	19.089,70	R\$	21.929,14	R\$	-	R\$	4.527.098,84
185	1/5/2028			R\$	19.182,62	R\$	21.942,51	R\$	-	R\$	4.529.858,73
186	1/6/2028			R\$	19.275,99	R\$	21.955,49	R\$	-	R\$	4.532.538,22
187	1/7/2028			R\$	19.369,82	R\$	21.968,08	R\$	-	R\$	4.535.136,47
188	1/8/2028			R\$	19.464,11	R\$	21.980,26	R\$	-	R\$	4.537.652,63
189	1/9/2028			R\$	19.558,85	R\$	21.992,05	R\$	-	R\$	4.540.085,84
190	1/10/2028			R\$	19.654,05	R\$	22.003,43	R\$	-	R\$	4.542.435,21
191	1/11/2028			R\$	19.749,72	R\$	22.014,40	R\$	-	R\$	4.544.699,90
192	1/12/2028			R\$	19.845,85	R\$	22.024,96	R\$	-	R\$	4.546.879,00
193	1/1/2029			R\$	19.942,45	R\$	22.035,09	R\$	-	R\$	4.548.971,64
194	1/2/2029			R\$	20.039,52	R\$	22.044,81	R\$	-	R\$	4.550.976,93
195	1/3/2029			R\$	20.137,07	R\$	22.054,09	R\$	-	R\$	4.552.893,95
196	1/4/2029			R\$	20.235,08	R\$	22.062,95	R\$	-	R\$	4.554.721,81
197	1/5/2029			R\$	20.333,58	R\$	22.071,36	R\$	-	R\$	4.556.459,60
198	1/6/2029			R\$	20.432,55	R\$	22.079,34	R\$	-	R\$	4.558.106,39
199	1/7/2029			R\$	20.532,01	R\$	22.086,87	R\$	-	R\$	4.559.661,25
200	1/8/2029			R\$	20.631,95	R\$	22.093,95	R\$	-	R\$	4.561.123,25
201	1/9/2029			R\$	20.732,38	R\$	22.100,58	R\$	-	R\$	4.562.491,45
202	1/10/2029			R\$	20.833,29	R\$	22.106,75	R\$	-	R\$	4.563.764,91
203	1/11/2029			R\$	20.934,70	R\$	22.112,46	R\$	-	R\$	4.564.942,66
204	1/12/2029			R\$	21.036,60	R\$	22.117,69	R\$	-	R\$	4.566.023,76
205	1/1/2030			R\$	21.139,00	R\$	22.122,46	R\$	-	R\$	4.567.007,21
206	1/2/2030			R\$	21.241,89	R\$	22.126,74	R\$	-	R\$	4.567.892,06
207	1/3/2030			R\$	21.345,29	R\$	22.130,55	R\$	-	R\$	4.568.677,32
208	1/4/2030			R\$	21.449,19	R\$	22.133,86	R\$	-	R\$	4.569.361,99
209	1/5/2030			R\$	21.553,59	R\$	22.136,69	R\$	-	R\$	4.569.945,08
210	1/6/2030			R\$	21.658,51	R\$	22.139,01	R\$	-	R\$	4.570.425,59
211	1/7/2030			R\$	21.763,93	R\$	22.140,84	R\$	-	R\$	4.570.802,50
212	1/8/2030			R\$	21.869,87	R\$	22.142,16	R\$	-	R\$	4.571.074,79
213	1/9/2030			R\$	21.976,32	R\$	22.142,97	R\$	-	R\$	4.571.241,44
214	1/10/2030			R\$	22.083,29	R\$	22.143,26	R\$	-	R\$	4.571.301,40
215	1/11/2030			R\$	22.190,78	R\$	22.143,03	R\$	-	R\$	4.571.253,65
216	1/12/2030			R\$	22.298,80	R\$	22.142,27	R\$	-	R\$	4.571.097,11
217	1/1/2031			R\$	22.407,34	R\$	22.140,98	R\$	-	R\$	4.570.830,75
218	1/2/2031			R\$	22.516,41	R\$	22.139,15	R\$	-	R\$	4.570.453,50
219	1/3/2031			R\$	22.626,01	R\$	22.136,78	R\$	-	R\$	4.569.964,27
220	1/4/2031			R\$	22.736,14	R\$	22.133,86	R\$	-	R\$	4.569.361,99

221	1/5/2031			R\$	22.846,81	R\$	22.130,39	R\$	-	R\$	4.568.645,57
222	1/6/2031			R\$	22.958,02	R\$	22.126,36	R\$	-	R\$	4.567.813,92
223	1/7/2031			R\$	23.069,77	R\$	22.121,77	R\$	-	R\$	4.566.865,92
224	1/8/2031			R\$	23.182,06	R\$	22.116,61	R\$	-	R\$	4.565.800,47
225	1/9/2031			R\$	23.294,90	R\$	22.110,88	R\$	-	R\$	4.564.616,45
226	1/10/2031			R\$	23.408,29	R\$	22.104,56	R\$	-	R\$	4.563.312,72
227	1/11/2031			R\$	23.522,23	R\$	22.097,66	R\$	-	R\$	4.561.888,15
228	1/12/2031			R\$	23.636,73	R\$	22.090,17	R\$	-	R\$	4.560.341,59
229	1/1/2032			R\$	23.751,78	R\$	22.082,08	R\$	-	R\$	4.558.671,89
230	1/2/2032			R\$	23.867,39	R\$	22.073,39	R\$	-	R\$	4.556.877,89
231	1/3/2032			R\$	23.983,57	R\$	22.064,09	R\$	-	R\$	4.554.958,42
232	1/4/2032			R\$	24.100,31	R\$	22.054,18	R\$	-	R\$	4.552.912,29
233	1/5/2032			R\$	24.217,62	R\$	22.043,65	R\$	-	R\$	4.550.738,32
234	1/6/2032			R\$	24.335,50	R\$	22.032,49	R\$	-	R\$	4.548.435,32
235	1/7/2032			R\$	24.453,95	R\$	22.020,71	R\$	-	R\$	4.546.002,07
236	1/8/2032			R\$	24.572,98	R\$	22.008,28	R\$	-	R\$	4.543.437,37
237	1/9/2032			R\$	24.692,59	R\$	21.995,22	R\$	-	R\$	4.540.739,99
238	1/10/2032			R\$	24.812,79	R\$	21.981,50	R\$	-	R\$	4.537.908,71
239	1/11/2032			R\$	24.933,56	R\$	21.967,13	R\$	-	R\$	4.534.942,28
240	1/12/2032			R\$	25.054,93	R\$	21.952,10	R\$	-	R\$	4.531.839,46
241	1/1/2033			R\$	25.176,89	R\$	21.936,41	R\$	-	R\$	4.528.598,98
242	1/2/2033			R\$	25.299,44	R\$	21.920,04	R\$	-	R\$	4.525.219,58
243	1/3/2033			R\$	25.422,58	R\$	21.902,99	R\$	-	R\$	4.521.699,99
244	1/4/2033			R\$	25.546,33	R\$	21.885,26	R\$	-	R\$	4.518.038,92
245	1/5/2033			R\$	25.670,68	R\$	21.866,83	R\$	-	R\$	4.514.235,07
246	1/6/2033			R\$	25.795,63	R\$	21.847,71	R\$	-	R\$	4.510.287,15
247	1/7/2033			R\$	25.921,19	R\$	21.827,88	R\$	-	R\$	4.506.193,84
248	1/8/2033			R\$	26.047,36	R\$	21.807,34	R\$	-	R\$	4.501.953,81
249	1/9/2033			R\$	26.174,15	R\$	21.786,08	R\$	-	R\$	4.497.565,75
250	1/10/2033			R\$	26.301,55	R\$	21.764,10	R\$	-	R\$	4.493.028,30
251	1/11/2033			R\$	26.429,58	R\$	21.741,40	R\$	-	R\$	4.488.340,11
252	1/12/2033			R\$	26.558,23	R\$	21.717,95	R\$	-	R\$	4.483.499,84
253	1/1/2034			R\$	26.687,50	R\$	21.693,76	R\$	-	R\$	4.478.506,10
254	1/2/2034			R\$	26.817,40	R\$	21.668,82	R\$	-	R\$	4.473.357,51
255	1/3/2034			R\$	26.947,94	R\$	21.643,12	R\$	-	R\$	4.468.052,70
256	1/4/2034			R\$	27.079,11	R\$	21.616,66	R\$	-	R\$	4.462.590,26
257	1/5/2034			R\$	27.210,92	R\$	21.589,43	R\$	-	R\$	4.456.968,77
258	1/6/2034			R\$	27.343,37	R\$	21.561,43	R\$	-	R\$	4.451.186,83
259	1/7/2034			R\$	27.476,46	R\$	21.532,63	R\$	-	R\$	4.445.243,01
260	1/8/2034			R\$	27.610,21	R\$	21.503,05	R\$	-	R\$	4.439.135,85
261	1/9/2034			R\$	27.744,60	R\$	21.472,67	R\$	-	R\$	4.432.863,92
262	1/10/2034			R\$	27.879,65	R\$	21.441,48	R\$	-	R\$	4.426.425,76
263	1/11/2034			R\$	28.015,35	R\$	21.409,49	R\$	-	R\$	4.419.819,89
264	1/12/2034			R\$	28.151,72	R\$	21.376,67	R\$	-	R\$	4.413.044,84
265	1/1/2035			R\$	28.288,75	R\$	21.343,02	R\$	-	R\$	4.406.099,11
266	1/2/2035			R\$	28.426,45	R\$	21.308,54	R\$	-	R\$	4.398.981,21
267	1/3/2035			R\$	28.564,81	R\$	21.273,22	R\$	-	R\$	4.391.689,62
268	1/4/2035			R\$	28.703,85	R\$	21.237,05	R\$	-	R\$	4.384.222,82
269	1/5/2035			R\$	28.843,57	R\$	21.200,03	R\$	-	R\$	4.376.579,28
270	1/6/2035			R\$	28.983,97	R\$	21.162,14	R\$	-	R\$	4.368.757,45
271	1/7/2035			R\$	29.125,05	R\$	21.123,38	R\$	-	R\$	4.360.755,78
272	1/8/2035			R\$	29.266,82	R\$	21.083,74	R\$	-	R\$	4.352.572,70
273	1/9/2035			R\$	29.409,28	R\$	21.043,22	R\$	-	R\$	4.344.206,64
274	1/10/2035			R\$	29.552,43	R\$	21.001,80	R\$	-	R\$	4.335.656,02
275	1/11/2035			R\$	29.696,27	R\$	20.959,48	R\$	-	R\$	4.326.919,22
276	1/12/2035			R\$	29.840,82	R\$	20.916,25	R\$	-	R\$	4.317.994,64
277	1/1/2036			R\$	29.986,07	R\$	20.872,10	R\$	-	R\$	4.308.880,67
278	1/2/2036			R\$	30.132,03	R\$	20.827,03	R\$	-	R\$	4.299.575,66
279	1/3/2036			R\$	30.278,70	R\$	20.781,02	R\$	-	R\$	4.290.077,98

280	1/4/2036			R\$	30.426,08	R\$	20.734,07	R\$	-	R\$	4.280.385,96
281	1/5/2036			R\$	30.574,19	R\$	20.686,17	R\$	-	R\$	4.270.497,95
282	1/6/2036			R\$	30.723,01	R\$	20.637,32	R\$	-	R\$	4.260.412,26
283	1/7/2036			R\$	30.872,55	R\$	20.587,50	R\$	-	R\$	4.250.127,21
284	1/8/2036			R\$	31.022,83	R\$	20.536,70	R\$	-	R\$	4.239.641,09
285	1/9/2036			R\$	31.173,83	R\$	20.484,93	R\$	-	R\$	4.228.952,18
286	1/10/2036			R\$	31.325,57	R\$	20.432,16	R\$	-	R\$	4.218.058,77
287	1/11/2036			R\$	31.478,05	R\$	20.378,39	R\$	-	R\$	4.206.959,11
288	1/12/2036			R\$	31.631,27	R\$	20.323,62	R\$	-	R\$	4.195.651,46
289	1/1/2037			R\$	31.785,24	R\$	20.267,83	R\$	-	R\$	4.184.134,05
290	1/2/2037			R\$	31.939,95	R\$	20.211,01	R\$	-	R\$	4.172.405,11
291	1/3/2037			R\$	32.095,42	R\$	20.153,17	R\$	-	R\$	4.160.462,85
292	1/4/2037			R\$	32.251,65	R\$	20.094,28	R\$	-	R\$	4.148.305,48
293	1/5/2037			R\$	32.408,64	R\$	20.034,34	R\$	-	R\$	4.135.931,18
294	1/6/2037			R\$	32.566,39	R\$	19.973,34	R\$	-	R\$	4.123.338,13
295	1/7/2037			R\$	32.724,91	R\$	19.911,27	R\$	-	R\$	4.110.524,49
296	1/8/2037			R\$	32.884,20	R\$	19.848,12	R\$	-	R\$	4.097.488,41
297	1/9/2037			R\$	33.044,26	R\$	19.783,89	R\$	-	R\$	4.084.228,04
298	1/10/2037			R\$	33.205,11	R\$	19.718,56	R\$	-	R\$	4.070.741,49
299	1/11/2037			R\$	33.366,73	R\$	19.652,13	R\$	-	R\$	4.057.026,89
300	1/12/2037			R\$	33.529,15	R\$	19.584,58	R\$	-	R\$	4.043.082,32
301	1/1/2038			R\$	33.692,35	R\$	19.515,91	R\$	-	R\$	4.028.905,87
302	1/2/2038			R\$	33.856,35	R\$	19.446,11	R\$	-	R\$	4.014.495,63
303	1/3/2038			R\$	34.021,15	R\$	19.375,16	R\$	-	R\$	3.999.849,64
304	1/4/2038			R\$	34.186,75	R\$	19.303,06	R\$	-	R\$	3.984.965,95
305	1/5/2038			R\$	34.353,15	R\$	19.229,81	R\$	-	R\$	3.969.842,61
306	1/6/2038			R\$	34.520,37	R\$	19.155,38	R\$	-	R\$	3.954.477,62
307	1/7/2038			R\$	34.688,40	R\$	19.079,77	R\$	-	R\$	3.938.868,99
308	1/8/2038			R\$	34.857,25	R\$	19.002,97	R\$	-	R\$	3.923.014,71
309	1/9/2038			R\$	35.026,92	R\$	18.924,98	R\$	-	R\$	3.906.912,77
310	1/10/2038			R\$	35.197,41	R\$	18.845,77	R\$	-	R\$	3.890.561,13
311	1/11/2038			R\$	35.368,74	R\$	18.765,34	R\$	-	R\$	3.873.957,74
312	1/12/2038			R\$	35.540,90	R\$	18.683,69	R\$	-	R\$	3.857.100,53
313	1/1/2039			R\$	35.713,89	R\$	18.600,79	R\$	-	R\$	3.839.987,43
314	1/2/2039			R\$	35.887,73	R\$	18.516,65	R\$	-	R\$	3.822.616,34
315	1/3/2039			R\$	36.062,42	R\$	18.431,24	R\$	-	R\$	3.804.985,17
316	1/4/2039			R\$	36.237,95	R\$	18.344,57	R\$	-	R\$	3.787.091,78
317	1/5/2039			R\$	36.414,34	R\$	18.256,61	R\$	-	R\$	3.768.934,05
318	1/6/2039			R\$	36.591,59	R\$	18.167,37	R\$	-	R\$	3.750.509,82
319	1/7/2039			R\$	36.769,70	R\$	18.076,82	R\$	-	R\$	3.731.816,94
320	1/8/2039			R\$	36.948,68	R\$	17.984,96	R\$	-	R\$	3.712.853,21
321	1/9/2039			R\$	37.128,53	R\$	17.891,78	R\$	-	R\$	3.693.616,46
322	1/10/2039			R\$	37.309,26	R\$	17.797,26	R\$	-	R\$	3.674.104,46
323	1/11/2039			R\$	37.490,86	R\$	17.701,40	R\$	-	R\$	3.654.315,00
324	1/12/2039			R\$	37.673,35	R\$	17.604,19	R\$	-	R\$	3.634.245,83
325	1/1/2040			R\$	37.856,73	R\$	17.505,61	R\$	-	R\$	3.613.894,71
326	1/2/2040			R\$	38.041,00	R\$	17.405,65	R\$	-	R\$	3.593.259,36
327	1/3/2040			R\$	38.226,16	R\$	17.304,30	R\$	-	R\$	3.572.337,50
328	1/4/2040			R\$	38.412,23	R\$	17.201,56	R\$	-	R\$	3.551.126,83
329	1/5/2040			R\$	38.599,20	R\$	17.097,41	R\$	-	R\$	3.529.625,03
330	1/6/2040			R\$	38.787,09	R\$	16.991,83	R\$	-	R\$	3.507.829,78
331	1/7/2040			R\$	38.975,89	R\$	16.884,82	R\$	-	R\$	3.485.738,71
332	1/8/2040			R\$	39.165,60	R\$	16.776,37	R\$	-	R\$	3.463.349,48
333	1/9/2040			R\$	39.356,24	R\$	16.666,46	R\$	-	R\$	3.440.659,69
334	1/10/2040			R\$	39.547,81	R\$	16.555,08	R\$	-	R\$	3.417.666,96
335	1/11/2040			R\$	39.740,31	R\$	16.442,23	R\$	-	R\$	3.394.368,88
336	1/12/2040			R\$	39.933,75	R\$	16.327,88	R\$	-	R\$	3.370.763,01
337	1/1/2041			R\$	40.128,13	R\$	16.212,03	R\$	-	R\$	3.346.846,91
338	1/2/2041			R\$	40.323,46	R\$	16.094,67	R\$	-	R\$	3.322.618,13

339	1/3/2041			R\$	40.519,73	R\$	15.975,78	R\$	-	R\$	3.298.074,17
340	1/4/2041			R\$	40.716,97	R\$	15.855,35	R\$	-	R\$	3.273.212,56
341	1/5/2041			R\$	40.915,16	R\$	15.733,37	R\$	-	R\$	3.248.030,77
342	1/6/2041			R\$	41.114,31	R\$	15.609,83	R\$	-	R\$	3.222.526,29
343	1/7/2041			R\$	41.314,44	R\$	15.484,71	R\$	-	R\$	3.196.696,56
344	1/8/2041			R\$	41.515,54	R\$	15.358,00	R\$	-	R\$	3.170.539,02
345	1/9/2041			R\$	41.717,62	R\$	15.229,70	R\$	-	R\$	3.144.051,10
346	1/10/2041			R\$	41.920,68	R\$	15.099,78	R\$	-	R\$	3.117.230,19
347	1/11/2041			R\$	42.124,73	R\$	14.968,23	R\$	-	R\$	3.090.073,69
348	1/12/2041			R\$	42.329,78	R\$	14.835,05	R\$	-	R\$	3.062.578,96
349	1/1/2042			R\$	42.535,82	R\$	14.700,21	R\$	-	R\$	3.034.743,36
350	1/2/2042			R\$	42.742,86	R\$	14.563,71	R\$	-	R\$	3.006.564,21
351	1/3/2042			R\$	42.950,92	R\$	14.425,54	R\$	-	R\$	2.978.038,83
352	1/4/2042			R\$	43.159,98	R\$	14.285,67	R\$	-	R\$	2.949.164,52
353	1/5/2042			R\$	43.370,07	R\$	14.144,10	R\$	-	R\$	2.919.938,55
354	1/6/2042			R\$	43.581,17	R\$	14.000,81	R\$	-	R\$	2.890.358,19
355	1/7/2042			R\$	43.793,31	R\$	13.855,80	R\$	-	R\$	2.860.420,69
356	1/8/2042			R\$	44.006,47	R\$	13.709,04	R\$	-	R\$	2.830.123,25
357	1/9/2042			R\$	44.220,68	R\$	13.560,52	R\$	-	R\$	2.799.463,10
358	1/10/2042			R\$	44.435,92	R\$	13.410,23	R\$	-	R\$	2.768.437,41
359	1/11/2042			R\$	44.652,22	R\$	13.258,16	R\$	-	R\$	2.737.043,36
360	1/12/2042			R\$	44.869,56	R\$	13.104,29	R\$	-	R\$	2.705.278,08
361	1/1/2043			R\$	45.087,97	R\$	12.948,61	R\$	-	R\$	2.673.138,73
362	1/2/2043			R\$	45.307,44	R\$	12.791,10	R\$	-	R\$	2.640.622,39
363	1/3/2043			R\$	45.527,97	R\$	12.631,75	R\$	-	R\$	2.607.726,17
364	1/4/2043			R\$	45.749,58	R\$	12.470,55	R\$	-	R\$	2.574.447,14
365	1/5/2043			R\$	45.972,27	R\$	12.307,48	R\$	-	R\$	2.540.782,35
366	1/6/2043			R\$	46.196,04	R\$	12.142,52	R\$	-	R\$	2.506.728,83
367	1/7/2043			R\$	46.420,90	R\$	11.975,67	R\$	-	R\$	2.472.283,60
368	1/8/2043			R\$	46.646,86	R\$	11.806,91	R\$	-	R\$	2.437.443,65
369	1/9/2043			R\$	46.873,92	R\$	11.636,22	R\$	-	R\$	2.402.205,95
370	1/10/2043			R\$	47.102,08	R\$	11.463,59	R\$	-	R\$	2.366.567,46
371	1/11/2043			R\$	47.331,35	R\$	11.289,00	R\$	-	R\$	2.330.525,11
372	1/12/2043			R\$	47.561,74	R\$	11.112,44	R\$	-	R\$	2.294.075,82
373	1/1/2044			R\$	47.793,25	R\$	10.933,89	R\$	-	R\$	2.257.216,46
374	1/2/2044			R\$	48.025,88	R\$	10.753,35	R\$	-	R\$	2.219.943,93
375	1/3/2044			R\$	48.259,65	R\$	10.570,78	R\$	-	R\$	2.182.255,06
376	1/4/2044			R\$	48.494,56	R\$	10.386,19	R\$	-	R\$	2.144.146,69
377	1/5/2044			R\$	48.730,61	R\$	10.199,54	R\$	-	R\$	2.105.615,63
378	1/6/2044			R\$	48.967,81	R\$	10.010,84	R\$	-	R\$	2.066.658,66
379	1/7/2044			R\$	49.206,16	R\$	9.820,05	R\$	-	R\$	2.027.272,55
380	1/8/2044			R\$	49.445,67	R\$	9.627,17	R\$	-	R\$	1.987.454,05
381	1/9/2044			R\$	49.686,35	R\$	9.432,18	R\$	-	R\$	1.947.199,88
382	1/10/2044			R\$	49.928,20	R\$	9.235,07	R\$	-	R\$	1.906.506,75
383	1/11/2044			R\$	50.171,23	R\$	9.035,81	R\$	-	R\$	1.865.371,33
384	1/12/2044			R\$	50.415,44	R\$	8.834,39	R\$	-	R\$	1.823.790,27
385	1/1/2045			R\$	50.660,84	R\$	8.630,80	R\$	-	R\$	1.781.760,23
386	1/2/2045			R\$	50.907,44	R\$	8.425,01	R\$	-	R\$	1.739.277,81
387	1/3/2045			R\$	51.155,23	R\$	8.217,02	R\$	-	R\$	1.696.339,60
388	1/4/2045			R\$	51.404,23	R\$	8.006,81	R\$	-	R\$	1.652.942,18
389	1/5/2045			R\$	51.654,44	R\$	7.794,35	R\$	-	R\$	1.609.082,08
390	1/6/2045			R\$	51.905,87	R\$	7.579,63	R\$	-	R\$	1.564.755,84
391	1/7/2045			R\$	52.158,53	R\$	7.362,64	R\$	-	R\$	1.519.959,96
392	1/8/2045			R\$	52.412,41	R\$	7.143,36	R\$	-	R\$	1.474.690,91
393	1/9/2045			R\$	52.667,53	R\$	6.921,77	R\$	-	R\$	1.428.945,15
394	1/10/2045			R\$	52.923,89	R\$	6.697,85	R\$	-	R\$	1.382.719,10
395	1/11/2045			R\$	53.181,50	R\$	6.471,59	R\$	-	R\$	1.336.009,19
396	1/12/2045			R\$	53.440,37	R\$	6.242,97	R\$	-	R\$	1.288.811,79
397	1/1/2046			R\$	53.700,49	R\$	6.011,97	R\$	-	R\$	1.241.123,27

398	1/2/2046		R\$	53.961,88	R\$	5.778,57	R\$	-	R\$	1.192.939,96
399	1/3/2046		R\$	54.224,54	R\$	5.542,75	R\$	-	R\$	1.144.258,17
400	1/4/2046		R\$	54.488,48	R\$	5.304,51	R\$	-	R\$	1.095.074,19
401	1/5/2046		R\$	54.753,71	R\$	5.063,81	R\$	-	R\$	1.045.384,29
402	1/6/2046		R\$	55.020,23	R\$	4.820,65	R\$	-	R\$	995.184,72
403	1/7/2046		R\$	55.288,04	R\$	4.574,99	R\$	-	R\$	944.471,67
404	1/8/2046		R\$	55.557,16	R\$	4.326,84	R\$	-	R\$	893.241,35
405	1/9/2046		R\$	55.827,58	R\$	4.076,15	R\$	-	R\$	841.489,92
406	1/10/2046		R\$	56.099,33	R\$	3.822,93	R\$	-	R\$	789.213,52
407	1/11/2046		R\$	56.372,39	R\$	3.567,14	R\$	-	R\$	736.408,27
408	1/12/2046		R\$	56.646,79	R\$	3.308,77	R\$	-	R\$	683.070,25
409	1/1/2047		R\$	56.922,52	R\$	3.047,81	R\$	-	R\$	629.195,54
410	1/2/2047		R\$	57.199,59	R\$	2.784,22	R\$	-	R\$	574.780,16
411	1/3/2047		R\$	57.478,02	R\$	2.517,99	R\$	-	R\$	519.820,14
412	1/4/2047		R\$	57.757,79	R\$	2.249,11	R\$	-	R\$	464.311,46
413	1/5/2047		R\$	58.038,93	R\$	1.977,55	R\$	-	R\$	408.250,08
414	1/6/2047		R\$	58.321,44	R\$	1.703,30	R\$	-	R\$	351.631,93
415	1/7/2047		R\$	58.605,32	R\$	1.426,32	R\$	-	R\$	294.452,93
416	1/8/2047		R\$	58.890,59	R\$	1.146,61	R\$	-	R\$	236.708,96
417	1/9/2047		R\$	59.177,24	R\$	864,14	R\$	-	R\$	178.395,86
418	1/10/2047		R\$	59.465,29	R\$	578,90	R\$	-	R\$	119.509,48
419	1/11/2047		R\$	59.754,74	R\$	290,86	R\$	-	R\$	60.045,60
420	1/12/2047		R\$	60.337,87	R\$	292,27	R\$	-	R\$	-
Saldo Devedor Final									R\$	-

Novo Horizonte

PREFEITURA

Lei Nº 460 -2012 Ldo - Novo Horizonte

II - a estrutura e organização dos orçamentos;

SANTOS ZILLI, Prefeito Municipal de Novo Horizonte, Estado de Santa Catarina no uso de suas atribuições legais. Que lhe confere a Lei Organica do Município, faz saber que a Câmara de Vereadores aprovou e fica sancionada a seguinte Lei:

III - as diretrizes para a elaboração e execução dos orçamentos do Município e suas alterações;

IV - as disposições relativas à dívida pública municipal;

VI - as disposições sobre alterações na legislação tributária do Município; e

CAPÍTULO I

CAPÍTULO II

DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Art. 1º Ficam estabelecidas, em cumprimento ao disposto no art. 165, § 2º, da Constituição Federal, e na Lei Complementar

I - as prioridades e metas da administração pública municipal;

V - as disposições relativas às despesas do Município com pessoal e encargos sociais;

VII - as disposições gerais.

DAS PRIORIDADES E METAS DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL

Art. 2º A elaboração e aprovação do Projeto de Lei Orçamentário de 2013 e a execução da respectiva lei deverão ser

Parágrafo único. Integram a Lei de Diretrizes Orçamentárias, os Anexos de Metas Fiscais e Riscos Fiscais de que trata o

I - Demonstrativo I - Metas Anuais;

nº 101, de 4 de maio de 2000, as diretrizes orçamentárias do Município para o exercício de 2013, compreendendo:

compatíveis com as metas fiscais, conforme demonstrado no

Anexo de Metas Fiscais constante desta Lei.

art. 4º, §§ 1º, 2º e 3º da Lei Complementar nº 101, de 2000:

LEI N º 460, 19 DE OUTUBRO DE 2012

DISPÕE SOBRE A LDO - LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS PARA

ELABORAÇÃO DA LOA - LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL DE 2013, E DÁ

OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

CAPÍTULO II

VII - as disposições gerais.

DAS PRIORIDADES E METAS DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL

Art. 2º A elaboração e aprovação do Projeto de Lei Orçamentário de 2013 e a execução da respectiva lei deverão ser

Parágrafo único. Integram a Lei de Diretrizes Orçamentárias, os Anexos de Metas Fiscais e Riscos Fiscais de que trata o

I - Demonstrativo I - Metas Anuais;

II - Demonstrativo II - Avaliação do Cumprimento das Metas Fiscais do Exercício Anterior;

III - Demonstrativo III - Das Metas Fiscais Atuais Comparadas com as Fixadas nos Três Exercícios Anteriores;

IV - Demonstrativo IV - Evolução do Patrimônio Líquido;

V - Demonstrativo V - Origem e Aplicação dos Recursos Obtidos com a Alienação de Ativos;

VI - Demonstrativo VI - Receitas e Despesas Previdenciárias do RPPS;

VII - Demonstrativo VI.a - Projeção Atuarial do RPPS;

VIII - Demonstrativo VII - Estimativa e Compensação da Renúncia de Receita;

IX - Demonstrativo VIII - Margem de Expansão das Despesas Obrigatórias de Caráter Continuado;

X - Anexo I - Metodologia e Memória de Cálculo das Metas Anuais para as Receitas - Total das Receitas;

XI - Anexo I.a - Metodologia e Memória de Cálculo das Principais Fontes de Receitas;

XII - Anexo II - Metodologia e Memória de Cálculo das Metas Anuais para as Despesas - Total das Despesas;

XIII - Anexo II.a - Metodologia e Memória de Cálculo das Principais



Despesas;

XIV - Anexo III - Metodologia e Memória de Cálculo das Metas Anuais para o Resultado Primário;

XV - Anexo IV - Metodologia e Memória de Cálculo das Metas Anuais para o Resultado Nominal;

XVI - Anexo V - Metodologia e Memória de Cálculo das Metas Anuais para o Montante da Dívida;

XVII - Anexo VI - Demonstrativo da Receita Corrente Líquida;

XVIII - Anexo VII - Demonstrativo de Riscos Fiscais e Providências;

XIX - Anexo VIII - Demonstrativo da Origem e Destinação dos Recursos ;

XX - Anexo IX - Relatório sobre Projetos em Execução e Despesas com Conservação do Patrimônio Público;

XXI - Anexo X - Demonstrativo das Metas Físicas e Fiscais por Ações; e

XXII - Anexo XI - Relatório das Metas e Prioridades das Despesas por Programas.

Art. 3º As prioridades e metas da Administração Pública Municipal para o exercício de 2013, são as constantes do Anexo de compatíveis com as metas fiscais, conforme demonstrado no Anexo de Metas Fiscais constante desta Lei.

art. 4º, §§ 1º, 2º e 3º da Lei Complementar nº 101, de 2000:

Prioridades e Metas desta Lei, as quais terão precedência na alocação dos recursos e na Lei Orçamentária de 2013 e na sua execução, não se constituindo, todavia, em limite à programação da despesa.

XIX - Anexo VIII - Demonstrativo da Origem e Destinação dos Recursos ;

XX - Anexo IX - Relatório sobre Projetos em Execução e Despesas com Conservação do Patrimônio Público;

XXI - Anexo X - Demonstrativo das Metas Físicas e Fiscais por Ações; e

XXII - Anexo XI - Relatório das Metas e Prioridades das Despesas por Programas.

Art. 3º As prioridades e metas da Administração Pública Municipal para o exercício de 2013, são as constantes do Anexo de

Parágrafo único. Fica vedada a adoção pelo Poder Executivo, durante a execução orçamentária, de categorias de

CAPÍTULO III**DA ESTRUTURA E ORGANIZAÇÃO DOS ORÇAMENTOS**

Art. 4º Para efeito desta Lei, entende-se por:

I - Programa, o instrumento de organização da ação governamental visando à concretização dos objetivos pretendidos,

II - Atividade, um instrumento de programação para alcançar o objetivo de um programa, envolvendo um conjunto de

III - Projeto, um instrumento de programação para alcançar o objetivo de um programa, envolvendo um conjunto de

IV - Operação Especial, as despesas que não contribuem para a manutenção, expansão ou aperfeiçoamento das ações de

V - subtítulo, o menor nível de categoria de programação, sendo utilizado, especialmente, para especificar a localização

VI - unidade orçamentária, o menor nível da classificação institucional, agrupada em órgãos orçamentários, entendidos

VII - concedente, o órgão ou a entidade da administração pública direta ou indireta responsável pela transferência de

VIII - conveniente, o órgão ou a entidade da administração pública direta ou indireta dos governos federal, estaduais,

IX - descentralização de créditos orçamentários, a transferência de créditos constantes dos Orçamentos Fiscal e da

X - receita ordinária, aquelas previstas para ingressarem no caixa da unidade gestora de forma regular, seja pela

XI - execução física, a autorização para que o contratado realize a obra, forneça o bem ou preste o serviço;

XII - execução orçamentária, o empenho e a liquidação da despesa, inclusive sua inscrição em restos a pagar; e

Prioridades e Metas desta Lei, as quais terão precedência na alocação dos recursos e na Lei Orçamentária de 2013 e na sua execução, não se constituindo, todavia, em limite à programação da despesa.

prioridades que não estejam contempladas nesta Lei.

sendo mensurado por indicadores estabelecidos no plano plurianual;

operações que se realizam de modo contínuo e permanente, das quais resulta um produto necessário à manutenção da ação de governo;

operações, limitadas no tempo, das quais resulta um produto que concorre para a expansão ou aperfeiçoamento da ação de governo;

governo, das quais não resulta um produto, e não gera contraprestação direta sob a forma de bens ou serviços;

física da ação; e

estes como os de maior nível da classificação institucional;

recursos financeiros, inclusive os decorrentes de descentralização de créditos orçamentários;

municipais, e as entidades privadas, com os quais a Administração Municipal pactue a transferência de recursos financeiros,

inclusive quando decorrentes de descentralização de créditos orçamentários entre órgãos e entidades federais constantes dos

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social;

Seguridade Social, no âmbito do mesmo órgão ou entidade ou

entre estes;

competência de tributar e arrecadar, seja por determinação constitucional no partilhamento dos tributos de competência de outras esferas de governo;

XIII - execução financeira, o pagamento da despesa, inclusive dos restos a pagar já inscritos.

IX - descentralização de créditos orçamentários, a transferência de créditos constantes dos Orçamentos Fiscal e da

X - receita ordinária, aquelas previstas para ingressarem no caixa da unidade gestora de forma regular, seja pela

XI - execução física, a autorização para que o contratado realize a obra, forneça o bem ou preste o serviço;

XII - execução orçamentária, o empenho e a liquidação da despesa, inclusive sua inscrição em restos a pagar; e

§ 1º Cada programa identificará as ações necessárias para atingir os seus objetivos, sob a forma de atividades, projetos e

§ 2º Cada atividade, projeto e operação especial identificará a função e a subfunção às quais se vinculam, na forma do

§ 3º As categorias de programação de que trata esta Lei serão identificadas no projeto de lei orçamentária e na respectiva

§ 4º O produto e a unidade de medida a que se refere o § 3º deverão ser os mesmos especificados para cada ação

§ 5º As metas físicas serão indicadas em nível de subtítulo e agregadas segundo os respectivos projetos, atividades ou

§ 6º As atividades com a mesma finalidade de outras já existentes deverão observar o mesmo código, independentemente

§ 7º Cada projeto constará somente de uma esfera orçamentária e de um programa.

§ 8º A subfunção, nível de agregação imediatamente inferior à função, deverá evidenciar cada área da atuação

Art. 5º Os Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social compreendem a programação dos Poderes do Município, seus

Art. 6º Na Lei Orçamentária Anual, que apresentará conjuntamente a programação dos orçamentos fiscal e da seguridade

§ 1º A esfera orçamentária tem por finalidade identificar se o orçamento é fiscal (F), da seguridade social (S) ou de

§ 2º Os grupos de natureza de despesa constituem agregação de elementos de despesa de mesmas características quanto

I - pessoal e encargos sociais - 1;

inclusive quando decorrentes de descentralização de créditos orçamentários entre órgãos e entidades federais constantes dos

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social;

Seguridade Social, no âmbito do mesmo órgão ou entidade ou entre estes;

competência de tributar e arrecadar, seja por determinação constitucional no partilhamento dos tributos de competência de outras

esferas de governo;

operações especiais, especificando os respectivos valores e metas,

bem como as unidades orçamentárias responsáveis pela realização da ação.

anexo que integra a Portaria nº 42, de 14 de abril de 1999, do Ministério do Orçamento e Gestão.

Lei por programas e respectivos projetos, atividades ou operações especiais, com indicação do produto, da unidade de medida e da meta física.

constante do Plano Plurianual 2010/ 2013.

operações especiais.

da unidade executora.

governamental, ainda que esta seja viabilizada com a transferência de recursos a entidades públicas e privadas.

fundos, órgãos, autarquias, inclusive especiais, e fundações instituídas e mantidas pelo Poder Público Municipal, bem como das empresas públicas, sociedades de economia mista e demais entidades em que o Município, direta ou indiretamente, detenha a maioria do capital social com direito a voto e que dela recebam recursos do Tesouro Municipal.

social, em consonância com os dispositivos da Portaria nº 42, de 14 de abril de 1999, do Ministério do Orçamento e Gestão e da Portaria Interministerial nº 163, de 04 de maio de 2001, a discriminação da despesa será apresentada por unidade orçamentária, detalhada por categoria da programação em seu menor nível, com suas respectivas dotações, especificando a esfera orçamentária, de recursos e a especificação das destinações de recursos.

o grupo de natureza de despesa, a modalidade de aplicação, o elemento de despesa, o identificador de uso, o grupo de destinação investimento das empresas estatais (I).

ao objeto de gasto, conforme a seguir discriminados:

§ 1º A esfera orçamentária tem por finalidade identificar se o orçamento é fiscal (F), da seguridade social (S) ou de

§ 2º Os grupos de natureza de despesa constituem agregação de elementos de despesa de mesmas características quanto

I - pessoal e encargos sociais - 1;

II - juros e encargos da dívida - 2;

III - outras despesas correntes - 3;

IV - investimentos - 4;

V - inversões financeiras - 5; e

VI - amortização da dívida - 6.

§ 3º A Reserva de Contingência, prevista no art. 22 desta Lei, será identificada pelo dígito "9", no que se refere ao grupo de

§ 4º Nenhuma ação poderá conter, simultaneamente, dotações destinadas a despesas financeiras e primárias.

§ 5º A modalidade de aplicação destina-se a indicar se os recursos serão aplicados:

I - mediante transferência financeira:

a) a outras esferas de Governo, seus órgãos, fundos ou entidades; ou

b) diretamente a entidades privadas sem fins lucrativos e outras instituições; ou

II - diretamente pela unidade detentora do crédito orçamentário, ou por outro órgão ou entidade no âmbito do mesmo nível

§ 6º O orçamento fiscal, da seguridade social e de investimentos discriminarão a despesa, no mínimo, por elemento de

§ 7º É vedada a execução orçamentária com modalidade de aplicação indefinida.

§ 8º As receitas serão escrituradas de forma que se identifique a arrecadação segundo as naturezas de receita e o

Art. 7º O Projeto de Lei Orçamentária que o Poder Executivo encaminhará a Câmara Municipal, será composto de:

I - texto da lei;

II - quadros orçamentários consolidados, incluindo os complementos referenciados nos artigos 2º e 22, incisos III, IV e

III - anexo dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social, discriminando a receita e a despesa na forma definida nesta Lei;

IV - discriminação da legislação da receita e da despesa, referente aos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social; e

V - anexo do Orçamento de Investimento a que se refere o art. 165, § 5º, inciso II, da Constituição, na forma definida nesta

Portaria Interministerial nº 163, de 04 de maio de 2001, a discriminação da despesa será apresentada por unidade orçamentária, detalhada por categoria da programação em seu menor nível, com suas respectivas dotações, especificando a esfera orçamentária, de recursos e a especificação das destinações de recursos.

o grupo de natureza de despesa, a modalidade de aplicação, o elemento de despesa, o identificador de uso, o grupo de destinação investimento das empresas estatais (I).

ao objeto de gasto, conforme a seguir discriminados:

natureza de despesa.

de Governo.

despesa, conforme art. 15 da Lei nº 4.320, de 1964.

identificador de uso, o grupo de destinação de recursos e a especificação das destinações de recursos.

parágrafo único da Lei nº 4.320, de 1964;

Lei.

Art. 7º O Projeto de Lei Orçamentária que o Poder Executivo encaminhará a Câmara Municipal, será composto de:

I - texto da lei;

II - quadros orçamentários consolidados, incluindo os complementos referenciados nos artigos 2º e 22, incisos III, IV e

III - anexo dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social, discriminando a receita e a despesa na forma definida nesta Lei;

IV - discriminação da legislação da receita e da despesa, referente aos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social; e

V - anexo do Orçamento de Investimento a que se refere o art. 165, § 5º, inciso II, da Constituição, na forma definida nesta Parágrafo único. Integrarão a consolidação dos quadros orçamentária a que se refere o inciso II deste artigo, os seguintes

I - Receita e Despesa, segundo as Categorias Econômicas, conforme o Anexo 1, da Lei nº 4.320 de 1964;

II - Receita por Categorias Econômicas, conforme o Anexo 2, da Lei nº 4.320, de 1964;

III - Natureza da Despesa por Categorias Econômicas, conforme o Anexo 2, da Lei nº 4.320, de 1964;

IV - Funções e Subfunções de Governo, conforme o Anexo 5, da Lei nº 4.320, de 1964;

V - Programa de Trabalho de Governo, conforme o Anexo 6, da Lei nº 4.320, de 1964;

VI - Programa de Trabalho de Governo - Demonstrativo de Funções, Subfunções e Programas, por Projetos, Atividades e

VII - Demonstrativo da Despesa por Funções, Subfunções e Programas conforme o Vínculo com os Recursos, conforme o

VIII - Demonstrativo da Despesa por Órgãos e Funções, conforme o Anexo 9, da Lei nº 4.320, de 1964;

IX - Demonstrativo da Evolução da Receita, conforme art. 22, Inciso III, da Lei nº 4.320, de 1964 e art. 12, da Lei

X - Demonstrativo da Evolução da Despesa, conforme art. 22, Inciso III, da Lei nº 4.320, de 1964;

XI - Planilha de Identificação dos Projetos, Atividades e Operações Especiais por Categoria de Programação, com

XII - da descrição sucinta, para cada unidade administrativa, de suas principais finalidades com a respectiva legislação;

XIII - demonstrativo da aplicação dos recursos na manutenção e desenvolvimento do ensino nos termos dos artigos 70 e 71

XIV - demonstrativo da aplicação dos recursos referentes ao Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica

XV - demonstrativo da receita corrente líquida com base no art. 2º, inciso IV, da Lei Complementar nº 101, de 2000;

XVI - demonstrativo da despesa com pessoal, para fins do atendimento do disposto no art. 169 da Constituição Federal e na

XVII - demonstrativo da aplicação dos recursos reservados à saúde de que trata a Emenda Constitucional nº 29.

Art. 8º A Mensagem que encaminhar o Projeto de Lei Orçamentária conterá:

parágrafo único da Lei nº 4.320, de 1964;

Lei.

demonstrativos:

Operações Especiais, conforme o Anexo 7, da Lei nº 4.320, de

1964;
 Anexo 8, da Lei nº 4.320, de 1964;
 Complementar nº 101, de 2000;
 identificação da Classificação Institucional, Funcional Programática, Categoria Econômica, Diagnóstico situacional do Programa, Diretrizes, Objetivos, Metas Físicas e indicação das fontes de financiamento;
 da Lei Federal nº 9.394, de 1996;
 e Valorização dos Profissionais da Educação - FUNDEB;
 Lei Complementar nº 101, de 2000; e
 XIV - demonstrativo da aplicação dos recursos referentes ao Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica
 XV - demonstrativo da receita corrente líquida com base no art. 2º, inciso IV, da Lei Complementar nº 101, de 2000;
 XVI - demonstrativo da despesa com pessoal, para fins do atendimento do disposto no art. 169 da Constituição Federal e na
 XVII - demonstrativo da aplicação dos recursos reservados à saúde de que trata a Emenda Constitucional nº 29.
 Art. 8º A Mensagem que encaminhar o Projeto de Lei Orçamentária conterá:

I - exposição circunstanciada da situação econômico-financeira, documentada com demonstração da dívida fundada e
 II - justificativa da estimativa e fixação, respectivamente, dos principais agregados da receita e despesa.

CAPÍTULO IV

DAS DIRETRIZES PARA ELABORAÇÃO E EXECUÇÃO DOS ORÇAMENTOS DO MUNICÍPIO E SUAS ALTERAÇÕES

Seção I

Das Diretrizes Gerais

Art. 9º A estimativa da receita e a fixação da despesa, constante do projeto de lei orçamentária, serão elaboradas a preços

Art. 10. A abertura de créditos suplementares e especiais dependerá da existência de recursos disponíveis para a despesa e

Art. 11. Na programação da despesa, não poderão ser fixadas despesas, sem que estejam definidas as fontes de recursos.

Art. 12. A Lei Orçamentária somente contemplará dotação para investimentos com duração superior a um exercício

Do Equilíbrio Entre Receitas e Despesas

Seção II

Art. 13. A elaboração do projeto, a aprovação e a execução da lei orçamentária serão orientadas no sentido de alcançar

Do Incentivo à Participação Popular

Seção III

Art. 14. O projeto de lei orçamentária anual, relativo ao exercício de 2013, deve assegurar o controle social e a transparência

I - o princípio do controle social implica assegurar a todo cidadão a participação na elaboração e no acompanhamento do

II - o princípio de transparência implica, além da observação do princípio constitucional da publicidade, a utilização

Art. 15. Será assegurada aos cidadãos a participação no processo de elaboração e fiscalização do orçamento, através da e Valorização dos Profissionais da Educação - FUNDEB;

Lei Complementar nº 101, de 2000; e

flutuante, saldos de créditos especiais, restos a pagar e outros compromissos financeiros exigíveis; e correntes do exercício a que se refere.

será precedida de justificativa do cancelamento e do reforço das dotações, nos termos da Lei nº 4.320, de 1964.

financeiro se o mesmo estiver contido no Plano Plurianual ou em lei que autorize sua inclusão.

superávit primário necessário a garantir uma trajetória de solidez financeira da administração municipal.

na execução do orçamento:

orçamento;

dos meios disponíveis para garantir o efetivo acesso dos munícipes às informações relativas ao orçamento.

definição das prioridades de investimentos de interesse local, mediante regular processo de consulta.

Do Incentivo à Participação Popular

Art. 14. O projeto de lei orçamentária anual, relativo ao exercício de 2013, deve assegurar o controle social e a transparência

I - o princípio do controle social implica assegurar a todo cidadão a participação na elaboração e no acompanhamento do

II - o princípio de transparência implica, além da observação do princípio constitucional da publicidade, a utilização

Art. 15. Será assegurada aos cidadãos a participação no processo de elaboração e fiscalização do orçamento, através da

Seção IV

Dos Critérios e Formas de Limitação de Empenho

Art. 16. Na de ocorrência das circunstâncias estabelecidas no caput do art. 9º, e no inciso II do § 1º do art. 31, da Lei

§ 1º O montante da limitação a ser procedida por cada Poder referido no caput deste artigo será estabelecido de forma

§ 2º Excluem-se do caput deste artigo as despesas que constituem obrigações constitucionais e legais do município e as

§ 3º No caso de limitação de empenhos e de movimentação financeira de que trata o caput deste artigo, buscar-se-á

I - com pessoal e encargos patronais; e

II - com a conservação do patrimônio público, conforme prevê o disposto no art. 45, da Lei Complementar nº 101 de 2000.

§ 4º Na hipótese de ocorrência do disposto no caput deste artigo o Poder Executivo comunicará ao Poder Legislativo o

Seção V

Da Inclusão de Novos Projetos e Conservação do Patrimônio Público

Art. 17. Observadas as prioridades a que se refere o art. 3º desta Lei, a Lei Orçamentária ou as de créditos adicionais,

I - houverem sido adequadamente atendidos todos os que estiverem em andamento;

II - estiverem preservados os recursos necessários à conservação do patrimônio público;

III - estiverem perfeitamente definidas suas fontes de custeio; e

IV - os recursos alocados destinarem-se a contrapartidas de recursos federais, estaduais ou de operações de crédito, com

Seção VI

Da Definição das Despesas Consideradas Irrelevantes

Art. 18. Para os efeitos do art. 16, da Lei Complementar nº 101, de 2000, entende-se como despesas irrelevantes, para fins

na execução do orçamento:

orçamento;

dos meios disponíveis para garantir o efetivo acesso dos munícipes às informações relativas ao orçamento.

definição das prioridades de investimentos de interesse local, mediante regular processo de consulta.

Complementar nº 101, de 2000, o Poder Executivo e o Poder Legislativo procederão à respectiva limitação de empenho e de

movimentação financeira.

proporcional à participação de cada um na base contingenciável.

v

despesas destinadas ao pagamento dos serviços da dívida.

preservar as despesas abaixo hierarquizadas:

montante que lhe caberá tornar indisponível para empenho e movimentação financeira.

somente incluirão novos projetos e despesas obrigatórias de duração continuada, a cargo da Administração Direta, das autarquias, dos fundos especiais, fundações, empresas públicas e sociedades de economia mista se:

objetivo de concluir etapas de uma ação municipal.

II - estiverem preservados os recursos necessários à conservação do patrimônio público;

III - estiverem perfeitamente definidas suas fontes de custeio; e

IV - os recursos alocados destinarem-se a contrapartidas de recursos federais, estaduais ou de operações de crédito, com

Seção VII

Da Definição das Despesas Consideradas Irrelevantes

Art. 18. Para os efeitos do art. 16, da Lei Complementar nº 101, de 2000, entende-se como despesas irrelevantes, para fins

Seção VII

Da Destinação de Recursos para Entidades Públicas e Privadas

Art. 19. É vedada a inclusão, na lei orçamentária e em seus créditos adicionais, de quaisquer recursos do Município, para
§ 1º Para habilitar-se ao recebimento de recursos referidos no caput, a entidade privada sem fins lucrativos deverá

§ 2º As entidades privadas beneficiadas com recursos públicos municipais, a qualquer título, submeter-se-ão à fiscalização

§ 3º Sem prejuízo da observância das condições estabelecidas neste artigo, a inclusão de dotações na Lei Orçamentária e

I - publicação, pelo Poder Executivo, de normas a serem observadas na concessão de auxílios, prevendo-se cláusula de
II - identificação do beneficiário e do valor transferido no respectivo convênio.

§ 4º A concessão de benefício de que trata o caput deste artigo deverá estar definida em lei específica.

Seção VIII

Da Autorização para Custeio de Despesas de Competência da União e do Estado

Art. 20. A inclusão, na lei orçamentária anual, de transferências de recursos para o custeio de despesa de outros entes da

Seção IX

Das Diretrizes Específicas do Orçamento de Investimento

Art. 21. O orçamento de investimento, previsto no art. 165, § 5º, inciso II, da Constituição Federal, será representado, para

Parágrafo único. O detalhamento das fontes de financiamento do investimento de cada entidade referida neste artigo será

I - gerados pela empresa;

objetivo de concluir etapas de uma ação municipal.

do § 3º, aquelas cujo valor não ultrapasse, para bens e serviços, os limites dos incisos I e II do art. 24 da Lei Federal nº 8.666. de 1993, nos casos, respectivamente, de obras e serviços de engenharia e de outros serviços e compras.

clubes, associações de servidores e de dotações a título de subvenções sociais, ressalvadas aquelas destinadas a entidades privadas sem fins lucrativos, de atividades de natureza continuada de atendimento direto ao público nas áreas de assistência social, saúde, educação ou cultura ou que estejam registradas no Conselho Nacional de Assistência Social - CNAS.

apresentar declaração de funcionamento regular nos últimos dois anos emitida no exercício de 2012 e comprovante de regularidade do mandato de sua diretoria.

do Poder Executivo com a finalidade de verificar o cumprimento de metas e objetivos para os quais receberam os recursos.

sua execução, dependerão, ainda de:

reversão no caso de desvio de finalidade; e

Federação somente poderá ocorrer em situações que envolvam claramente o atendimento de interesses locais, atendidos os dispositivos constantes do art. 62, da Lei Complementar nº 101, de 2000.

cada empresa em que o Município, direta ou indiretamente, detenha a maioria do capital social com direito a voto.

de forma a evidenciar os recursos:

Seção IX

Das Diretrizes Específicas do Orçamento de Investimento

Art. 21. O orçamento de investimento, previsto no art. 165, § 5º, inciso II, da Constituição Federal, será representado, para

Parágrafo único. O detalhamento das fontes de financiamento do investimento de cada entidade referida neste artigo será

I - gerados pela empresa;

II - oriundos de transferências do Município;

III - oriundos de operações de crédito internas e externas; e

IV - de outras origens, que não as compreendidas nos incisos anteriores.

Seção X

Da Destinação de Reserva de Contingência

Art. 22. A Lei Orçamentária conterá dotação para reserva de contingência, constituída exclusivamente com recursos do

Seção XI

Das Normas para Controle de Custos e Avaliação de Resultado

Art. 23. O Poder Executivo realizará estudos visando a definição de sistema de controle de custos e avaliação de resultados

Parágrafo único. A alocação de recursos na Lei Orçamentária Anual será feita diretamente à unidade orçamentária

CAPÍTULO V

DAS DISPOSIÇÕES RELATIVAS À DÍVIDA PÚBLICA MUNICIPAL

Art. 24. A Lei Orçamentária garantirá recursos para pagamento da despesa decorrente de débitos refinanciados, inclusive

Art. 25. O projeto de Lei Orçamentária Anual poderá incluir, na composição da receita total do Município, recursos

Parágrafo único. A Lei Orçamentária Anual deverá conter demonstrativos especificando, por operação de crédito, as

Art. 26. A Lei Orçamentária Anual poderá autorizar a realização de operações de crédito por antecipação de receita, desde

CAPÍTULO VI

DAS DISPOSIÇÕES RELATIVAS ÀS DESPESAS DO MUNICÍPIO COM PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS

dispositivos constantes do art. 62, da Lei Complementar nº 101, de 2000.

cada empresa em que o Município, direta ou indiretamente, detenha a maioria do capital social com direito a voto.

de forma a evidenciar os recursos:

orçamento fiscal, no valor até 2% (dois por cento) da receita corrente líquida prevista para o exercício de 2013, destinada ao atendimento de passivos contingentes e outros riscos e eventos fiscais imprevistos.

das ações de governo.

responsável pela sua execução, de modo a evidenciar o custo das ações e propiciar a correta avaliação dos resultados.

com a previdência social.

provenientes de operações de crédito, respeitados os limites estabelecidos no art. 167, inciso III da Constituição Federal.

dotações a nível de projeto e atividades financiados por estes recursos.

que observado o disposto no art. 38, da Lei Complementar nº 101, de 2000.

Parágrafo único. A Lei Orçamentária Anual deverá conter demonstrativos especificando, por operação de crédito, as

Art. 26. A Lei Orçamentária Anual poderá autorizar a realização de operações de crédito por antecipação de receita, desde

CAPÍTULO VI

DAS DISPOSIÇÕES RELATIVAS ÀS DESPESAS DO MUNICÍPIO COM PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS

Art. 27. No exercício financeiro de 2013, as despesas com pessoal dos Poderes Executivos e Legislativo observarão as

Art. 28. Se a despesa total com pessoal ultrapassar os limites estabelecidos no art. 19, da Lei Complementar nº 101, de

Art. 29. Se a despesa de pessoal atingir o nível de que trata o parágrafo único do art. 22, da Lei Complementar nº 101, de

CAPÍTULO VII

DAS DISPOSIÇÕES SOBRE ALTERAÇÕES NA LEGISLAÇÃO TRIBUTÁRIA DO MUNICÍPIO

Art. 30. A estimativa de receita que constará do projeto de Lei Orçamentária Anual para o exercício de 2013 contemplará

Art. 31. A estimativa da receita citada no artigo anterior levará em consideração, adicionalmente, o impacto de alteração na

I - atualização da planta genérica de valores do município;

II - revisão, atualização ou adequação da legislação sobre Imposto Predial e Territorial Urbano, suas alíquotas, forma de

III - revisão da legislação sobre o uso do solo, com redefinição dos limites da zona urbana municipal;

IV - revisão da legislação referente ao Imposto Sobre Serviço de Qualquer Natureza;

V - revisão da legislação aplicável ao Imposto Sobre Transmissão Inter Vivos e de Bens Imóveis e de Direitos Reais sobre

VI - instituição de taxas pela utilização efetiva ou potencial de serviços públicos específicos e divisíveis, prestados ao

VII - revisão da legislação sobre as taxas pelo exercício do poder de polícia; e

VIII - revisão das isenções dos tributos municipais, para manter o interesse público e a justiça fiscal.

§ 1º Com o objetivo de estimular o desenvolvimento econômico e cultural do Município, o Poder Executivo encaminhará

§ 2º A parcela de receita orçamentária prevista no caput deste artigo, que decorrer de propostas de alterações na legislação provenientes de operações de crédito, respeitados os limites estabelecidos no art. 167, inciso III da Constituição Federal.

dotações a nível de projeto e atividades financiados por estes recursos.

que observado o disposto no art. 38, da Lei Complementar nº 101, de 2000.

disposições contidas nos art. 18, 19 e 20, da Lei Complementar nº 101, de 2000.

2000, a adoção das medidas de que tratam os §§ 3º e 4º, do art. 169, da Constituição Federal, preservará servidores das áreas de saúde, educação e assistência social.

2000, a contratação de hora extra fica restrita a necessidades emergenciais das áreas de saúde e de saneamento.

medidas de aperfeiçoamento da administração dos tributos municipais, com vistas à expansão de base de tributação e conseqüente aumento das receitas próprias.

legislação tributária, observadas a capacidade econômica do contribuinte e a justa distribuição de renda, com destaque para:

cálculo, condições de pagamento, descontos e isenções, inclusive com relação à progressividade deste imposto;

Imóveis;

contribuinte ou posto a sua disposição;

projetos de lei de incentivos ou benefícios de natureza tributária, cuja renúncia de receita poderá alcançar os montantes

dimensionados no Anexo de Metas Fiscais, já considerados no cálculo do resultado primário.

tributária, ainda em tramitação, quando do envio do projeto de Lei Orçamentária Anual à Câmara Municipal poderá ser identificada, discriminando-se as despesas cuja execução ficará condicionada à aprovação das respectivas alterações legislativas.

suplementares.

VII - revisão da legislação sobre as taxas pelo exercício do poder de polícia; e

VIII - revisão das isenções dos tributos municipais, para manter o interesse público e a justiça fiscal.

§ 1º Com o objetivo de estimular o desenvolvimento econômico e cultural do Município, o Poder Executivo encaminhará

§ 2º A parcela de receita orçamentária prevista no caput deste artigo, que decorrer de propostas de alterações na legislação

CAPÍTULO VIII

DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 32. É vedado consignar na Lei Orçamentária Anual crédito com finalidade imprecisa ou com dotação limitada.

Art. 33. Até trinta dias após a publicação dos orçamentos, o Poder Executivo estabelecerá, através de decreto, a

Art. 34. A reabertura dos créditos especiais e extraordinários, conforme disposto no art. 167, § 2º, da Constituição Federal,

Art. 35. A abertura de créditos suplementares e especiais dependerá de previa autorização legislativa e da existência de

§ 1º A lei orçamentária anual conterá autorização e disporá sobre o limite para a abertura de créditos adicionais

§ 2º Acompanharão os projetos de lei relativos a créditos adicionais exposição de motivos circunstanciadas que os

Art. 36. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

NOVO HORIZONTE, 19 DE OUTUBRO DE 2012

contribuinte ou posto a sua disposição;

projetos de lei de incentivos ou benefícios de natureza tributária, cuja renúncia de receita poderá alcançar os montantes

dimensionados no Anexo de Metas Fiscais, já considerados no cálculo do resultado primário.

tributária, ainda em tramitação, quando do envio do projeto de Lei

Orçamentária Anual à Câmara Municipal poderá ser identificada, discriminando-se as despesas cuja execução ficará condicionada à aprovação das respectivas alterações legislativas.

Programação Financeira e o Cronograma de Execução Mensal de Desembolso, nos termos do disposto no art. 8º, da Lei Complementar nº 101, de 2000.

será efetivada mediante decreto do Poder Executivo, utilizando os recursos previstos no art. 43. Da Lei nº 4.320, de 1964.

recursos disponíveis para cobrir a despesa, nos termos da Lei Federal nº 4.320, de 1964 e da Constituição Federal.

justifiquem e que indiquem as conseqüências dos cancelamentos de dotações propostos.

SANTOS ZILLI

Prefeito Municipal

SANTOS ZILLI

Prefeito Municipal

Palhoça

PREFEITURA

Decreto Nº 1.437, de 15 de Outubro de 2012.

DECRETO Nº 1.437, DE 15 DE OUTUBRO DE 2012.

SOLO CRIADO. Revoga o Decreto nº 1.385, de 18 de abril de 2012 e Regula o art. 3º e 7º da Lei Complementar Municipal nº 109, de 24 de agosto de 2011 e dá outras providências.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE PALHOÇA, Estado de Santa Catarina,

No uso de suas atribuições, resolve

DECRETAR:

Art. 1º Para pleitear o benefício da alínea "a", do inciso II do art. 3º da Lei Complementar nº 109, de 14 de agosto de 2011, o sistema de coleta de águas reaproveitadas deverá estar presente em todos os vasos sanitários do empreendimento.

Art. 2º O imóvel que vier a receber o Solo Criado poderá ter a sua Taxa de Ocupação aumentada em até 20% (vinte por cento) da taxa original, respeitando os afastamentos laterais, fundos e recuos frontais mínimos exigidos conforme leis vigentes.

Art. 3º Os pavimentos garagens "extra" que forem criados e beneficiados pelo Art. 7º da Lei Complementar nº 109, de 24 de agosto de 2011, serão computados no índice de aproveitamento como Solo Criado.

Art. 4º Poderá ser calculado a medida do Afastamento Lateral e fundo, e o Recuo Frontal da Torre independentemente por pavimento ou por conjunto de pavimentos respeitando o mínimo de 1,50 metros para o Afastamento Lateral e Fundos, e a fórmula da Lei Municipal 2.850 de 23 de Abril de 2008, com o mínimo de 4,00 (quatro) metros para os usos residenciais e de 5,00 (cinco) metros para os usos não residenciais para o Recuo Frontal.

Parágrafo Único: Entende-se por Torre o conjunto de pavimentos erguidos acima dos pavimentos garagens ou pilotis.

Art. 5º Fica revogado o Decreto nº 1.385, de 18 de abril de 2012 e demais disposições contrárias.

Art. 6º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito, 15 de outubro de 2012.
RONÉRIO HEIDERSCHIEDT
Prefeito Municipal

Edital Pregão 173-2012

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE PALHOÇA
AVISO DE LICITAÇÃO
PREGÃO PRESENCIAL Nº 173/2012

O Município de Palhoça torna público que fica marcado para o dia 08 de novembro de 2012, às 08h30minh, na Sala da Comissão Permanente de Licitações, no Centro Administrativo da Prefeitura Municipal, situado a Av. Hilza Terezinha Pagani, 280-Parque Residencial Pagani - Palhoça/SC, a abertura do PREGÃO PRESENCIAL Nº. 173/2012, que tem por objeto aquisição de grelhas de ferro e tampa de concreto para bueiros do município. O edital que está embasado na lei de licitações encontra-se à disposição dos interessados no endereço acima citado, das 08h00min às 12h00min horas, diariamente, ou pelo site: www.palhoca.sc.gov.br.

Palhoça, 22 de outubro de 2012.
A PREGOEIRA.

Pregao Presencial 170-2012

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE PALHOÇA
AVISO DE LICITAÇÃO
PREGÃO Nº. 170/2012

O Município de Palhoça torna público que fará realizar o Pregão Presencial nº. 170/2012, no dia 06 de novembro de 2012, às 08:30hs, na Sala da Comissão Permanente de Licitações, no Centro Administrativo da Prefeitura Municipal, situado a Av. Hilza Terezinha Pagani, 280 - Parque Residencial Pagani - Palhoça/SC, a abertura do PREGÃO PRESENCIAL que tem como objeto aquisição de equipamentos para o melhor atendimento ao público e desenvolvimento do trabalho realizado pelo IGD no setor de Cadastro Único e Programa Bolsa Família, para a Secretaria de Assistência Social deste Município. O edital que está embasado na lei de licitações encontra-se à disposição dos interessados no endereço acima citado, das 08:00 às 18:00 horas, ou pelo site: www.palhoca.sc.gov.br.

Palhoça, 22 de outubro de 2012.
PREGOEIRO (A).

Pregao Presencial 171-2012

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE PALHOÇA
AVISO DE LICITAÇÃO
PREGÃO Nº. 171/2012

O Município de Palhoça torna público que fará realizar o Pregão Presencial nº. 171/2012, no dia 07 de novembro de 2012, às 08:30hs, na Sala da Comissão Permanente de Licitações, no Centro Administrativo da Prefeitura Municipal, situado a Av. Hilza Terezinha Pagani, 280 - Parque Residencial Pagani - Palhoça/SC, a abertura do PREGÃO PRESENCIAL que tem como objeto aquisição de material permanente para o Serviço de Acolhimento Institucional - Casa Lar Masculina e Feminina, neste Município. O edital que está embasado na lei de licitações encontra-se à disposição dos interessados no endereço acima citado, das 08:00 às 18:00 horas, ou pelo site: www.palhoca.sc.gov.br.

Palhoça, 22 de outubro de 2012.
PREGOEIRO (A).

Pregao Presencial 172-2012

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE PALHOÇA
AVISO DE LICITAÇÃO
PREGÃO Nº. 172/2012

O Município de Palhoça torna público que fará realizar o Pregão Presencial nº. 172/2012, no dia 07 de Novembro de 2012, às 10:30hs, na Sala da Comissão Permanente de Licitações, no Centro Administrativo da Prefeitura Municipal, situado a Av. Hilza Terezinha Pagani, 280 - Parque Residencial Pagani - Palhoça/SC, a abertura do PREGÃO PRESENCIAL através do sistema de REGISTRO DE PREÇOS que tem como objeto contratação de empresa para confecção de uniformes para os Agentes de Serviços Operacionais da rede de ensino do Município, para a Secretaria de Educação, deste Município. O edital que está embasado na lei de licitações encontra-se à disposição dos interessados no endereço acima citado, das 08:00 às 12:00 horas, ou pelo site: www.palhoca.sc.gov.br.

Palhoça, 22 de Outubro de 2012.
PREGOEIRO (A).

Pinheiro Preto

PREFEITURA

Decreto Nº 3.684, de 18 de Outubro de 2012.

DECRETO Nº 3.684, DE 18 DE OUTUBRO DE 2012.
DISPÕE SOBRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR.

EUZEBIO CALISTO VIECELI, Prefeito Municipal de Pinheiro Preto, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe confere o art. 84, I, da Lei Orgânica do Município e conforme artigo 6º da Lei Municipal nº 1.546/2011 de 05 de Outubro de 2011; considerando o disposto no item 4.2 da Nota Técnica nº 509/2006-GEAAC/CCONT-STN de 27 de Março de 2006, expedida pelo Ministério da Fazenda, Secretaria do Tesouro Nacional.

DECRETA

Art. 1º Fica aberto na contadoria da Prefeitura Municipal de Pinheiro Preto crédito adicional suplementar pelo excesso de arrecadação no valor de R\$ 12.235,72 (Doze mil, duzentos e trinta e cinco reais e setenta e dois centavos), vinculado a destinação de recursos na Unidade orçamentária a seguir discriminada:

Órgão: 02 - Chefia do Executivo

Unidade Orçamentária: 0206 - Secretaria de Transportes e Obras

Função: 16 - Habitação

Subfunção: 482 - Habitação Urbana

Programa: 1601 - Sistema Habitacional

Atividade: 3046 - Apoio ao Sistema Habitacional

Modalidade de Aplicação: 4490-0000

Fonte: 0124.54

Total Suplementado R\$ 12.235,72

Art. 2º Os recursos necessários para a suplementação do artigo anterior correrão à conta do Contrato de Repasse nº 314686-21/2009 celebrado entre a União Federal - Programa FNNIS Habitação Ins. Social, representado pela Caixa Econômica Federal e o município de Pinheiro Preto, destinado a construção de 04 casas habitacionais.

Art. 3º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.



Centro Administrativo de Pinheiro Preto,
Em 18 De Outubro De 2012.
EUZEBIO CALISTO VIECELI
Prefeito Municipal

Decreto Nº 3.685, de 22 de Outubro de 2012.

DECRETO Nº 3.685, DE 22 DE OUTUBRO DE 2012.
DISPÕE SOBRE A SUPLEMENTAÇÃO DE DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA, E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

EUZEBIO CALISTO VIECELI, Prefeito Municipal de Pinheiro Preto, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe confere o art. 84, I, da Lei Orgânica do Município e conforme art. 5º, da Lei Municipal nº 1.546 de 05 de outubro de 2011:

DECRETA:

Art. 1º Fica o Departamento de Contabilidade da Prefeitura Municipal de Pinheiro Preto, autorizado a proceder suplementação no valor de R\$ 110.000,00 (Cento e dez mil reais) na Dotação Orçamentária a seguir discriminada:

02 CHEFIA DO EXECUTIVO

0203 Secretaria de Educação e Cultura

0203.12 Educação

0203.12.361 Ensino Fundamental

0203.12.361.1201 Ensino para Todos

0203.12.361.1201.4032 Manutenção das atividades do ensino fundamental

3190-0000 Aplicações Diretas R\$ 30.000,00

3191-0000 Aplicações Diretas R\$ 18.000,00

Fonte 0119

02 CHEFIA DO EXECUTIVO

0203 Secretaria de Educação e Cultura

0203.12 Educação

0203.12.361 Ensino Fundamental

0203.12.361.1201 Ensino para Todos

0203.12.361.1201.4032 Manutenção das atividades do ensino fundamental

3190-0000 Aplicações Diretas R\$ 40.000,00

3191-0000 Aplicações Diretas R\$ 22.000,00

Fonte 0118

Art. 2º Para suporte dos créditos adicionais, fica utilizado o valor de R\$ 110.000,00 (Cento e dez mil reais), por conta do provável Excesso de Arrecadação apurado até 30 de setembro de 2012 na fonte de recursos do FUNDEB.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo De Pinheiro Preto-SC,
22 De Outubro De 2012.
EUZEBIO CALISTO VIECELI
Prefeito Municipal

Porto Belo

PREFEITURA

Aviso de Licitação Pregão Presencial 030/2012

AVISO DE LICITAÇÃO

PREGÃO PRESENCIAL Nº 030/2012

OBJETO - AQUISIÇÃO DE MÓVEIS E MATERIAL DE CAMA MESA E BANHO PARA AS NOVAS DEPENDÊNCIAS DA ESCOLA ALDA FURTADO E ESCOLA FIDELIS ANTÔNIO GARCIA DO MUNICÍPIO DE PORTO BELO.

TIPO DE LICITAÇÃO - MENOR PREÇO POR ITEM.

REGIMENTO - Lei Federal nº 8.666/1993 e 10520/2002 e demais alterações.

ABERTURA DAS PROPOSTAS - Às 09:00h do dia 06/11/2012, na Secretaria de Administração, sito Avenida Governador Celso Ramos, nº 2500, centro de Porto Belo - SC.

MAIS INFORMAÇÕES - Pessoalmente no endereço acima citado ou pelo fone (47) 3369-4111, ramal 213

RETIRADA DO EDITAL - No endereço acima mencionado ou no site www.portobelo.sc.gov.br

Porto Belo - SC, 23 de outubro de 2012.

ALCENIR LEMOS CORREA RODRIGO TRUFFA DA COSTA
Secretário de Administração Pregoeiro

Porto União

PREFEITURA

Extrato de Contrato Aditivo 183/2012

Município de Porto União

Estado de Santa Catarina

Extrato de Contrato aditivo 183/2012

Aditivo ao contrato 111/2011

Partes: Município de Porto União e EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELÉGRAFOS - ECT.

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

O presente Termo Aditivo tem por objeto a alteração do subitem 6.1, alíneas "a" e "b" da Cláusula Sexta do Contrato original, bem como, prorrogar o período de vigência do Contrato.

CLÁUSULA SEGUNDA - DA ALTERAÇÃO

2.1. Alterar o subitem 6.1. da CLÁUSULA SEXTA - DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO do Contrato original, que passa a ter a seguinte redação:

"A ECT apresentará ao(à) CONTRATANTE, no endereço preestabelecido, para efeito de pagamento, a fatura mensal correspondente aos serviços prestados e produtos adquiridos previstos no(s) ANEXO(s), levantados com base nos documentos de postagem e venda de produtos, respectivamente, conforme cronograma abaixo:

Período Base (Ciclo) para Faturamento: serviços prestados do dia 01 ao dia 31;

Vencimento da Fatura: dia 23 (vinte e três) do mês seguinte ao da prestação do serviço (período base);"

2.2. Altera o prazo de vigência do contrato originário de 30/09/2012 a 30/09/2013

CLÁUSULA TERCEIRA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

3.1. Os recursos orçamentários destinados à execução do presente Contrato têm seu valor estimado em R\$ 18.000,00 (dezoito mil reais)

02.10 - Encargos Gerais da Administração
3390-100 - Aplicações diretas
Cod. 114

CLÁUSULA QUARTA - DA VIGÊNCIA

O presente Termo Aditivo terá vigência a partir da data de sua assinatura, restando limitado à vigência do Contrato original.

CLÁUSULA QUINTA - DA PUBLICAÇÃO

Caberá ao(à) CONTRATANTE, por sua conta, a publicação resumida do presente Termo Aditivo na imprensa oficial no prazo legal.

CLÁUSULA SEXTA - DA RATIFICAÇÃO

Ficam mantidas e ratificadas, em seu inteiro teor, todas as demais cláusulas e condições do Contrato originário, não modificadas pelo presente instrumento.

CLÁUSULA SETIMA - DO FORO

Para dirimir as questões oriundas deste Termo Aditivo, será competente o Foro da Justiça Federal, Seção Judiciária de Florianópolis/SC, com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

Porto União SC, 28 de Setembro de 2012.

RENATO STASIAK

Prefeito Municipal

Chamada Pública 002/2012

Município de Porto União

Estado de Santa Catarina

Processo Licitatório 130/2012

Chamada Pública 002/2012

Em cumprimento ao edital 130/2012, publica-se a relação dos interessados, que encaminharam a documentação solicitada no aludido processo licitatório, a seguir:

Antonio Hugem Godoi;

Jussara da Silva Leite;

Camila Godoi;

Jair Nunes;

Marcelo Daniel Storck;

Sidnei Muran;

23 de Outubro de 2012

RENATO STASIAK

Prefeito Municipal

Repúblicação RREO Anexo I
REPUBLICAÇÃO RREO ANEXO I

Município de PORTO UNIAO - SC

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

BALANÇO ORÇAMENTÁRIO

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

JANEIRO A AGOSTO 2012/BIMESTRE JULHO - AGOSTO

RREO - ANEXO I (LRF, Art. 52, inciso I, alíneas "a" e "b" do inciso II e § 1º)

R\$ 1,00

RECEITAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS				SALDO A REALIZAR (a - c)
			No Bimestre (b)	% (b/a)	Até o Bimestre (c)	% (c/a)	
RECEITAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)	54.915.000,00	54.915.000,00	8.525.979,28	15,53	37.100.238,69	67,56	17.814.761,31
RECEITAS CORRENTES	50.577.000,00	50.577.000,00	7.985.653,84	15,79	34.211.240,94	67,64	16.365.759,06
RECEITA TRIBUTARIA	7.465.000,00	7.465.000,00	1.006.353,06	13,48	5.180.548,19	69,40	2.284.451,81
IMPOSTOS	5.300.000,00	5.300.000,00	698.607,07	13,18	3.835.520,35	72,37	1.464.479,65
TAXAS	2.120.000,00	2.120.000,00	307.745,99	14,52	1.345.027,84	63,44	774.972,16
CONTRIBUICAO DE MELHORIA	45.000,00	45.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	45.000,00
RECEITAS DE CONTRIBUIÇÕES	2.540.000,00	2.540.000,00	454.005,44	17,87	1.971.614,97	77,62	568.385,03
CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS	2.000.000,00	2.000.000,00	351.146,63	17,56	1.596.362,98	79,82	403.637,02
CONTRIB P/ CUSTEIO DO SERVIÇO DE ILUMINAÇÃO PÚBLIC	540.000,00	540.000,00	102.858,81	19,05	375.251,99	69,49	164.748,01
RECEITA PATRIMONIAL	2.860.000,00	2.860.000,00	1.476.171,95	51,61	5.044.549,52	176,38	-2.184.549,52
RECEITAS IMOBILIARIAS	5.000,00	5.000,00	6.216,00	124,32	17.800,75	356,02	-12.800,75
RECEITAS DE VALORES MOBILIARIOS	2.855.000,00	2.855.000,00	1.469.955,95	51,49	5.026.748,77	176,07	-2.171.748,77
RECEITA DE SERVIÇOS	12.000,00	12.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	12.000,00
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	35.457.000,00	35.457.000,00	4.773.827,68	13,46	21.087.925,38	59,47	14.369.074,62
TRANSFERÊNCIAS INTERGOVERNAMENTAIS	34.463.000,00	34.463.000,00	4.773.827,68	13,85	20.255.451,54	58,77	14.207.548,46
Transf. de Conv.	994.000,00	994.000,00	0,00	0,00	832.473,84	83,75	161.526,16
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	2.243.000,00	2.243.000,00	275.295,71	12,27	926.602,88	41,31	1.316.397,12
Multas e Juros de Mora	490.000,00	490.000,00	110.227,99	22,50	340.834,65	69,56	149.165,35
INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	80.000,00	80.000,00	12.434,63	15,54	49.919,25	62,40	30.080,75
RECEITA DA DÍVIDA ATIVA	900.000,00	900.000,00	74.696,47	8,30	316.091,23	35,12	583.908,77
RECEITAS DIVERSAS	773.000,00	773.000,00	77.936,62	10,08	219.757,75	28,43	553.242,25
RECEITAS DE CAPITAL	4.338.000,00	4.338.000,00	540.325,44	12,46	2.888.997,75	66,60	1.449.002,25
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	666.000,00	666.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	666.000,00
OPERAÇÕES DE CRÉDITO INTERNAS	666.000,00	666.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	666.000,00
ALIENAÇÃO DE BENS	20.000,00	20.000,00	23.587,62	117,94	71.438,81	357,19	-51.438,81
ALIENAÇÃO DE BENS MÓVEIS	20.000,00	20.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	20.000,00
ALIENAÇÃO DE BENS IMÓVEIS	0,00	0,00	23.587,62	0,00	71.438,81	0,00	-71.438,81
TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	3.652.000,00	3.652.000,00	516.737,82	14,15	2.817.558,94	77,15	834.441,06
TRANSFERÊNCIAS INTERGOVERNAMENTAIS	47.000,00	47.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	47.000,00
TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS	3.605.000,00	3.605.000,00	516.737,82	14,33	2.817.558,94	78,16	787.441,06
RECEITAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)	1.915.000,00	1.915.000,00	300.501,09	15,69	1.365.910,76	71,33	549.089,24
RECEITAS CORRENTES INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	1.750.000,00	1.750.000,00	300.501,09	17,17	1.354.792,90	77,42	395.207,10
RECEITA DE CONTRIBUIÇÕES	1.750.000,00	1.750.000,00	300.501,09	17,17	1.354.792,90	77,42	395.207,10
CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS - INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	1.750.000,00	1.750.000,00	300.501,09	17,17	1.354.792,90	77,42	395.207,10
RECEITAS DE CAPITAL INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	165.000,00	165.000,00	0,00	0,00	11.117,86	6,74	153.882,14

Continua 1/3

Município de PORTO UNIAO - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A AGOSTO 2012/BIMESTRE JULHO - AGOSTO

Continuação 2/3

RECEITAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS				SALDO A REALIZAR (a - c)
			No Bimestre (b)	% (b/a)	Até o Bimestre (c)	% (c/a)	
RECEITAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)	1.915.000,00	1.915.000,00	300.501,09	15,69	1.365.910,76	71,33	549.089,24
ALIENAÇÃO DE BENS	165.000,00	165.000,00	0,00	0,00	11.117,86	6,74	153.882,14
Alienação de Outros Bens Imóveis	165.000,00	165.000,00	0,00	0,00	11.117,86	6,74	153.882,14
SUBTOTAL DAS RECEITAS (III) = (I + II)	56.830.000,00	56.830.000,00	8.826.480,37	15,53	38.466.149,45	67,69	18.363.850,55
OPERAÇÕES DE CRÉDITO - REFINANCIAMENTO (IV)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Operações de Crédito Internas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contratual	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Operações de Crédito Externas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contratual	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO (V) = (III + IV)	56.830.000,00	56.830.000,00	8.826.480,37	15,53	38.466.149,45	67,69	18.363.850,55
DÉFICIT (VI)	—	—	—	—	—	—	—
TOTAL (VII) = (V + VI)	56.830.000,00	56.830.000,00	8.826.480,37	15,53	38.466.149,45	67,69	18.363.850,55
SALDO DE EXERCÍCIOS ANTERIORES (UTILIZADOS PARA CRÉDITOS ADICIONAIS)	—	1.988.893,73	—	—	1.988.893,73	—	—
Superávit Financeiro	—	1.988.893,73	—	—	1.988.893,73	—	—
Reabertura de Créditos Adicionais	—	0,00	—	—	0,00	—	—

DESPESAS	DOTAÇÃO INICIAL (d)	CRÉDITOS ADICIONAIS (e)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (f) = (d + e)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS			SALDO A LIQUIDAR (f - g)
				No Bimestre	Até o Bimestre	No Bimestre	Até o Bimestre (g)	% (g/f)	
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (VIII)	54.876.000,00	5.443.963,40	60.319.963,40	8.481.331,68	32.998.007,43	9.261.155,35	31.943.452,08	52,96	28.376.511,32
DESPESAS CORRENTES	38.855.542,00	3.221.419,39	42.076.961,39	7.149.368,59	26.258.712,77	7.227.577,56	25.544.843,76	60,71	16.532.117,63
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	21.466.230,00	2.009.811,00	23.476.041,00	4.395.973,41	15.769.488,27	4.363.351,40	15.708.320,87	66,91	7.767.720,13
JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	320.000,00	-100.000,00	220.000,00	20.872,49	103.676,07	20.872,49	103.676,07	47,13	116.323,93
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	17.069.312,00	1.311.608,39	18.380.920,39	2.732.522,69	10.385.548,43	2.843.353,67	9.732.846,82	52,95	8.648.073,57
DESPESAS DE CAPITAL	14.845.458,00	2.222.544,01	17.068.002,01	1.331.963,09	6.739.294,66	2.033.577,79	6.398.608,32	37,49	10.669.393,69
INVESTIMENTOS	14.275.458,00	2.180.544,01	16.456.002,01	1.225.412,20	6.307.312,35	1.927.026,90	5.966.626,01	36,26	10.489.376,00

Continua 2/3

Município de PORTO UNIAO - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A AGOSTO 2012/BIMESTRE JULHO - AGOSTO

Continuação 3/3

DESPESAS	DOTAÇÃO INICIAL (d)	CRÉDITOS ADICIONAIS (e)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (f) = (d + e)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS			SALDO A LIQUIDAR (f - g)
				No Bimestre	Até o Bimestre	No Bimestre	Até o Bimestre (g)	% (g/f)	
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (VIII)	54.876.000,00	5.443.963,40	60.319.963,40	8.481.331,68	32.998.007,43	9.261.155,35	31.943.452,08	52,96	28.376.511,32
INVERSOES FINANCEIRAS	20.000,00	-18.000,00	2.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	2.000,00
AMORTIZACAO DA DIVIDA	550.000,00	60.000,00	610.000,00	106.550,89	431.982,31	106.550,89	431.982,31	70,82	178.017,69
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RESERVA DE CONTINGENCIA	1.175.000,00	0,00	1.175.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.175.000,00
DESPESAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (IX)	1.954.000,00	150.000,00	2.104.000,00	440.020,32	1.399.866,67	417.688,79	1.357.135,09	64,50	746.864,91
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	1.954.000,00	150.000,00	2.104.000,00	440.020,32	1.399.866,67	417.688,79	1.357.135,09	64,50	746.864,91
SUBTOTAL DAS DESPESAS (X) = (VIII + IX)	56.830.000,00	5.593.963,40	62.423.963,40	8.921.352,00	34.397.874,10	9.678.844,14	33.300.587,17	53,35	29.123.376,23
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA-REFINANCIAMENTO (XI)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida Interna	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Dívidas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida Externa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Dívidas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO (XII) = (X + XI)	56.830.000,00	5.593.963,40	62.423.963,40	8.921.352,00	34.397.874,10	9.678.844,14	33.300.587,17	53,35	29.123.376,23
SUPERÁVIT (XIII)	—	—	—	—	—	—	5.165.562,28	—	—
TOTAL (XIV) = (XII + XIII)	56.830.000,00	5.593.963,40	62.423.963,40	8.921.352,00	34.397.874,10	9.678.844,14	38.466.149,45	53,35	29.123.376,23

Nota: O Superávit proveniente do Regime Próprio da Previdência Social - RPPS foi de R\$ 2.103.859,73

FONTE:

PORTO UNIAO, 22/10/2012

RENATO STASIAK
PREFEITO MUNICIPAL

RICARDO DRAGONI
SECRETÁRIO DE FINANÇAS E CONTABILII

SOFIA SYDOL
CONTADORA - CRC/SC 14640/0-8

DINARTE RIBEIRO GUEDES NETO
ANALISTA CONTR INTERNO CRA/SC 18933

Republicação RREO Anexo II
REPUBLICAÇÃO RREO ANEXO II

Município de PORTO UNIAO - SC
 RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO
 ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
 JANEIRO A AGOSTO 2012/BIMESTRE JULHO - AGOSTO

RREO – Anexo II (LRF, Art. 52, inciso II, alínea “c”)

R\$ 1,00

FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS				SALDO A LIQUIDAR (a - b)
			No Bimestre	Até o Bimestre	No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (b/Total b)	% (b/a)	
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)	54.876.000,00	60.319.963,40	8.481.331,68	32.998.007,43	9.261.155,35	31.943.452,08	95,92	52,96	28.376.511,32
Legislativa	1.970.000,00	1.970.000,00	247.200,00	880.892,77	235.286,43	868.979,20	2,61	44,11	1.101.020,80
Ação Legislativa	1.970.000,00	1.970.000,00	247.200,00	880.892,77	235.286,43	868.979,20	2,61	44,11	1.101.020,80
Administração	3.881.000,00	3.919.000,00	602.060,01	2.370.031,39	602.543,62	2.364.446,32	7,10	60,33	1.554.553,68
Planejamento e Orçamento	310.000,00	280.000,00	41.221,33	163.448,40	41.214,62	163.328,50	0,49	58,33	116.671,50
Administração Geral	2.971.000,00	3.059.000,00	461.812,78	1.830.253,69	462.231,60	1.824.788,52	5,48	59,65	1.234.211,48
Administração Financeira	600.000,00	580.000,00	99.025,90	376.329,30	99.097,40	376.329,30	1,13	64,88	203.670,70
Defesa Nacional	8.000,00	8.000,00	77,60	903,65	77,60	903,65	0,00	11,30	7.096,35
Defesa Terrestre	8.000,00	8.000,00	77,60	903,65	77,60	903,65	0,00	11,30	7.096,35
Segurança Pública	472.000,00	606.664,87	56.590,33	344.298,65	45.850,42	326.708,86	0,98	53,85	279.956,01
Policiamento	34.000,00	44.000,00	3.767,86	15.157,00	5.354,86	14.758,00	0,04	33,54	29.242,00
Defesa Civil	438.000,00	562.664,87	52.822,47	329.141,65	40.495,56	311.950,86	0,94	55,44	250.714,01
Assistência Social	2.328.812,00	2.568.787,48	324.173,54	1.343.767,40	349.634,28	1.267.124,73	3,81	49,33	1.301.662,75
Assistência à Criança e ao Adolescente	162.000,00	172.000,00	23.080,52	88.402,54	23.049,82	88.322,64	0,27	51,35	83.677,36
Assistência Comunitária	1.621.000,00	1.945.129,45	252.340,37	1.006.352,23	288.718,17	978.542,11	2,94	50,31	966.587,34
Alimentação e Nutrição	545.812,00	451.658,03	48.752,65	249.012,63	37.866,29	200.259,98	0,60	44,34	251.398,05
Previdência Social	5.265.000,00	5.265.000,00	209.444,85	749.118,98	211.773,81	748.887,94	2,25	14,22	4.516.112,06
Previdência do Regime Estatutário	5.265.000,00	5.265.000,00	209.444,85	749.118,98	211.773,81	748.887,94	2,25	14,22	4.516.112,06
Saúde	9.820.200,00	11.910.494,00	2.202.340,94	8.130.840,69	2.068.975,09	7.581.535,18	22,77	63,65	4.328.958,82
Atenção Básica	6.632.200,00	8.240.799,00	1.792.277,96	6.162.272,79	1.642.515,74	5.736.292,55	17,23	69,61	2.504.506,45
Assistência Hospitalar e Ambulatorial	2.883.000,00	3.281.298,00	391.495,72	1.826.868,17	403.000,60	1.732.137,94	5,20	52,79	1.549.160,06
Vigilância Sanitária	163.000,00	190.317,00	9.667,17	92.474,37	13.800,17	73.235,71	0,22	38,48	117.081,29
Vigilância Epidemiológica	142.000,00	198.080,00	8.900,09	49.225,36	9.658,58	39.868,98	0,12	20,13	158.211,02
Educação	10.050.238,00	11.654.202,05	2.008.081,77	7.805.355,55	2.724.605,49	7.633.953,37	22,92	65,50	4.020.248,68
Ensino Fundamental	6.540.238,00	7.043.843,04	1.223.403,44	5.324.232,48	1.870.657,32	5.161.211,08	15,50	73,27	1.882.631,96
Educação Infantil	3.110.000,00	4.430.359,01	769.115,48	2.408.114,19	838.385,32	2.399.733,41	7,21	54,17	2.030.625,60
Educação de Jovens e Adultos	400.000,00	180.000,00	15.562,85	73.008,88	15.562,85	73.008,88	0,22	40,56	106.991,12
Cultura	270.000,00	194.000,00	17.067,99	66.786,29	14.475,03	57.782,08	0,17	29,78	136.217,92
Difusão Cultural	270.000,00	194.000,00	17.067,99	66.786,29	14.475,03	57.782,08	0,17	29,78	136.217,92
Urbanismo	6.825.000,00	7.438.335,00	1.131.230,21	4.421.750,08	1.123.777,69	4.403.884,44	13,22	59,21	3.034.450,56
Infra-Estrutura Urbana	4.605.000,00	5.401.335,00	606.565,30	3.167.426,39	595.093,60	3.155.599,69	9,48	58,42	2.245.735,31

Continua 1/3

Município de PORTO UNIAO - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A AGOSTO 2012/BIMESTRE JULHO - AGOSTO

Continuação 2/3

FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS				SALDO A LIQUIDAR (a - b)
			No Bimestre	Até o Bimestre	No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (b/Total b)	% (b/a)	
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)	54.876.000,00	60.319.963,40	8.481.331,68	32.998.007,43	9.261.155,35	31.943.452,08	95,92	52,96	28.376.511,32
Urbanismo	6.825.000,00	7.438.335,00	1.131.230,21	4.421.750,08	1.123.777,69	4.403.884,44	13,22	59,21	3.034.450,56
Serviços Urbanos	1.920.000,00	1.902.000,00	496.523,22	1.186.240,11	502.744,90	1.183.081,17	3,55	62,20	718.918,83
Lazer	300.000,00	135.000,00	28.141,69	68.083,58	25.939,19	65.203,58	0,20	48,30	69.796,42
Habitação	2.220.000,00	2.220.000,00	0,00	34.962,38	0,00	34.962,38	0,10	1,57	2.185.037,62
Habitação Urbana	2.220.000,00	2.220.000,00	0,00	34.962,38	0,00	34.962,38	0,10	1,57	2.185.037,62
Saneamento	680.000,00	1.062.000,00	63.706,12	182.220,67	103.448,82	156.320,67	0,47	14,72	905.679,33
Saneamento Básico Urbano	680.000,00	1.062.000,00	63.706,12	182.220,67	103.448,82	156.320,67	0,47	14,72	905.679,33
Gestão Ambiental	260.000,00	110.000,00	15.462,00	29.387,46	0,00	13.925,46	0,04	12,66	96.074,54
Preservação e Conservação Ambiental	200.000,00	50.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	50.000,00
Recursos Hídricos	60.000,00	60.000,00	15.462,00	29.387,46	0,00	13.925,46	0,04	23,21	46.074,54
Agricultura	710.000,00	1.145.250,00	153.236,78	901.666,46	267.972,96	879.136,32	2,64	76,76	266.113,68
Promoção da Produção Vegetal	700.000,00	1.135.250,00	153.236,78	901.666,46	267.972,96	879.136,32	2,64	77,44	256.113,68
Abastecimento	10.000,00	10.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	10.000,00
Indústria	810.000,00	733.000,00	85.961,86	317.534,57	85.250,11	311.564,67	0,94	42,51	421.435,33
Promoção da Produção Vegetal	130.000,00	90.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	90.000,00
Promoção Industrial	150.000,00	105.000,00	17.593,04	40.422,08	17.593,04	40.422,08	0,12	38,50	64.577,92
Produção Industrial	530.000,00	538.000,00	68.368,82	277.112,49	67.657,07	271.142,59	0,81	50,40	266.857,41
Comunicações	5.000,00	5.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	5.000,00
Telecomunicações	5.000,00	5.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	5.000,00
Energia	145.000,00	145.000,00	0,00	49.990,00	0,00	49.990,00	0,15	34,48	95.010,00
Energia Elétrica	145.000,00	145.000,00	0,00	49.990,00	0,00	49.990,00	0,15	34,48	95.010,00
Transporte	5.021.750,00	4.853.750,00	761.648,04	2.928.416,25	791.062,78	2.909.010,04	8,74	59,93	1.944.739,96
Transporte Rodoviário	5.021.750,00	4.853.750,00	761.648,04	2.928.416,25	791.062,78	2.909.010,04	8,74	59,93	1.944.739,96
Desporto e Lazer	1.205.000,00	1.608.000,00	138.349,97	691.917,70	174.566,79	604.903,54	1,82	37,62	1.003.096,46
Desporto Comunitário	1.205.000,00	1.608.000,00	138.349,97	691.917,70	174.566,79	604.903,54	1,82	37,62	1.003.096,46
Encargos Especiais	2.929.000,00	2.903.480,00	464.699,67	1.748.166,49	461.854,43	1.729.433,23	5,19	59,56	1.174.046,77
Proteção e Benefícios ao Trabalhador	290.000,00	390.000,00	44.181,19	222.368,19	55.615,92	222.368,19	0,67	57,02	167.631,81
Refinanciamento da Dívida Interna	870.000,00	830.000,00	127.423,38	535.658,38	127.423,38	535.658,38	1,61	64,54	294.341,62
Outros Encargos Especiais	1.769.000,00	1.683.480,00	293.095,10	990.139,92	278.815,13	971.406,66	2,92	57,70	712.073,34

Continua 2/3

Município de PORTO UNIAO - SC
 RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO
 ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
 JANEIRO A AGOSTO 2012/BIMESTRE JULHO - AGOSTO

Continuação 3/3

FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS				SALDO A LIQUIDAR (a - b)
			No Bimestre	Até o Bimestre	No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (b/Total b)	% (b/a)	
DESPESAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)	1.954.000,00	2.104.000,00	440.020,32	1.399.866,67	417.688,79	1.357.135,09	4,08	64,50	746.864,91
Legislativa	10.000,00	10.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	10.000,00
Ação Legislativa	10.000,00	10.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	10.000,00
Previdência Social	50.000,00	50.000,00	759,24	4.589,22	759,24	4.589,22	0,01	9,18	45.410,78
Previdência do Regime Estatutário	50.000,00	50.000,00	759,24	4.589,22	759,24	4.589,22	0,01	9,18	45.410,78
Saúde	470.000,00	510.000,00	85.693,59	376.425,85	63.362,06	333.694,27	1,00	65,43	176.305,73
Atenção Básica	410.000,00	450.000,00	85.628,79	375.913,25	63.218,46	333.181,67	1,00	74,04	116.818,33
Assistência Hospitalar e Ambulatorial	30.000,00	30.000,00	64,80	512,60	143,60	512,60	0,00	1,71	29.487,40
Vigilância Epidemiológica	30.000,00	30.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	30.000,00
Educação	824.000,00	934.000,00	255.268,53	601.443,15	255.268,53	601.443,15	1,81	64,39	332.556,85
Ensino Fundamental	504.000,00	664.000,00	170.011,12	424.375,08	170.011,12	424.375,08	1,27	63,91	239.624,92
Educação Infantil	300.000,00	250.000,00	85.257,41	177.068,07	85.257,41	177.068,07	0,53	70,83	72.931,93
Educação de Jovens e Adultos	20.000,00	20.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	20.000,00
Encargos Especiais	600.000,00	600.000,00	98.298,96	417.408,45	98.298,96	417.408,45	1,25	69,57	182.591,55
Outros Encargos Especiais	600.000,00	600.000,00	98.298,96	417.408,45	98.298,96	417.408,45	1,25	69,57	182.591,55
TOTAL (III) = (I + II)	56.830.000,00	62.423.963,40	8.921.352,00	34.397.874,10	9.678.844,14	33.300.587,17	100,00	53,35	29.123.376,23

FONTE:

PORTO UNIAO, 22/10/2012

RENATO STASIAK
PREFEITO MUNICIPAL

RICARDO DRAGONI
SECRETÁRIO DE FINANÇAS E C

SOFIA SYDOL
CONTADORA - CRC/SC 14640/0-4

DINARTE RIBEIRO GUEDES NET
ANALISTA CONTR INTERNO CRF

¹ Representa uma dotação global sem destinação específica a determinado órgão, unidade orçamentária, programa ou categoria econômica, cujos recursos serão utilizados para abertura de créditos adicionais, não sendo portanto uma função. É apresentada neste demonstrativo por constar no orçamento.

Repúblicação RREO Anexo X REPUBLICAÇÃO RREO ANEXO X

MUNICÍPIO DE PORTO UNIAO - SC RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO – MDE ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL JANEIRO A AGOSTO 2012/BIMESTRE JULHO - AGOSTO

RREO - ANEXO X (LDB, art. 72)

R\$ 1,00

RECEITAS DO ENSINO

RECEITA RESULTANTE DE IMPOSTOS (caput do art. 212 da Constituição)	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (c) = (b/a)x100
1- RECEITAS DE IMPOSTOS	6.050.000,00	6.050.000,00	818.549,29	4.297.464,27	71,03
1.1- Receita Resultante do Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana - IPTU	3.440.000,00	3.440.000,00	366.319,01	2.716.357,55	78,96
1.1.1- IPTU	2.800.000,00	2.800.000,00	271.634,33	2.303.611,87	82,27
1.1.2- Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do IPTU	100.000,00	100.000,00	9.635,99	19.189,38	19,19
1.1.3- Dívida Ativa do IPTU	440.000,00	440.000,00	44.970,67	226.376,78	51,45
1.1.4- Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do IPTU	100.000,00	100.000,00	40.078,02	167.179,52	167,18
1.1.5- (-) Deduções da Receita do IPTU	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.2- Receita Resultante do Imposto sobre Transmissão Inter Vivos - ITBI	600.000,00	600.000,00	131.828,94	353.701,36	58,95
1.2.1- ITBI	600.000,00	600.000,00	131.828,94	353.701,36	58,95
1.2.2- Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do ITBI	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.2.3- Dívida Ativa do ITBI	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.2.4- Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do ITBI	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.2.5- (-) Deduções da Receita do ITBI	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.3- Receita Resultante do Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISS	1.510.000,00	1.510.000,00	251.379,17	911.514,81	60,37
1.3.1- ISS	1.400.000,00	1.400.000,00	226.121,63	862.316,57	61,59
1.3.2- Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do ISS	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.3.3- Dívida Ativa do ISS	60.000,00	60.000,00	17.042,99	32.667,83	54,45
1.3.4- Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do ISS	50.000,00	50.000,00	8.214,55	16.530,41	33,06
1.3.5- (-) Deduções da Receita do ISS	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.4- Receita Resultante do Imposto de Renda Retido na Fonte - IRRF	500.000,00	500.000,00	69.022,17	315.890,55	63,18
1.4.1- IRRF	500.000,00	500.000,00	69.022,17	315.890,55	63,18
1.4.2- Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do IRRF	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.4.3- Dívida Ativa do IRRF	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.4.4- Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do IRRF	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.4.5- (-) Deduções da Receita do IRRF	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.5- Receita Resultante do Imposto Territorial Rural - ITR (CF, art. 153, §4º, inciso III)	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.5.1- ITR	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.5.2- Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do ITR	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.5.3- Dívida Ativa do ITR	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.5.4- Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do ITR	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.5.5- (-) Deduções da Receita do ITR	—	0,00	0,00	0,00	0,00
2- RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS	27.163.750,00	27.163.750,00	3.286.646,90	14.836.893,76	54,62
2.1- Cota-Parte FPM	16.000.000,00	16.000.000,00	1.784.044,79	8.924.471,36	55,78
2.1.1- Parcela referente à CF, art. 159, I, alínea b	16.000.000,00	16.000.000,00	1.784.044,79	8.924.471,36	55,78
2.1.2- Parcela referente à CF, art. 159, I, alínea d	—	0,00	0,00	0,00	0,00
2.2- Cota-Parte ICMS	8.750.000,00	8.750.000,00	1.074.803,01	4.429.911,20	50,63
2.3- ICMS-Desoneração – L.C. nº87/1996	62.500,00	62.500,00	5.924,24	23.702,92	37,92
2.4- Cota-Parte IPI-Exportação	188.750,00	188.750,00	18.526,02	71.266,49	37,76
2.5- Cota-Parte ITR	37.500,00	37.500,00	176,10	1.607,96	4,29
2.6- Cota-Parte IPVA	2.125.000,00	2.125.000,00	403.172,74	1.385.933,83	65,22
2.7- Cota-Parte IOF-Ouro	—	0,00	0,00	0,00	0,00
3- TOTAL DA RECEITA BRUTA DE IMPOSTOS (1 + 2)	33.213.750,00	33.213.750,00	4.105.196,19	19.134.358,03	57,61

RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (c) = (b/a)x100
4- RECEITA DA APLICAÇÃO FINANCEIRA DE OUTROS RECURSOS DE IMPOSTOS VINC. AO ENSINO	—	0,00	0,00	0,00	0,00
5- RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS DO FNDE	600.000,00	600.000,00	96.582,20	416.194,36	69,37
5.1- Transferências do Salário-Educação	600.000,00	600.000,00	96.582,20	416.194,36	69,37
5.2- Outras Transferências do FNDE	—	0,00	0,00	0,00	0,00
5.3- Aplicação Financeira dos Recursos do FNDE	—	0,00	0,00	0,00	0,00
6- RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS	—	0,00	0,00	0,00	0,00
6.1- Transferências de Convênios	—	0,00	0,00	0,00	0,00
6.2- Aplicação Financeira dos Recursos de Convênios	—	0,00	0,00	0,00	0,00
7- RECEITA DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO	—	0,00	0,00	0,00	0,00
8- OUTRAS RECEITAS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	1.445.450,00	1.445.450,00	222.615,08	595.714,08	41,21
9- TOTAL DAS RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO (4 + 5 + 6 + 7 + 8)	2.045.450,00	2.045.450,00	319.197,28	1.011.908,44	49,47

FUNDEB

RECEITAS DO FUNDEB	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (c) = (b/a)x100
10- RECEITAS DESTINADAS AO FUNDEB	5.492.250,00	5.492.250,00	657.336,55	2.967.384,55	54,03
10.1- Cota-Parte FPM Destinada ao FUNDEB – (20% de 2.1.1)	3.200.000,00	3.200.000,00	356.808,92	1.784.894,05	55,78
10.2- Cota-Parte ICMS Destinada ao FUNDEB – (20% de 2.2)	1.750.000,00	1.750.000,00	214.960,42	885.981,55	50,63
10.3- ICMS-Desoneração Destinada ao FUNDEB – (20% de 2.3)	12.000,00	12.000,00	1.184,84	4.740,56	39,50
10.4- Cota-Parte IPI-Exportação Destinada ao FUNDEB – (20% de 2.4)	37.750,00	37.750,00	3.705,19	14.253,21	37,76
10.5- Cota-Parte ITR ou ITR Arrecadados Destinados ao FUNDEB – (20% de (1.5 + 2.5))	7.500,00	7.500,00	35,19	321,50	4,29
10.6- Cota-Parte IPVA Destinada ao FUNDEB – (20% de 2.6)	485.000,00	485.000,00	80.641,99	277.193,68	57,15
11- RECEITAS RECEBIDAS DO FUNDEB	7.117.050,00	7.117.050,00	1.072.686,74	4.507.642,11	63,34
11.1- Transferências de Recursos do FUNDEB	7.087.050,00	7.087.050,00	1.071.361,72	4.500.129,20	63,50
11.2- Complementação da União ao FUNDEB	—	0,00	0,00	0,00	0,00
11.3- Receita de Aplicação Financeira dos Recursos do FUNDEB	30.000,00	30.000,00	1.325,02	7.512,91	25,04
12- RESULTADO LÍQUIDO DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB (11.1 – 10)	1.594.800,00	1.594.800,00	414.025,17	1.532.744,65	96,11

ACRÉSCIMO RESULTANTE DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB

MUNICÍPIO DE PORTO UNIAO - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO – MDE
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A AGOSTO 2012/BIMESTRE JULHO - AGOSTO

Continuação 2/3

DESPESAS DO FUNDEB	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS LIQUIDADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre (e)	% (f)=(e/d)x100
13- PAGAMENTO DOS PROFISSIONAIS DO MAGISTÉRIO	5.206.230,00	5.856.230,00	1.164.557,74	4.416.708,01	75,42
13.1- Com Educação Infantil	1.731.000,00	2.081.000,00	474.814,04	1.584.002,67	76,12
13.2- Com Ensino Fundamental	3.475.230,00	3.775.230,00	689.743,70	2.832.705,34	75,03
14- OUTRAS DESPESAS	1.910.820,00	846.820,00	33.118,61	205.896,23	24,31
14.1- Com Educação Infantil	330.000,00	280.000,00	0,00	9.935,82	3,55
14.2- Com Ensino Fundamental	1.580.820,00	566.820,00	33.118,61	195.960,41	34,57
15- TOTAL DAS DESPESAS DO FUNDEB (13 + 14)	7.117.050,00	6.703.050,00	1.197.676,35	4.622.604,24	68,96
DEDUÇÕES PARA FINS DE LIMITE DO FUNDEB PARA PAGAMENTO DOS PROFISSIONAIS DO MAGISTÉRIO					VALOR
16- RESTOS A PAGAR INSCRITOS NO EXERCÍCIO SEM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DO FUNDEB					—
17- DESPESAS CUSTEADAS COM O SUPERÁVIT FINANCEIRO, DO EXERCÍCIO ANTERIOR, DO FUNDEB					0,00
18- TOTAL DAS DEDUÇÕES CONSIDERADAS PARA FINS DE LIMITE DO FUNDEB (16 + 17)					0,00
19- MÍNIMO DE 60% DO FUNDEB NA REMUNERAÇÃO DO MAGISTÉRIO COM EDUCAÇÃO INFANTIL E ENSINO FUNDAMENTAL1 ((13 – 18) / (11) x 100) %					97,98
CONTROLE DA UTILIZAÇÃO DE RECURSOS NO EXERCÍCIO SUBSEQUENTE				VALOR	
20 – RECURSOS RECEBIDOS DO FUNDEB EM 2011 QUE NÃO FORAM UTILIZADOS				0,00	
21 – DESPESAS CUSTEADAS COM O SALDO DO ITEM 20 ATÉ O 1º TRIMESTRE DE 2012 ²				0,00	

MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO – DESPESAS CUSTEADAS COM A RECEITA RESULTANTE DE IMPOSTOS E RECURSOS DO FUNDEB

RECEITAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (c)=(b/a)x100
22- IMPOSTOS E TRANSFERÊNCIAS DESTINADAS À MDE (25% de 3)²	8.303.437,50	8.303.437,50	1.026.299,05	4.783.589,51	57,61
DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS LIQUIDADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre (e)	% (f)=(e/d)x100
23- EDUCAÇÃO INFANTIL	2.910.000,00	3.040.000,00	533.765,75	1.733.653,41	57,03
23.1- Despesas Custeadas com Recursos do FUNDEB	2.061.000,00	2.361.000,00	474.814,04	1.593.938,49	67,51
23.2- Despesas Custeadas com Outros Recursos de Impostos	849.000,00	679.000,00	58.951,71	139.714,92	20,58
24- ENSINO FUNDAMENTAL	7.056.738,00	6.944.738,00	1.371.855,60	5.056.733,84	72,81
24.1- Despesas Custeadas com Recursos do FUNDEB	5.056.050,00	4.342.050,00	722.862,31	3.028.665,75	69,75
24.2- Despesas Custeadas com Outros Recursos de Impostos	2.000.688,00	2.602.688,00	648.993,29	2.028.068,09	77,92
25- ENSINO MÉDIO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
26- ENSINO SUPERIOR	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
27- ENSINO PROFISSIONAL NÃO INTEGRADO AO ENSINO REGULAR	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
28- OUTRAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
29- TOTAL DAS DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE (23 + 24 + 25 + 26 + 27 + 28)	9.966.738,00	9.984.738,00	1.905.621,35	6.790.387,25	68,01
DEDUÇÕES CONSIDERADAS PARA FINS DE LIMITE CONSTITUCIONAL					VALOR
30- RESULTADO LÍQUIDO DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB = (12)					1.532.744,65
31- DESPESAS CUSTEADAS COM A COMPLEMENTAÇÃO DO FUNDEB NO EXERCÍCIO					—
32- RECEITA DE APLICAÇÃO FINANCEIRA DOS RECURSOS DO FUNDEB ATÉ O BIMESTRE = (50 h)					7.512,91
33- DESPESAS CUSTEADAS COM O SUPERÁVIT FINANCEIRO, DO EXERCÍCIO ANTERIOR, DO FUNDEB					—
34- DESPESAS CUSTEADAS COM O SUPERÁVIT FINANCEIRO, DO EXERCÍCIO ANTERIOR, DE OUTROS RECURSOS DE IMPOSTOS					0,00
35- RESTOS A PAGAR INSCRITOS NO EXERCÍCIO SEM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO					—
36- CANCELAMENTO, NO EXERCÍCIO, DE RESTOS A PAGAR INSCRITOS COM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO = (46 g)					19.552,10
37- TOTAL DAS DEDUÇÕES CONSIDERADAS PARA FINS DE LIMITE CONSTITUCIONAL (30 + 31 + 32 + 33 + 34 + 35 + 36)					1.559.809,66
38- TOTAL DAS DESPESAS PARA FINS DE LIMITE ((23 + 24) – (37))					5.230.577,59
39- MÍNIMO DE 25% DAS RECEITAS RESULTANTES DE IMPOSTOS EM MDE5 ((38) / (3) x 100) %					27,34

OUTRAS INFORMAÇÕES PARA CONTROLE

OUTRAS DESPESAS CUSTEADAS COM RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS LIQUIDADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre (e)	% (f)=(e/d)x100
40- DESPESAS CUSTEADAS COM A APLICAÇÃO FINANCEIRA DE OUTROS RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
41- DESPESAS CUSTEADAS COM A CONTRIBUIÇÃO SOCIAL DO SALÁRIO-EDUCAÇÃO	605.000,00	1.012.924,34	351.725,84	602.268,03	59,46
42- DESPESAS CUSTEADAS COM OPERAÇÕES DE CRÉDITO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
43- DESPESAS CUSTEADAS COM OUTRAS RECEITAS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	101.500,00	1.377.534,67	667.600,00	701.347,77	50,91
44- TOTAL DAS OUTRAS DESPESAS CUSTEADAS COM RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO (40 + 41 + 42 + 43)	706.500,00	2.390.459,01	1.019.325,84	1.303.615,80	54,53
45- TOTAL GERAL DAS DESPESAS COM MDE (29 + 44)	10.673.238,00	12.375.197,01	2.924.947,19	8.094.003,05	65,41
RESTOS A PAGAR INSCRITOS COM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO	SALDO ATÉ O BIMESTRE		CANCELADO EM 2012 (g)		
46- RESTOS A PAGAR DE DESPESAS COM MDE	0,00		19.552,10		

MUNICÍPIO DE PORTO UNIAO - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO – MDE
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A AGOSTO 2012/BIMESTRE JULHO - AGOSTO

Continuação 3/3

FLUXO FINANCEIRO DOS RECURSOS	VALOR	
	FUNDEB (h)	FUNDEF
47- SALDO FINANCEIRO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011	0,00	0,00
48- (+) INGRESSO DE RECURSOS ATÉ O BIMESTRE	4.500.129,20	0,00
49- (-) PAGAMENTOS EFETUADOS ATÉ O BIMESTRE	3.192.665,43	0,00
50- (+) RECEITA DE APLICAÇÃO FINANCEIRA DOS RECURSOS ATÉ O BIMESTRE	7.512,91	0,00
51- (=) SALDO FINANCEIRO NO EXERCÍCIO ATUAL	1.314.976,68	0,00

PORTO UNIAO, 22/10/2012

RENATO STASIAK
PREFEITO MUNICIPAL

RICARDO DRAGONI
SECRETÁRIO DE FINANÇAS E CONTABILIT

SOFIA SYDOL
CONTADORA - CRC/SC 14640/0-8

DINARTE RIBEIRO GUEDES NETO
ANALISTA CONTR INTERNO CRA/SC 18933

FONTE:

¹ Limites mínimos anuais a serem cumpridos no encerramento do exercício.

² Art. 21, § 2º, Lei 11.494/2007: "Até 5% dos recursos recebidos à conta dos Fundos, inclusive relativos à complementação da União recebidos nos termos do §1º do art. 6º desta Lei, poderão ser utilizados no 1º trimestre do exercício imediatamente subsequente, mediante abertura de crédito adicional."

³ Caput do art. 212 da CF/1988

⁴ Os valores referentes à parcela dos Restos a Pagar inscritos sem disponibilidade financeira vinculada à educação deverão ser informados somente no RREO do último bimestre do exercício

⁵ Limites mínimos anuais a serem cumpridos no encerramento do exercício, no âmbito de atuação prioritária, conforme LDB, art. 11, V.

Republicação RREO Anexo Xvi
REPUBLICAÇÃO RREO ANEXO XVI

Município de PORTO UNIAO - SC

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

DEMONSTRATIVO DA RECEITA DE IMPOSTOS LÍQUIDA E DAS DESPESAS PRÓPRIAS COM
AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

JANEIRO A AGOSTO 2012/BIMESTRE JULHO - AGOSTO

RREO – ANEXO XVI (ADCT, art. 77)

R\$ 1,00

RECEITAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS	
			Até o Bimestre (b)	% (b/a)
RECEITAS DE IMPOSTOS E TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS	33.485.750,00	33.485.750,00	19.232.269,59	57,43
Impostos	5.300.000,00	5.300.000,00	3.835.520,35	72,37
Imposto s/ Propriedade Predial e Territ. Urbana	2.800.000,00	2.800.000,00	2.303.611,87	82,27
Imposto s/Transm Inter Vivos de Bens Imoveis e Dir	600.000,00	600.000,00	353.701,36	58,95
Imposto s/ Servicos de Qualquer Natureza	1.400.000,00	1.400.000,00	862.316,57	61,59
Imposto sobre a Renda e Proventos de Qualquer Natureza - IRRF	500.000,00	500.000,00	315.890,55	63,18
Multas, Juros de Mora e Dívida Ativa dos Impostos	1.022.000,00	1.022.000,00	559.855,48	54,78
Multas, Juros de Mora e Outros Encargos dos Impostos	150.000,00	150.000,00	33.108,27	22,07
Dívida Ativa dos Impostos	600.000,00	600.000,00	316.091,23	52,68
Multas, Juros de Mora, Atual. Mon. e Outros Enc. da Div. Ativa dos Imp.	272.000,00	272.000,00	210.655,98	77,45
Receitas de Transferências Constitucionais e Legais	27.163.750,00	27.163.750,00	14.836.893,76	54,62
Da União	16.100.000,00	16.100.000,00	8.949.782,24	55,59
Cota-Parte do Fundo de Participacao dos Municipios	16.000.000,00	16.000.000,00	8.924.471,36	55,78
Cota-Parte do Imp. s/ a Propr. Territorial Rural	37.500,00	37.500,00	1.607,96	4,29
Transf. Financ. ICMS - Desoner - L.C. Nº 87/96	62.500,00	62.500,00	23.702,92	37,92
Do Estado	11.063.750,00	11.063.750,00	5.887.111,52	53,21
Cota-Parte do ICMS	8.750.000,00	8.750.000,00	4.429.911,20	50,63
Cota-Parte do IPI sobre Exportação	188.750,00	188.750,00	71.266,49	37,76
Cota-Parte do IPVA	2.125.000,00	2.125.000,00	1.385.933,83	65,22
OUTRAS RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS	28.836.500,00	28.836.500,00	22.201.264,41	76,99
(-) DEDUÇÃO PARA O FUNDEB	-5.492.250,00	-5.492.250,00	-2.967.384,55	54,03
TOTAL	56.830.000,00	56.830.000,00	38.466.149,45	67,69

DESPESAS COM SAÚDE (Por Grupo de Natureza da Despesa)	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (c)	DESPESAS LIQUIDADAS	
			Até o Bimestre (d)	% (d/c)
DESPESAS CORRENTES	8.593.000,00	10.321.294,00	7.021.528,41	68,03
Pessoal e Encargos Sociais	6.034.000,00	6.517.247,00	5.010.461,58	76,88
Outras Despesas Correntes	2.559.000,00	3.804.047,00	2.011.066,83	52,87
DESPESAS DE CAPITAL	207.200,00	609.200,00	120.753,09	19,82
Investimentos	207.200,00	609.200,00	120.753,09	19,82

Continua 1/2



DOM/SC

ASSINADO DIGITALMENTE

www.diariomunicipal.sc.gov.br

Município de PORTO UNIAO - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA RECEITA DE IMPOSTOS LÍQUIDA E DAS DESPESAS PRÓPRIAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A AGOSTO 2012/BIMESTRE JULHO - AGOSTO

Continuação 2/2

DESPESAS COM SAÚDE (Por Grupo de Natureza da Despesa)	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (c)	DESPESAS LIQUIDADAS	
			Até o Bimestre (d)	% (d/c)
DESPESAS DE CAPITAL	207.200,00	609.200,00	120.753,09	19,82
Investimentos	207.200,00	609.200,00	120.753,09	19,82
TOTAL (IV)	8.800.200,00	10.930.494,00	7.142.281,50	65,34

DESPESAS PRÓPRIAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS LIQUIDADAS	
			Até o Bimestre (e)	% (e)/ despesas com saúde
DESPESAS COM SAÚDE	8.800.200,00	10.930.494,00	7.142.281,50	100,00
(-) DESPESAS COM INATIVOS E PENSIONISTAS	0,00	0,00	0,00	0,00
(-) DESPESAS CUSTEADAS COM RECURSOS DESTINADOS À SAÚDE	2.961.000,00	4.441.294,00	2.306.810,50	32,30
Recursos de Transferências do Sistema Único de Saúde - SUS	2.819.000,00	4.271.977,00	2.242.138,89	31,39
Recursos de Operações de Crédito	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Recursos	142.000,00	169.317,00	64.671,61	0,91
(-) RESTOS A PAGAR INSCRITOS NO EXERCÍCIO SEM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS PRÓPRIOS VINCULADOS ¹	-	-	0,00	0,00
TOTAL DAS DESPESAS PRÓPRIAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE (V)	5.839.200,00	6.489.200,00	4.835.471,00	67,70

CONTROLE DE RESTOS A PAGAR VINCULADOS A SAÚDE INSCRITOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES	RESTOS A PAGAR INSCRITOS COM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS PRÓPRIOS VINCULADOS	
	Inscritos em Exercícios Anteriores	Cancelados em 2012 (VI)
RESTOS A PAGAR DE DESPESAS PRÓPRIAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE	0,00	0,00

PARTICIPAÇÃO DAS DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE NA RECEITA DE IMPOSTOS LÍQUIDA E TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS - LIMITE CONSTITUCIONAL <=2 [(V - VI) / I]	25,14
--	--------------

DESPESAS COM SAÚDE (Por Subfunção)	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS LIQUIDADAS	
			Até Bimestre (i)	% (i/Total i)
Atenção Básica	7.042.200,00	8.690.799,00	6.069.474,22	84,98
Assistência Hospitalar e Ambulatorial	1.423.000,00	1.821.298,00	959.702,59	13,44
Vigilância Sanitária	163.000,00	190.317,00	73.235,71	1,03
Vigilância Epidemiológica	172.000,00	228.080,00	39.868,98	0,56
TOTAL	8.800.200,00	10.930.494,00	7.142.281,50	100,00

FONTE:

¹ Essa linha apresentará valor somente no Relatório Resumido da Execução Orçamentária do último bimestre do exercício.² Limites mínimos anuais a serem cumpridos no encerramento do exercício.

PORTO UNIAO, 22/10/2012

RENATO STASIAK
PREFEITO MUNICIPAL

RICARDO DRAGONI
SECRETÁRIO DE FINANÇAS E CONTABILIDADE

SOFIA SYDOL
CONTADORA - CRC/SC 14640/0-8

DINARTE RIBEIRO GUEDES NETO
ANALISTA CONTR INTERNO CRA/SC 18935

Rio do Sul

PREFEITURA

Portaria N. 1058/RH

PORTARIA N. 1058/RH

RODRIGO ANTONIO FERREIRA FOSTER SOARES MORATELLI, Secretário Municipal de Administração da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere Decreto nº 219, de 28 de maio de 2008,

RESOLVE:

Art. 1º Constituir o Comitê Permanente de Progressão na Carreira, de acordo com o Arts. 50 e 51, da Lei Complementar n. 208 de 28 de setembro de 2010 e, designar como membros os seguintes servidores: Celeste Oelke Schaefer, matrícula n. 1074/01, ocupante do cargo de provimento efetivo Enfermeiro, Carla Fabiana Ribeiro, matrícula n. 5339/01, ocupante do cargo de provimento efetivo Agente Administrativo, Ramiro de Liz e Souza, matrícula 35300/01, ocupante do cargo de provimento efetivo Agente Administrativo e, designar como seus respectivos suplentes: Leonice Witte, matrícula n. 3930/01, ocupante do cargo de provimento efetivo Auxiliar Administrativo I, Jefferson Olimpio Tambosi, matrícula n. 1449/01, ocupante do cargo de provimento efetivo Auxiliar Administrativo I e Cristiane Aparecida Leandro de Souza, matrícula n. 2755/01, ocupante do cargo de provimento efetivo Agente de Saúde.

Art. 2º O mandato será de 01 de outubro de 2012 a 31 de dezembro de 2012.

Art. 3º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 28 de setembro de 2012.

RODRIGO ANTONIO F. F. S. MORATELLI
Secretário Municipal de Administração
Mglb

Portaria N. 1149/RH

PORTARIA N. 1149/RH

RODRIGO ANTONIO F. F. S. MORATELLI, Secretário Municipal de Administração da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere Decreto nº 219, de 28 de maio de 2008,

RESOLVE:

Art. Conceder à servidora FRANCILENE FERNANDES DA SILVA, matrícula 21300/02, ocupante do cargo de provimento efetivo Auxiliar de Serviços Gerais Feminino, a segunda Progressão Por Desempenho Profissional, referente ao período de 2009 a 2012, com fundamento ao Art. 26, da Lei Complementar n. 208 de 28 de setembro de 2010.

Art. 2º O reflexo financeiro referente ao benefício previsto no artigo anterior, será devido a partir de 01 de outubro de 2012, com base nas disposições contidas no Art. 37 da Lei Complementar.

Art. 3º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 17 de outubro de 2012

RODRIGO ANTONIO F. F. S. MORATELLI
Secretário Municipal de Administração
Mglb

Portaria N. 1150/RH

PORTARIA N. 1150/RH

RODRIGO ANTONIO F. F. S. MORATELLI, Secretário Municipal de Administração da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere Decreto nº 219, de 28 de maio de 2008,

RESOLVE:

Art. Conceder ao servidor SILVIO LUIZ SCHNEIDER, matrícula 27901/01, ocupante do cargo de provimento efetivo Auxiliar de Vigia, a segunda Progressão Por Desempenho Profissional, referente ao período de 2009 a 2012, com fundamento ao Art. 26, da Lei Complementar n. 208 de 28 de setembro de 2010.

Art. 2º O reflexo financeiro referente ao benefício previsto no artigo anterior, será devido a partir de 01 de outubro de 2012, com base nas disposições contidas no Art. 37 da Lei Complementar.

Art. 3º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 17 de outubro de 2012

RODRIGO ANTONIO F. F. S. MORATELLI
Secretário Municipal de Administração
Mglb

Portaria N. 1151/RH

PORTARIA N. 1151/RH

RODRIGO ANTONIO F. F. S. MORATELLI, Secretário Municipal de Administração da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere Decreto nº 219, de 28 de maio de 2008,

RESOLVE:

Art. Conceder à servidora FRANCIANE GIESE XAVIER DE LIZ, matrícula 26328/02, ocupante do cargo de provimento efetivo Arquiteto, a segunda Progressão Por Desempenho Profissional, referente ao período de 2009 a 2012, com fundamento ao Art. 26, da Lei Complementar n. 208 de 28 de setembro de 2010.

Art. 2º O reflexo financeiro referente ao benefício previsto no artigo anterior, será devido a partir de 01 de outubro de 2012, com base nas disposições contidas no Art. 37 da Lei Complementar.

Art. 3º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 17 de outubro de 2012

RODRIGO ANTONIO F. F. S. MORATELLI
Secretário Municipal de Administração
Mglb

Portaria N. 1152/RH

PORTARIA N. 1152/RH

RODRIGO ANTONIO F. F. S. MORATELLI, Secretário Municipal de Administração da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere Decreto nº 219, de 28 de maio de 2008,

RESOLVE:

Art. Conceder à servidora ALMIRA HASKEL, matrícula 21326/04, ocupante do cargo de provimento efetivo Auxiliar de Serviços Gerais Feminino, a segunda Progressão Por Desempenho Profissional, referente ao período de 2009 a 2012, com fundamento ao Art. 26, da Lei Complementar n. 208 de 28 de setembro de 2010.

Art. 2º O reflexo financeiro referente ao benefício previsto no artigo anterior, será devido a partir de 01 de outubro de 2012, com base nas disposições contidas no Art. 37 da Lei Complementar.

Art. 3º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 17 de outubro de 2012
RODRIGO ANTONIO F. F. S. MORATELLI
Secretário Municipal de Administração
Mglb

Portaria N. 1153/RH

PORTARIA N. 1153/RH

RODRIGO ANTONIO F. F. S. MORATELLI, Secretário Municipal de Administração da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere Decreto nº 219, de 28 de maio de 2008,

RESOLVE:

Art. Conceder à servidora EUNICE PERFOLL, matrícula 26700/02, ocupante do cargo de provimento efetivo Auxiliar de Serviços Gerais Feminino, a segunda Progressão Por Desempenho Profissional, referente ao período de 2009 a 2012, com fundamento ao Art. 26, da Lei Complementar n. 208 de 28 de setembro de 2010.

Art. 2º O reflexo financeiro referente ao benefício previsto no artigo anterior, será devido a partir de 01 de outubro de 2012, com base nas disposições contidas no Art. 37 da Lei Complementar.

Art. 3º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 17 de outubro de 2012
RODRIGO ANTONIO F. F. S. MORATELLI
Secretário Municipal de Administração
Mglb

Portaria N. 1154/RH

PORTARIA N. 1154/RH

RODRIGO ANTONIO F. F. S. MORATELLI, Secretário Municipal de Administração da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere Decreto nº 219, de 28 de maio de 2008,

RESOLVE:

Art. Conceder ao servidor ADRIANO MENDES, matrícula 27669/01, ocupante do cargo de provimento efetivo Motorista de Veículo Leve, a primeira Progressão Por Desempenho Profissional, referente ao período de 2009 a 2012, com fundamento ao Art. 26, da Lei Complementar n. 208 de 28 de setembro de 2010.

Art. 2º O reflexo financeiro referente ao benefício previsto no artigo anterior, será devido a partir de 01 de outubro de 2012, com base nas disposições contidas no Art. 37 da Lei Complementar.

Art. 3º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 17 de outubro de 2012
RODRIGO ANTONIO F. F. S. MORATELLI
Secretário Municipal de Administração
Mglb

Portaria N. 1155/RH

PORTARIA N. 1155/RH

RODRIGO ANTONIO FERREIRA FOSTER SOARES MORATELLI, Secretário Municipal de Administração da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere Decreto nº 219, de 28 de maio de 2008,

RESOLVE:

Art. 1º. Nomear, nos termos do Art. 13, da Lei Complementar nº 207 de 28/09/2010, JAISON FERNANDO DE SOUZA, para exercer o cargo de provimento efetivo de Advogado, vinculado ao quadro de Pessoal do Poder Executivo Municipal de Rio do Sul, em razão da sua aprovação no Concurso Público nº 002/2011.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 17 de outubro de 2012.
RODRIGO ANTONIO F. F. S. MORATELLI
Secretário Municipal de Administração
Rls

Portaria N. 1156/RH

PORTARIA N. 1156/RH

RODRIGO ANTONIO FERREIRA FOSTER SOARES MORATELLI, Secretário Municipal de Administração da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere Decreto nº 219, de 28 de maio de 2008,

RESOLVE:

Art. 1º. Nomear, nos termos do Art. 13, da Lei Complementar nº 207 de 28/09/2010, JULIANO ANDRESO PAESO, para exercer o cargo de provimento efetivo de Advogado, vinculado ao quadro de Pessoal do Poder Executivo Municipal de Rio do Sul, em razão da sua aprovação no Concurso Público nº 002/2011.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 17 de outubro de 2012.
RODRIGO ANTONIO F. F. S. MORATELLI
Secretário Municipal de Administração
Rls

Portaria Nº 1.115/2012

PORTARIA N. 1.115/RH

RODRIGO ANTONIO FERREIRA FOSTER SOARES MORATELLI, Secretário Municipal de Administração da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere Decreto nº 219, de 28 de maio de 2008,

RESOLVE:

Art. 1º Nomear a servidora JANARA APARECIDA MAFRA, ocupante do cargo de provimento efetivo de Psicopedagoga, para a partir de 15/10/2012, exercer o cargo de Agente Político - Secretária Municipal de Educação, nos termos do § 6º, do Art. 55º, da Lei Complementar nº 207 de 28/09/2010 e § 2º, do Art. 11, da Lei Complementar nº 208 de 28/09/2010, supra citadas.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 09 de outubro de 2012.
MILTON HOBUS
Prefeito Municipal

RODRIGO ANTONIO F. F. S. MORATELLI
Secretário Municipal de Administração
Vf

Portaria Nº 1.116/2012

PORTARIA Nº. 1.116/RH

RODRIGO ANTONIO FERREIRA FOSTER SOARES MORATELLI, Secretário Municipal de Administração da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere Decreto nº 219, de 28 de maio de 2008,

RESOLVE:

Art. 1º Exonerar, a partir de 11/10/2012, a servidora ADRIANA MAISA NIKEL WETZSTEIN, ocupante do cargo de provimento efetivo de Professor, da função de Agente Político - Secretária Municipal de Educação.

Art. 2º Nomear a servidora ADRIANA MAISA NIKEL WETZSTEIN, ocupante do cargo de provimento efetivo de Professor, para a partir de 12/10/2012, exercer a função comissionada de Secretária Adjunta de Educação, nos termos do § 6º, do Art. 55º, da Lei Complementar nº 207 de 28/09/2010 e § 2º, do Art. 11, da Lei Complementar nº 208 de 28/09/2010, supra citadas.

Art. 3º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 09 de outubro de 2012.

MILTON HOBUS
Prefeito Municipal

RODRIGO ANTONIO F. F. S. MORATELLI
Secretário Municipal de Administração
Vf

Portaria Nº 1056/RH

PORTARIA Nº 1056/RH

RODRIGO ANTONIO FERREIRA FOSTER SOARES MORATELLI, Secretário Municipal de Administração da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere Decreto nº 219, de 28 de maio de 2008,

RESOLVE:

Art. 1º Constituir o Comitê Técnico de Estágio Probatório, de acordo com os Arts. 23 e 24, da Lei Complementar n. 207 de 28 de setembro de 2010 e, designar como membros os seguintes servidores: Celeste Oelke Schaefer, matrícula n. 1074/01, ocupante do cargo de provimento efetivo Enfermeiro, Carla Fabiana Ribeiro, matrícula n. 5339/01, ocupante do cargo de provimento efetivo Agente Administrativo, Ramiro de Liz e Souza, matrícula 35300/01, ocupante do cargo de provimento efetivo Agente Administrativo e, designar como seus respectivos suplentes: Leonice Witte, matrícula n. 3930/01, ocupante do cargo de provimento efetivo Auxiliar Administrativo I, Jefferson Olimpio Tambosi, matrícula n. 1449/01, ocupante do cargo de provimento efetivo Auxiliar Administrativo I e Cristiane Aparecida Leandro de Souza, matrícula n. 2755/01, ocupante do cargo de provimento efetivo Agente de Saúde.

Art. 2º Compete ao Comitê Técnico de Estágio Probatório:
I - reunir-se mensalmente para emitir despacho homologatório em todos os processos de Avaliação de Estágio Probatório;
II - instaurar e instruir o competente processo administrativo, sempre que houver indicação de exoneração e, com base nos documentos e diligências efetuadas, emitir relatório conclusivo sobre a confirmação da exoneração ou da permanência do servidor no cargo público que ocupa;
I - deflagrar e conduzir o processo administrativo disciplinar de verificação e cumprimento das avaliações periódicas de desempenho efetuadas pela Comissão de Avaliação de Desempenho;
III - encaminhar o processo administrativo conclusivo ao Departamento de Recursos Humanos do Município para as providências

pertinentes de conformidade com o relatório conclusivo.
IV - participar de seminários periódicos para análise e devolutividade dos resultados obtidos, das avaliações de estágio probatório, com objetivo de promover melhorias no processo.

Art. 3º O mandato será de 01 de outubro de 2012 a 31 de dezembro de 2012.

Art. 4º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 28 de setembro de 2012
RODRIGO ANTONIO F. F. S. MORATELLI
Secretário Municipal de Administração
Mglb

Portaria Nº 1144/RH

PORTARIA Nº 1144/RH

RODRIGO ANTONIO FERREIRA FOSTER SOARES MORATELLI, Secretário Municipal de Administração da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere Decreto nº 219, de 28 de maio de 2008,

RESOLVE:

Art. 1º Com fundamento ao disposto no Art. 22 e §§, da Lei Complementar n. 207 de 28/09/2010, instituir Comissão de Avaliação de Desempenho para servidores em Estágio Probatório do Centro de Educação Infantil Favinho de Mel II, da Secretaria Municipal de Educação e, designar como membros: Michele Knopf, matrícula 25313/05, ocupante do cargo de provimento efetivo Professor, nível III, classe "B" e designada para exercer as funções do cargo de Diretor, Daiana Zadir Gnewuch Gross, matrícula 23060/06, ocupante do cargo de provimento efetivo Professor, nível III, classe "A", Mara Rúbia Ernst, matrícula 22098/07, ocupante do cargo de provimento efetivo Professor, nível II, classe "B" e, designar como seus respectivos suplentes: Cíntia Roling Mendonça, matrícula 23051/03, ocupante do cargo de provimento efetivo Professor, nível III, classe "B" e Edina Laura Stock Martins, matrícula 35214/01, ocupante do cargo de provimento efetivo Professor, nível III, classe "A".

Art. 2º Esta comissão será responsável pelo acompanhamento e monitoramento do desempenho dos servidores pertencentes ao Centro de Educação Infantil supracitado, devendo obrigatoriamente manifestarem-se nos prazos e forma estabelecidos na presente lei e regulamento específico.

Art. 3º O mandato da comissão é de 03 (três) anos.

Parágrafo Único - Se antes de findo o prazo do mandato houver mudança da chefia imediata e/ou dos demais membros titulares que integram a Comissão ora instituída, deve o Secretário da unidade administrativa indicar novo nome para completar o prazo do respectivo mandato.

Art. 4º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 17 de outubro de 2012
RODRIGO ANTONIO F. F. S. MORATELLI
Secretário Municipal de Administração
Mglb

Portaria Nº 1145/RH

PORTARIA Nº 1145/RH

RODRIGO ANTONIO FERREIRA FOSTER SOARES MORATELLI, Secretário Municipal de Administração da Prefeitura Municipal de Rio

do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere Decreto nº 219, de 28 de maio de 2008,

RESOLVE:

Art. 1º Fica alterado o Art. 1º da Portaria n. 0864/RH de 16/08/2012, a partir de 01/10/2012, da qual institui a Comissão de Avaliação de Desempenho para servidores em Estágio Probatório da Escola Modelo Arvino Walter Gartner, que passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 1º Com fundamento ao disposto no Art. 22 e §§, da Lei Complementar n. 207, de 28/09/2010, instituir comissão de Avaliação de Desempenho para servidores em Estágio Probatório da Escola Modelo Arvino Walter Gartner, da Secretaria Municipal de Educação e, designar como membros: Dulce Bini Tinti, matrícula 26484/04, ocupante do cargo de provimento efetivo Professor, nível III, classe “A” e designada para exercer as funções do cargo de Diretor, Rosa Ferreira de Matos, matrícula 20249/07, ocupante do cargo de provimento efetivo Professor, nível III, classe “B”, Roberto Mafli, matrícula 21890/02, ocupante do cargo de provimento efetivo Professor, nível III, classe “A” e, designar como seus respectivos suplentes: Fernanda Krieser, matrícula 32700/01, ocupante do cargo de provimento efetivo Professor, nível III, classe “A” e Gislene Luzia Goetten Zelindro, matrícula 21962/02, ocupante do cargo de provimento efetivo Pedagogo, nível III, classe “A”. ”

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 17 de outubro de 2012

RODRIGO ANTONIO F. F. S. MORATELLI

Secretário Municipal de Administração

Mglb

Portaria Nº. 1057/RH

PORTARIA Nº. 1057/RH

RODRIGO ANTONIO FERREIRA FOSTER SOARES MORATELLI, Secretário Municipal de Administração da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere Decreto nº 219, de 28 de maio de 2008,

RESOLVE:

Art..1º Constituir a Comissão Permanente de Sindicância, de acordo com o Art. 181, da Lei Complementar n. 207 de 28 de setembro de 2010 e, designar como membros os seguintes servidores: Maitara Gabriela Da Luz Broering, matrícula n. 35549/01, ocupante do cargo de provimento efetivo Agente Administrativo e como suplente, Paulo Renê Rodrigues de Moura, matrícula n. 35216/01, ocupante do cargo de provimento efetivo Motorista de Caminhão; Diovana May Machado, matrícula n. 28274/01, ocupante do cargo de provimento efetivo Agente Administrativo e como suplente, Jefferson Olimpio Tambosi, matrícula n. 1449/01, ocupante do cargo de provimento efetivo Auxiliar Administrativo I; Liliana Regina May Ayroso, matrícula n. 29793/01, ocupante do cargo de provimento efetivo Agente Administrativo e como suplente, Eleine Tereza Peglow Harthmann, matrícula n. 20109/02, ocupante do cargo de provimento efetivo Fiscal de Saúde Pública.

Art. 2º A Comissão deverá indicar entre os membros o seu presidente e este respectivamente indicará o secretário.

Art. 3º A Comissão exercerá suas atividades com independência e imparcialidade, assegurado o sigilo necessário à elucidação do fato ou exigido pelo interesse da administração.

Art. 4º O mandato será de 06 de outubro de 2012 a 31 de dezembro de 2012.

Art. 5º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 28 de setembro de 2012.

RODRIGO ANTONIO F. F. S. MORATELLI

Secretário Municipal de Administração

Mglb

Portaria Nº. 1118/RH

PORTARIA Nº. 1118/RH

RODRIGO ANTONIO FERREIRA FOSTER SOARES MORATELLI, Secretário Municipal de Administração da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere Decreto nº 219, de 28 de maio de 2008,

RESOLVE:

Art..1º Homologar o Estágio Probatório da servidora municipal TATIANA TESCHNER, matrícula n. 24945/01, ocupante do cargo de provimento efetivo Professor, por ter completado 03 (três) anos de efetivo exercício no cargo, no período de 25/02/2002 a 11/10/2012.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 10 de outubro de 2012

RODRIGO ANTONIO F. F. S. MORATELLI

Secretário Municipal de Administração

Mglb

Salto Veloso

PREFEITURA**Decreto Municipal Nº 084/2012**

Decreto Municipal nº 084/2012

ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR NO VALOR DE R\$ 23.300,00

PEDRINHO ANSILIERO, Prefeito Municipal de SALTO VELOSO, SANTA CATARINA, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município e de conformidade com a Lei Municipal 001445/2011 07/12/2011;

Decreta:

Art. 1º - Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a abrir um crédito suplementar no valor de R\$ 23.300,00 (vinte e três mil e trezentos reais), conforme discriminação abaixo:

Órgão: 02 CHEFIA DO EXECUTIVO

Unidade: 0207 SECRET. DE TRANSP. OBRAS E URBANISMO

Função: 15 URBANISMO

Sub-Função: 452 SERVIÇOS URBANOS

Programa: 1502 SERVIÇOS DE UTILIDADE PÚBLICA

Projeto/Atividade: 4035 MANUT. DOS SERVIÇOS URBANOS

Categoria Econômica: 3 DESPESAS CORRENTES

Grupo de Natureza de Despesa: 3 OUTRAS DESPESAS CORRENTES

Modalidade de Aplicação: 90 APLICAÇÕES DIRETAS

Elemento de Despesa: 00 APLICAÇÕES DIRETAS

Sub-Elemento de Despesa: 00 APLICAÇÕES DIRETAS

Valor: R\$ 3.000,00

Órgão: 02 CHEFIA DO EXECUTIVO

Unidade: 0204 SECRETARIA DE EDUCAÇÃO

Função: 12 EDUCAÇÃO

Sub-Função: 361 ENSINO FUNDAMENTAL



Programa: 1201 ENSINO PARA TODOS
Projeto/Atividade: 4025 MANUT. DAS ATIV. ENSINO FUNDAMENTAL
Categoria Econômica: 3 DESPESAS CORRENTES
Grupo de Natureza de Despesa: 1 PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS
Modalidade de Aplicação: 91 APLICAÇÕES DIRETAS - OPER. INTRA-ORÇAMENTARIAS
Elemento de Despesa: 00 APLICAÇÕES DIRETAS - OPER. INTRA-ORÇAMENTARIAS
Sub-Elemento de Despesa: 00 APLICAÇÕES DIRETAS - OPER. INTRA-ORÇAMENTARIAS
Valor: R\$ 20.300,00
Art. 2º - Servirão de recursos para cobertura do crédito aberto pelo artigo 1º, a redução orçamentária abaixo discriminada:

Órgão: 02 CHEFIA DO EXECUTIVO
Unidade: 0207 SECRET. DE TRANSP. OBRAS E URBANISMO
Função: 15 URBANISMO
Sub-Função: 452 SERVIÇOS URBANOS
Programa: 1502 SERVIÇOS DE UTILIDADE PÚBLICA
Projeto/Atividade: 4035 MANUT. DOS SERVIÇOS URBANOS
Categoria Econômica: 3 DESPESAS CORRENTES
Grupo de Natureza de Despesa: 1 PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS
Modalidade de Aplicação: 90 APLICAÇÕES DIRETAS
Elemento de Despesa: 00 APLICAÇÕES DIRETAS
Sub-Elemento de Despesa: 00 APLICAÇÕES DIRETAS
Valor: R\$ 3.000,00

Órgão: 02 CHEFIA DO EXECUTIVO
Unidade: 0204 SECRETARIA DE EDUCAÇÃO
Função: 12 EDUCAÇÃO
Sub-Função: 361 ENSINO FUNDAMENTAL
Programa: 1201 ENSINO PARA TODOS
Projeto/Atividade: 4025 MANUT. DAS ATIV. ENSINO FUNDAMENTAL
Categoria Econômica: 3 DESPESAS CORRENTES
Grupo de Natureza de Despesa: 1 PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS
Modalidade de Aplicação: 90 APLICAÇÕES DIRETAS
Elemento de Despesa: 00 APLICAÇÕES DIRETAS
Sub-Elemento de Despesa: 00 APLICAÇÕES DIRETAS
Valor: R\$ 20.300,00

Art. 3º - Este(a) Decreto entra em vigor na data de sua publicação.
Gabinete do Prefeito Municipal, em 18 de outubro de 2012.
Prefeito Municipal Contador CRC - SC-15.177/0
PEDRINHO ANSILIERO ALVARO ANTÔNIO BISCARO

São Bento do Sul

PREFEITURA

Portaria 004/2012 - Emhab

PORTARIA Nº 004 DE 15 DE OUTUBRO DE 2.012

DANIELLE EHRT SIMONETTI, DIRETORA PRESIDENTE DA EMHAB, EMPRESA MUNICIPAL DE HABITAÇÃO, no uso de suas atribuições legais

RESOLVE

Informar que desde 20 de junho de 2.012, a EMHAB, Empresa Municipal de Habitação, está atendendo em novo endereço, situado à Rua Benjamim Constant, nº 120, sala 02, Bairro Centro, neste município.

São Bento do Sul, 15 de outubro de 2.012.
DANIELLE EHRT SIMONETTI
Diretora Presidente

Extrato do Contrato Nº 059/2012 - FMS

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
EXTRATO DO CONTRATO Nº 059/2012

DA ESPÉCIE: Termo de Contrato de Prestação de Serviços de que entre si celebram o FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE e o PROGRAMA NACIONAL DE CONTROLE DE QUALIDADE LTDA - PNCQ

DO OBJETO: Prestação de serviços de Controle de Qualidade em Análises Clínicas para o Laboratório Municipal (kits nas áreas de Bioquímica I, Bioquímica II, Hematologia, Imunologia, Microbiologia, Parasitologia, Urinálise, Educação Continuada, Espectrofotometria, Soro Liofilizado para Controle Interno de Bioquímica do Programa Básico e Hemoparasitologia, Pesquisa de Dengue e Microalbuminúria do Programa Avançado), de acordo com a Compra Direta nº 841/2012.

DO VALOR: R\$ 3.836,40 - valor total.

DA VIGÊNCIA: 12 (doze) meses, a contar de 01.09.2012.

São Bento do Sul, 29 de agosto de 2012.

Ass: MARCUS MALUF, pelo Fundo.

JOSÉ ABOL CORRÊA, pela Empresa Contratada.

Extrato do Contrato Nº 305/2012

EXTRATO DO CONTRATO Nº 305/2012

DA ESPÉCIE: Termo de Contrato de Fornecimento de Fraldas que entre si celebram MUNICÍPIO DE SÃO BENTO DO SUL e a Empresa SESI SERVIÇO SOCIAL DA INDÚSTRIA (SESI FARMÁCIA).

DO OBJETO: Fornecimento de fraldas para pessoas em situação de vulnerabilidade social, constante de 9 itens e conforme Convite nº 281/2012.

DO VALOR: R\$ 10.526,00 - valor total.

DA VIGÊNCIA: 04 (quatro) meses e 09 (nove) dias, a contar desta data.

São Bento do Sul, 22 de agosto de 2012.

ASS: JOALBERTO KALEMPA, pela Secretaria de Assistência Social do Município.

HERMES TOMEDI, pela Empresa Contratada.

Extrato do Contrato Nº 314/2012

EXTRATO DO CONTRATO Nº 314/2012

DA ESPÉCIE: Termo de Contrato de Prestação de Serviços que entre si celebram o MUNICÍPIO DE SÃO BENTO DO SUL e a Empresa TRIEL-HT INDUSTRIAL E PARTICIPAÇÕES S.A.

DO OBJETO: Transformação de caminhão de Combate a Incêndio tipo Auto Bomba Tanque Resgate (ABTR) em um Chassi novo de caminhão marca Ford Modelo 3132 6x4 Ano 2011/2012 para a 2ª CBM de acordo com Edital de Tomada de Preços nº 262/2012

DO VALOR: R\$ 274.890,00 - valor total.

DA VIGÊNCIA: 160 (cento e sessenta) dias a contar de 15/08/2012.

São Bento do Sul, 29 de agosto de 2012.

ASS: CLAUDIO SCHULTZ, como Chefe de Gabinete do Município.

JANAINA SINARA TOMAZONI KOSTANESKI, pela Empresa Contratada.

Extrato do Contrato Nº 321/2012
EXTRATO DO CONTRATO Nº 321/2012

DA ESPÉCIE: Termo de Contrato de Prestação de Serviços que entre si celebram o MUNICÍPIO DE SÃO BENTO DO SUL e a Sra. ROSI MERI ARTHUR DOS SANTOS.

DO OBJETO: Contratação de horas de aula profissional para ministrar oficina socioeducativa de inclusão social alfabética para o aprendizado da leitura e da escrita para adultos e pessoas da terceira idade, conforme Convite nº 296/2012. DO VALOR: R\$ 2.880,00 - valor total. DA VIGÊNCIA: 04 (quatro) meses, a contar desta data.

São Bento do Sul, 03 de setembro de 2012.

ASS: JOALBERTO KALEMPA, pela Secretaria de Assistência Social do Município.

ROSI MERI ARTHUR DOS SANTOS, como Contratada

Extrato do Contrato Nº 335/2012
EXTRATO DO CONTRATO Nº 335/2012

DA ESPÉCIE: Termo de Contrato de Sinalização Viária que entre si celebram o MUNICÍPIO DE SÃO BENTO DO SUL e a Empresa MORE SINALIZAÇÃO E CONSTRUÇÃO LTDA.

DO OBJETO: Contratação de empresa para pintura viária para sinalização das vias municipais, conforme memorial descritivo e de acordo com o Convite nº 307/2012.

DO VALOR: R\$ 44.742,75 - valor total.

DA VIGÊNCIA: 60 (sessenta) dias, a contar desta data.

São Bento do Sul, 17 de setembro de 2012.

ASS: MAURO OSOWSKY, pela Secretaria de Planejamento e Urbanismo do Município.

JORGE OMAR BORSA, pela Empresa Contratada.

Extrato do Contrato Nº 336/2012
EXTRATO DO CONTRATO Nº 336/2012

DA ESPÉCIE: Termo de Contrato de Fornecimento de Materiais que entre si celebram o MUNICÍPIO DE SÃO BENTO DO SUL e a Empresa ROBSON ANDREY SALVADOR ME.

DO OBJETO: Fornecimento de cartuchos para o SINE, constante dos itens 1 e 2 e conforme Convite nº 312/2012.

DO VALOR: R\$ 1.556,55 - valor total.

DA VIGÊNCIA: 03 (três) meses e 13 (treze) dias, a contar desta data.

São Bento do Sul, 18 de setembro de 2012.

ASS: UWE STORTZ, pela Secretaria de Desenvolvimento Econômico Município.

ROBSON ANDREY SALVADOR, pela Empresa Contratada.

Extrato do Contrato Nº 337/2012
EXTRATO DO CONTRATO Nº 337/2012

DA ESPÉCIE: Termo de Contrato de Fornecimento de Materiais que entre si celebram o MUNICÍPIO DE SÃO BENTO DO SUL e a Empresa LIDER EXPRESS INFORMÁTICA LTDA - ME.

DO OBJETO: Fornecimento de toner para o SINE, constante do item 3 (toner original Lexmark E120) e conforme Convite nº 312/2012.

DO VALOR: R\$ 460,68 - valor total.

DA VIGÊNCIA: 03 (três) meses e 13 (treze) dias, a contar desta data.

São Bento do Sul, 18 de setembro de 2012.

ASS: UWE STORTZ, pela Secretaria de Desenvolvimento Econômico Município.

MICHEL STOPA, pela Empresa Contratada.

Extrato do Contrato Nº 339/2012
EXTRATO DO CONTRATO Nº 339/2012

DA ESPÉCIE: Termo de Contrato de Prestação de Serviços que entre si celebram o MUNICÍPIO DE SÃO BENTO DO SUL e a Sra. SIMONE GABARDE.

DO OBJETO: Contratação de horas de aula profissional para ministrar oficina socioeducativa de pintura e decoração de unhas nos CRAS, conforme Convite nº 315/2012.

DO VALOR: R\$ 3.840,00 - valor total.

DA VIGÊNCIA: 03 (três) meses e 11 (onze) dias, a contar desta data.

São Bento do Sul, 20 de setembro de 2012.

ASS: JOALBERTO KALEMPA, pela Secretaria de Assistência Social do Município.

SIMONE GABARDE, como Contratada.

Extrato do Contrato Nº 340/2012
EXTRATO DO CONTRATO Nº 340/2012

DA ESPÉCIE: Termo de Contrato de Prestação de Serviços que entre si celebram o MUNICÍPIO DE SÃO BENTO DO SUL e Sr. VINÍCIUS PISKI COSTA.

DO OBJETO: Contratação de horas de aula profissional para ministrar oficina socioeducativa de aula de flauta doce nos CRAS, conforme Convite nº 315/2012.

DO VALOR: R\$ 2.304,00 - valor total.

DA VIGÊNCIA: 03 (três) meses, a contar desta data.

São Bento do Sul, 20 de setembro de 2012.

ASS: JOALBERTO KALEMPA, pela Secretaria de Assistência Social do Município.

VINÍCIUS PISKI COSTA, como Contratado.

Extrato do Contrato Nº 341/2012
EXTRATO DO CONTRATO Nº 341/2012

DA ESPÉCIE: Termo de Contrato de Prestação de Serviços que entre si celebram o MUNICÍPIO DE SÃO BENTO DO SUL e a CONSTRUTORA CAMPO ALEGRE LTDA ME.

DO OBJETO: Contratação de empresa para pequenos reparos na Secretaria de Assistência Social, conforme Convite nº 323/2012.

DO VALOR: R\$ 11.520,00 - valor total.

DA VIGÊNCIA: 03 (três) meses e 10 (dez) dias, a contar desta data.

São Bento do Sul, 21 de setembro de 2012.

ASS: JOALBERTO KALEMPA, pela Secretaria de Assistência Social do Município.

ADRIANO LIMA, pela Empresa Contratada.

Extrato do Contrato Nº 344/2012

EXTRATO DO CONTRATO Nº 344/2012

DA ESPÉCIE: Termo de Contrato de Fornecimento Lanches Especiais que entre si celebram o MUNICÍPIO DE SÃO BENTO DO SUL e a Empresa PANIFÍCIO PIMPÃO DE ALOÍSIO GASDA & CIA LTDA.

DO OBJETO: Fornecimento de lanches especiais para as Oficinas do PAEFI, conforme Convite nº 326/2012.

DO VALOR: R\$ 4.765,60 - valor total.

DA VIGÊNCIA: 03 (três) meses e 05 (cinco) dias, a contar desta data.

São Bento do Sul, 26 de setembro de 2012.

ASS: JOALBERTO KALEMPA, pela Secretaria de Assistência Social do Município.

IVO GASDA, pela Empresa Contratada.

Extrato do Contrato Nº 346/2012

EXTRATO DO CONTRATO Nº 346/2012

DA ESPÉCIE: Termo de Contrato de Empreitada que entre si celebram o MUNICÍPIO DE SÃO BENTO DO SUL e a Empresa BRUVE-TEC ENGENHARIA E CONSTRUÇÕES LTDA.

DO OBJETO: Reforma da construção existente e ampliação na Pré Escola Municipal Ernesto Venera dos Santos, situado na Rua Tubarão, Bairro Progresso, com fornecimento de material, mão de obra e demais obrigações necessárias, conforme memorial descritivo e projetos, e de acordo com o Edital de Tomada de Preços nº 311/2012.

DO VALOR: R\$ 72.896,95 - valor total.

DA VIGÊNCIA: 03 (três) meses, a contar desta data.

São Bento do Sul, 26 de setembro de 2012.

ASS: NOELI REGINA NOVAK DOS SANTOS, pela Secretaria de Educação do Município.

MARCION LUIZ VEIGA, pela Empresa Contratada.

Extrato do Contrato Nº 353/2012

EXTRATO DO CONTRATO Nº 353/2012

DA ESPÉCIE: Termo de Contrato de Empreitada que entre si celebram o MUNICÍPIO DE SÃO BENTO DO SUL e a Empresa LN CONSTRUÇÕES LTDA.

DO OBJETO: Construção de uma quadra poliesportiva coberta com vestiário (980,40m²) na Escola Básica Municipal Alexandre Pfeiffer, Rua Dr. Arndt s/nº, Bairro Colonial, Município de São Bento do Sul, com fornecimento de material, mão de obra e demais obrigações necessárias, conforme memorial descritivo, projetos e Ministério da Educação - Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação/FNDE e de acordo com o Edital de Tomada de Preços nº 316/2012.

DO VALOR: R\$ 483.507,46 - valor total.

DA VIGÊNCIA: 07 (sete) meses, a contar desta data.

São Bento do Sul, 02 de outubro de 2012.

ASS: NOELI REGINA NOVAK DOS SANTOS, pela Secretaria de Educação do Município.

LOURIVAL NEGRELI, pela Empresa Contratada.

Extrato do Termo Aditivo Nº 006/2012 - Emhab

EXTRATO DO TERMO ADITIVO Nº 006/2012

DA ESPÉCIE: Primeiro Termo Aditivo ao Contrato de Prestação de Serviços de nº 001/2012 firmado entre a Empresa Municipal de Habitação de São Bento do Sul - EMHAB e a Empresa CONSTRUTORA CAMPO ALEGRE LTDA ME, em 23 de janeiro de 2012, conforme Convite nº 1/2012.

Considerando o objeto do Contrato que consiste na contratação de empresa para prestação de serviços de pedreiro, carpinteiro, ajudante, encanador e pintor para Empresa Municipal de Habitação de São Bento do Sul, e por ter ocorrido maior demanda de mão de obra referente os serviços acima, as horas contratadas extrapolaram, sendo que existe o contrato, mas não existe mais a quantidade suficiente de horas para suprir as necessidades da EMHAB, portanto fica incluído no contrato o valor de R\$ 7.687,30 (sete mil, seiscentos e oitenta e sete reais e trinta centavos), com base no Art. 65, parágrafo 1º, da Lei nº 8.666/93.

As demais cláusulas e condições previstas no Contrato primitivo, firmado em 23 de janeiro de 2012, permanecem inalteradas.

São Bento do Sul, 14 de setembro de 2012.

Ass: DANIELLE EHRAT SIMONETTI, pela Diretora Presidente da EMHAB.

ADRIANO LIMA, pela Empresa Contratada.

Extrato do Termo Aditivo Nº 061/2012 - FMS

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

EXTRATO DO TERMO ADITIVO Nº 061/2012

DA ESPÉCIE: Primeiro Termo Aditivo ao Contrato de Prestação de Serviços de nº 018/2012, firmado entre o FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE e a Empresa JCE SERVIÇOS LTDA, em 27 de janeiro de 2012, conforme Convite nº 4/2012.

Considerando o objeto do contrato de contratação de empresa para serviços de eletricitista para manutenção elétrica de diversos setores e postos da Secretaria de Saúde, e em virtude da informatização em todas as Unidades Sanitárias, com cabeamento de internet, torna-se necessário aditivar o valor de R\$ 5.400,00 (cinco mil e quatrocentos reais), nos termos do Art. 65, parágrafo 1º da Lei nº 8.666/93. As demais cláusulas e condições previstas no Contrato primitivo, firmado em 01 de fevereiro de 2012, permanecem inalteradas.

São Bento do Sul, 18 de setembro de 2012.

Ass: MARCUS MALUF, pelo Fundo.

CIDNEI XAVIER BRANCO, pela Empresa Contratada.

Extrato do Termo Aditivo Nº 258/2012

EXTRATO DO TERMO ADITIVO Nº 258/2012

DA ESPÉCIE: Quinto Termo Aditivo ao Contrato de Empreitada de nº 349/2011, firmado entre o MUNICÍPIO DE SÃO BENTO DO SUL e a Empresa CONSTRUTORA LOVEMBERGER LTDA, em 06 de dezembro de 2011, conforme Edital de Concorrência Pública nº 345/2011.

Considerando o objeto de Contrato que tem como objeto o fornecimento de material e mão de obra para reforma parcial do Centro Administrativo Municipal e Espaço Municipal, situado na Rua Benjamin Constant, Centro, em São Bento do Sul - 2ª Etapa, área parcial de reforma 2.439,91 m2, sendo a área do Bloco I - 1.175,25 m2 para a nova sede da Secretaria de Educação, conforme memorial descritivo e projetos, e tendo em vista que no decorrer da obra foi verificada a necessidade de serviços extras, estes não previstos no projeto inicial, e devido a não execução de outros serviços do projeto inicial, fica suprimido o valor de R\$ 10.665,06 (dez mil,

seiscentos e sessenta e cinco reais e seis centavos), e fica aditiva- do o valor de R\$ 53.454,57 (cinquenta e três mil, quatrocentos e cinquenta e quatro reais e cinquenta e sete centavos), com base no Art. 65, parágrafo 1º, da Lei 8.666/93.

As demais cláusulas e condições previstas no Contrato primitivo, firmado em 06 de dezembro de 2011, Termo Aditivo nº 110/2012 de 21 de março de 2012, Termo Aditivo nº 115/2012 de 27 de março de 2012, Termo Aditivo nº 173/2012 de 04 de maio de 2012 e Termo Aditivo nº 214/2012 de 14 de junho de 2012, permanecem inalteradas.

São Bento do Sul, 19 de julho de 2012.

Ass: MAGNO BOLLMANN, pelo Município.

INEIS IVANIS DENCK LOVEMBERGER, pela Empresa Contratada.

Extrato do Termo Aditivo Nº 269/2012

EXTRATO DO TERMO ADITIVO Nº 269/2012

DA ESPÉCIE: Segundo Termo Aditivo ao Contrato de Empreitada nº 052/2012, firmado entre o MUNICÍPIO DE SÃO BENTO DO SUL e a Empresa CONSTRURIO EMPREITEIRA DE MÃO DE OBRA LTDA, em 25 de janeiro de 2012, conforme Edital de Concorrência Pública nº 423/2011.

Considerando o objeto do Contrato de fornecimento de material e mão de obra para construção de ponte em concreto armado para a futura via de expansão urbana no Município de São Bento do Sul, conforme memorial descritivo e projetos, e tendo em vista o atraso nos trabalhos, fica prorrogado o prazo de execução do Contrato por 01 (um) mês, a contar de 30 de julho de 2012 e a terminar em 29 de agosto de 2012 e a vigência do Contrato por 01 (um) mês, a contar de 25 de agosto de 2012 e a terminar em 24 de setembro de 2012, com base no art. 57, parágrafo 1º, inciso III, da Lei 8.666/93.

As demais cláusulas e condições previstas no Contrato primitivo, firmado em 25 de janeiro de 2012 e Termo Aditivo nº 202/2012 de 25 de maio de 2012, permanecem inalteradas.

São Bento do Sul, 27 de julho de 2012.

Ass: MAGNO BOLLMANN, pelo Município.

AUGOSTINHO JOÃO DA SILVA, pela Empresa Contratada.

Extrato do Termo Aditivo Nº 299/2012

EXTRATO DO TERMO ADITIVO Nº 299/2012

DA ESPÉCIE: Primeiro Aditivo ao Contrato de Pavimentação Asfáltica de nº 215/2012, firmado entre o MUNICÍPIO DE SÃO BENTO DO SUL e a Empresa CONPLA - CONSTRUÇÕES E PLANEJAMENTO LTDA, em 18 de junho de 2012, conforme Edital de Tomada de Preços nº 197/2012.

Considerando o objeto do Contrato a pavimentação asfáltica parcial da Estrada Dona Francisca, extensão total 1.274,46m, área total 10.705,00 m2, Município de São Bento do Sul, com fornecimento de material, mão de obra e demais obrigações necessárias, conforme Processo nº SDR25 00000788/2012, Convênio nº 4.533/2012-0, memorial descritivo e projetos, e tendo em vista a Contratada ingressou com processo administrativo requerendo prorrogação do Contrato, devido ao período prolongado de chuvas que assolam a região, atrasando o regular andamento das obras, e em virtude que os serviços de drenagem, remoção de solos moles, reforço de subleito e outros, são realizados via administração direta municipal, sendo que estes serviços realizados pela Prefeitura de São Bento do Sul ainda estão em andamento, impossibilitando a Contratada dar prosseguimento à obra. Isto posto, defere-se o pedido, conforme Processo nº 5266/2012, ficando prorrogado o prazo de execução do Contrato por 02 (dois) meses, a contar de 18 de agosto de 2012 e a terminar em 17 de outubro de 2012 e a vigência do Contrato por 02 (dois) meses, a contar de 18 de

setembro de 2012 e a terminar em 17 de novembro de 2012, com base no art. 57, parágrafo 1º, inciso III, da Lei 8.666/93.

As demais cláusulas e condições previstas no Contrato primitivo, firmado em 18 de junho de 2012, permanecem inalteradas.

São Bento do Sul, 17 de agosto de 2012.

Ass: MAGNO BOLLMANN, pelo Município.

ALCIDIR BOARETTO, pela Empresa Contratada.

Extrato do Termo Aditivo Nº 313/2012

EXTRATO DO TERMO ADITIVO Nº 313/2012

DA ESPÉCIE: Segundo Termo Aditivo ao Contrato de Empreitada nº 118/2012, firmado entre o MUNICÍPIO DE SÃO BENTO DO SUL e a Empresa CONSTRURIO EMPREITEIRA DE MÃO DE OBRA LTDA, em 16 de março de 2012, conforme Edital de Tomada de Preços nº 78/2012.

Considerando o objeto do Contrato de fornecimento de material e mão de obra para construção de ponte de concreto armado situada à Rua Dona Francisca, Bairro Dona Francisca, conforme memorial descritivo e projetos, e tendo em vista atraso nos trabalhos, fica prorrogado o prazo de execução dos serviços por 01 (um) mês, a contar de 29 de agosto de 2012 e a terminar em 28 de setembro de 2012 e a vigência do Contrato por 01 (um) mês, a contar de 25 de setembro de 2012 e a terminar em 24 de outubro de 2012, com base no art. 57, parágrafo 1º, inciso III, da Lei 8.666/93.

As demais cláusulas e condições previstas no Contrato primitivo, firmado em 27 de março de 2012 e Termo Aditivo nº 233/2012 de 26 de junho de 2012, permanecem inalteradas.

São Bento do Sul, 29 de agosto de 2012.

Ass: MAGNO BOLLMANN, pelo Município.

AUGOSTINHO JOÃO DA SILVA, pela Empresa Contratada.

Extrato do Termo Aditivo Nº 316/2012

EXTRATO DO TERMO ADITIVO Nº 316/2012

DA ESPÉCIE: Segundo Termo Aditivo ao Contrato de Pavimentação Asfáltica de nº 049/2012, firmado entre o MUNICÍPIO DE SÃO BENTO DO SUL e a Empresa CONPLA - CONSTRUÇÕES E PLANEJAMENTO LTDA, em 24 de janeiro de 2012, conforme Edital de Concorrência Pública nº 422/2011.

Considerando o objeto do Contrato o fornecimento de material e mão de obra para execução de serviços de terraplanagem, drenagem pluvial, sinalização viária para pavimentação asfáltica das Ruas Alexandre Frankberger, João Baum e Monte Castelo, conforme memorial descritivo, projetos e CONTRATO BADESC CIDADES Nº 2011008600, e tendo em vista a Contratada ingressou com processo administrativo requerendo prorrogação do Contrato, defere-se o pedido de acordo com o Processo nº 5911/2012, ficando prorrogado o prazo de execução do Contrato por 02 (dois) meses, a contar de 02 de setembro de 2012 e a terminar em 01 de novembro de 2012 e a vigência do Contrato por 03 (três) meses, a contar de 24 de setembro de 2012 e a terminar em 23 de dezembro de 2012.

As demais cláusulas e condições previstas no Contrato primitivo, firmado em 24 de janeiro de 2012 e Termo Aditivo nº 198/2012 de 23 de maio de 2012, permanecem inalteradas.

São Bento do Sul, 31 de agosto de 2012.

Ass: MAGNO BOLLMANN, pelo Município.

ALCIDIR BOARETTO, pela Empresa Contratada.

Extrato do Termo Aditivo Nº 319/2012
EXTRATO DO TERMO ADITIVO Nº 319/2012

DA ESPÉCIE: Terceiro Termo Aditivo ao Contrato de Permissão de Uso de Bem Público e Prestação de Serviços com Fornecimento de Materiais de nº 275/2011 firmado entre o MUNICÍPIO DE SÃO BENTO DO SUL e a Empresa WEB SYSTEM INFORMÁTICA LTDA EPP, em 08 de setembro de 2011, conforme Edital de Concorrência Pública nº 245/2011.

Considerando o objeto do Contrato de escolha de permissionária para utilização de espaço público, vinculada a prestação de serviços e entrega de material de fotocópias, encadernações, plotagem, impressão a laser e cópia de segurança em CD Room, conforme projeto básico anexo ao Edital nº 245/2011, e tendo em vista que a Contratada ingressou com pedido administrativo requerendo reajuste no valor do Contrato, com o percentual de 20% (vinte por cento), fica alterado o valor contratual de R\$ 100.941,08 (cem mil, novecentos e quarenta e um reais e oito centavos) para R\$ 121.129,30 (cento e vinte e um mil, cento e vinte e nove reais e trinta centavos), a partir de 03 de setembro de 2012, conforme Parecer Jurídico nº 516/2012, de acordo com o Art. 65, II, "d", da Lei 8.666/93.

As demais cláusulas e condições previstas no Contrato primitivo, firmado em 08 de setembro de 2011, Termo Aditivo nº 259/2012 de 19 de julho de 2012 e Termo Aditivo nº 281/2012 de 01 de agosto de 2012, permanecem inalteradas.

São Bento do Sul, 03 de setembro de 2012.

Ass: MAGNO BOLLMANN, pelo Município.

IRIS IDALÊNCIO VAZ DE OLIVEIRA, pela Empresa Contratada.

Extrato do Termo Aditivo Nº 327/2012
EXTRATO DO TERMO ADITIVO Nº 327/2012

DA ESPÉCIE: Primeiro Termo Aditivo ao Contrato de Prestação de Serviços de nº 101/2012 firmado entre o MUNICÍPIO DE SÃO BENTO DO SUL e o SEBRAE/SC - SERVIÇO DE APOIO ÀS MICRO E PEQUENAS EMPRESAS DE SANTA CATARINA, em 12 de março de 2012, conforme Dispensa de Licitação nº 100/2012.

Considerando o término do Contrato no dia 11 de setembro de 2012, que tem como objeto a Contratação de empresa para realização de evento "Sessão de Negócios" no Município de São Bento do Sul, conforme projeto, e tendo em vista o Memorando 075 de 20 de julho de 2012 da Secretaria de Desenvolvimento Econômico, solicitando alteração da data de realização da Sessão de Negócios para o dia 08 de novembro de 2012, em virtude dos pedidos feitos pela CDL - Câmara de Dirigentes Lojistas e ACISBS - Associação Empresarial de São Bento do Sul, fica prorrogada a vigência do Contrato por 03 (três) meses, a contar de 12 de setembro de 2012 e com término em 11 de dezembro de 2012, com base no Art. 57, parágrafo 1º, III, da Lei nº 8.666/93.

As demais cláusulas e condições previstas no Contrato primitivo, firmado em 12 de março de 2012, permanecem inalteradas.

São Bento do Sul, 10 de setembro de 2012.

Ass: MAGNO BOLLMANN, pelo Município.

CARLOS GUILHERME ZIGELLI, ANACLETO ÂNGELO ORTIGARA e SERGIO FERNANDES CARDOSO, pelo SEBRAE/SC.

Extrato do Termo Aditivo Nº 331/2012
EXTRATO DO TERMO ADITIVO Nº 331/2012

DA ESPÉCIE: Terceiro Termo Aditivo ao Contrato de Empreitada nº 118/2012, firmado entre o MUNICÍPIO DE SÃO BENTO DO SUL e a Empresa CONSTRURIO EMPREITEIRA DE MÃO DE OBRA LTDA, em 16 de março de 2012, conforme Edital de Tomada de Preços

nº 78/2012.

Considerando o objeto do Contrato de fornecimento de material e mão de obra para construção de ponte de concreto armado situada à Rua Dona Francisca, Bairro Dona Francisca, conforme memorial descritivo e projetos, e tendo em vista a sondagem do terreno, verificou-se a necessidade de cravação das estacas com 10 metros de comprimento ao invés de 8 metros arbitrados no projeto inicial, fica aditivado o Contrato no valor de R\$ 17.280,64 (dezessete mil, duzentos e oitenta reais e sessenta e quatro centavos), com base no Art. 65, parágrafo 1º, da Lei 8.666/93.

As demais cláusulas e condições previstas no Contrato primitivo, firmado em 27 de março de 2012, Termo Aditivo nº 233/2012 de 26 de junho de 2012 e Termo Aditivo nº 313/2012 de 29 de agosto de 2012, permanecem inalteradas.

São Bento do Sul, 13 de setembro de 2012.

Ass: MAGNO BOLLMANN, pelo Município.

AUGOSTINHO JOÃO DA SILVA, pela Empresa Contratada.

Extrato do Termo Aditivo Nº 332/2012
EXTRATO DO TERMO ADITIVO Nº 332/2012

DA ESPÉCIE: Terceiro Termo Aditivo ao Contrato de Empreitada de nº 361/2011, firmado entre o MUNICÍPIO DE SÃO BENTO DO SUL e a Empresa EMPREITEIRA DE OBRAS LEÃO LTDA, em 15 de dezembro de 2011, conforme Edital de Tomada de Preços nº 377/2011.

Considerando o objeto do Contrato de fornecimento de material, mobiliário e mão de obra para infraestrutura urbanística junto às escadarias da Igreja Matriz com área total de 1.116,21 m2, localizada na Rua Barão do Rio Branco s/nº, Centro, em São Bento do Sul, conforme memorial descritivo, projetos e Contrato de Repasse nº 323.288-92/2010/Ministério do Turismo/Caixa Econômica Federal, e tendo em vista que não houve necessidade da execução de alguns dos serviços, conforme planilha, fica suprimido do Contrato o valor de R\$ 1.730,23 (hum mil, setecentos e trinta reais e vinte e três centavos), com base no Art. 65, parágrafo 1º, da Lei nº 8.666/93, e devido à necessidade de aguardar o repasse do Governo Federal, fica prorrogada a vigência do Contrato para fins contábeis por 02 (dois) meses, a contar de 16 de setembro de 2012 e com término em 15 de novembro de 2012.

As demais cláusulas e condições previstas no Contrato primitivo, firmado em 15 de dezembro de 2011, Termo Aditivo nº 144/2012 de 13 de abril de 2012 e Termo Aditivo nº 219/2012 de 19 de junho de 2012, permanecem inalteradas.

São Bento do Sul, 13 de setembro de 2012.

Ass: MAGNO BOLLMANN, pelo Município.

LOURIVAL NEGRELLI, pela Empresa Contratada.

Extrato do Termo Aditivo Nº 345/2012
EXTRATO DO TERMO ADITIVO Nº 345/2012

DA ESPÉCIE: Primeiro Termo Aditivo ao Contrato de Prestação de Serviços de nº 100/2012 firmado entre o MUNICÍPIO DE SÃO BENTO DO SUL e a Empresa CONSTRUTORA CAMPO ALEGRE LTDA ME, em 12 de março de 2012, conforme Pregão nº 72/2012. Considerando o objeto do Contrato que consiste na prestação de serviços de consertos e reparos nas Unidades Educacionais da Rede Municipal de Ensino, e em virtude de reparos em coberturas e consertos diversos, a quantidade de horas previstas inicialmente não foram suficientes, fica incluído no Contrato o valor de R\$ 13.850,00 (treze mil, oitocentos e cinquenta reais), com base no Art. 65, parágrafo 1º, da Lei nº 8.666/93.

As demais cláusulas e condições previstas no Contrato primitivo, firmado em 12 de março de 2012, permanecem inalteradas.

São Bento do Sul, 26 de setembro de 2012.
Ass: MAGNO BOLLMANN, pelo Município.
ADRIANO LIMA, pela Empresa Contratada.

Termo de Rescisão do Contrato Nº 020/2012

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
TERMO DE RESCISÃO DO CONTRATO Nº 020/2012

DA ESPÉCIE: Fica rescindido o Contrato de fornecimento de medicamentos alopáticos, éticos, similares, genéricos e fornecimento de medicamentos prescritos por médicos para pacientes do SUS deste Município, conforme revista ABC Farma, que não façam parte da Farmácia Básica, firmado entre o FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE e a Empresa SESI SERVIÇO SOCIAL DA INDÚSTRIA, a partir desta data.

São Bento do Sul, 18 de setembro de 2012.
Ass: MARCUS MALUF, pelo Fundo.
HERMES TOMEDI, pela Empresa Contratada.

Errata

ERRATA :

No Diário Oficial do Município Edição nº 1102 de 22 de outubro de 2012, página nº 865/866, na publicação do Decreto nº 1258 de 17 de outubro de 2012, onde se lê "O mandato do Conselho nomeado pelo presente compreende o período de 22/10/2010 a 22/10/2012", leia-se "O mandato do Conselho nomeado pelo presente compreende o período de 22/10/2012 a 22/10/2014 ."

IPRESBS

Portaria IPRESBS Nº 442/2012

PORTARIA IPRESBS Nº 442/2012

O Diretor Presidente do Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de São Bento do Sul - IPRESBS, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o § 9º do art. 116 e Capítulo IV, Seção VI da Lei Municipal nº. 1718, de 24/11/2006.

RESOLVE:

Art. 1º. Conceder AUXÍLIO POR INCAPACIDADE TEMPORÁRIA, no período de 19/10/2012 a 17/11/2012, à servidora TANIA LUCIA GRUBER, ocupante do cargo de provimento efetivo de Professor Anos Iniciais, lotada na Secretaria Municipal de Educação, conforme perícia médica e de acordo com o art. 40 e seguintes da Lei Municipal nº 1718, de 24/11/2006.

Art. 2º. O pagamento dos 15 (quinze) primeiros dias de afastamento, referente ao período 04/10/2012 a 18/10/2012, compete ao Município.

Art. 3º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos a partir de 19/10/2012.

São Bento do Sul, 17/10/2012.
MÁRCIO MALLON
Diretor Presidente

Portaria IPRESBS Nº 443/2012

PORTARIA IPRESBS Nº 443/2012

O Diretor Presidente do Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de São Bento do Sul - IPRESBS, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o § 9º do art. 116 e Capítulo IV, Seção VI da Lei Municipal nº. 1718, de 24/11/2006.

RESOLVE:

Art. 1º. Conceder AUXÍLIO POR INCAPACIDADE TEMPORÁRIA, no período de 11/10/2012 a 24/11/2012, à servidora ANA CLAUDIA DA SILVA MURARA, ocupante do cargo de provimento efetivo de Professor Anos Iniciais, lotada na Secretaria Municipal de Educação, conforme perícia médica e de acordo com o art. 40 e seguintes da Lei Municipal nº 1718, de 24/11/2006.

Art. 2º. O pagamento dos 15 (quinze) primeiros dias de afastamento, referente ao período 26/09/2012 a 10/10/2012, compete ao Município.

Art. 3º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos a partir de 11/10/2012.

São Bento do Sul, 17/10/2012.
MÁRCIO MALLON
Diretor Presidente

Portaria IPRESBS Nº 444/2012

PORTARIA IPRESBS Nº 444/2012

O Diretor Presidente do Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de São Bento do Sul - IPRESBS, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o § 9º do art. 116 e Capítulo IV, Seção VI da Lei Municipal nº. 1718, de 24/11/2006.

RESOLVE:

Art. 1º. Conceder AUXÍLIO POR INCAPACIDADE TEMPORÁRIA, no período de 16/10/2012 a 15/11/2012, à servidora CAROLINE LOPES CASAGRANDE, ocupante do cargo de provimento efetivo de Médico Ginecologista/Obstetra, lotada na Secretaria Municipal de Saúde, conforme perícia médica e de acordo com o art. 40 e seguintes da Lei Municipal nº 1718, de 24/11/2006.

Art. 2º. O pagamento dos 15 (quinze) primeiros dias de afastamento, referente ao período 01/10/2012 a 15/10/2012, compete ao Município.

Art. 3º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos a partir de 16/10/2012.

São Bento do Sul, 17/10/2012.
MÁRCIO MALLON
Diretor Presidente

Portaria IPRESBS Nº 445/2012

PORTARIA IPRESBS Nº 445/2012

O Diretor Presidente do Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de São Bento do Sul - IPRESBS, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o § 9º do art. 116 e Capítulo IV, Seção VI da Lei Municipal nº. 1718, de 24/11/2006.

RESOLVE:

Art. 1º. Conceder AUXÍLIO POR INCAPACIDADE TEMPORÁRIA, no período de 13/10/2012 a 26/12/2012, à servidora MELITA MAROS CRISTOFOLINI, ocupante do cargo de provimento efetivo de

Atendente Educativo, lotada na Secretaria Municipal de Educação, conforme perícia médica e de acordo com o art. 40 e seguintes da Lei Municipal nº 1718, de 24/11/2006.

Art. 2º. O pagamento dos 15 (quinze) primeiros dias de afastamento, referente ao período 28/09/2012 a 12/10/2012, compete ao Município.

Art. 3º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos a partir de 13/10/2012.

São Bento do Sul, 17/10/2012.

MÁRCIO MALLON

Diretor Presidente

Portaria IPRESBS Nº 446/2012

PORTARIA IPRESBS Nº 446/2012

O Diretor Presidente do Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de São Bento do Sul - IPRESBS, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o § 9º do art. 116 e Capítulo IV, Seção VI da Lei Municipal nº. 1718, de 24/11/2006.

RESOLVE:

Art. 1º. Conceder AUXÍLIO POR INCAPACIDADE TEMPORÁRIA, no período de 16/10/2012 a 14/12/2012, à servidora ODETE KNOPIK, ocupante do cargo de provimento efetivo de Atendente Educativo, lotada na Secretaria Municipal de Educação, conforme perícia médica e de acordo com o art. 40 e seguintes da Lei Municipal nº 1718, de 24/11/2006.

Art. 2º. O pagamento dos 15 (quinze) primeiros dias de afastamento, referente ao período 01/10/2012 a 15/10/2012, compete ao Município.

Art. 3º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos a partir de 16/10/2012.

São Bento do Sul, 17/10/2012.

MÁRCIO MALLON

Diretor Presidente

Portaria IPRESBS Nº 447/2012

PORTARIA IPRESBS Nº 447/2012

O Diretor Presidente do Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de São Bento do Sul - IPRESBS, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o § 9º do art. 116 e Capítulo IV, Seção VI da Lei Municipal nº. 1718, de 24/11/2006.

RESOLVE:

Art. 1º. Conceder AUXÍLIO POR INCAPACIDADE TEMPORÁRIA, no período de 12/10/2012 a 25/12/2012, à servidora LEONETE MIL-CZEWSKY, ocupante do cargo de provimento efetivo de Assistente Administrativo, lotada na Secretaria Municipal de Assistência Social, conforme perícia médica e de acordo com o art. 40 e seguintes da Lei Municipal nº 1718, de 24/11/2006.

Art. 2º. O pagamento dos 15 (quinze) primeiros dias de afastamento, referente ao período 27/09/2012 a 11/10/2012, compete ao Município.

Art. 3º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos a partir de 12/10/2012.

São Bento do Sul, 17/10/2012.

MÁRCIO MALLON

Diretor Presidente

Portaria IPRESBS Nº 448/2012

PORTARIA IPRESBS Nº 448/2012

O Diretor Presidente do Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de São Bento do Sul - IPRESBS, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o § 9º do art. 116 e Capítulo IV, Seção VI da Lei Municipal nº. 1718, de 24/11/2006.

RESOLVE:

Art. 1º. Conceder AUXÍLIO POR INCAPACIDADE TEMPORÁRIA, no período de 11/10/2012 a 24/12/2012, à servidora MARIA BERNARDETE DE MELLO LIMA, ocupante do cargo de provimento efetivo de Auxiliar de Serviços, lotada na Secretaria Municipal de Saúde, conforme perícia médica e de acordo com o art. 40 e seguintes da Lei Municipal nº 1718, de 24/11/2006.

Art. 2º. O pagamento dos 15 (quinze) primeiros dias de afastamento, referente ao período 26/09/2012 a 10/10/2012, compete ao Município.

Art. 3º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos a partir de 11/10/2012.

São Bento do Sul, 17/10/2012.

MÁRCIO MALLON

Diretor Presidente

Portaria IPRESBS Nº 449/2012

PORTARIA IPRESBS Nº 449/2012

O Diretor Presidente do Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de São Bento do Sul - IPRESBS, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o § 9º do art. 116 e Capítulo IV, Seção VI da Lei Municipal nº. 1718, de 24/11/2006.

RESOLVE:

Art. 1º. Conceder AUXÍLIO POR INCAPACIDADE TEMPORÁRIA, no período de 23/10/2012 a 21/12/2012, à servidora MARIA APARECIDA GROBER DA ROSA, ocupante do cargo de provimento efetivo de Atendente Educativo, lotada na Secretaria Municipal de Educação, conforme perícia médica e de acordo com o art. 40 e seguintes da Lei Municipal nº 1718, de 24/11/2006.

Art. 2º. O pagamento dos 15 (quinze) primeiros dias de afastamento, referente ao período 08/10/2012 a 22/10/2012, compete ao Município.

Art. 3º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos a partir de 23/10/2012.

São Bento do Sul, 17/10/2012.

MÁRCIO MALLON

Diretor Presidente

Portaria IPRESBS Nº 450/2012

PORTARIA IPRESBS Nº 450/2012

O Diretor Presidente do Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de São Bento do Sul - IPRESBS, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o § 9º do art. 116 e Capítulo IV, Seção VI da Lei Municipal nº. 1718, de 24/11/2006.

RESOLVE:

Art. 1º. Conceder AUXÍLIO POR INCAPACIDADE TEMPORÁRIA, no período de 20/10/2012 a 21/12/2012, à servidora DEISY CRISTIANE RUDNICK LISBOA DA SILVA, ocupante do cargo de provimento

efetivo de Atendente Educativo, lotada na Secretaria Municipal de Educação, conforme perícia médica e de acordo com o art. 40 e seguintes da Lei Municipal nº 1718, de 24/11/2006.

Art. 2º. O pagamento dos 15 (quinze) primeiros dias de afastamento, referente ao período 05/10/2012 a 19/10/2012, compete ao Município.

Art. 3º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos a partir de 20/10/2012.

São Bento do Sul, 17/10/2012.

MÁRCIO MALLON

Diretor Presidente

Portaria IPRESBS Nº 451/2012

PORTARIA IPRESBS Nº 451/2012

O Diretor Presidente do Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de São Bento do Sul - IPRESBS, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o § 9º do art. 116 e Capítulo IV, Seção VI da Lei Municipal nº. 1718, de 24/11/2006.

RESOLVE:

Art. 1º. Conceder AUXÍLIO POR INCAPACIDADE TEMPORÁRIA, no período de 18/10/2012 a 31/12/2012, ao servidor HILARIO HARRI HUTTL, ocupante do cargo de provimento efetivo de Auxiliar Administrativo, lotado na Secretaria Municipal de Administração, conforme perícia médica e de acordo com o art. 40 e seguintes da Lei Municipal nº 1718, de 24/11/2006.

Art. 2º. O pagamento dos 15 (quinze) primeiros dias de afastamento, referente ao período 03/10/2012 a 17/10/2012, compete ao Município.

Art. 3º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos a partir de 18/10/2012.

São Bento do Sul, 17/10/2012.

MÁRCIO MALLON

Diretor Presidente

Portaria IPRESBS Nº 452/2012

PORTARIA IPRESBS Nº 452/2012

O Diretor Presidente do Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de São Bento do Sul - IPRESBS, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o § 9º do art. 116 e Capítulo IV, Seção VI da Lei Municipal nº. 1718, de 24/11/2006.

RESOLVE:

Art. 1º. Conceder AUXÍLIO POR INCAPACIDADE TEMPORÁRIA, no período de 06/10/2012 a 31/01/2013, à servidora SIDERLENE NENEVE, ocupante do cargo de provimento efetivo de Professor Anos Iniciais, lotada na Secretaria Municipal de Educação, conforme perícia médica e de acordo com o art. 40 e seguintes da Lei Municipal nº 1718, de 24/11/2006.

Art. 2º. O pagamento dos 15 (quinze) primeiros dias de afastamento, referente ao período 21/09/2012 a 05/10/2012, compete ao Município.

Art. 3º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos a partir de 06/10/2012.

São Bento do Sul, 17/10/2012.

MÁRCIO MALLON

Diretor Presidente

Portaria IPRESBS Nº. 453/2012

PORTARIA IPRESBS Nº. 453/2012

O Diretor Presidente do Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de São Bento do Sul - IPRESBS, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o § 9º do art. 116 e Capítulo IV, Seção VI da Lei Municipal nº. 1718, de 24/11/2006,

RESOLVE:

Art. 1º. Prorrogar o AUXÍLIO POR INCAPACIDADE TEMPORÁRIA, pelo período de 06/10/2012 a 02/11/2012, concedido à servidora ELLA MARINEZ KNOP CIESLINSKI, ocupante do cargo de provimento efetivo de Professor Anos Iniciais, lotada na Secretaria Municipal de Educação, através da Portaria IPRESBS nº. 359/2012, conforme perícia médica e de acordo com o art. 40 e seguintes da Lei Municipal nº 1718, de 24/11/2006.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos a partir de 06/10/2012.

São Bento do Sul, 17/10/2012.

MÁRCIO MALLON

Diretor Presidente

Portaria IPRESBS Nº. 454/2012

PORTARIA IPRESBS Nº. 454/2012

O Diretor Presidente do Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de São Bento do Sul - IPRESBS, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o § 9º do art. 116 e Capítulo IV, Seção VI da Lei Municipal nº. 1718, de 24/11/2006,

RESOLVE:

Art. 1º. Prorrogar o AUXÍLIO POR INCAPACIDADE TEMPORÁRIA, pelo período de 25/10/2012 a 21/01/2013, concedido à servidora REGINA CELIA REGO DE MOURA BELO, ocupante do cargo de provimento efetivo de Atendente Educativo, lotada na Secretaria Municipal de Educação, através da Portaria IPRESBS nº. 283/2010, conforme perícia médica e de acordo com o art. 40 e seguintes da Lei Municipal nº 1718, de 24/11/2006.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos a partir de 25/10/2012.

São Bento do Sul, 17/10/2012.

MÁRCIO MALLON

Diretor Presidente

Portaria IPRESBS Nº. 455/2012

PORTARIA IPRESBS Nº. 455/2012

O Diretor Presidente do Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de São Bento do Sul - IPRESBS, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o § 9º do art. 116 e Capítulo IV, Seção VI da Lei Municipal nº. 1718, de 24/11/2006,

RESOLVE:

Art. 1º. Prorrogar o AUXÍLIO POR INCAPACIDADE TEMPORÁRIA, pelo período de 01/10/2012 a 15/12/2012, concedido à servidora RITA INES ALEXI SCHOFFEL, ocupante do cargo de provimento efetivo de Professor Educação Infantil, lotada na Secretaria Municipal de Educação, através da Portaria IPRESBS nº. 336/2012, conforme perícia médica e de acordo com o art. 40 e seguintes da Lei Municipal nº 1718, de 24/11/2006.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação,

produzindo efeitos a partir de 01/10/2012.

São Bento do Sul, 17/10/2012.
MÁRCIO MALLON
Diretor Presidente

Portaria IPRESBS Nº. 456/2012
PORTARIA IPRESBS Nº. 456/2012

O Diretor Presidente do Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de São Bento do Sul - IPRESBS, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o § 9º do art. 116 e Capítulo IV, Seção VI da Lei Municipal nº. 1718, de 24/11/2006,

RESOLVE:

Art. 1º. Prorrogar o AUXÍLIO POR INCAPACIDADE TEMPORÁRIA, pelo período de 27/09/2012 a 30/11/2012, concedido à servidora REGINA KOFFKE FERREIRA DE LIMA, ocupante do cargo de provimento efetivo de Oficial Administrativo, lotada na Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico e Turismo, através da Portaria IPRESBS nº. 371/2012, conforme perícia médica e de acordo com o art. 40 e seguintes da Lei Municipal nº 1718, de 24/11/2006.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos a partir de 27/09/2012.

São Bento do Sul, 17/10/2012.
MÁRCIO MALLON
Diretor Presidente

Portaria IPRESBS Nº. 457/2012
PORTARIA IPRESBS Nº. 457/2012

O Diretor Presidente do Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de São Bento do Sul - IPRESBS, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o § 9º do art. 116 e Capítulo IV, Seção VI da Lei Municipal nº. 1718, de 24/11/2006,

RESOLVE:

Art. 1º. Prorrogar o AUXÍLIO POR INCAPACIDADE TEMPORÁRIA, pelo período de 24/09/2012 a 24/12/2012, concedido à servidora TERESA PIASKOVSKI NECZYPOR, ocupante do cargo de provimento efetivo de Auxiliar de Serviços, lotada na Secretaria Municipal de Educação, através da Portaria IPRESBS nº. 374/2012, conforme perícia médica e de acordo com o art. 40 e seguintes da Lei Municipal nº 1718, de 24/11/2006.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos a partir de 24/09/2012.

São Bento do Sul, 17/10/2012.
MÁRCIO MALLON
Diretor Presidente

Portaria IPRESBS Nº. 458/2012
PORTARIA IPRESBS Nº. 458/2012

O Diretor Presidente do Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de São Bento do Sul - IPRESBS, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o § 9º do art. 116 e Capítulo IV, Seção VI da Lei Municipal nº. 1718, de 24/11/2006,

RESOLVE:

Art. 1º. Prorrogar o AUXÍLIO POR INCAPACIDADE TEMPORÁRIA,

pelo período de 01/10/2012 a 27/03/2013, concedido à servidora IVANILDA APARECIDA DE OLIVEIRA VIGNATTI, ocupante do cargo de provimento efetivo de Atendente Educativo, lotada na Secretaria Municipal de Educação, através da Portaria IPRESBS nº. 011/2011, conforme perícia médica e de acordo com o art. 40 e seguintes da Lei Municipal nº 1718, de 24/11/2006.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos a partir de 01/10/2012.

São Bento do Sul, 17/10/2012.
MÁRCIO MALLON
Diretor Presidente

Portaria IPRESBS Nº. 459/2012
PORTARIA IPRESBS Nº. 459/2012

O Diretor Presidente do Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de São Bento do Sul - IPRESBS, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o § 9º do art. 116 e Capítulo IV, Seção VI da Lei Municipal nº. 1718, de 24/11/2006,

RESOLVE:

Art. 1º. Prorrogar o AUXÍLIO POR INCAPACIDADE TEMPORÁRIA, pelo período de 01/11/2012 a 05/01/2013, concedido à servidora ANA MARCIA MOROSCKO ROHRBACHER, ocupante do cargo de provimento efetivo de Auxiliar de Serviços, lotada na Secretaria Municipal de Educação, através da Portaria IPRESBS nº. 373/2012, conforme perícia médica e de acordo com o art. 40 e seguintes da Lei Municipal nº 1718, de 24/11/2006.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos a partir de 01/11/2012.

São Bento do Sul, 17/10/2012.
MÁRCIO MALLON
Diretor Presidente

Portaria IPRESBS Nº. 460/2012
PORTARIA IPRESBS Nº. 460/2012

O Diretor Presidente do Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de São Bento do Sul - IPRESBS, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o § 9º do art. 116 e Capítulo IV, Seção VI da Lei Municipal nº. 1718, de 24/11/2006,

RESOLVE:

Art. 1º. Prorrogar o AUXÍLIO POR INCAPACIDADE TEMPORÁRIA, pelo período de 07/10/2012 a 21/11/2012, concedido à servidora LUCINDA ISABEL ZOLLNER KROHL, ocupante do cargo de provimento efetivo de Atendente Educativo, lotada na Secretaria Municipal de Educação, através da Portaria IPRESBS nº. 367/2012, conforme perícia médica e de acordo com o art. 40 e seguintes da Lei Municipal nº 1718, de 24/11/2006.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos a partir de 07/10/2012.

São Bento do Sul, 17/10/2012.
MÁRCIO MALLON
Diretor Presidente

Portaria IPRESBS Nº. 461/2012
PORTARIA IPRESBS Nº. 461/2012

O Diretor Presidente do Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de São Bento do Sul - IPRESBS, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o § 9º do art. 116 e Capítulo IV, Seção VI da Lei Municipal nº. 1718, de 24/11/2006,

RESOLVE:

Art. 1º. Prorrogar o AUXÍLIO POR INCAPACIDADE TEMPORÁRIA, pelo período de 02/11/2012 a 31/01/2013, concedido à servidora MARIA DE LOURDES FERNANDES, ocupante do cargo de provimento efetivo de Auxiliar de Operações, lotada na Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico e Turismo, através da Portaria IPRESBS nº. 135/2010, conforme perícia médica e de acordo com o art. 40 e seguintes da Lei Municipal nº 1718, de 24/11/2006.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos a partir de 02/11/2012.

São Bento do Sul, 18/10/2012.
MÁRCIO MALLON
Diretor Presidente

Portaria IPRESBS Nº. 462/2012
PORTARIA IPRESBS Nº. 462/2012

O Diretor Presidente do Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de São Bento do Sul - IPRESBS, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o § 9º do art. 116 e Capítulo IV, Seção VI da Lei Municipal nº. 1718, de 24/11/2006,

RESOLVE:

Art. 1º. Prorrogar o AUXÍLIO POR INCAPACIDADE TEMPORÁRIA, pelo período de 02/10/2012 a 31/01/2013, concedido à servidora PATRICIA MEIRA BEGE, ocupante do cargo de provimento efetivo de Instrutor de Recriação, lotada na Secretaria Municipal de Assistência Social, através da Portaria IPRESBS nº. 572/2009, conforme perícia médica e de acordo com o art. 40 e seguintes da Lei Municipal nº 1718, de 24/11/2006.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos a partir de 02/10/2012.

São Bento do Sul, 18/10/2012.
MÁRCIO MALLON
Diretor Presidente

Portaria IPRESBS Nº. 463/2012
PORTARIA IPRESBS Nº. 463/2012

O Diretor Presidente do Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de São Bento do Sul - IPRESBS, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o § 9º do art. 116 e Capítulo IV, Seção VI da Lei Municipal nº. 1718, de 24/11/2006,

RESOLVE:

Art. 1º. Prorrogar o AUXÍLIO POR INCAPACIDADE TEMPORÁRIA, pelo período de 01/11/2012 a 31/01/2013, concedido à servidora SALETE BELANDI, ocupante do cargo de provimento efetivo de Auxiliar de Enfermagem, lotada na Secretaria Municipal de Saúde, através da Portaria IPRESBS nº. 105/2012, conforme perícia médica e de acordo com o art. 40 e seguintes da Lei Municipal nº 1718, de 24/11/2006.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos a partir de 01/11/2012.

São Bento do Sul, 18/10/2012.
MÁRCIO MALLON
Diretor Presidente

Portaria IPRESBS Nº. 464/2012
PORTARIA IPRESBS Nº. 464/2012

O Diretor Presidente do Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de São Bento do Sul - IPRESBS, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o § 9º do art. 116 e Capítulo IV, Seção VI da Lei Municipal nº. 1718, de 24/11/2006,

RESOLVE:

Art. 1º. Prorrogar o AUXÍLIO POR INCAPACIDADE TEMPORÁRIA, pelo período de 09/10/2012 a 31/01/2013, concedido ao servidor GEOLIVIO FERREIRA DE FRANCA, ocupante do cargo de provimento efetivo de Técnico Segurança do Trabalho, lotado na Secretaria Municipal de Administração, através da Portaria IPRESBS nº. 270/2012. Benefício concedido por Ofício de acordo com o art. 40 e seguintes da Lei Municipal nº 1718, de 24/11/2006.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos a partir de 09/10/2012.

São Bento do Sul, 18/10/2012.
MÁRCIO MALLON
Diretor Presidente

SAMAE

Portaria/SAMAE /SBS/ Nº 289 de 17 de Outubro de 2012.

O Diretor Presidente do Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto - SAMAE de São Bento do Sul - SC, nomeado pela Portaria n.º 13883, de 11 de outubro de 2012, do Excelentíssimo Senhor Prefeito Municipal e no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Municipal nº 702 de 03/12/1996,

“Constitui e nomeia os membros da Comissão Permanente de Licitação”

RESOLVE

Art. 1º Ficam designados para formação da Comissão Permanente de Licitação, na abertura, análise e julgamento das licitações do Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto - SAMAE de São Bento do Sul - SC, que ficará assim constituída:

PRESIDENTE Claudete Stawny - matrícula 341
SECRETÁRIA Alessandra Carvalho Suominiski - matrícula 396
SUPLENTE Jean Marcelo Fuck - matrícula 335
MEMBRO Cristiano Teixeira da Silva - matrícula 395
MEMBRO Luís Sérgio Ferreira - matrícula 319
MEMBRO Marcos Gertler - matrícula 162
MEMBRO Marco Rodrigo Redlich - matrícula 362

Art. 2º Ausente um dos integrantes, inclusive o Presidente, será substituído pelo Suplente da Comissão;

Art. 3º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos legais a partir de 17/10/2012.

GERALDO WEIHERMANN
Diretor Presidente

Portaria/SAMAE/SBS/Nº 286, de 11 de Outubro de 2012.

"EXONERA DIRETOR DPTO."

O Diretor Presidente do Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto - SAMAE de São Bento do Sul - SC, nomeado pela Portaria n.º 13883, de 11 de outubro de 2012, do Excelentíssimo Senhor Prefeito Municipal e no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 7º, § 2º da Lei Municipal nº 41 de 17/08/1966, alterada pela Lei Municipal nº 702 de 03/12/1996,

RESOLVE

Art. 1º - EXONERAR A PEDIDO, na forma do art. 49º, alínea b, da Lei nº 228, de 28 de Dezembro de 2001, o Senhor FRIDOLINO VAN DEN BOOM, do cargo de Diretor do Departamento Administrativo e Financeiro.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos legais a partir de 11 de outubro de 2012.

GERALDO WEIHERMANN
Diretor Presidente

Portaria/SAMAE/SBS/Nº 287, de 11 de Outubro de 2012.

"NOMEIA ASSESSOR"

O Diretor Presidente do Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto - SAMAE de São Bento do Sul - SC, nomeado pela Portaria n.º 13883, de 11 de outubro de 2012, do Excelentíssimo Senhor Prefeito Municipal e no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 7º, § 2º da Lei Municipal nº 41 de 17/08/1966, alterada pela Lei Municipal nº 702 de 03/12/1996,

RESOLVE

Art. 1º - NOMEAR, na forma do art. 5º, § 3º, da Lei nº 228, de 28 de Dezembro de 2001, o Senhor FRIDOLINO VAN DEN BOOM, para exercer o cargo de Assessor de Gabinete.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos a partir de 11 de outubro de 2012.

GERALDO WEIHERMANN
Diretor Presidente

Portaria/SAMAE/SBS/Nº 288, de 11 de Outubro de 2012.

"NOMEIA DIRETOR ADMINISTRATIVO"

O Diretor Presidente do Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto - SAMAE de São Bento do Sul - SC, nomeado pela Portaria n.º 13883, de 11 de outubro de 2012, do Excelentíssimo Senhor Prefeito Municipal e no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 7º, § 2º da Lei Municipal nº 41 de 17/08/1966, alterada pela Lei Municipal nº 702 de 03/12/1996,

RESOLVE

Art. 1º - NOMEAR, na forma do art. 9º, Parágrafo único, da Lei nº 228, de 28 de Dezembro de 2001, o Senhor JEAN MARCELO FUCK, para exercer o cargo de Diretor do Departamento Administrativo e Financeiro.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos a partir de 11 de outubro de 2012.

GERALDO WEIHERMANN
Diretor Presidente

Pregão 56/2012**AVISO DE LICITAÇÃO**

PREGÃO Nº. 56/2012. O Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto - SAMAE de São Bento do Sul-SC, torna público que às 09:30h do dia 06/11/2012 realizará em sua sede, abertura de licitação na modalidade pregão, do Tipo Menor Preço Por item, para: AQUISIÇÃO DE CONJUNTOS MOTOBOMBA. O texto integral do Edital e maior esclarecimento poderá ser obtido na sede do SAMAE, na Rua Marechal Floriano, 214 - Centro, São Bento do Sul-SC, ou solicitado via Internet (www.samaesbs.sc.gov.br).

CLAUDETE STAWNY
Pregoeira

São Lourenço do Oeste

PREFEITURA

Notificação de Recebimento de Recursos Federais - 19/10/2012

ESTADO DE SANTA CATARINA

Betha Sistemas

PREFEITURA MUNICIPAL SAO LOURENCO DO OESTE

Exercício de 2012

Notificação de Recebimento Recursos Federais

O Município de São Lourenço do Oeste/SC, nos termos da Lei Federal n. 9.452/97, notifica os partidos políticos, sindicatos de trabalhadores e entidades empresariais com sede no Município, a liberação dos seguintes recursos do Governo Federal:

Período de: 19/10/2012 até 19/10/2012

Espécie		Recebido no Período
Receitas Orçamentárias		42.279,11
4.1.7.2.1.00.00.00.00	Transf. da União	42.279,11
4.1.7.2.1.33.00.00.00	Transf. de Recursos do Sistema Único Saúde - SUS	42.279,11
4.1.7.2.1.33.04.00.00	PAB FIXO	42.097,67
4.1.7.2.1.33.10.00.00	MAC - Ambulatorial e Hospitalar	181,44

SÃO LOURENÇO DO OESTE, 22/10/2012

ROBERTO ZOLET
CONTADOR CRC 025778/O-9

NORIVAL JOÃO CENCI
DIRETOR DE PLANEJAMENTO E GESTÃO

São Pedro de Alcântara

PREFEITURA

Decreto N.º 124/2012

DECRETO n.º 124/2012
INSTITUI HORÁRIO DE VERÃO.

ERNEI JOSÉ STAHELIN, Prefeito Municipal de São Pedro de Alcântara, no uso de suas atribuições legais, e de conformidade com o disposto no artigo 45, inciso IV, da Lei Orgânica,

DECRETA:

Art. 1º - Fica instituído o horário de verão a partir de 22/10/2012 até o dia 17/02/2013, com expediente nas segundas-feiras no horário das 13:00 as 19:00 horas, e demais dias úteis da semana no horário das 07:00 as 13:00 horas.

Art. 2º - Excetua-se deste horário os serviços essenciais (Unidades de Saúde, Escolas e Centros de Educação Infantil).

Art. 3º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Registra-se, publique-se e cumpra-se.

São Pedro de Alcântara/SC, 16 de outubro de 2012.

ERNEI JOSÉ STAHELIN
Prefeito Municipal

Registrado e Publicado em ____/____/2012.

INSTITUI HORÁRIO DE VERÃO.

ERNEI JOSÉ STAHELIN, Prefeito Municipal de São Pedro de Alcântara, no uso de suas atribuições legais, e de conformidade com o disposto no artigo 45, inciso IV, da Lei Orgânica,

DECRETA:

Art. 1º - Fica instituído o horário de verão a partir de 22/10/2012 até o dia 17/02/2013, com expediente nas segundas-feiras no horário das 13:00 as 19:00 horas, e demais dias úteis da semana no horário das 07:00 as 13:00 horas.

Art. 2º - Excetua-se deste horário os serviços essenciais (Unidades de Saúde, Escolas e Centros de Educação Infantil).

Art. 3º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Registra-se, publique-se e cumpra-se.

São Pedro de Alcântara/SC, 16 de outubro de 2012.

ERNEI JOSÉ STAHELIN
Prefeito Municipal

Registrado e Publicado em ____/____/2012.

Schroeder

PREFEITURA

Extrato de Contrato Registro de Preço N.º 187/2012-PMS

MUNICÍPIO DE SCHROEDER ESTADO DE SANTA CATARINA
Rua Marechal Castelo Branco, nº 3201, CEP: 89275-000 - SCHROEDER - SC
Caixa Postal 01 - Fone/fax: (0 xx 47) 3374-1191
e-mail: licitacao@schroeder.sc.gov.br - site: <http://www.schroeder.sc.gov.br>

Extrato de Contrato Registro de Preço nº. 187/2012-PMS

Processo de licitação nº. 125/2012 - PMS

Modalidade Pregão Presencial Registro de Preço nº. 79/2012 - PMS

Contratante: MUNICÍPIO DE SCHROEDER, inscrito no CNPJ sob o nº. 83.102.491/0001-09, com paço municipal na Rua Marechal Castelo Branco, nº. 3201, no Município de Schroeder/SC.

Contratada: OFICINA MECÂNICA DE TRATORES SANTA CECILIA LTDA, inscrita no CNPJ sob o nº. 78.538.899/0001-98, estabelecida na Rua Goiás, nº. 318, Bairro Vila Lenzi, na Cidade Jaraguá do Sul, Estado de Santa Catarina, CEP: 89252-310.

Objeto: Constitui objeto do presente visando o REGISTRO DE PREÇO para contratação de empresa especializada para prestação de serviços de Mao de obra mecânica para maquinas pesadas e maquinas agrícolas pertencentes a frota das Secretarias de Obras e Serviços Urbanos; Secretaria de Saneamento e Gestão Ambiental e Secretaria de Agricultura, Indústria, Comércio e Turismo do Município de Schroeder/SC, com fornecimento não-exclusivo de peças genuínas, originais ou outras peças, e de materiais necessários ao perfeito funcionamento, assim como assistência de socorro mecânico (guincho), conforme especificações constantes deste Edital e seus Anexos, ao longo de 12 (doze) meses, conforme consta na proposta vencedora que faz parte integrante deste Contrato, como se transcrito fosse.

Lote	Descrição do Serviço	Valor Máximo de (R\$) para aquisição de peças genuínas	Total (em horas) dos serviços a serem realizados, por lote.	Valor Máximo de (R\$) para realização de serviços, por lote
01	Serviço de mecânica para máquinas pesadas e maquinas agrícolas, com o fornecimento de peças. Serviços como: revisão geral, suspensão, embuchamento, mangueiras hidráulicas, freios, embreagem, compressores de ar condicionado, válvulas de ar condicionado, câmbio, bombas hidráulicas, comandos, retífica de motores, serviços no ar condicionado, instalação de peças e acessórios, manutenções em geral. Incluso fornecimento não-exclusivo de peças em geral, conforme Termo de Referência -			
VALOR DA MÃO-DE-OBRA PARA O LOTE (Calculado sobre hora/homem)		Custo por hora (R\$)	Total de Horas	Custo Total (R\$)
		48,00	1000	48.000,00
CÁLCULO DO VALOR DAS PEÇAS PARA O LOTE		ÍNDICE	DESCONTO A SER APLICADO	VALOR DAS PEÇAS PARA O LOTE, APÓS DESCONTO ¹

Desconto sobre peças - Peças Genuínas - DPG	DPG x 1,00	1%	64.350,00
Desconto sobre peças - Peças Originais	DPGx1,50	1,5%	64.025,00
Desconto sobre peças - Outras Peças	DPGx2,25	2,5%	63.537,50
VALOR TOTAL DO LOTE 5 - MÃO-DE-OBRA + PEÇAS (VALOR APÓS DESCONTO SOBRE PEÇAS GENUÍNAS)			112.350,00

Valor do contrato: R\$ 112.350,00 (cento e doze mil, trezentos e cinquenta reais).

Data da Assinatura: 19/10/2012 – Vigência: 19/10/2013

FELIPE VOIGT
Prefeito Municipal

Convocação Processo Seletivo N°. 003/2012-ESF/NASF - Ana Carolina Klein

Convocação Processo Seletivo n°. 003/2012-ESF/NASF

FELIPE VOIGT, Prefeito Municipal de Schroeder, no uso de suas atribuições legais, vem por meio deste CONVOCAR a Sra. ANA CAROLINA KLEIN, inscrita no CPF sob n°. 074.543.589-00, aprovada em 1º lugar no Processo Seletivo n°. 003/2012-ESF/NASF, para o cargo de ENFERMEIRA, para assumir o respectivo cargo.

A convocada deve comparecer a Prefeitura Municipal de Schroeder, no Setor de Recursos Humanos (47 3374-1191), até o dia 31 de outubro de 2012, na Rua Marechal Castelo Branco, 3201, Centro, Schroeder, a fim de comunicar o interesse ou a desistência da vaga ofertada, sob pena de perder a referida vaga, conforme prevê o item 11.4 do edital.

Schroeder (SC), 19 de outubro de 2012.
FELIPE VOIGT
Prefeito Municipal

NÁDIA CRISTIANE HEFTER TAMBOSI
Secretária de Saúde e Assistência Social

Ata de Registro de Preço Pregão Presencial Nº 187/2012-PMS**ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICIPIO DE SCHROEDER**

Página: 1/2

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 52/2012**Número do Registro de Preços: 52/2012****Data do Registro: 19/10/2012****Válido até: 19/10/2013**

Objeto da Compra: Constitui objeto da presente licitação a seleção de propostas visando o REGISTRO DE PREÇO para contratação de empresa especializada para prestação de serviços de Mão de obra mecânica para máquinas pesadas e máquinas agrícolas pertencentes a frota das Secretarias de Obras e Serviços Urbanos; Secretar

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
1	Serviço de mecânica para máquinas pesadas e máquinas agrícolas, com o fornecimento de peças. Serviços como: revisão geral, suspensão, embuchamento, mangueiras hidráulicas, freios, embreagem, compressores de ar condicionado, válvulas de ar condicionado, câmbio, bombas hidráulicas, comandos, retífica de motores, serviços no ar condicionado, instalação de peças e acessórios, manutenções em geral. Incluso fornecimento não-exclusivo de peças em geral, conforme Termo de Referência -	H	OFICINA MECÂNICA DE TRATORES SANTA CECÍLIA LTDA (6178)		0	48,0000	1

**ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICIPIO DE SCHROEDER**

Página: 2/2

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 52/2012**Número do Registro de Preços: 52/2012****Data do Registro: 19/10/2012****Válido até: 19/10/2013**

Objeto da Compra: Constitui objeto da presente licitação a seleção de propostas visando o REGISTRO DE PREÇO para contratação de empresa especializada para prestação de serviços de Mão de obra mecânica para máquinas pesadas e máquinas agrícolas pertencentes a frota das Secretarias de Obras e Serviços Urbanos; Secretar

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
2	valor com desconto sobre peças - Peças Genuínas - DPG para máquinas pesadas e máquinas agrícolas	UN	OFICINA MECÂNICA DE TRATORES SANTA CECÍLIA LTDA (6178)		0	64.350,0000	1

(PARTICIPANTES POR PROCESSO - LEGENDA)**REGISTRO DE PREÇOS Nº 52/2012****PROCESSO Nº 125/2012**

(6178) - OFICINA MECÂNICA DE TRATORES SANTA CECÍLIA LTDA

SCHROEDER, 19 de Outubro de 2012.

Timbó

PREFEITURA

Aviso de Interposição de Recurso PP 38-2012Fms

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE TIMBÓ

EDITAL PREGÃO Nº. 38/2012 FMS

AVISO DE INTERPOSIÇÃO DE RECURSOS

O MUNICÍPIO DE TIMBÓ, leva ao conhecimento dos interessados que no Pregão Presencial nº. 38/2012FMS, para aquisição de AUTOCALVE, recebeu recurso da empresa QUALYMEDIC COM. ASSISTÊNCIA TÉCNICA LTDA. contra o julgamento das propostas. Ficam intimadas as empresas a apresentarem contrarrecursos a contar da publicação deste extrato. A íntegra dos recursos está disponível na Divisão de Licitações da Prefeitura de Timbó, Av. Getúlio Vargas, 700 Centro, Timbó/SC.

Timbó, 22 de outubro de 2012.

JEAN MESSIAS RODRIGUES VARGAS

Pregoeiro

Extrato de Contrato 2012/183

MUNICÍPIO DE TIMBÓ

EXTRATO DE CONTRATO

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº. 2012/183

CONTRATANTE: PREFEITURA DE TIMBÓ

CONTRATADO: CASVIG CATARINENSE DE SEGURANÇA E VIGILÂNCIA LTDA

OBJETO: PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE MONITORAMENTO DE ALARMES ELETRÔNICOS COM FORNECIMENTO DE EQUIPAMENTOS EM REGIME DE COMODATO A SER EXECUTADA JUNTO ÀS INSTALAÇÕES DA FUNDAÇÃO CULTURAL, MUSEU DA MÚSICA, MUSEU DO IMIGRANTE, OFICINA DE ARTES MANUAIS, FUNDO MUNICIPAL DE ESPORTES, TELE CENTRO E CASA DO POETA.

VALOR: R\$ 49.380,00 (quarenta e nove mil, trezentos e oitenta reais)

PRAZO: 19/10/2012 a 01/11/2013.

VIGÊNCIA: 12 (doze) meses.

LAERCIO D. SCHUSTER JUNIOR

Prefeito de Timbó

Tunápolis

PREFEITURA

Contrato N° 35/2012 Alver Klein Industria Ltda

CONTRATO N° 35/2012

O MUNICÍPIO DE TUNÁPOLIS, Estado de Santa Catarina, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 78.486.198/0001-52, com sede na Rua João Castilho, 111, neste ato representada por seu Prefeito Municipal, doravante denominado simplesmente CONCEDENTE e a empresa Alver Klein Industria Ltda pessoa jurídica de direito privado, sito na Rodovia BR 163, KM 84,5 Bairro Industrial cidade de Guaraciaba/SC, inscrita no CNPJ sob o nº 04.663.931/0001-20, neste ato representado por seu

Aloisio Verno Klein, residente e domiciliado na Rua Ademir Balbinot, 175, Centro, no Município de Guaraciaba/SC, inscrito no CPF sob o nº 106.477.919-00 doravante denominado simplesmente de CONCESSIONÁRIO, firmam o presente Contrato, com fundamento na Lei Federal nº 8.666/93, na Lei Municipal nº 901/08, alterada pela Lei Municipal nº 1077/2012, nas condições estabelecidas no Processo Licitatório nº. 80/2012- Edital de Concorrência 02/2012, e nas cláusulas seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA - OBJETO:

1.1. O objeto do presente Termo de Concessão consiste na Concessão de Direito Real de Uso de área de terra de 10.000 m² (dez mil metros quadrados), sendo edificado sobre a mesma um Pavilhão Industrial de 581,89 m² (quinhentos e oitenta e um metros quadrados e oitenta e nove décimos quadrados), de propriedade do Município de Tunápolis, para fins de instalação e funcionamento de indústria, conforme especificações e condições constantes do Processo Licitatório em epígrafe e seus anexos, e nas demais cláusulas do presente instrumento.

CLÁUSULA SEGUNDA - FINALIDADE DA CONCESSÃO:

2.1.0 imóvel objeto da presente Concessão deverá ser utilizado exclusivamente para a atividade industrial na área têxtil, definida no projeto apresentado pelo licitante vencedor do presente certame, sob pena de rescisão do presente Termo de Concessão e reversão do imóvel concedido, sem prejuízo das demais cominações aplicáveis.

CLAUSULA TERCEIRA - ENCARGOS DE RESPONSABILIDADE DA CONCESSIONÁRIA:

3.1. Sem prejuízo das demais cláusulas deste contrato, a donatário obriga-se cumprir os seguintes encargos:

3.1.1. Gerar e manter no mínimo o número de emprego diretos estipulado na proposta declarada vencedora, já no primeiro ano de funcionamento.

3.1.2. Instalar a respectiva indústria e entrar em funcionamento no prazo de 4 (quatro) meses, contados da assinatura do Termo de Concessão de Direito Real de Uso.

3.1.3. Utilizar o imóvel concedido para as finalidades e condições estabelecidas neste Edital e seus anexos;

3.1.4. Apresentar anualmente, no final de cada exercício:

3.1.4.1. Declaração de Informação Econômicas e Fiscais - DIEF;

3.1.4.2. Relação Anual de Informações Sociais - RAIS;

3.1.4.3. Relação de empregados;

3.1.4.4. Comprovação do cumprimento das metas de implantação, consolidação e expansão da empresa e de geração e manutenção de empregos.

3.1.5. Adotar todas as medidas e procedimentos necessários e bastantes para a conservação de manutenção do imóvel concedido.

3.1.6 Solicitar autorização do Município para ampliar, modificar ou construir novas instalações sobre o Imóvel, sendo estas custas serão por conta da Concessionária, revertendo ao Município em caso de rescisão entre as partes.

CLAUSULA QUARTA - OBRIGAÇÃO DA CONCESSIONARIA

4.1. Sem prejuízos dos encargos assumidos neste Termo de Concessão, a Concessionária compromete-se a:

4.1.1. Manter todas as condições de licenciamento ambiental inerente ao respectivo ramo de atividade.

4.1.2. Adotar todas as medidas e procedimentos necessários para a manutenção e conservação do bem concedido.

4.1.3. Responsabilizar-se por eventuais danos causados à Concedente e/ou terceiros, por sua culpa ou dolo.

4.1.4. Arcar com as despesas de registro e averbação relativamente à concessão.

4.1.5. Adotar todas as medidas necessárias para a conservação e manutenção do imóvel concedido.

4.1.6. Permitir e franquear à Concedente a adoção de todos os procedimentos necessários para a fiscalização da execução da presente Concessão de Direito Real de Uso.

CLÁUSULA QUINTA - OBRIGAÇÕES DO DOADOR:

5.1. Sem prejuízo ao cumprimento das demais cláusulas, o Concedente compromete-se a não interferir na utilização do imóvel doado, desde que observadas, pelo concessionário, as condições estabelecidas na Licitação e no presente instrumento.

CLÁUSULA SEXTA - DA VIGENCIA

6.1. O prazo de vigência da presente Concessão será de 10 anos, contados da data do início do funcionamento da indústria, podendo ser prorrogado uma vez, por igual período, observadas as condições estabelecidas no artigo 2º da Lei Municipal 901/2008.

6.1. A Concessionária não fará jus a qualquer indenização e/ou ressarcimento por benfeitorias e/ou construções realizada no imóvel.

CLÁUSULA SÉTIMA - DA REVERSÃO:

7.1. O imóvel objeto da presente concessão reverterá de pleno direito ao Município, livre de quaisquer ônus ou indenização, sem prejuízo das demais cominações aplicáveis, em caso de:

7.1.1. Utilização do imóvel objeto da Concessão para finalidade diversa daquela estabelecida na Lei Municipal 901/08, no Edital de Concorrência 02/2012 e no Presente Termo de Concessão.

7.1.2. Encerramento ou interrupção injustificada da atividade principal da empresa Concessionária.

7.1.3. Descumprimento dos encargos e dos prazos estabelecidos no edital e Termo de Doação.

CLÁUSULA NONA - DA RESCISÃO:

8.1. O presente Termo de Concessão poderá ser rescindido, sem prejuízo das demais penalidades aplicáveis:

8.1.1. Por acordo ente as partes, observado o interesse público;

8.1.2. Por ato unilateral do Contratante se assim o exigir interesse público;

8.1.3. Por inexecução total ou parcial da doação.

8.1.4. Pela ocorrência de qualquer uma das vedações estabelecidas na Cláusula Sétima deste Termo de Concessão.

CLÁUSULA NONA - FORO:

9.1. Fica eleito o foro da Comarca de Itapiranga, para dirimir dúvidas ou questões oriundas do presente Termo de Concessão.

E por estarem justas e contratadas, as partes assinam o presente Termo de Doação, por si e seus sucessores, em 03 (três) vias de igual teor e forma.

Tunápolis, SC., 08 de Outubro de 2012.

ENOÍ SCHERER

Prefeito Municipal

Alver Klein Industria Ltda

ALOISIO VERNIO KLEIN

CPF:106.477.919-00

Representante legal de Concessionária

Testemunhas:

CLEVERSON INÁCIO KERKHOFF

CPF: 918.368.409-34

SHEILA INÊS BIEGER EIDT

CPF: 020.226.259.60

Contrato Nº 35/2012 Alver Klein Industria Ltda

CONTRATO Nº 35/2012

O MUNICIPIO DE TUNÁPOLIS, Estado de Santa Catarina, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 78.486.198/0001-52, com sede na Rua João Castilho, 111, neste ato representada por seu Prefeito Municipal, doravante denominado simplesmente CONCEDENTE e a empresa Alver Klein Industria Ltda pessoa jurídica de direito privado, sito na Rodovia BR 163, KM 84,5 Bairro Industrial cidade de Guaraciaba/SC, inscrita no CNPJ sob o nº 04.663.931/0001-20, neste ato representado por seu Aloisio Verno Klein, residente e domiciliado na Rua Ademir Balbinot, 175, Centro, no Município de Guaraciaba/SC, inscrito no CPF sob o nº 106.477.919-00 doravante denominado simplesmente de CONCESSIONÁRIO, firmam o presente Contrato, com fundamento na Lei Federal nº 8.666/93, na Lei Municipal nº 901/08, alterada pela Lei Municipal nº 1077/2012, nas condições estabelecidas no Processo Licitatório nº. 80/2012- Edital de Concorrência 02/2012, e nas cláusulas seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA - OBJETO:

1.1. O objeto do presente Termo de Concessão consiste na Concessão de Direito Real de Uso de área de terra de 10.000 m² (dez mil metros quadrados), sendo edificado sobre a mesma um Pavilhão Industrial de 581,89 m² (quinhentos e oitenta e um metros quadrados e oitenta e nove décimos quadrados), de propriedade do Município de Tunápolis, para fins de instalação e funcionamento de indústria, conforme especificações e condições constantes do Processo Licitatório em epígrafe e seus anexos, e nas demais cláusulas do presente instrumento.

CLÁUSULA SEGUNDA - FINALIDADE DA CONCESSÃO:

2.1. O imóvel objeto da presente Concessão deverá ser utilizado exclusivamente para a atividade industrial na área têxtil, definida no projeto apresentado pelo licitante vencedor do presente certame, sob pena de rescisão do presente Termo de Concessão e reversão do imóvel concedido, sem prejuízo das demais cominações aplicáveis.

CLAUSULA TERCEIRA - ENCARGOS DE RESPONSABILIDADE DA CONCESSIONÁRIA:

3.1. Sem prejuízo das demais cláusulas deste contrato, a donatário obriga-se cumprir os seguintes encargos:

3.1.1. Gerar e manter no mínimo o número de emprego diretos estipulado na proposta declarada vencedora, já no primeiro ano de funcionamento.

3.1.2. Instalar a respectiva indústria e entrar em funcionamento no prazo de 4 (quatro) meses, contados da assinatura do Termo de Concessão de Direito Real de Uso.

3.1.3. Utilizar o imóvel concedido para as finalidades e condições estabelecidas neste Edital e seus anexos;

3.1.4. Apresentar anualmente, no final de cada exercício:

3.1.4.1. Declaração de Informação Econômicas e Fiscais - DIEF;

3.1.4.2. Relação Anual de Informações Sociais - RAIS;

3.1.4.3. Relação de empregados;

3.1.4.4. Comprovação do cumprimento das metas de implantação, consolidação e expansão da empresa e de geração e manutenção de empregos.

3.1.5. Adotar todas as medidas e procedimentos necessários e bastantes para a conservação de manutenção do imóvel concedido.

3.1.6 Solicitar autorização do Município para ampliar, modificar ou construir novas instalações sobre o Imóvel, sendo estas custas serão por conta da Concessionária, revertendo ao Município em caso de rescisão entre as partes.

CLAUSULA QUARTA - OBRIGAÇÃO DA CONCESSIONARIA

4.1. Sem prejuízos dos encargos assumidos neste Termo de Concessão, a Concessionária compromete-se a:

4.1.1. Manter todas as condições de licenciamento ambiental inerente ao respectivo ramo de atividade.

4.1.2. Adotar todas as medidas e procedimentos necessários para a manutenção e conservação do bem concedido.

4.1.3. Responsabilizar-se por eventuais danos causados à Concedente e/ou terceiros, por sua culpa ou dolo.

4.1.4. Arcar com as despesas de registro e averbação relativamente à concessão.

4.1.5. Adotar todas as medidas necessárias para a conservação e manutenção do imóvel concedido.

4.1.6. Permitir e franquear à Concedente a adoção de todos os procedimentos necessários para a fiscalização da execução da presente Concessão de Direito Real de Uso.

CLÁUSULA QUINTA - OBRIGAÇÕES DO DOADOR:

5.1. Sem prejuízo ao cumprimento das demais cláusulas, o Concedente compromete-se a não interferir na utilização do imóvel doado, desde que observadas, pelo concessionário, as condições estabelecidas na Licitação e no presente instrumento.

CLÁUSULA SEXTA - DA VIGENCIA

6.1. O prazo de vigência da presente Concessão será de 10 anos, contados da data do início do funcionamento da indústria, podendo ser prorrogado uma vez, por igual período, observadas as condições estabelecidas no artigo 2º da Lei Municipal 901/2008.

6.1. A Concessionária não fará jus a qualquer indenização e/ou ressarcimento por benfeitorias e/ou construções realizada no imóvel.

CLÁUSULA SÉTIMA - DA REVERSÃO:

7.1. O imóvel objeto da presente concessão reverterá de pleno direito ao Município, livre de quaisquer ônus ou indenização, sem prejuízo das demais cominações aplicáveis, em caso de:

7.1.1. Utilização do imóvel objeto da Concessão para finalidade diversa daquela estabelecida na Lei Municipal 901/08, no Edital de Concorrência 02/2012 e no Presente Termo de Concessão.

7.1.2. Encerramento ou interrupção injustificada da atividade principal da empresa Concessionária.

7.1.3. Descumprimento dos encargos e dos prazos estabelecidos no edital e Termo de Doação.

CLÁUSULA NONA - DA RESCISÃO:

8.1. O presente Termo de Concessão poderá ser rescindido, sem prejuízo das demais penalidades aplicáveis:

8.1.1. Por acordo entre as partes, observado o interesse público;

8.1.2. Por ato unilateral do Contratante se assim o exigir interesse público;

8.1.3. Por inexecução total ou parcial da doação.

8.1.4. Pela ocorrência de qualquer uma das vedações estabelecidas na Cláusula Sétima deste Termo de Concessão.

CLÁUSULA NONA - FORO:

9.1. Fica eleito o foro da Comarca de Itapiranga, para dirimir dúvidas ou questões oriundas do presente Termo de Concessão.

E por estarem justas e contratadas, as partes assinam o presente Termo de Doação, por si e seus sucessores, em 03 (três) vias de igual teor e forma.

Tunápolis, SC, 08 de Outubro de 2012.

ENOÍ SCHERER
Prefeito Municipal

Alver Klein Industria Ltda
ALOISIO VERNON KLEIN
CPF: 106.477.919-00
Representante legal de Concessionária

Testemunhas:

CLEVERSON INÁCIO KERKHOFF
CPF: 918.368.409-34

SHEILA INÊS BIEGER EIDT
CPF: 020.226.259.60

Primeiro Termo Aditivo ao Contrato 25/2012

PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO 25/2012

1º TERMO ADITIVO AO CONTRATO DE Nº 25/2012, QUE ENTRE SI CELEBRAM A PREFEITURA MUNICIPAL DE TUNÁPOLIS E A EMPRESA BW CONSTRUÇÕES LTDA- ME.

Pelo presente Termo, de um lado o Município de Tunápolis, inscrita no CNPJ sob o nº 78.486.198.0001-52, neste ato representado pelo Ilmo Prefeito, o Senhor Enói Scherer, e de outro lado a empresa BW CONSTRUÇÕES LTDA ME, pessoa jurídica de direito privado, devidamente inscrita CNPJ sob o nº 11.727.986/0001-12, estabelecida na Rua 7 de Setembro nº 888, centro, no Município de Iporã do Oeste/SC, neste ato representado pelo Sr. Clemente Aloizio Berwanger, Procurador, inscrito no CPF nº 346.310.039-87, resolvem entre si e na melhor forma de direito, aditar o contrato de nº 25/2012.

Considerando o contrato Administrativo nº 25/2012 - Prefeitura Municipal de Tunápolis, celebrado em 05 de junho de 2012, proveniente do Processo Licitatório nº 59/2012 e Edital Tomada de Preços 06/2012, com seus anexos PMT, em que consta como objeto a "Contratação de empresa do ramo de engenharia e/ou construção civil, em regime de empreitada global (material, mão de obra e equipamentos), para execução de passeios públicos em concreto com sinalização tátil e direcional, nas Ruas 25 de Julho, Santo Antônio, Santo Ângelo, Caaró, Pe. Balduino Rambo e Padre Roque Gonzales do perímetro urbano desta municipalidade, com Recursos Próprios".

Cláusula Primeira DO PRAZO:

Ao presente contrato fica acrescido o prazo de 60 (sessenta) conforme solicitação do contratado e autorização para o mesmo do Técnico em Projetos e Engenheiro Municipal da Prefeitura.

Cláusula Segunda - As demais condições outrora pactuadas permanecem inalteradas.

E por estarem de acordo com o presente instrumento de termo Aditivo, firmam o presente em 02 (duas) vias de igual teor e forma, para único efeito, com as assinaturas dos responsáveis e testemunhas abaixo para que produza os jurídicos e legais efeitos, comprometendo-se as partes a cumprir o presente contrato por si e seus sucessores, em juízo ou fora dele.

Tunápolis/SC, 04 de Outubro de 2012.

ENOI SCHERER
Prefeito Municipal

BW CONSTRUÇÕES LTDA ME
Contratada
TIAGO ROBERTO BERWANGER
CPF: 047.638.489-33
Sócio- Gerente

CLEMENTE ALOIZIO BERWANGER
Procurador
CPF: 346.310.039-87

LEANDRO SCHEFER
Eng.Civil

JACKSON SCHERER
Secretario da Administração

Testemunhas:

CLEVERSON INÁCIO KERKHOFF
CPF: 918.368.409-34

SHEILA INÊS BIEGER EIDT
CPF: 020.226.259-60

Videira

PREFEITURA

Lei Complementar Nº 126/12

LEI COMPLEMENTAR N.º 126/12, DE 17 DE OUTUBRO DE 2012.
Cria Zona de Especial Interesse Social - ZEIS, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA,

Faço saber a todos os Municípios que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte LEI:

Art. 1º Fica criada a Zona Especial de Interesse Social (ZEIS) em área do Município, áreas verdes, áreas institucionais e escadarias do Loteamento Sociedade Joaquim Amarante, visando à regularização de área ocupada por famílias de baixa renda.

Parágrafo único - Para todos os efeitos, esta Lei estabelece normas de ordem pública e interesse social que regulam o uso e a ocupação do solo urbano em prol do bem coletivo, da segurança e do bem-estar dos cidadãos, bem como do equilíbrio ambiental.

Art. 2º A Zona Especial de Interesse Social (ZEIS), objeto desta lei, compreende áreas verde e institucional do Loteamento Amarante, com 33.009,20m², e destina-se exclusivamente à regularização fundiária de assentamento irregular já existente e sua implementação deverá estar de acordo com o artigo 225 da Constituição Federal, Lei de Parcelamento do Solo e demais normas ambientais, infraconstitucionais, federais e estaduais.

Parágrafo Único - Zona Especial de Interesse Social (ZEIS), prevista no caput deste artigo está descrita e caracterizada no levantamento planialtimétrico e memorial descritivo anexos à presente Lei, e contém medidas para garantir a sustentabilidade urbanística, social e ambiental da área ocupada.

Art. 3º O Poder Executivo Municipal promoverá a regularização da estrutura fundiária com adequação dos lotes e do sistema viário in loco, conforme os requisitos urbanísticos e as normas vigentes.

Art. 4º A Zona Especial de Interesse Social (ZEIS), será objeto de regularização fundiária e urbanização das áreas ocupadas por população de baixa renda, mediante normas especiais de urbanização, uso e ocupação do solo e edificação, considerada a situação sócio-econômica da população e as normas ambientais, conforme admitido pela Lei Federal nº 10.257, de 10 de julho de 2001 - Estatuto da Cidade, no art. 2º, XIV.

Parágrafo Único - Ficam a cargo do Poder Executivo Municipal as providências necessárias para a realização dos estudos ambientais e aprovação do parcelamento do solo na área da Zona Especial de Interesse Social (ZEIS).

Art. 5º O Poder Executivo providenciará a implantação da infraestrutura básica da Zona Especial de Interesse Social (ZEIS) supracitada, que consistirá na implantação de vias de circulação, escoamento das águas pluviais e soluções para o esgotamento sanitário, nos termos do levantamento planialtimétrico anexo.

Art. 6º Esta lei objetiva a regularização de terrenos e construções irregulares já existentes, não alcançando eventuais direitos de titularidade ou possessórios aos ocupantes das áreas, respeitadas as legislações ambientais e urbanísticas no âmbito federal, estadual e municipal.

Art. 7º Aplica-se na Zona Especial de Interesse Social (ZEIS), no que couber e de acordo com o interesse público, os instrumentos previstos nesta Lei e nas demais legislações pertinentes.

Art. 8º Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a conceder o direito real de uso dos terrenos, nos termos do art. 7º, inciso VII, da Lei Orgânica Municipal, às famílias de baixa renda ocupantes da área supracitada e, identificadas nos Estudos Sócio-Econômicos anexos, os lotes constantes da Zona Especial de Interesse Social (ZEIS), objeto desta LEI.

Art. 9º Esta Lei Complementar entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, revogadas as disposições em contrário.

Videira, 17 de outubro de 2012.

WILMAR CARELLI
Prefeito Municipal

Publicada a presente Lei nesta Secretaria de Administração aos 17 dias do mês de outubro de 2012.

VALMOR LUIZ DALL'AGNOL
Secretário de Administração

Lei Complementar Nº 127/12

LEI COMPLEMENTAR Nº 127/12, DE 17 DE OUTUBRO DE 2012
Dispõe sobre a criação do Comitê de Investimentos do Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de Videira, e dá outras providências.

O Prefeito Municipal de Videira, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, e diante da determinação contida no art. 3º-A da Portaria MPS/GM n. 519/2011, acrescido pela Portaria MPS n. 170/2012, faço saber que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte LEI:

Art. 1º Fica criado, diante da determinação contida no art. 3º-A da Portaria MPS/GM nº 519/2011, acrescido pela Portaria MPS nº 170/2012, o Comitê de Investimentos do Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de Videira - INPREVID, como órgão auxiliar no processo decisório quanto à execução da política de investimentos, cujas decisões serão registradas em ata.

Art. 2º O Comitê de Investimentos, criado nos termos do art. 1º desta Lei, integra a estrutura organizacional do INPREVID e terá em sua composição os seguintes membros:

I - o Presidente do INPREVID;
II - o Tesoureiro do INPREVID;
III - 01 (um) servidor efetivo ativo, indicado pelo Conselho

Administrativo, dentre seus membros;

§1º O mandato dos membros do Comitê de Investimentos será de 02 anos, sendo estes substituídos, quando houver novas eleições para Presidente e Membros do Conselho Administrativo do INPREVID.

§2º Os membros do Comitê de Investimentos não perceberão remuneração de qualquer espécie.

Art.3º O Comitê de Investimentos reunir-se-á, ordinariamente, a cada trimestre, com a presença da maioria absoluta dos membros e, deliberará por maioria simples dos presentes.

Art. 4º O Comitê de Investimentos poderá ser convocado, extraordinariamente, por seu Presidente.

Parágrafo único. As convocações extraordinárias, juntamente com a ordem do dia, devem ser comunicadas com antecedência mínima de 02 (dois) dias, ressalvada a ocorrência de fato relevante e emergencial.

Art. 5º Compete ao Comitê de Investimentos:

I - acompanhar o desempenho da carteira de investimentos do INPREVID, em conformidade com os objetivos estabelecidos pela política de investimentos;

II - analisar, avaliar e emitir recomendações sobre proposições de investimentos;

III - propor a atualização da política de investimentos de acordo com a evolução da conjuntura econômica;

IV - participar da reunião anual de aprovação da política de investimentos, com a participação dos membros do Conselho Administrativo do INPREVID;

V - assegurar a prudência dos investimentos do INPREVID;

VI - analisar os resultados da carteira de investimentos do RPPS municipal;

VII - buscar o reenquadramento do plano, quando ocorrer alguma alteração ao longo do ano ou ocorrer alguma alteração na legislação.

Art. 6º Esta Lei Complementar entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, revogadas as disposições em contrário.

Videira, 17 de outubro de 2012.

WILMAR CARELLI

Prefeito Municipal

Publicada a presente Lei nesta Secretaria de Administração aos 17 dias do mês de outubro de 2012.

VALMOR LUIZ DALL'AGNOL

Secretário de Administração

Decreto Nº 10.2015/12

DECRETO N.º 10.215/12, DE 15 DE OUTUBRO DE 2012.

Aprova Desmembramento de Áreas que especifica e, dá outras providências.

WILMAR CARELLI, Prefeito Municipal de Videira, no uso de suas atribuições legais e com fundamento no art. 72, XXIV da Lei Orgânica do Município e de conformidade com as disposições legais vigentes,

Considerando o que consta do Processo Administrativo nº 10.455/2012, tendo por objeto pedido de desmembramento de

áreas, formulado por Adezir Pedro Valdameri;

Considerando que o pedido da requerente, segundo informa o referido processo administrativo, preenche as exigências legais,

DECRETA

Art. 1º Fica aprovado o desmembramento de 05 (cinco) áreas distintas, sendo a área nº 01 com 2.279,94 m² (dois mil, duzentos e setenta e nove metros e noventa e quatro decímetros quadrados), sendo a área nº 02 com 1.435,22 m² (um mil, quatrocentos e trinta e cinco metros e vinte e dois decímetros quadrados), sendo a área nº 03 com 1.324,77 m² (um mil, trezentos e vinte e quatro metros e setenta e sete decímetros quadrados), sendo a área nº 04 com 1.300,00 m² (um mil e trezentos metros quadrados), sendo a área nº 05 com 1.288,39 m² (um mil, duzentos e oitenta e oito metros e trinta e nove decímetros quadrados) de propriedade de Adezir Pedro Valdameri, constante da matrícula 29.452, registrado no Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de Videira e remanescente na referida matrícula a área de 34.449,55 m² (trinta e quatro mil, quatrocentos e quarenta e nove metros e cinquenta e cinco decímetros quadrados), conforme mapa e memorial descritivo constante do Processo Administrativo nº 10.455/12.

DA ÁREA PÚBLICA

Art. 2º Fica o proprietário do imóvel obrigado a doar ao Poder Público 10% (dez por cento) da área do lote a ser desmembrado, ou seja, 830,17 m² (oitocentos e trinta metros e dezessete quadrados), uma vez que a área urbana constante da matrícula RG 29.452 é superior a área de 5.000,00m² (cinco mil metros quadrados), conforme disciplina o art. 19 da Lei Complementar Municipal nº 62/08 e a vista do que consta no Memorial Descritivo do Processo Administrativo nº 10.455/2012.

Art. 3º A presente aprovação tem a validade de 180 (cento e oitenta) dias, contados da publicação do respectivo ato, sob pena de caducidade, ao teor do art. 18, caput, da Lei 6.766/79.

Art. 4º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, revogando as disposições em contrário.

Videira, 15 de outubro de 2012.

WILMAR CARELLI

Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto nesta Secretaria de Administração aos 15 dias do mês de outubro de 2012.

VALMOR LUIZ DALL'AGNOL

Secretário de Administração

Decreto Nº 10.213/12

DECRETO N.º 10.213/12, DE 15 DE OUTUBRO DE 2012.

Aprova Desmembramento e Remembramento de Áreas que especifica e, dá outras providências.

WILMAR CARELLI, Prefeito Municipal de Videira, no uso de suas atribuições legais e com fundamento no art. 72, XXIV da Lei Orgânica do Município e de conformidade com as disposições legais vigentes,

Considerando o que consta do Processo Administrativo nº 7.337/2011, tendo por objeto pedido de desmembramento de áreas, formulado por Alison Schuler;

Considerando que o pedido da requerente, segundo informa o

referido processo administrativo, preenche as exigências legais,

DECRETA

Art. 1º Fica aprovado o desmembramento de 09 (nove) áreas distintas, sendo a área nº 01 com 300,00 m² (trezentos metros quadrados), sendo a área nº 02 com 300,00 m² (trezentos metros quadrados), sendo a área nº 03 com 300,00 m² (trezentos metros quadrados), sendo a área nº 04 com 308,15 m² (trezentos e oito metros e quinze decímetros quadrados), sendo a área nº 05 com 300,00 m² (trezentos metros quadrados), sendo a área nº 06 com 433,64 m² (quatrocentos e trinta e três metros e sessenta e quatro decímetros quadrados), sendo a área nº 07 com 333,80 m² (trezentos e trinta e três metros e oitenta decímetros quadrados), sendo a área nº 08 com 1.600,00 m² (um mil e seiscentos metros quadrados), sendo a área nº 09 com 321,50 m² (trezentos e vinte um metros e cinquenta decímetros quadrados), de propriedade de Alison Schuler, constante da matrícula 7.111, registrado no Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de Videira e remanescente na referida matrícula a área de 4.747,27 m² (quatro mil, setecentos e quarenta e sete metros e vinte e sete decímetros quadrados), conforme mapa e memorial descritivo constante do Processo Administrativo nº 7337/11.

Art. 2º Fica aprovado o remembramento de 01 (uma) área com 321,50 m² (trezentos e vinte um metros e cinquenta decímetros quadrados), área nº 09 desmembrada no artigo 1º deste decreto, à propriedade de Alison Schuler, constante da matrícula nº 22.328 do Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de Videira, totalizando a área de 622,23 m² (seiscentos e vinte dois metros e vinte e três decímetros quadrados).

DA ÁREA PÚBLICA

Art. 3º Fica o proprietário do imóvel obrigado a doar ao Poder Público 10% (dez por cento) da área do lote a ser desmembrado, ou seja, 419,71 m² (quatrocentos e dezenove metros e setenta e um decímetros quadrados), uma vez que a área urbana constante da matrícula RG 7.111 é superior a área de 5.000,00m² (cinco mil metros quadrados), conforme disciplina o art. 19 da Lei Complementar Municipal nº 62/08 e a vista do que consta no Memorial Descritivo do Processo Administrativo nº 7337/2011.

Art. 4º A presente aprovação tem a validade de 180 (cento e oitenta) dias, contados da publicação do respectivo ato, sob pena de caducidade, ao teor do art. 18, caput, da Lei 6.766/79.

Art. 5º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, revogando as disposições em contrário.

Videira, 15 de outubro de 2012.

WILMAR CARELLI
Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto nesta Secretaria de Administração aos 15 dias do mês de outubro de 2012.

VALMOR LUIZ DALL'AGNOL
Secretário de Administração

Decreto Nº 10.214/12

DECRETO N.º 10.214/12, DE 15 DE OUTUBRO DE 2012.

Aprova Desmembramento de Áreas que especifica e, dá outras providências.

WILMAR CARELLI, Prefeito Municipal de Videira, no uso de suas atribuições legais e com fundamento no art. 72, XXIV da Lei

Orgânica do Município e de conformidade com as disposições legais vigentes,

Considerando o que consta do Processo Administrativo nº 9.450/2012, tendo por objeto pedido de desmembramento de áreas, formulado por Luizabete Scussiato;

Considerando que o pedido da requerente, segundo informa o referido processo administrativo, preenche as exigências legais,

DECRETA

Art. 1º Fica aprovado o desmembramento de 02 (dois) áreas distintas, sendo a área nº 01 com 700,00 m² (setecentos metros quadrados), sendo a área nº 02 com 540,00 m² (quinhentos e quarenta metros quadrados), de propriedade de Luizabete Scussiato, constante da matrícula 29.687, registrado no Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de Videira e remanescente na referida matrícula a área de 27.010,00 m² (vinte e sete mil e dez metros quadrados), conforme mapa e memorial descritivo constante do Processo Administrativo nº 9.450/12.

DA ÁREA PÚBLICA

Art. 2º Fica o proprietário do imóvel obrigado a doar ao Poder Público 10% (dez por cento) da área do lote a ser desmembrado, ou seja, 124,00 m² (cento e vinte quatro metros quadrados), uma vez que a área urbana constante da matrícula RG 29.687 é superior a área de 5.000,00m² (cinco mil metros quadrados), conforme disciplina o art. 19 da Lei Complementar Municipal nº 62/08 e a vista do que consta no Memorial Descritivo do Processo Administrativo nº 9.450/2012.

Art. 3º A presente aprovação tem a validade de 180 (cento e oitenta) dias, contados da publicação do respectivo ato, sob pena de caducidade, ao teor do art. 18, caput, da Lei 6.766/79.

Art. 4º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, revogando as disposições em contrário.

Videira, 15 de outubro de 2012.

WILMAR CARELLI
Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto nesta Secretaria de Administração aos 15 dias do mês de outubro de 2012.

VALMOR LUIZ DALL'AGNOL
Secretário de Administração

Dispensa de Licitação Nº 24/2012 - PMV

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICIPIO DE VIDEIRA

DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 24/2012 - PMV

O Município de Videira comunica a homologação dos seguintes atos:

DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 24/2012 - PMV
HOMOLOGAÇÃO: 19/10/2012

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PINTURA DE MUROS E GRADIL, SUBSTITUIÇÃO DE FORRO E REVESTIMENTO DA RAMPA DE ACESSO NO CENTRO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO INFANTIL MONTEIRO LOBATO, INCLUINDO MATERIAL E MÃO DE OBRA, CONFORME PROJETO BÁSICO.

CONTRATADA: PALAZZO CONSTRUTORA LTDA ME.

VALOR: R\$ 10.332,28 (dez mil, trezentos e trinta e dois reais e

vinte e oito centavos).
FUNDAMENTO: Art. 24, inciso I da Lei de Licitações.

Videira - SC, 19 de Outubro de 2012.
WILMAR CARELLI
Prefeito Municipal

Julgamento das Propostas TP 38-2012

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE VIDEIRA
JULGAMENTO DAS PROPOSTAS DO EDITAL DE TOMADA DE PREÇOS Nº 38/2012

A Comissão Permanente de Licitações, em cumprimento ao disposto no art. 109, §1º da Lei nº 8.666/93, torna público o resultado do julgamento das propostas do processo licitatório em epígrafe, cujo objeto é a CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA CONSTRUÇÃO DE ESCOLA MUNICIPAL EM ALVENARIA - 1ª ETAPA, NA RUA ANITA GARIBALDI, COM ÁREA DE 1.207,60 M², INCLUINDO MATERIAL E MÃO DE OBRA, CONFORME PROJETO BÁSICO, restando vencedora a empresa GL Construtora e Incorporadora Ltda, com o valor de R\$ 1.000.774,00 (um milhão, setecentos e setenta e quatro reais) por apresentar o menor preço. Outrossim, ficam as licitantes participantes notificadas para, caso queiram, apresentarem recurso, dentro do prazo de 5 (cinco) dias úteis, contados da data da publicação deste extrato.

Videira, 18 de outubro de 2012.
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÕES

Pregão Presencial N. 113/2012 - PMV

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE VIDEIRA
PREGÃO PRESENCIAL Nº 113/2012 - PMV
REGISTRO DE PREÇO

O Prefeito Municipal torna público que fará realizar o Pregão Presencial nº 113/2012 - PMV. 1. OBJETO: REGISTRO DE PREÇO PARA CONTRATAÇÃO FUTURA DE SERVIÇOS DE SONORIZAÇÃO PARA ATENDER OS EVENTOS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE TURISMO E CULTURA. 2. TIPO: MENOR PREÇO POR LOTE. 3. CREDENCIAMENTO: a partir das 16:00 horas do dia 06 de NOVEMBRO de 2012, na Avenida Manoel Roque, nº 188, Videira/SC. 4. ABERTURA: às 16:15 horas do mesmo dia. 5. OBTENÇÃO DO EDITAL: O Edital completo está disponível no site www.videira.sc.gov.br ou no Departamento de Licitações, no horário das 12:30 às 18:30. 6. INFORMAÇÕES: Através dos telefones (49) 3566-9034/3566-9012/3566-9032.

Videira/SC, 19 de Outubro de 2012.
WILMAR CARELLI
Prefeito Municipal

Pregão Presencial N. 115/2012 - PMV

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE VIDEIRA
PREGÃO PRESENCIAL Nº 115/2012 - PMV
REGISTRO DE PREÇO

O Prefeito Municipal torna público que fará realizar o Pregão Presencial nº 115/2012 - PMV. 1. OBJETO: REGISTRO DE PREÇO PARA AQUISIÇÃO FUTURA DE BATERIAS PARA MANUTENÇÃO DOS VEÍCULOS DA POLÍCIA CIVIL E MILITAR E DAS SECRETARIAS DE TURISMO E CULTURA, INFRAESTRUTURA E AGRICULTURA. 2. TIPO: MENOR PREÇO UNITÁRIO. 3. CREDENCIAMENTO: a

partir das 14:00 horas do dia 07 de NOVEMBRO de 2012, na Avenida Manoel Roque, nº 188, Videira/SC. 4. ABERTURA: às 14:15 horas do mesmo dia. 5. OBTENÇÃO DO EDITAL: O Edital completo está disponível no site www.videira.sc.gov.br ou no Departamento de Licitações, no horário das 12:30 às 18:30. 6. INFORMAÇÕES: Através dos telefones (49) 3566-9034/3566-9012/3566-9032.

Videira/SC, 19 de Outubro de 2012.
WILMAR CARELLI
Prefeito Municipal

CÂMARA MUNICIPAL

Portaria Nº 016/2012

PORTARIA Nº 0/2012

Nomeia Márcia Maria Locatelli Bruschi para o Cargo de Provedor em comissão de Assessor Parlamentar, conforme a Lei nº 2.315/2010, e dá outras providências.

A mesa Diretora da Câmara Municipal de Vereadores de Videira, no uso das suas atribuições, resolve:

Art. 1º. Nomear Márcia Maria Locatelli Bruschi para o cargo de Assessor Parlamentar, nível alfabético numérico CC-1, código 030, com carga horária semanal de 30 horas.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, com efeitos para contratação a partir do dia 22 de outubro de 2012.

Videira, 19 de outubro de 2012.
LEONARDO BOM GUSE
Presidente

EDGAR AUGUSTINHO SERAFINI
Vice-Presidente

MARIA ENEIDA FURLIN DRESCH
1ª Secretária

Vitor Meireles

PREFEITURA

Decreto Nº 046/2012

DECRETO 046/2012

Anula e Suplementa Dotações Orçamentárias e dá Outras Providências.

IVANOR BOING, Prefeito Municipal de Vitor Meireles, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e fundamentos legais estabelecidos pela Lei Municipal nº 0806, de 02/12/2011.

DECRETA:

Art. 1º - Ficam anuladas as seguintes dotações orçamentárias:

0301 - SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
04.123.003.2003 - Manutenção da Administração e Finanças
44000000.00 - Investimentos
44900000.00 - Aplicações Diretas
0.1.0000 - Recursos Ordinários R\$ 2.608,82

0401 - SECRETARIA DE AGRICULTURA, SILVICULTURA, PECUÁRIA E MEIO AMBIENTE
20.606.006.2007 - Apoio ao Associativismo, Cooperativismo e Div.

de Culturas
44000000.00 - Investimentos
44900000.00 - Aplicações Diretas
0.1.0000 - Recursos Ordinários R\$ 9.835,00

0801 - SECRETARIA DE SAÚDE

10.301.007.2011 - Manutenção do Depto. de Saúde e Assistência Médica
31000000.00 - Pessoal e Encargos Sociais
31710000.00 - Transferências a Consórcios Públicos
0.1.0200 - Rec. de Impostos e de Transf. Imp-Saúde R\$ 2.000,00

0801 - SECRETARIA DE SAÚDE

10.301.007.2011 - Manutenção do Depto. de Saúde e Assistência Médica
44000000.00 - Investimentos
44710000.00 - Transferências a Consórcios Públicos
0.1.0200 - Rec. de Impostos e de Transf. Imp-Saúde R\$ 2.000,00

0801 - SECRETARIA DE SAÚDE

10.301.007.2011 - Manutenção do Depto. de Saúde e Assistência Médica
44000000.00 - Investimentos
44900000.00 - Aplicações Diretas
0.1.0200 - Rec. de Impostos e de Transf. Imp-Saúde R\$ 828,00

0801 - SECRETARIA DE SAÚDE

10.301.007.2011 - Manutenção do Depto. de Saúde e Assistência Médica
44000000.00 - Investimentos
44900000.00 - Aplicações Diretas
0.1.6400 - Atenção Básica R\$ 1.555,00

0801 - SECRETARIA DE SAÚDE

10.301.007.2011 - Manutenção do Depto. de Saúde e Assistência Médica
33000000.00 - Outras Despesas Correntes
33900000.00 - Aplicações Diretas
0.1.6400 - Atenção Básica R\$ 8.445,00

0801 - SECRETARIA DE SAÚDE

10.301.007.2011 - Manutenção do Depto. de Saúde e Assistência Médica
33000000.00 - Outras Despesas Correntes
33900000.00 - Aplicações Diretas
0.1.6700 - Assistência Farmacêutica Básica R\$ 4.000,00

1001 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

08.244.009.2016 - Atenção às Famílias Carentes
44000000.00 - Investimentos
44900000.00 - Aplicações Diretas
0.1.0000 - Recursos Ordinários R\$ 101,00

Art. 2º - Ficam suplementadas as seguintes dotações orçamentárias:

0301 - SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS

04.123.003.2003 - Manutenção da Administração e Finanças
31000000.00 - Pessoal e Encargos Sociais
31900000.00 - Aplicações Diretas
0.1.0000 - Recursos Ordinários R\$ 2.608,82

0401 - SECRETARIA DE AGRICULTURA, SILVICULTURA, PECUÁRIA E MEIO AMBIENTE

20.606.006.2007 - Apoio ao Associativismo, Cooperativismo e Div. de Culturas
33000000.00 - Outras Despesas Correntes
33900000.00 - Aplicações Diretas
0.1.0000 - Recursos Ordinários R\$ 9.835,00
0801 - SECRETARIA DE SAÚDE

10.301.007.2011 - Manutenção do Depto. de Saúde e Assistência Médica

31000000.00 - Pessoal e Encargos Sociais
31900000.00 - Aplicações Diretas
0.1.6400 - Atenção Básica R\$ 10.000,00

0801 - SECRETARIA DE SAÚDE

10.301.007.2011 - Manutenção do Depto. de Saúde e Assistência Médica
33000000.00 - Outras Despesas Correntes
33710000.00 - Transferências a Consórcios Públicos
0.1.6700 - Assistência Farmacêutica Básica R\$ 4.000,00

0801 - SECRETARIA DE SAÚDE

10.301.007.2011 - Manutenção do Depto. de Saúde e Assistência Médica
33000000.00 - Outras Despesas Correntes
33900000.00 - Aplicações Diretas
0.1.0200 - Rec. de Impostos e de Transf. Imp-Saúde R\$ 4.828,00

1001 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

08.244.009.2016 - Atenção às Famílias Carentes
31000000.00 - Pessoal e Encargos Sociais
31900000.00 - Aplicações Diretas
0.1.0000 - Recursos Ordinários R\$ 101,00

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 0659/09 e do Decreto nº 055/11, revogando-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Vitor Meireles (SC), 19 de outubro de 2012.
IVANOR BOING
Prefeito Municipal

REGISTRADO E PUBLICADO NA DATA
VITOR MEIRELES/SC, __/__/____.

PUBLICADO DE ACORDO COM O DECRETO Nº 055/11.

Associações

AMUREL

Edital de Convocação de Assembléia Geral Ordinária EDITAL DE CONVOCAÇÃO DE ASSEMBLÉIA GERAL ORDINÁRIA

O Presidente da ASSOCIAÇÃO DE MUNICÍPIOS DA REGIÃO DE LAGUNA - AMUREL, no uso de suas atribuições estatutárias, CONVOCA todos os Municípios associados para ASSEMBLÉIA GERAL ORDINÁRIA, a realizar-se no dia 31 de outubro de 2012, às 14 horas, com a presença de no mínimo 50% (cinquenta por cento) mais um dos prefeitos, representantes credenciados dos Municípios Associados ou presidentes das câmaras municipais, em primeira convocação, e às 14:30 horas, em segunda convocação, com a presença de no mínimo 1/3 (um terço) dos prefeitos, representantes credenciados dos municípios associados ou presidentes das câmaras municipais, em sua sede, localizada na rua Rio Branco, n.º 67, bairro Vila Moema, Tubarão/SC.

Na pauta do dia, em discussão as seguintes matérias:

- I. Aprovação da ata anterior;
- II. Prestação de contas do 3º bimestre de 2012;
- III. Termo de Cooperação n. 005/2012 - TCE;

- IV. Solicitação de Criação de Procon nos municípios associados;
- V. Seminário para Novos Gestores Públicos;
- VI. Capacitação Técnica em Situação de Riscos e Desastres
- VII. Fixação da remuneração do Assessor de Gestão Estratégica;
- VIII. Assuntos diversos

Tubarão, 18 de outubro de 2012.

CELIO ANTÔNIO
Presidente da AMUREL
Prefeito de Laguna

Consórcios

AGIR

Resolução Nº. 026/2012 - AGIR

RESOLUÇÃO Nº. 026/2012

INSTAURA PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO.

JOÃO PAULO KARAM KLEINÜBING, Presidente da Diretoria Executiva da Agência Intermunicipal de Regulação, Controle e Fiscalização de Serviços Públicos Municipais do Médio Vale do Itajaí - AGIR, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Artigo 30, Inciso XI do Estatuto do Consórcio Público e, de acordo com os demais dispositivos legais aplicáveis:

RESOLVE:

Art. 1º. Determinar a instauração de procedimento administrativo em razão de requisição do Ministério Público do Estado de Santa Catarina, para apuração dos fatos noticiados na representação formulada pelo Vereador Vanderlei Paulo de Oliveira a qual ensejou a instauração do Inquérito Policial nº. 06.2012.00005448-7, em especial para proceder à revisão de todos os lançamentos de tarifa de esgotamento sanitário efetuados a partir da assinatura do contrato de concessão do Município de Blumenau.

Art. 2º. Proceda-se a numeração do referido procedimento e as demais providências legais pertinentes.

Art. 3º. Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Blumenau (SC), em 01 de outubro de 2012.

JOÃO PAULO KARAM KLEINÜBING
Presidente da Diretoria Executiva da AGIR

Resolução Nº. 027/2012 - AGIR

RESOLUÇÃO Nº. 027/2012

INSTAURA PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO.

JOÃO PAULO KARAM KLEINÜBING, Presidente da Diretoria Executiva da Agência Intermunicipal de Regulação, Controle e Fiscalização de Serviços Públicos Municipais do Médio Vale do Itajaí - AGIR, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Artigo 30, Inciso XI do Estatuto do Consórcio Público e, de acordo com os demais dispositivos legais aplicáveis:

RESOLVE:

Art. 1º. Determinar a instauração de procedimento administrativo para acompanhamento da programação das obras de implantação do sistema de esgoto sanitário no Município de Blumenau, realizado e encaminhado pela Concessionária Foz de Blumenau S.A., em razão do Contrato de Concessão para Prestação do Serviço Público de Esgotamento Sanitário do município de Blumenau, outorgado pelo Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto - SAMAE

(Blumenau).

Art. 2º. Proceda-se a numeração do referido procedimento e as demais providências legais pertinentes.

Art. 3º. Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Blumenau (SC), em 08 de outubro de 2012.

JOÃO PAULO KARAM KLEINÜBING
Presidente da Diretoria Executiva da AGIR

Resolução Nº. 028/2012 - AGIR

RESOLUÇÃO Nº. 028/2012

INSTAURA PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO.

JOÃO PAULO KARAM KLEINÜBING, Presidente da Diretoria Executiva da Agência Intermunicipal de Regulação, Controle e Fiscalização de Serviços Públicos Municipais do Médio Vale do Itajaí - AGIR, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Artigo 30, Inciso XI do Estatuto do Consórcio Público e, de acordo com os demais dispositivos legais aplicáveis:

RESOLVE:

Art. 1º. Determinar a instauração de procedimento para análise e manifestação do pedido de reajuste do Contrato nº. 56/2008, firmado entre a empresa Arnaldo Muller ME. e o SAMAE de Gaspar, cujo objeto é a execução dos serviços de coleta, transporte e destinação final de lixo reciclável, do município de Gaspar, encaminhado pelo Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto de Gaspar - SAMAE.

Art. 2º. Proceda-se a numeração do referido procedimento e as demais providências legais pertinentes.

Art. 3º. Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Blumenau (SC), em 16 de outubro de 2012.

JOÃO PAULO KARAM KLEINÜBING
Presidente da Diretoria Executiva da AGIR

CIMVI

Licitação Nº 004/2012 - Serviços de Impressão

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DO MÉDIO VALE DO ITAJAÍ - CIMVI

EDITAL DE LICITAÇÃO Nº 04/2012

AVISO DE LICITAÇÃO

O Consórcio Intermunicipal do Médio Vale do Itajaí torna público, de acordo com a Lei nº 8.666/93 e alterações posteriores, e Lei Complementar nº 123/2006, que fará realizar Convite para prestação de serviços de impressão gráfica, do tipo Menor Preço, para a aquisição de 45.000 pç de calendário.

O Edital encontra-se a disposição dos interessados no Departamento de Compras do Município de Timbó, na Av. Getúlio Vargas, nº 700, Centro, das 08h 00min às 12h00min e das 14h00min às 17h00min, de segunda a sexta-feira, e na internet em www.cimvi.sc.gov.br/publicacoes/licitacoes.

Os envelopes (Habilitação e Proposta) serão recebidos até o dia 31 de outubro de 2012, às 09h 00min, na sala de licitações na Prefeitura Municipal de Timbó, no endereço acima mencionado, com participação aberta às proponentes e ao público.

Timbó(SC), 19/10/2012

CARLOS ALBERTO PEGORETTI
Presidente

CIS/AMUREL**Edital de Convocação Assembleia Geral Extraordinaria****EDITAL DE CONVOCAÇÃO DE
ASSEMBLÉIA GERAL EXTRAORDINÁRIA**

O Presidente do CIS/AMUREL- Consórcio Intermunicipal de Saúde da Região da Amurel, no uso de suas atribuições estatutárias, CONVOCA todos os Prefeitos dos Municípios consorciados para ASSEMBLÉIA GERAL EXTRAORDINÁRIA, a realizar-se no dia 31 de outubro de 2012, às 14:00 horas, com a presença de 2/3 (dois terços) no mínimo dos Prefeitos ou Vice-Prefeitos dos Municípios consorciados, em única convocação, em sua sede provisória, localizada na Rua Rio Branco, n.º 67, Sede da AMUREL, bairro Vila Moema, Tubarão (SC).

Na pauta do dia, em discussão a seguinte matéria:

I. Protocolo de Intenções - Alterações e Consolidação.

Tubarão, 11 de outubro de 2012.

CELSO HEIDEMANN

Presidente do CIS-AMUREL

Edital de Convocação Assembleia Geral Ordinaria**EDITAL DE CONVOCAÇÃO DE
ASSEMBLÉIA GERAL ORDINÁRIA**

O Presidente do CIS/AMUREL- Consórcio Intermunicipal de Saúde da Região da Amurel, no uso de suas atribuições estatutárias, CONVOCA todos os Prefeitos dos Municípios consorciados para ASSEMBLÉIA GERAL ORDINÁRIA, a realizar-se no dia 31 de outubro de 2012, às 14:15 horas, com a presença de no mínimo 50% (cinquenta por cento) mais um dos Prefeitos ou representantes credenciados dos Municípios consorciados, em primeira convocação, e às 14:45 horas, em segunda convocação, com a presença de no mínimo 1/5 (um quinto) dos Prefeitos ou representantes credenciados dos Municípios consorciados, em sua sede provisória, localizada na Rua Rio Branco, n.º 67, Sede da AMUREL, bairro Vila Moema, Tubarão (SC).

Na pauta do dia, em discussão as seguintes matérias:

I. Aprovação da Ata da Assembleia Anterior; (cópia entregue)

II. Apreciação e Aprovação dos Registros Contábeis, referentes ao 4º bimestre de 2012;

III. Licitação conjunta para aquisição de medicamentos e software de gerenciamento para as Secretarias de Saúde.

IV. Assuntos Diversos.

Tubarão (SC), 11 de outubro de 2012.

CELSO HEIDEMANN

Presidente do CIS-AMUREL